

Alexandre Borella Monteiro

**A Grande Guerra: história e historiografia do conflito no Prata [1864-1870].**

Passo Fundo, agosto de 2010.

Alexandre Borella Monteiro

**A Grande Guerra: história e historiografia do conflito no Prata [1864-1870].**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof.(a) Dr.(a) Mário Maestri

Passo Fundo  
2010

**M775g Monteiro, Alexandre Borella**

A grande guerra : história e historiografia do conflito no  
[1864-1870] / Alexandre Borella Monteiro. – 2010.

Prata

199 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de  
Passo Fundo, 2010.

Orientador: Prof. Dr. Mário Maestri.

1. Paraguai, Guerra do, 1865-1870. 2. Brasil – História.  
3. América do Sul – Historiografia. I. Maestri, Mário, 1948-,  
orientador. II. Título.

À minha mãe, ao meu pai, ao meu irmão, à Rubiamara, mas dedico também esse trabalho a um professor que mais do que mestre nos tempos de Universidade, foi também um grande amigo, e que já não está mais entre nós, o grande professor Joel Abílio Pinto dos Santos.

Agradeço a Deus, em primeiro lugar. Agradeço a todos aqueles que me ampararam neste caminho, para que conseguisse chegar até onde cheguei. A primeira pessoa é meu orientador. Primeiramente por ter me aconselhado a respeito do tema abordado na Dissertação. Em segundo lugar, por ter me encorajado a continuar, quando eu mesmo achei que não tinha condições de seguir em frente, e quando desanimei depois das primeiras correções, ou ainda por eu ter demorado a “engrenar” o trabalho. O professor Doutor Mário Maestri sempre me escreveu e disse palavras de ânimo nos encontros para que concluísse a Dissertação, mesmo quando eu tive certeza que não terminaria. Meu orientador foi muito mais do que um simples professor, mas um dedicado mestre, um exemplo que quero levar para a vida. Depois à minha família que também sempre acreditou que eu poderia subir esse degrau da minha vida, minha mãe Ivete, a meu pai Edson e a meu irmão, Eduardo, à Rubiamara, minha namorada, por terem ficado ao meu lado e por estarem dedicando parte de suas vidas a mim, não tenho palavras para agradecer a todos eles. Mas ao meu pai ainda tenho um agradecimento a mais, pois além do apoio moral, dos incentivos, deu-me também o suporte financeiro, sem o qual não teria conseguido sequer iniciar essa travessia. Agradeço a todos os professores que passaram pela minha vida, iniciando pelos do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, pois nessa idade eu já pensava em ser professor de História, pois me inspirara neles, os da Universidade Federal de Santa Maria e os da Pós-Graduação da Unijuí, especialmente ao meu orientador de então, o professor Doutor Ivo dos Santos Canabarro.

Há, verdadeiramente, duas coisas diferentes: saber e crer que se sabe. A ciência consiste em saber; em crer que se sabe está a ignorância. (Hipócrates)

## RESUMO

O presente texto trata a respeito da formação dos países na Bacia do rio da Prata, do maior conflito militar envolvendo esses países e da historiografia a respeito dessa guerra. O Uruguai foi alvo primeiramente da coroa portuguesa e, posteriormente, entrou para a área de influência do Império do Brasil. Sofreu constantes intervenções e foi o estopim para a Guerra do Paraguai quando foi invadido pelos imperiais, apesar de claras ameaças do presidente Solano López, do Paraguai para o caso de uma intervenção no Estado Oriental. A Argentina por sua vez, enfrentou um conflituoso processo de unificação, presenciando uma guerra intermitente depois da queda de Rosas, vendo dois expoentes: Urquiza e Mitre cujas bases de apoio eram a Confederação Argentina e a rica província de Buenos Aires. O Império do Brasil se configurava na única nação governada por um monarca na América. Era uma exceção em um continente de Repúblicas. Diferenciava-se também pelo fato de possuir instituições jurídicas e políticas consolidadas, ao contrário de seus vizinhos. Sem contar que sua riqueza era sustentada pelo trabalhador escravizado. Além do mais, entrava em uma fase de estabilidade, depois das revoltas internas e no Segundo Reinado, assistiu a um surto industrial e pôde se lançar a uma política imperialista. Foi nesse período inclusive, que o tráfico de escravos foi extinto, contribuindo para essa estabilidade. O Paraguai por sua vez, apresentou um singular desenvolvimento endógeno, baseado em uma forte classe camponesa. Singular também foi o isolamento paraguaio, não voluntário, mas imposto, por circunstâncias geográficas, bem como para manter a independência. O Paraguai foi um peculiar Estado moldado por Francia, e modernizado pela família López. Singular também foi sua forma de governo, uma ditadura ou tirania de poder unipessoal, imposta nos tempos de Francia e consolidada por seus sucessores. Por outro lado, tirania onde o povo era consultado, e onde não faltavam os meios básicos de subsistência, e principalmente: onde todos sabiam ler e escrever. E foi o país mais destruído depois da guerra. Mas e a discussão em torno da Guerra do Paraguai? O que dizem as correntes historiográficas divergentes? O que foi a guerra? Quando ela iniciou? Quem tomou a iniciativa? A quem interessava? São perguntas que, não pretendemos responder, de forma conclusiva, mas simplesmente instigar a novas interrogações, ou quem sabe abrir caminho para estudos ainda mais aprofundados. Sabemos que não é possível esgotar o assunto, mas faremos o possível para debater a Guerra do Paraguai, bem como para jogar mais luz a respeito desse assunto. Elucidar esse importante tema para história e historiografia brasileiras e sul-americanas.

Palavras-chave: Unificação, Governo, Império, Guerra, Historiografia.

## ABSTRACT

This text is about the formation of countries in the River Plate Basin, the largest military conflict involving these countries and the history about this war. Uruguay was the first target of the Portuguese crown, and later entered the area of influence of the Empire of Brazil. Suffered constant interventions and was the trigger for the Paraguayan War when it was invaded by imperial despite clear threats of President Solano Lopez, Paraguay in case of an intervention in Eastern State. Argentina turn faced a contentious process of unification, witnessing an intermittent war after the fall of Rosas, seeing two exponents: Urquiza and Mitre whose bases of support were the Argentine Confederation and the rich province of Buenos Aires. The Empire of Brazil was configured in single nation ruled by a monarch in America. Was an exception on a continent of republics. Differed also by the fact that it has consolidated political and judicial institutions, unlike their neighbors. Not to mention that his wealth was held by slave labor. Furthermore, entered a phase of stability, after internal revolts and the Second Empire, saw an industrial boom and was able to launch an imperialist policy. It was there also, that the slave trade was abolished, thus contributing to this estabilidade. Paraguay in turn, presented a unique endogenous development, based on a strong peasantry. Singular also was the isolation of Paraguay, not voluntary but imposed by geographical conditions and to maintain independence. Paraguay was a peculiar state shaped by France, and modernized by the Lopez family. Singular was also their form of government, a dictatorship or tyranny of power proprietorship, imposed in times of Francia and consoled by his successors. Moreover, tyranny, where the people were consulted, and where they lacked the basic means of subsistence, and mainly: where everyone could read and write. And was the most destroyed after the war. But what about the discussion on the Paraguayan War? What say the divergent historiographical trends? What was the war? When she started? Who took the initiative? Who cares? These are questions that we do not intend to respond in a conclusive way, but simply to urge the new questions, or perhaps pave the way for further detailed studies. We know that you can not exhaust the subject, But Farmer possible to discuss the war with Paraguay, and to throw more light on this matter. Elucidate this important issue to history and historiography of Brazil and South America.

Keywords: Unification, Government, Empire, War, Historiography.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do Uruguai..	14
Figura 2: José Gervásio Artigas.....	25
Figura 3: Venâncio Flores. ....	40
Figura 4: Mapa da Argentina.....	45
Figura 5: Juan Manuel de Rosas.....	49
Figura 6: Justo José de Urquiza.....	54
Figura 7: Bartolomé Mitre.....	61
Figura 8: Mapa do Brasil.....	68
Figura 9: D. Perdo II.....	79
Figura 10: Barão de Mauá.....	82
Figura 11: Mapa do Paraguai.....	105
Figura 12: José Gaspar Rodrigues de Francia.....	106
Figura 13: Antonio López.....	117
Figura 14: Francisco Solano López.....	122

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
URUGUAI: INDEPENDÊNCIA DOS ESPANHÓIS, INDEPENDÊNCIA DOS BRASILEIROS E UMA GUERRA .....	14
Introdução.....	14
Uruguai, da independência dos espanhóis à independência dos brasileiros .....	15
A questão agrária no Uruguai .....	24
O Uruguai e seus partidos: <i>blancos</i> e <i>colorados</i> .....	29
A crise uruguaia e os tratados de 1851. ....	32
O intervencionismo imperial e o caminho para a guerra. ....	36
Flores toma o poder.....	39
ARGENTINA: DA GUERRA CIVIL À GUERRA <i>DE LA TRIPLE INFAMIA</i> .....	45
Introdução.....	45
Buenos Aires e sua importância para a Argentina. ....	46
A Argentina de Rosas.....	49
Confederação Argentina versus Buenos Aires: um novo conflito. ....	54
A batalha de Pavón e a retirada de Urquiza.....	59
A Argentina de Mitre.....	61
IMPÉRIO DO BRASIL: A MONARQUIA ESCRAVISTA.....	68
Introdução.....	68
A Monarquia escravista .....	69
O Segundo Reinado e a estabilidade imperial. ....	79
Guerra do Paraguai e escravidão. ....	88
PARAGUAI: A SINGULAR DITADURA POPULAR CAMPONESA .....	105
Introdução.....	105
O Paraguai da independência à ditadura do dr. Francia.....	106
O Paraguai sob o governo da família López.....	117
O que era o Paraguai pré-1865? .....	124
O precipitar-se da crise.....	127
GUERRA DO PARAGUAI: DEBATES .....	131
Introdução.....	131
Introduzindo ao estudo historiográfico da guerra. ....	132
A historiografia restauracionista: a revisão da revisão. ....	141
O que foi a Guerra do Paraguai? .....	149
Quando iniciou a Guerra do Paraguai? .....	151
O encontro em Puntas Del Rosario.....	162
O Paraguai ataca.....	166
A Tríplice Aliança .....	171
A Inglaterra e a Guerra do Paraguai .....	174
Quais os interesses em jogo na Guerra do Paraguai? .....	183

CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	190
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	197

## INTRODUÇÃO

No presente trabalho, faremos uma análise historiográfica geral a respeito daquele que foi o maior acontecimento militar na história da América do Sul – a chamada Guerra do Paraguai, Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra Grande. Essa análise se baseará na leitura de autores diferentes, com seus respectivos pontos de vista, sobre temas que quando discutidos, trazem polêmica a respeito daquele conflito.

Para atingir nosso objetivo, analisaremos obras marcantes das historiografias brasileira, argentina, uruguaia e paraguaia. Poderemos verificar possíveis “debates historiográficos”, tendo em vista que para muitos assuntos elas têm visões conflitantes. Não raro, a historiografia de um mesmo país apresenta contradições, e pretendemos trazer um pouco dessas divergências para nosso trabalho.

Qual é o nosso objetivo então? Um deles é contar como estava a situação da região platina no período que vai da formação dos Estados do Rio da Prata e do Império brasileiro até a Guerra do Paraguai, estudar as condições que levaram a esse conflito e o que ele significou para os envolvidos. Mas esse não é o único. Nosso objetivo é um pouco mais ambicioso do que contar apenas em forma sintética a história dos países da região do rio da Prata. Pretendemos analisar o que a historiografia dos países envolvidos na Guerra do Paraguai escreveu sobre os assuntos acima relacionados. Nossas fontes primárias serão os livros que versam sobre esse confronto armado.

Sabemos que não iremos analisar toda a historiografia da Guerra do Paraguai, pois isso seria impossível. Faremos uma análise, das obras que consideramos mais importantes, sobre a formação dos países platinos, das condições que levaram esses países à luta, sobre a guerra propriamente dita. Não escreveremos sobre as batalhas, mas sobre o significado da guerra, a quem poderia interessar e o que se tem escrito sobre ela na literatura histórica.

Para iniciar a abordagem do tema “Guerra do Paraguai”, analisaremos os países que dela participaram. Em nosso entendimento, foi a grandes pugnas sociais e políticas em torno do processo de formação daquelas nações, a partir das contradições internas e externas, que explicam em grande parte esse confronto que teve dimensões gigantescas, deixou marcas profundas nos beligerantes e significou grande destruição para um dos envolvidos – o Paraguai. O primeiro Estado analisado será o Uruguai, uma vez que sua importância é cabal nessa guerra. Para muitos, o Estado Oriental foi o barril de pólvora, o estopim que detonou a Guerra do Paraguai. Nesse capítulo, nosso objetivo é ver como se deu a formação social

uruguaia, como era a relação desse país com seus vizinhos e como essa relação acabou contribuindo para o desencadeamento de uma guerra.

O segundo Estado abordado será a Argentina. Será analisada a história desse país, suas relações com o Uruguai, com o Paraguai e com o Império do Brasil, desde os tempos de Rosas até a presidência de Bartolomé Mitre. Destacaremos a particular divisão entre Confederação Argentina e o Estado de Buenos Aires, as batalhas que levaram à sua unificação e a ação das classes dominantes portenhas em relação ao Uruguai, Império e Paraguai.

O Império, por fim será estudado sob a luz de sua peculiaridade. Destacaremos o fato de que o Império brasileiro era o único Estado monárquico e escravista da América. Ressaltaremos a importância do latifúndio monocultor, apoiado no trabalho feitorizado, para a classe dominante do Brasil, sem deixar de destacar o muito insipiente surto industrial por qual o país passou. Ainda, enfocaremos o momento político que acabou sendo propício a uma política imperialista por parte do governo imperial com relação aos seus vizinhos.

Por fim, analisaremos o Paraguai. País de desenvolvimento peculiar, que foi o grande derrotado da Guerra do Paraguai. Agressor ou vítima? Qual o verdadeiro Paraguai? Uma potência sul-americana ou um país pobre que atacou vizinhos incrivelmente mais poderosos?

Tentaremos nesse capítulo analisar a questão do modo o mais imparcial possível, não fazendo desse pequeno país um paraíso nem um inferno. Estudaremos a importância do isolamento inicial – ensejado por seu primeiro governante, o dr. Francia, e continuado, em forma decrescente, pela família López – para o desenvolvimento paraguaio.

O capítulo final analisará a historiografia sobre a Guerra do Paraguai. Não pretendemos responder às questões cabalmente, mas sobretudo discutir o que se tem escrito sobre o confronto. Algumas questões sobre as quais aventuramos respostas são: qual teria sido o movimento inicial da guerra? Quando podemos considerar de fato que se iniciou a Guerra do Paraguai? O que motivou a invasão paraguaia à Argentina? A invasão paraguaia ao Mato Grosso foi realmente uma invasão em período de paz ou já se estava em guerra? Qual a participação argentina nos confrontos entre o Império e o Uruguai nos momentos que antecederam à Guerra do Paraguai? A quem interessava esse conflito?

Reiteramos que nosso objetivo no presente trabalho é realizar uma discussão entre os diferentes historiadores, dos diferentes países participantes da Guerra do Paraguai. Dessa forma, destacaremos os pontos de vista, que em alguns casos são afins, em alguns são discrepantes e em outros pontos são mesmo conflitantes.

Assim, depois de uma análise panorâmica a respeito da formação de cada país e como essa formação terminaria por desembocar no maior conflito militar da América do Sul, faremos então um “debate historiográfico” a respeito dessa guerra que tanto marcou os envolvidos.

Não pretendemos esgotar as questões, mas trazer diferentes visões sobre ela, abordando visões das historiografias dos países diretamente envolvidos.

Gostaríamos de fazer uma ressalva que nos parece pertinente. Muitas vezes nos referiremos no presente trabalho em países. Mas não pretendemos substituir as classes sociais por nações ou mesmo por cidades. Deixemos bem claro que na verdade quem age são as classes sociais, representadas por seus líderes. Elas é que tem seus interesses e levam seus líderes a agirem de determinadas maneiras.

Assim, quando mencionarmos que a Argentina declarou guerra ao Paraguai e assinou a Tríplice Aliança, nos referimos à classe dos unitários, que apoiavam Mitre, uma vez que o país estava fortemente dividido entre estes e os federalistas. A maior parte do país era contra a guerra contra o Paraguai e a aliança com o Império. O Uruguai também não agia como um corpo inteiro, mas era fracionado entre os *blancos*, que eram contra a ingerência brasileira dentro de suas fronteiras e os *colorados* de Venâncio Flores, mais flexível aos interesses imperiais. Por isso, destacamos que o importante é não deixarmos de levar em consideração que são as classes as grandes protagonistas da história, mesmo que representadas por seus expoentes.

## URUGUAI: INDEPENDÊNCIA DOS ESPANHÓIS, INDEPENDÊNCIA DOS BRASILEIROS E UMA GUERRA

### Introdução



Figura 1: Mapa do Uruguai. País considerado chave no processo da Guerra do Paraguai. Sua invasão pelo Império teria desencadeado a reação de Solano López de declarar guerra.

Fonte: <http://www.google.com.br>

Carlos Rodrigues; o livro dos autores Nelson de la Torre, Julio Carlos Rodrigues e Santa Lúcia de Tournon, além dos trabalhos do historiador Francisco Doratioto para analisarmos a formação, consolidação e desenvolvimento desses países e como levaram a um conflito que os marcaria profundamente e traria morte e destruição para todos.

Enfocaremos o caso uruguaio, onde *blancos* e *colorados* debatiam-se pelo controle do país, sendo que ambos eram apoiados por nações e facções sul-americanas. Os *blancos* eram apoiados pelo Paraguai e pelos *federalistas* argentinos. E todas essas facções tinham

Faremos no presente capítulo fazer uma análise sobre o Uruguai até o momento da Guerra do Paraguai. Estudaremos suas contradições, sua política e suas relações com os vizinhos, o Império e a Argentina. Assim, poderemos melhor distinguir como foi que se deu essa guerra, estudando as condições criadas na região no decorrer do século 19.

Estudaremos sobretudo os autores Moniz Bandeira; José Maria Rosa; León Pomer; os trabalhos coletivos de Rosa Alonso Eloy, Lúcia Sala de Tournon, Nelson de la Torre e Júlio

interesses no pequeno país, que inclusive surgiu após um confronto contra o Império do Brasil – a Guerra da Cisplatina [1825-1828] – quando teve reconhecida a sua independência.

Posteriormente, o Uruguai tornou-se alvo de disputas entre a Argentina de Rosas e o Império de dom Pedro. E por fim, acabou sendo invadido, diversas, vezes, pelo Império, que pretendia manter em seu governo o Partido Colorado, mais flexível às suas exigências, até que em 1864, após a deposição de Anastasio Aguirre, pelo Império, Francisco Solano López, presidente do Paraguai, declarou guerra ao Brasil, sendo esse fato, a invasão do Uruguai pelo Império, encarado por muitos como a grande razão detonadora da Grande Guerra. A República Oriental do Uruguai entraria no conflito, contra o Paraguai, em virtude de acordo entre Venâncio Flores [1808-1868], que devia seu triunfo à ação imperial.<sup>1</sup>

Levando-se em consideração que reinava situação de conflito político e social na América do Sul no período estudado, com os países procurando consolidar-se, enfatizaremos neste capítulo os acontecimentos que levaram Flores ao Uruguai e este país ao confronto contra o Paraguai. Faremos uma ligeira análise sobre a política interna uruguia e suas implicações no exterior e como as intervenções estrangeiras acabariam por desembocar no maior confronto armado entre países da América do Sul, uma vez que entendemos que o Estado Oriental e a chave para compreendermos essa guerra.

### **Uruguai, da independência dos espanhóis à independência dos brasileiros**

As independências na América espanhola foram marcadas por lutas lideradas pelos caudilhos. No Estado Oriental, destacamos o período em que os orientais estiveram livres do jugo espanhol, mas estiveram sob a dominação imperial, que somente findaria em 1828 – Período Cisplatino. Os historiadores Uruguaios Eloy, Touron e Torre em seu livro **La oligarquia oriental em la Cisplatina**, de 1970, fazem um paralelo entre as independências latino-americanas e a Revolução Francesa. “Si la Revolución Francesa fue dirigida por una clase nacional burguesa en oposición a las viejas clases feudales, y barrió con el antiguo régimen [...] la Revolución Hispanoamericana – con variantes que van de región a región – fue dirigida por la burguesía comercial, importadora y exportadora criolla – muchos de cuyos integrantes eran a la vez terratenientes – y por los hacendados criollos.”<sup>2</sup>

<sup>1</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata**: da colonização à guerra da trílice aliança. 2 ed. São Paulo: Ensaio; Brasília, DF; EdUnB, 1995.

<sup>2</sup> ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson de la; RODRIGUES, Julio Carlos. **La oligarquía oriental en la Cisplatina**. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1970 p. 9

A independência dos países latino-americanos serviu, dentre outras coisas, para findar o pacto colonial, que obrigava a colônia a apenas comprar e vender seus produtos à ou através da metrópole. Assim escrevem os autores Eloy, Torre e Touron: “La Independencia abrió el cauce irrestricto al ‘libre comercio’ – ya en parte carcomido el monopolio en la época colonial -, relacionando a las viejas colonias directamente al mercado mundial, en especial a Inglaterra, en ese momento su centro dominante. Las clases comerciales de los centros urbanos y la producción local – fueron incapaces de tomar el poder exclusivamente en sus manos, salvo esporádicamente y en algunos lugares.”<sup>3</sup>

Segundo os mesmos autores, a província que mais teria sido beneficiada com a independência das províncias pertencentes ao Vice-Reinado do Rio da Prata teria sido Buenos Aires, especialmente sua oligarquia comerciante. “En el Rio de la Plata la principal beneficiaria de esta situación fue la clase comercial de Buenos Aires. Durante el coloniaje sostuvo largas disputas con Montevideo por el comercio exterior, el que sólo podía realizarse por los dos únicos puertos habilitados en la zona. [...] Contra los clanes comerciantes y prestamistas porteños – detentores de la llave del Plata – se rebelaron los portavoces de los intereses provinciales compuestos de viejos terratenientes criollos, pujantes caudillos estancieros y comerciantes locales.”<sup>4</sup>

Não podemos pensar nas independências apenas como atos de heroísmo e de pessoas que almejavam libertar suas pátrias do domínio espanhol. Há os interesses de classe por trás dessas lutas. E a oligarquia importadora de Buenos Aires liderou esse processo revolucionário, interessada no livre comércio. “La burguesía comercial y terrateniente de Buenos Aires – que había desempeñado un papel dirigente en la Revolución en el Plata – consideraba que su tarea era la liberación del poder español, y que – de suyo – esta tarea conllevaba ganar, para su provecho, las restantes provincias del Virreinato. Para los comerciantes porteños en lo especial ese programa coincidía con la conquista de lo que consideraban, expresa o tácitamente, su viejo mercado virreinal: Banda Oriental, Litoral, Paraguay, provincias interiores y Alto Perú. La suerte de este ambicioso proyecto varió a tenor de las diversas contradicciones internas – de lugar y de tiempo – que halló en su aplicación.”<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson de la; RODRIGUES, Julio Carlos. **La oligarquía oriental [...]** *Op Cit* p. 10

<sup>4</sup> Id. *Ibid* pp. 11-12

<sup>5</sup> Id. *Ibid* p. 12

Os autores Eloy, Touron e Torre se refere ainda à forma como era feita a apropriação de terras e do gado no território do Estado Oriental. Al régimen monopolista y privilegiista en el tráfico se había sumado un sistema también privilegiista en el acceso a la tierra, todo para su mayor provecho y resultante en una importante acumulación. Así se apoderaron de los ganados cimarrones, de los animales alzados, de los rodeos de los pequeños hacendados y de los cueros faenados clandestinamente en las inmensas campañas despobladas.”<sup>6</sup>

Todavía, nas primeiras décadas do século 19, a política europeia de Napoleão Bonaparte interferiu também na América Latina. Significou, por um lado, o enfraquecimento da dominação espanhola sobre suas colônias. Por outro, a coroa portuguesa havia se transferido para sua colônia americana. “El Imperio Portugués, radicado en América durante la oleada napoleónica, postergado por los grandes de Viena, intentó convertirse en el gran Estado de América del Sur. Razones de índole económica, estratégica y política lo impulsaron tras el sueño secular del Plata como límite natural de sus dominios, procurando a la extirpar el peligro contagioso del artiguismo. Coincidieron los intereses de la oligarquía porteña con las apetencias de la Corte de Juan VI, y en 1816 las fuerzas portuguesas irrumpieron en la Provincia Oriental. A la complicidad de la oligarquía de Buenos Aires se sumó entonces la apatía primero y la complicidad después de la clase comercial montevideana y de los grandes hacendados y latifundistas.”<sup>7</sup>

A invasão da Banda Oriental pelos portugueses já era uma pretensão antiga. Estes sempre tiveram o objetivo de chegar até o rio da Prata, com finalidades estratégicas e econômicas. Assim, os autores Torre, Rodrigues e Torres, em seu livro *Después de Artigas*, de 1970, escreveram que: “Los portugueses habían invadido y ocupado la Banda Oriental para la satisfacción de determinados fines que les eran específicos. [...] Fines, estratégico-políticos, por demás dilucidados, fines económicos que atendían por sobre todo a absorber la producción ganadera y saladeril en beneficio de los consumos de su esclavatura y de la expansión de los grandes ganaderos y saladeristas riograndenses: tales en breve esbozo, los objetivos propios de la dominación portuguesa.”<sup>8</sup>

Segundo Eloy, Touron, Torres e Rodrigues, os lusitanos teriam encontrado alguns facilitadores para sua conquista das terras uruguaias, especialmente por parte daqueles que

<sup>6</sup> ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson de la; RODRIGUES, Julio Carlos. **La oligarquía oriental** p. 13

<sup>7</sup> Id. Ibid p. 21

<sup>8</sup> TORRE, Nelson de la; RODRIGUEZ, Julio C.; TORRES, Sala Lucia de. **Después de Artigas (1820-1836)**. Montevideo: EPU, 1970 p. 9

estavam descontentes com a política agrária de Artigas, de distribuição de terra entre os gaúchos, os peões, os negros, os pobres, para impulsionar a ocupação da Banda Oriental e consolidar sua independência. Estes são chamados por esses historiadores de traidores da pátria. “En agosto de 1816 los portugueses irrumpían en la Banda Oriental. Las fuerzas invasoras avanzaron rápidamente y en pocos meses ocuparon la plaza de Montevideo. Mas enemigos de la revolución artiguista aparecieron públicamente y creció el número de traidores a la patria.”<sup>9</sup>

Outro aspecto que parece ter facilitado a invasão portuguesa teria sido o fato de que sobretudo os grandes proprietários orientais não estavam naquele momento dispostos a mover uma guerra contra o Império, que sacrificaria suas posses. “Las defecciones de los grandes hacendados empezarán a sucederse luego de 1817. Entre los propietarios rurales el odio a los portugueses estaba muy arraigado. Se remontaba al coloniaje y no estaban lejanos los sufrimientos de la invasión de 1811. Pero sostener una larga guerra implicaba sin embargo una segura destrucción de los ganados que aún podían quedar sobre los campos. De cómo se las gastaban los portugueses dan cuenta documentos de estos años.”<sup>10</sup>

Ou seja, para os terratenientes, uma resistência mais dura conta os lusitanos poderia significar perder tudo o que tinham conquistado depois de 1811. Encarando a situação dessa maneira, a resistência aos portugueses naquele momento ficava sobretudo a cabo exatamente daqueles que não “tinham mais nada a perder e tudo a ganhar”, os pobres e despossuídos das cidades e dos campos.<sup>11</sup>

O general Lecor, que comandava as tropas lusitanas na Banda Oriental agiu de modo a conquistar adeptos entre os proprietários uruguaios e comprar a oligarquia crioula montevideana com a distribuição de cargos. “Consumada la conquista, Lecor montó un complejo aparato administrativo que formó con portugueses y hombres de la oligarquía criolla. El propio Lecor tenía el cargo de Gobernador y Capitán General de la Banda Oriental del Río de la Plata y el Mariscal Sebastián Pinto de Araujo fue designado Gobernador de Montevideo y Presidente de su Ayuntamiento.”<sup>12</sup>

---

<sup>9</sup> ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson de la; RODRIGUES, Julio Carlos. **La oligarquía oriental [...]** *Op Cit* p. 25

<sup>10</sup> Id. *Ibid* pp. 34-35

<sup>11</sup> Id. *Ibid* p. 37

<sup>12</sup> Id. *Ibid* p. 46

Seguem os autores escrevendo a respeito dos colaboracionistas e *abrasileirados* uruguaios: “Los colaboracionistas recibieron las migajas del festín, repartidas además en forma desigual. Lecor ‘Mediante dádivas y honores, ganó la voluntad de los hombres, profundo conocedor de las flaquezas humanas, halagó a unos con promesas y a otros con realidad; repartió cruces y condecoraciones; distribuyó tierras que no eran las del Rey; conquistó a la sociedad de Montevideo con fiestas saraos; casó a sus oficiales con hijas del país, haciendo él propio los hombres para cada cometido; eligió a su gusto los Cabildos, organismos que tenían prestigio popular y que fueron el secreto de su política y de tal suerte dispuso las cosas, que todos los actos de incorporación a la corona de don Juan VI o acciones de ella parecieron siempre hechos espontáneamente’.”<sup>13</sup>

Eloy, Touron e Torres escrevem que os portugueses instituíram um novo monopólio em lugar daquele que havia no tempo de colônia. Entretanto, se a liberdade de comércio era o que queria a oligarquia de Montevideu, além da segurança da propriedade, não era isso o que os lusitanos traziam. “El dominio luso-brasileño comenzaba a generar un nuevo monopolio a favor de los comerciantes de su nación, provocando las primeras contradicciones entre la burguesía comercial e su nuevo amo. Pero no fue esa la única motivación del enfrentamiento. Estaba también el eterno problema de las tarifas. Ya en 1814 este asunto había sido una de las causas de oposición del comercio montevideano al dominador porteño. En 1817 se produjo un violento choque entre el Administrador de la Aduana de Montevideo, José Maria Roo, el Gobernador Pintos de Araújo y el Prior del Consulado de Comercio Dr. Lucas J. Obes.”<sup>14</sup>

Os portugueses ainda enfrentariam um entrave na dominação do território oriental: os chefes artiguistas. Lecor tentaria encontrar uma forma de pôr um ponto final nessa resistência. Com cautela, se não fosse possível ganhá-los para o lado dos lusitanos, pelo menos que fossem neutralizados.<sup>15</sup> “En 1820 llegó a su fin la resistencia de las fuerzas artiguistas. Dueño de todo el territorio, el gobierno portugués debía organizalo buscando para ello el apoyo de los sectores más influyentes. Contaba, sin duda, con la mayoría de los grandes comerciantes y los estancieros.”<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> PIVOTO, Juan E. Pivel; Apud ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson de la; RODRIGUES, Julio Carlos. **La oligarquía oriental [...]** *Op Cit* p. 47

<sup>14</sup> ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson de la; RODRIGUES, Julio Carlos. **La oligarquía oriental [...]** *Op Cit* pp. 51-52

<sup>15</sup> Id. *Ibid* pp. 61-62

<sup>16</sup> Id. *Ibid* p. 63

Ocupado o Uruguai em 1821, os portugueses teriam de encontrar uma maneira de ter menos problemas com a resistência, principalmente com os homens ligados a Artigas. “En este primer año de su primitiva ocupación pacífica – abril de 1820 a mediados de 1821 – la relativa y gradual tranquilidad que iba ganando la campaña corría paralela con la creación de lazos de dependencia de los viejos jefes artiguistas con las nuevas autoridades portuguesas. A medida que este nuevo entrelazamiento iba corroyendo las anteriores relaciones revolucionarias entre caudillos y masas rurales las autoridades portuguesas se fueron considerando habilitadas para retocar la primitiva política general de amparo a los poseedores de buena fe.”<sup>17</sup>

Em 1822, o Uruguai estava atopejado de comerciantes lusitanos e ingleses, beneficiados pelos tratados firmados ainda pelo antigo rei. “De los libros de Entradas y Salidas de 1822 se desprende que los más de los barcos que llegan son portugueses, están consignados a portugueses o brasileños y arriban desde Brasil. Traen alimentos y especialmente frutos tropicales: azúcar, arroz, yerba, caña, tabaco, etc.; maderas, y algunas manufacturas como camas y ejes de carreta, artículos de cuero, etc. Brasil se transforma en lugar de intermediación para los efectos extranjeros, y los portugueses y brasileños en monopolistas del tráfico negrero. Y los comerciantes criollo-españoles tienen que contemplar sufridamente cómo se instalan una multitud de traficantes lusitanos, agentes de casas brasileñas, que disfrutaban a sus anchas de toda clase de privilegios. Por si esto fuera poco, también son desplazados por capitalistas ingleses – que se benefician de los generosas tratados concertados por la casa de Braganza con Gran Bretaña – y de otras naciones, que se hacen aún más numerosas a partir de 1820.”<sup>18</sup>

Não podemos esquecer que depois do 7 de setembro de 1822, o Brasil independente passou a depender comercialmente em forma ainda mais forte da Grã-Bretanha. Deixava de reger o pacto colonial com a metrópole portuguesa, mas mantinha-se a dependência econômica com a Inglaterra – de colônia o Brasil passava a uma semi-colônia. (Ver o capítulo sobre o Brasil). Além do mais, a burguesia montevideana passou a se decepcionar cada vez mais com a situação em que se encontrava, sob domínio estrangeiro. “La dominación portuguesa se hacía intolerable para la burguesía portuaria montevideana a mediados de 1822. Fue entonces cuando se escindió esta clase que tan entusiastamente había recibido al invasor en 1817. Entre los comerciantes aparecen como beneficiarios de la novel dominación el

<sup>17</sup> ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson de la; RODRIGUES, Julio Carlos. **La oligarquía oriental [...]** *Op Cit* pp. 111-112

<sup>18</sup> Id Ibid p. 73

escaso número de los vinculados especialmente al comercio portugués y no desplazados por los brasileños, los abastecedores de la armada y tropas lusitanas y los contratistas de todo tipo con el Estado. En cambio, y sobre todo después del Tratado del Cuadrilátero, padecieron en sus intereses los que hacían navegación de cabotaje y en particular los que comerciaban con Buenos Aires y el litoral, además de los exportadores, barraqueros, saladeristas, etc., que en mayor o menor grado se vieron afectados negativamente por la limitación impuesta por el nuevo coloniaje.”<sup>19</sup>

Não demoraria, entretanto para que a burguesia montevideana passasse a se frustrar com a política luso-brasileira. “El neo-colonialismo portugués, con su política proteccionista del comercio, la navegación y los saladeros brasileños, y con la elevación de las tasas en beneficio de la capa burocrática, frustró abruptamente sus esperanzas. Importadores y exportadores, comerciantes con negocios en el Litoral y Buenos Aires, y junto a ellos los saladeristas, sufrieron por una política que expresaba unos intereses que no eran los suyos. La instalación de traficantes extranjeros los relegó al papel de segundones en una plaza que consideraban suya.”<sup>20</sup>

Quem ainda permanecia fiel aos invasores? Quais classes ainda eram favorecidas pela política comercial imposta pelos luso-brasileiros? “Sólo el pequeño grupo de funcionarios bien pagos y abastecedores que cobraban generosamente, a costa del resto de la sociedad, mantuvieron una adhesión inmutable a los nuevos amos. Fueron los integrantes del círculo de Lecor, del ‘Club del Barón’, hábilmente halagados con prebendas y honores por el ‘raposo’ – al decir de Lavalleja -, por el insinuante y lúcido jefe de las fuerzas extranjeras.”<sup>21</sup>

Para levar adiante a resistência contra os luso-brasileiros, no entanto, passou a ser fundamental o apoio externo. Sendo assim, era imprescindível que a oligarquia de Buenos Aires se colocasse ao lado de Montevideú. “Para el pequeño grupo dirigente y para el conjunto de la burguesía comercial y terrateniente montevideana, es de vital importancia ganar el apoyo del gobierno bonaerense y decidir un vuelco a su favor de la política rivadaviana. Aunque están de acordó en unir a la Provincia a las argentinas, hay consenso unánime en la necesidad vital del apoyo de Buenos Aires y las demás provincias. [...] Desde antes de jugarse la suerte en la campaña los dirigentes montevidianos estaban persuadidos de

---

<sup>19</sup> ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson de la; RODRIGUES, Julio Carlos. **La oligarquía oriental [...]** *Op Cit* p. 77

<sup>20</sup> Id. *Ibid* p. 122

<sup>21</sup> Id. *Ibid* p. 123

que para mantener la hegemonía del movimiento les era imprescindible contar con apoyo exterior.”<sup>22</sup>

A Argentina, no entanto se encontraba fuertemente dividida. “El interior se oponía al litoral y Buenos Aires en torno a las tarifas aduaneras, tema que enfrentaba a los productores de artesanías con los ganaderos y comerciantes. El litoral se oponía a Buenos Aires fundamentalmente en cuanto al viejo problema del puerto único, mientras las contiendas por tierras en las fronteras mal definidas, e inclusive el intento de subyugación de unas por otras, contribuían a enfrentarlas. También en el interior de cada una estaba planteado el problema del poder. Viejos hacendados y estancieros caudillos se enfrentaban con las clases ligadas al comercio exterior y, en el caso de Buenos Aires, clases de comerciantes y prestamistas se afanaban por apoderarse del gobierno. Se planteaban complejos problemas a consecuencia del escaso desarrollo de las fuerzas productivas y del predominio de una estructura precapitalista, situación que se prolongó por largo tiempo impidiendo la unidad nacional hasta después de Pavón.”<sup>23</sup>

Apesar de todas essas diferenças, tanto Buenos Aires como as províncias tinham um ponto em comum. “En Buenos Aires y las demás provincias eran muy fuertes las tendencias anti-portuguesas. Portugal significaba un peligro latente para todas ellas, particularmente para Entre Ríos, que había estado en la mira de los lusitanos. Montevideo seguía siendo para el litoral el puerto alterno de Buenos Aires, cuyo monopolio siempre era objeto de resistencia. [...] Una motivación importante era, sin duda el deseo de recuperar las tierras que Artigas había confiscado a numerosos propietarios porteños y a algunos entrerrianos.”<sup>24</sup>

Em 1823 haveria uma primeira tentativa de independência oriental em relação ao Império. “El movimiento de 1823 fue finalmente vencido. En la Provincia fracasó el levantamiento de la campaña. Sin las masas rurales – que eran las más activas política y militarmente – era imposible triunfar. Todavía no se habían acumulado en el campo los ingredientes explosivos que iba a generar en los años siguientes la política definitivamente propietarista de los brasileños. La dependencia de las masas con relación a los caudillos

---

<sup>22</sup> ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson de la; RODRIGUES, Julio Carlos. **La oligarquía oriental [...]** *Op Cit* p. 139

<sup>23</sup> Id. *Ibid* p. 152

<sup>24</sup> Id. *Ibid* p. 153

militares, y en particular en relación a Rivera, permitió a este último decidir, con su posición pro-brasileña, la suerte del movimiento más allá de los muros de Montevideo.”<sup>25</sup>

A pesar da derrota, era possível notar que de um modo geral, o descontentamento com os portugueses era cada vez maior, e que a independência era uma questão de tempo. Dependeria do posicionamento de alguns personagens-chave, que teriam de ser levados não só por sua consciência, mas pelo clamor popular, quase levados a terem alguma atitude. “De todas formas, la impopularidad del régimen era creciente. Una parte considerable de los hombres del movimiento de 1823 emigró después de su derrota. En Montevideo y en los pueblos de la campaña los vecinos prominentes se excusaban a aceptar los cargos a cuyo ejercicio eran forzados. En estos años Rivera se transformó en el hombre clave. A la muerte del Brigadier Márquez de Souza, en 1824, sumó a los cargos que ya desempeñaba la Comandancia de la Campaña.”<sup>26</sup>

Inicia-se um novo movimento para a libertação do Estado Oriental. Desta vez contando com a maioria esmagadora da população e com seus líderes mais comprometidos para com a causa. “1824 y 1825 fueron años de preparación de un movimiento libertador que se inició con el desembarco en la costa oriental el 19 de abril de 1825 de los dirigentes salidos de Buenos Aires. En estos años se agudizaron al máximo las contradicciones entre los colonialistas brasileños y sus adictos por un lado, y la mayoría absoluta de la población por otro. Los dirigentes más comprometidos en las acciones de 1823, que estaban emigrados en Buenos Aires y otras provincias, desempeñaron un papel decisivo en la organización de este movimiento.”<sup>27</sup>

A Inglaterra ainda trabalharia para pacificar a região. Não lhes era economicamente vantajoso que continuassem em constante guerra. “Grandes comerciantes ingleses tenían fuerte peso en el tráfico de importación y exportación de Buenos Aires y algunos como banqueros y abastecedores hicieron grandes negociados con el Banco de Descuentos. [...] Para aquéllos cuyas actividades eran exclusivamente comerciales, toda empresa que condujera a la guerra les significaría perjuicios irreparables y seguramente actuaron para reclamar la paz. Este parece haber sido un objetivo primordial de la mediación inglesa.”<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson de la; RODRIGUES, Julio Carlos. **La oligarquía oriental [...]** *Op Cit* p. 160

<sup>26</sup> Id. *Ibid* p. 171

<sup>27</sup> Id *Ibid* p. 189

<sup>28</sup> Id. *Ibid* p. 201

Escrevem os autores Eloy, Touron, Torres e Rodrigues a respeito da cruzada libertadora do Uruguai: “El levantamiento oriental que se inicia con la Cruzada, es el fruto de la conjunción de oposiciones que engendró el dominio luso-brasileño y que unió a la mayoría absoluta de la población oriental contra ese nuevo colonialismo. [...] Triunfó muy rápidamente y muy pronto los brasileños tuvieron que refugiarse en Montevideo y Colonia, las únicas plazas que se mantuvieron en su poder, porque el descontento antibrasileño había alcanzado un nivel muy superior al que existía en 1823 y porque la experiencia permitió prepararlo más eficientemente. [...] La ayuda que recibieron de las demás provincias y en particular en Buenos Aires, no hizo sino auxiliar a quienes tenían la decisión y estaban apoyados por el pueblo en la sentida tarea de separarse de los nuevos amos.”<sup>29</sup>

A ação de libertação oriental é comparada às guerras pela independência do Vice-Reinado do Prata em 1811. “Como en 1811, la insurrección abarcaba mayoritariamente a la población oriental. Era una oposición nacional hacia a una potencia extranjera y sus personeros locales. Se nutría de la tradición colonial y revolucionaria. A los criollos se unieron ahora los españoles que perdida toda esperanza en la restauración de la metrópoli, se incorporaron al movimiento, si por otras razones no estaban vinculados al poder brasileño.”<sup>30</sup> O Estado Oriental do Uruguai se tornaria independente no ano de 1828 e essa seria uma das causas do enfraquecimento da autoridade de D. Pedro I, bem como do desgaste de sua imagem perante os proprietários brasileiros em um processo que culminará com sua abdicação do trono em 1831.

### **A questão agrária no Uruguai**

Depois de uma grande modificação na estrutura agrária, promovida por Artigas, diversos grupos tiveram direito ao acesso à terra. “Poseedores sin título, arrendatarios, peones, gauchos, negros libres, etc., tendrían ahora el principal derecho para acceder a la tierra. [...] En lenguaje jacobino, expresaba sin duda, la creciente vinculación que se había producido a lo largo de cuatro años de lucha, entre el núcleo dirigente de la Revolución y las masas desheredadas.”<sup>31</sup> Teria sido nesse contexto que muitos latifundiários teriam aceitado sem muita resistência ou até com alegria a chegada dos invasores portugueses.

---

<sup>29</sup> ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson de la; RODRIGUES, Julio Carlos. **La oligarquía oriental [...]** *Op Cit* pp. 203-204

<sup>30</sup> Id. *Ibid* p. 208

<sup>31</sup> Id. *Ibid* p. 34



**Figura 2:** Pintura a óleo José Gervasio Artigas [1764-1850]. Promoveu uma grande distribuição de terras em seu país.

Fonte: [Http://www.google.com.br](http://www.google.com.br)

los recién llegados portugueses, caso sobre el cual nos detenemos nuestra atención por no correponder al análisis que hoy realizamos, pese a su incrementada importancia a lo largo de la dominación cisplatina.”<sup>32</sup>

Quando os portugueses invadiram a Cisplatina, encontraram uma situação nada fácil, onde se enfrentavam reacionários espanhóis e a burguesia montevideana. “Apenas el invasor se encontró dueño de la ciudadela de Montevideo e halló entre dos fuegos cruzados: la vieja contrarrevolución española clamaba no sólo por la devolución de sus bienes sino también por el castigo a aquella burguesía girondina que había aprovechado la ruina de sus intereses; pero el sector criollo de la burguesía montevideana había sido el mejor aliado del invasor; sin su obsecuencia, muy difícil hubiera sido al portugués el dominio pacífico de la orgullosa ciudad.”<sup>33</sup>

Os autores Eloy, Touron, Torre e Rodrigues em seu livro **La oligarquía oriental em la Cisplatina**, de 1970, destacam outro aspecto que será decisivo nos acontecimentos posteriores: a ocupação por luso-brasileiros de terras no Estado Oriental. “Numerosos brasileños se apropiaron o adquirieron tierras en la fronteriza, iniciando un proceso que

<sup>32</sup> TORRE, Nelson de la; RODRIGUEZ, Julio C.; TORRES, Sala Lucia de. **Después de Artigas**. *Op Cit* p. 11

<sup>33</sup> Id. *Ibid* p. 23

Os grupos de proprietários bonaerenses e emigrados encontraram um problema. Ao tentarem recuperar seus domínios, depararam-se com os chamados “posseiros artiguistas”. Esse confronto entre posseiros, arrendatários de boa fé e os proprietários perpassaria pelo período de dominação luso-brasileira e adentraria mesmo no período independente do Estado Oriental. Assim escrevem os historiadores uruguaios Torre, Rodrigues e Torres em **Después de Artigas**, de 1970: “Los propietarios de este grupo [emigrados], no tuvieron prácticamente dificultades para recuperar sus campos, en lo que tiene que ver con una deleznable oposición de los poseedores artiguistas documentados o no. Las dificultades que pudieran haber hallado se cifraron en aquellos casos en que sus campos se cubrieron con

todavía en la segunda mitad del siglo XIX pesaba sobre la propia existencia nacional, al convertir al Norte del Rio Negro en lugar de invernada para los ganados que faenaban los saladeros de Río Grande.”<sup>34</sup> Em verdade, essas regiões, que conheciam igualmente fazendas pastoris apoiadas fortemente na mão-de-obra escravizada, eram verdadeiras extensões do Rio Grande do Sul.

E o Rio Grande do Sul era o destino do gado contrabandeado dos campos orientais. “Si desde la época colonial el Río Grande había sido el ‘mercado tradicional’ para el tráfico clandestino de cueros y ganados, ahora que los portugueses mandaban allende y aquende de la ‘línea de demarcación’, puede colegirse fácilmente con qué puntualidad se cumplirían tales normas. Más bien parece una hábil jugada de Lecor para ganar la buena voluntad de los orientales o justificar las ágiles genuflexiones de aquellos ‘ilustres patricios’ que integrarían el inminente Congreso Cisplatino’.”<sup>35</sup>

Em geral, muitos daqueles que tinham recebido terras durante o período artiguista, não todos, acabaram sendo expulsos de suas terras. “[...] la expulsión masiva de los donatarios e intrusos no fue, ni podía ser, un recurso generalizado. El gobierno no tenía interés en transformar la campaña en una hoguera revolucionaria – no deseaban – y muchas veces no podían – explotar los extensos campos directamente. Cabía [...] transformar a los orgullosos trabajadores independientes del campo en productores subordinados y explotados. [...] De este modo uno tras otro de los poseedores, donatarios e intrusos, fue conociendo la terrible alternativa: o desalojo o subordinación.”<sup>36</sup>

Em 1822 veio a independência do Brasil. Com ela houve lutas em diversas províncias entre pró-lusitanos e independentistas, inclusive na Cisplatina, onde eram numerosos os soldados e oficiais portugueses. A política agrária seria afetada por esses acontecimentos, como destacam os autores Torre, Rodrigues e Torres: “La independência de Brasil, proclamada el 7 de setiembre de 1822, provoca a los pocos la separación de Lecor, quien se instala con las fuerzas adictas a Brasil en Guadalupe e íntima a los destacamentos leales a Portugal el abandono de la provincia. La crisis en seno de las fuerzas armadas dominantes es

---

<sup>34</sup> ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson de la; RODRIGUES, Julio Carlos. **La oligarquía oriental [...]** *Op Cit* p. 66

<sup>35</sup> Id. *Ibid.* p. 71

<sup>36</sup> TORRE, Nelson de la; RODRIGUEZ, Julio C.; TORRES, Sala Lucia de. **Después [...]**. *Op Cit* pp. 62-63

aprovechada por el Cabildo montevideano, que en octubre, proclama su deseo de independencia.”<sup>37</sup>

Seguem os autores citados: “En el tema que ahora preocupa nos importa comprender que esta grave crisis trajo como consecuencia si no un viraje radical en la política agraria de Lecor, sí por lo menos la suspensión dos desalojos masivo que amenazaban a los donatarios artiguistas y los demás poseedores sin títulos de la campaña. [...] Cabe recordar, si, que vino agregar un elemento de gran complejidad le acelerada tendencia de repartir tierras entre los oficiales cuyas consecuencias no podrían menos que influir sobre la anterior puja entre propietarios e poseedores, apenas se resolviese el conflicto militar que ahora detenía a Lecor.”<sup>38</sup>

Um dos conflitos que chamamos atenção para esse período é o dos grandes proprietários de terras contra os posseiros sem títulos. Um exemplo é citado pelos autores Torre, Touron e Rodrigues, envolvendo Alcorta e Garrido. O último teria recebido uma estância de Artigas em 1815. No entanto, seu título de propriedade teria se extraviado. Posteriormente, o intento de Garrido de consolidar sua propriedade provocou a réplica de Alcorta. Sendo assim, em 1824, o amparo de posse dado a Garrido foi suspenso e, em menos de um ano, ele estava junto com os demais posseiros e arrendatários que foram expulsos de suas terras. Os desalojados engrossariam o exército que lutaria sob as ordens de Rivera.<sup>39</sup>

Mas o que levava os portugueses a adotarem essa política de apoio às classes possuidoras em detrimento dos donatários e posseiros artiguistas? Segundo escrevem os autores Torre, Rodrigues e Torres: “[...] la nueva política de las autoridades brasileñas era totalmente solidaria con los intereses de los grandes propietarios, no intentaban siquiera volver el pleito a los viejos términos, que sólo se habían justificado por el temor que las autoridades sentían a la fresca hombría revolucionaria das masas artiguistas.”<sup>40</sup>

Além do conflito entre posseiros e proprietários, Eloy, Touron, Torres e Rodrigues destacam outro problema com relação à política agrária na Cisplatina: a presença lusitana. “En definitiva, todo el Norte de la Provincia, donde se habían repartido la mayoría de las tierras a oficiales y soldados brasileños, salía del ámbito económico tradicional y pasaba a ser una dependencia de Río Grande. Este territorio, asiento de la mayor parte de los ganados

<sup>37</sup> TORRE, Nelson de la; RODRIGUEZ, Julio C.; TORRES, Sala Lucia de. **Después [...]**. *Op Cit* p. 65

<sup>38</sup> Id. *Ibid* p. 65

<sup>39</sup> Id. *Ibid* p. 67

<sup>40</sup> Id. *Ibid* p. 69

orientales, y donde por decreto anterior se había permitido la saca a los propietarios criollos pasaba ahora a ser campo de disfrute de los brasileños.”<sup>41</sup>

Os luso-brasileiros passaram a exigir o título de posse das terras para provar o direito de permanecer nelas, o que criaria dificuldades para os posseiros. “El Bando de 7 de noviembre de 1821, al obligar a propietarios y poseedores a probar sus derechos, estaba decidiendo de antemano quién se quedaría con la tierra. Resolver como ‘cosa juzgada’ por los tribunales qué título tendría prelación a otro equivalía a disponer que los viejos propietarios volviesen a sus campos y que, en consecuencia, los poseedores artiguistas saliesen de ellos e aceptasen diversas formas de subordinación. El ciclo de la tendencia de la tierra cumplido bajo la dominación española se replantaba bajo el nuevo colonialismo.”<sup>42</sup>

Outros que foram afetados pela política portuguesa eram do grupo dos que possuíam terras desde o período colonial, mas perderam os títulos que tornavam sua posse legal. “También tuvieron sus dificultades aquellos que no habían alcanzado a perfeccionar sus títulos en la época colonial o que habían perdido los documentos que convalidaban sus derechos. Para todos estos la reivindicación se agravaba por las lentas indagatorias, las compulsas siempre costosas en archivos extranjeros y nacionales, los testimonios de vecinos – a veces renuentes, a veces enemigos – y las gravosidades de los influyentes, cuyo favor no se lograba si no se les ponía por delante el estipendio.”<sup>43</sup>

Depois da independência da Cisplatina, os posseiros renovaram suas esperanças para conseguir novamente a posse de suas terras. Segundo Torre, Rodrigues e Torres: “Separada la Provincia Oriental, en pleno cumplimiento de la Convención Preliminar de Paz, se presentaron inmediatamente los donatarios artiguistas ante los tribunales nuevamente con la idea de consolidar sus propiedades. Obraba a favor de sus expectativas, el convencimiento de que la independencia estatal de la otrora Provincia Oriental, habría de traer como consecuencia la caducidad de la legislación argentina, al amparo de la cual los tribunales habían desconocido sus derechos.”<sup>44</sup>

A situação criada acabaria por levar muitas pessoas a procurarem seus direitos, dando origem a uma enxurrada de pedidos. “La avalancha de solicitudes llegadas de todos lados

---

<sup>41</sup> ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson de la; RODRIGUES, Julio Carlos. **La oligarquía oriental [...]** *Op Cit* p. 90

<sup>42</sup> Id. *Ibid* p. 114

<sup>43</sup> Id. *Ibid* p. 116

<sup>44</sup> TORRE, Nelson de la; RODRIGUEZ, Julio C.; TORRES, Sala Lucia de. **Después de Artigas.** *Op Cit* p. 97

donde los donatarios artiguistas aún conservaban un mínimo de posesión, colocó al Gobierno en grave conflicto. Con ese motivo el 22 de enero de 1829 el Ministerio del Gobierno pasó a una orden a los tribunales para que se suspendiese el curso de todos los expedientes donde se tratase de las donaciones realizadas por Artigas, hasta que la Asamblea General resolviese la línea a seguir en los terrenos donados por los gobiernos anteriores. Sometidos a tal resolución se paralizaron todos os trámites iniciados por los donatarios artiguistas ante cuyas reclamaciones fueron recayendo sucesivamente vistas fiscales y autos que se amparaban en la resolución superior para no conocer ni comprometer opinión en los asuntos debatidos.”<sup>45</sup>

Os autores Torre, Rodrigues e Torres acabam por colocar que esta disputa entre posseiros e proprietários, que perpassará os tempos acabará por entrar para as disputas políticas locais. “En los campos [...] nuevos y viejos poseedores se enzararon en furiosos pleitos, algunos de los cuales no finalizarían sino muy avanzado el siglo. No es del caso insistir aquí sobre la enorme importancia que tuvo este hecho para nuclear a los hacendados de intereses contrapuestos sobre la misma tierra, en facciones enemigas que a la postre – junto a otras motivaciones – se decantarían en los llamados partidos tradicionales: Blanco y Colorado.”<sup>46</sup>

### **O Uruguai e seus partidos: *blancos e colorados***

Torre, Rodrigues e Torres, em **Después de Artigas**, de 1970, escrevem a respeito da estrutura social da Cisplatina, bem como sobre a formação das diferenciações partidárias. “[...] la estructura social semifeudal, por la cual los lazos de dependencia personal se sobreagregaron a los lazos de solidaridad de clase, desfibrando, corroyendo las antiguas configuraciones de ‘revolución’ y ‘contrarrevolución’. En fin de cuentas, estas relaciones, teñidas de uno u otro contenido histórico-concreto tuvieron una suficiente solidez como perdurar en época independiente hasta cristalizar en los partidos de York y Lancaster, de borgoñones y armagnacs que dieron al Uruguay décimono su rostro reconocible: Blancos y Colorados.”<sup>47</sup>

A República Oriental do Uruguai se havia dividido em Blancos e Colorados, sendo os primeiros, como mencionados anteriormente apoiados pelo Paraguai e pelos Federalistas argentinos e menos flexíveis à ingerência brasileira; ao passo que os segundos, apoiados pelo Império, sendo mais flexíveis quanto à navegação, relações comerciais, concessões

<sup>45</sup> TORRE, Nelson de la; RODRIGUEZ, Julio C.; TORRES, Sala Lucia de. **Después de Artigas**. *Op Cit* p. 98

<sup>46</sup> Id. *Ibid* pp. 98-99

<sup>47</sup> Id. *Ibid* p. 10

territoriais, extraterritorialidade, etc. *Eram os abasileirados*. Entre eles encontravam-se os criadores rio-grandenses – e seus dependentes e agregados – com enormes porções de terras no norte do Uruguai, que apontavam para a subalternização do Estado oriental ao Império.

Os partidos *Blanco* e *Colorado* surgiram na década de 1830 do embate entre facções que lideraram o processo de independência do Uruguai, cujos expoentes eram Manuel Oribe e Fructuoso Rivera.<sup>48</sup>

A respeito dos dois grupos políticos, o historiador brasileiro Moniz Bandeira, escreveu em **O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança**, de 1995: “O Uruguai também se fracionou em dois blocos políticos, *blancos* e *colorados*, como um prolongamento, em parte, das dissidências que se verificavam internamente na Confederação Argentina.”<sup>49</sup> Contudo, em nosso entendimento, não há esse prolongamento mecânico, mesmo quando havia identidade conjuntural ou de interesses. Entendemos que devemos respeitar as peculiaridades existentes em cada país, mesmo levando em consideração que os interesses dos *colorados* fossem condizentes com os unitários argentinos, uma vez que ambos os grupos eram formados pela burguesia importadora; ou ainda que os *blancos* teriam uma visão mais próxima dos federalistas argentinos, sendo formados basicamente por estancieiros charqueadores. Não podemos ignorar, além da história local, as personalidades das lideranças em cada partido, em cada região.

A respeito desta divisão partidária, e da necessidade de relativizar a identificação entre *colorados* e unitários, *blancos* e federalistas, escreve o historiador argentino revisionista José María Rosa, no seu célebre estudo **La guerra del Paraguay: y las montoneras argentinas**, de 1985: “Los *blancos* orientales equivalen a los *federales* occidentales, como los *colorados* a los *unitarios*. Esta comparación vale solamente en general pues la presencia de un fuerte caudillo – Fructuoso Rivera – tiñó al coloradismo de un cierto sabor criollo ausente del unitarismo argentino.”<sup>50</sup>

A divisão dentro do Estado Oriental não era apenas de cunho político. Ela também representava uma dissensão no que diz respeito à orientação econômica. Segundo escreve

---

<sup>48</sup> Cf. NAHUM, B. **Manual de História del Uruguay – 1830-1903**. 2ª ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1994.

<sup>49</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro [...]** *Op Cit* p. 82

<sup>50</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay: y las montoneras argentinas**. 1ª ed. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 1985 p. 83

Bandeira na obra citada: “Dessa forma, paralelamente às rivalidades econômicas e políticas entre os diversos grupos rurais e mercantis, à competição pelas pastagens e pelos estoques de gado, à disputa das rendas aduaneiras pelas províncias, pode-se dizer, *grosso modo*, que então se produziu um corte profundo em toda a sociedade platense, estruturada sobre a produção pecuária, defrontando-se, de um lado, os grupos ligados à burguesia comercial, importadora, cujos redutos mais fortes se encontravam nos portos de Buenos Aires e de Montevideú, e, do outro, as classes sociais sustentadas pela economia nativa, as massas rurais, *montoneras* ou *farroupilhas*, [sic] que os estancieros saladeristas, como facção dominante, acaudilhavam.”<sup>51</sup>

Bandeira escreve que: “Em 1843, porém, o reconhecimento da independência do Uruguai urgia. A queda de Montevideú em mãos de Oribe, segundo ao governo imperial se afigurava, era iminente, o que consolidaria o fechamento do Rio da Prata, dominadas pela Confederação Argentina. O Paraguai, vulnerável em sua posição geográfica, não teria como escapar ao xeque-mate que o Governo de Buenos Aires lhe preparava. Sem acesso ao mar, encravado no interior da América do Sul, sua independência dependia da independência ao Uruguai.”<sup>52</sup> Isso porque, Montevideú lhe servia de porto alternativo a Buenos Aires, que exigia submissão inaceitável.

O presidente uruguaio Oribe, *blanco*, se indisporia com o Império, pois, por um lado, lutava para impor a autonomia oriental sobretudo sobre os departamentos do norte do país, em grande parte em mãos de criadores escravistas rio-grandenses. Para tanto, apoiara-se em Rosas, interessado na autonomia uruguaia, por diversas razões, entre elas, recuperar os gados da Banda Oriental desviados para as charqueadas rio-grandenses. A respeito escreveu Moniz Bandeira: “E o problema com o Uruguai se tornou cada vez mais difícil, uma vez que Oribe, com o domínio sobre os campos, atacou os interesses dos charqueadores brasileiros, assegurando a liberdade dos escravos foragidos e proibindo a transferência de gado território brasileiro.”<sup>53</sup>

Como assinalado, os departamentos setentrionais do Uruguai, na fronteira com o Rio Grande do Sul eram, em grande parte, propriedades de rio-grandenses, que se negavam a pagar impostos sobre as terras e sobre os gados exportados para as charquearias situadas dentro das fronteiras de sua terra natal. Os fazendeiros rio-grandenses em terras orientais serviam-se igualmente em forma abundante do braço escravizado, mesmo tendo sido a

<sup>51</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay**[...] *Op Cit* p. 83

<sup>52</sup>BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro** [...] *Op Cit* p. 95

<sup>53</sup>Id *Ibid* p. 101

escravidão abolida naquele país em 1842. Nos fatos, comportavam-se como se vivessem no Rio Grande do Sul.

Em uma ação conjunta com os argentinos Mitre e Urquiza, o Império derrota Juan Manoel Rosas na Batalha de Caseros [3 de fevereiro de 1852], após dobrar, sem combates, Oribe no Uruguai, como podemos acompanhar nas palavras de José Maria Rosa: “En 1851 capitula Oribe ante Urquiza. Éste, no obstante su pronunciamiento y su alianza interesada con Brasil, simpatiza con los blancos. ‘No hay vencedores ni vencidos’ es la fórmula del *Pantanos* el 8 de octubre. Se convocaría a elecciones de diputados y senadores, que formaban la Asamblea Nacional encargada constitucionalmente de elegir al presidente de la República.”<sup>54</sup>

No Uruguai as eleições para presidente não eram pelo voto popular, mas censitárias e, pelo Congresso Nacional. Ou seja, votavam apenas os grandes proprietários, nos proprietários ainda mais ricos. Quem controlava a bancada maior, obviamente, elegia o presidente. Rosa escreve: “De allí que la mayoría, de los diputados y senadores elegidos en el comicio de 30 de noviembre de 1851 pertenecieran al partido Blanco. Importaba poco el color de los asambleístas, porque tanto Brasil como Urquiza se habían puesto de acuerdo en el general Garzón para la presidencia. [...] Pero ocurre algo inesperado. Garzón, enfermo desde al comienzo de la campaña contra Rosas, muere el 1º de diciembre, el día siguiente de las elecciones. [...] Juan Francisco Giró asumió la presidencia.”<sup>55</sup>

### **A crise uruguaia e os tratados de 1851**

Em 1851, o Estado Oriental saía da Guerra Grande, iniciada em 1839 e concluída quando o Império, com Urquiza vergara Oribe e depusera Rosas. Segundo podemos ler no trecho de Moniz Bandeira, em **O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata**, de 1995: “A condição em que o Uruguai se encontrava, àquela época, era ainda bastante crítica. Ao término da Guerra Grande, em 1851, o país unificara-se, formando-se um só governo, sob a presidência de Juan Francisco Giró, mas, com a economia em ruína, ficara reduzido a mero protetorado do Brasil. Sua população, estimada em 140.000 habitantes, por volta de 1840, baixara para 132.000, dos quais 34.000 (40.000 anteriormente) residiam

---

<sup>54</sup>ROSA, José Maria. **La guerra del Paraguay [...]** *Op Cit* p. 84

<sup>55</sup> Id. *Ibid* pp. 84-85

em Montevideu. Dos 24 saladeiros, que existiam em 1842, apenas 3 ou 4 funcionavam e a causa do colapso dessa indústria fora a falta de matéria-prima, o gado.”<sup>56</sup>

Um protetorado se dá no momento em que um país é colocado sob a autoridade de outro governo. no entanto, percebemos que no momento, o Uruguai contava com governo próprio, representação diplomática própria e com suas instituições políticas e jurídicas funcionando, mesmo que aparentemente. Pensamos que se tratava de um semi-protetorado, onde vigia as instituições orientais, limitadas pelas cláusulas restritivas à independência do Tratado e pela enorme dependência econômica ao Império. O poder militar do Império e sua hegemonia sobre o Prata assombrava igualmente a autonomia e a independência do pequeno Estado.

O Império teria persuadido Oribe a se portar dessa forma depois que mandou o Marquês do Paraná ao rio da Prata negociar o apoio de dois potenciais inimigos: o presidente uruguaio e Justo José Urquiza. Segundo escreve o jornalista brasileiro Jorge Caldeira em **Mauá**: empresário do Império: “Logo que desembarcou, estabeleceu contatos com emissários de Manuel Oribe, o general rosista, adversário, que controlava todo o interior do Uruguai no comando de tropas que misturavam argentinos e muitos uruguaios. Em pouco tempo, conseguiu um encontro secreto, e fez uma proposta: disse que não teria chance numa guerra com o Exército brasileiro, que o futuro do país estava em suas mãos – e que seria melhor ser prudente. Prometeu anistia para sus tropas – comandante incluído -, garantiu que ele não seria molestado pelo novo governo e poderia contar com a proteção das tropas brasileiras para que a promessa valesse. Pouco depois, Paraná conseguiu contatos com Justo José Urquiza, o presidente da província de Entre Rios que vinha demonstrando descontentamento com Rosas. Com Urquiza, o tom da conversa mudou. Paraná falou principalmente de economia, e deu a entender que o Brasil poderia facilitar bastante as compras de charque daquela província.”<sup>57</sup>

Mas ainda seria necessário trazer Urquiza para o lado do Império. Somente assim, poderiam derrotar Rosas. E assim se fez. Paraná sabia que o governador de Entre Rios estava insatisfeito e poderia se aliar em uma luta contra o governante da Confederação Argentina. Segundo Caldeira: “[...] Urquiza aproveitou para explicar que teria até muita vontade de se aliar ao Brasil, não fosse o fato de os cofres de sua província andarem muito vazios naquele momento. Paraná entendeu o recado, e apresentou ali mesmo sua proposta para resolver o impasse. O governo brasileiro poderia fazer um empréstimo para a guerra, desde que, em caso

<sup>56</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro [...]** *Op Cit* p. 113

<sup>57</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: empresário do império. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 pp. 231-232

de vitória, o futuro governo argentino reconhecesse o débito como dívida pública. Urquiza negaceou um pouco, colocando novos empecilhos ao acordo. Para ganhar a guerra, explicou, suas tropas precisariam atravessar um rio muito largo, mas não tinham navios para a tarefa. Paraná então lhe garantiu que haveria navios brasileiros, bons e rápidos vapores, esperando suas tropas no momento adequado. Como Urquiza demonstrasse ainda certo receio de enfrentar o ditador, Paraná passou a outra etapa de seus negócios: usou uma eventual aliança com Urquiza para pressionar Oribe, e a promessa de que teria Oribe ao seu lado para dar mais coragem a Urquiza na luta contra Rosas. Deu certo: Paraná acabou convencendo os dois inimigos potenciais a mudar de lado. Oribe aceitou a oferta de anistia, e Urquiza assinou um tratado secreto nos moldes daquele feito com o governo de Montevideú.”<sup>58</sup>

Essa jogada, que terminou com a “conversão” de Oribe e com a ajuda de Urquiza terminaria com a queda de Rosas, assim descrita por Jorge Caldeira: “Em setembro de 1851, Oribe se rendeu ao governo da cidade de Montevideú sem disparar um tiro. Para completar a vitória do plenipotenciário brasileiro, todo o exercito sob seu comando continuou armado, e apenas mudou de lado. Em vez de lutar contra o Brasil, seria empregado na derrubada de Rosas. [...] Os soldados brasileiros ficariam na retaguarda, como reserva para uma eventual derrota das tropas aliadas – e nem precisaram lutar. Em fevereiro de 1852, depois de um único combate, em Monte Caseros, o exército rosista foi desbaratado. O ditador nem sequer tentou estender a resistência na capital. Pediu asilo aos ingleses, embarcou na fragata *Conflict*, e dali assistiu ao desfile das tropas argentinas, uruguaias e brasileiras nas ruas de Buenos Aires.”<sup>59</sup>

Em **Mauá**: empresário do Império, Caldeira refere-se às condições econômicas em que se encontrava o Estado Oriental no início da década de 1850. “Nada parecia indicar um bom futuro naquele lugar. Perto do Uruguai, o Brasil parecia uma ilha de prosperidade e ordem política e financeira. Nos seis anos transcorridos desde a guerra de 1851, o país vizinho tivera quatro presidentes da República, e renegociara duas vezes o empréstimo de Mauá, pago aos trancos e barrancos. Continuavam circulando pela praça de Montevideú moedas de todo o mundo, e não havia ainda uma moeda nacional. O comércio era confuso e precário, porque não havia um único banco no país – ali os grandes comerciantes ainda desempenhavam o papel de sistema financeiro, emprestando dinheiro a juros de agiota –, mesmo porque a cobrança de dívidas nos pampas não era exatamente uma atividade singela.”<sup>60</sup>

<sup>58</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: empresário [...] *Op Cit* p. 232

<sup>59</sup> Id. *Ibid* pp. 232-233

<sup>60</sup> Id. *Ibid* p. 231

Portanto, a situação do Uruguai era ruim não só pelos efeitos da guerra encerrada em 1851, mas também pelos privilégios arrancados ao Uruguai, em boa parte em favor dos criadores rio-grandenses residentes em terras orientais, na fronteira com o Rio Grande do Sul, e devido aos tratados impostos ao Uruguai: “Além dos atos de pilhagem, as *califórnicas*, os brasileiros retiravam, sistematicamente, o gado do Uruguai, sem pagar qualquer imposto aduaneiro, para abastecer as charqueadas do Rio Grande do Sul, privilégio que o Tratado de Comércio, firmado por Andrés Lamas, em 1851, derogando as proibições do Governo Oribe. Eles ocupavam uma faixa extensa e fértil do Uruguai, ao longo da fronteira com o Brasil, onde mantinham campos de criação e engorda de gado. [...] Cerca de 428 estâncias, pertencentes a brasileiros, abrangiam a superfície de 1.782 léguas quadradas, o equivalente a 30% do território do Uruguai.”<sup>61</sup>

Os tratados de outubro de 1851, que segundo o historiador argentino León Pomer, em **Os conflitos na Bacia do Prata**, de 1979, custaram a dignidade do país<sup>62</sup>, são também citados por seu compatriota José Maria Rosa. “Esos cinco tratados son una vergüenza diplomática. En el de *limites* se ceden las Misiones Orientales a Brasil (Urquiza, por una ‘garantía de cumplimiento’ del 15 de mayo de 1852, renunció a los derechos argentinos) y se adjudica al imperio la plena propiedad de la zona norte del Chuy, laguna Mirim y el rio Yaguarón; en el de *alianza* se ‘garantiza la nacionalidad oriental’ con el derecho de intervención militar brasileña en los conflictos internos uruguayos; en el *subsídios* se le entrega dinero al gobierno de la ‘defensa’ [Gobierno de Montevideú durante o cerco], que sería reembolsado por el gobierno constitucional al 6% anual, y mientras no se pagase la deuda Brasil intervendría las finanzas uruguayas ‘para mejor asegurar al reconstrucción del Estado Oriental’[...].”<sup>63</sup>

Segue o historiador: “[...] pero el de *comercio y navegación*, los estancieros brasileños con propiedades en el Estado Oriental no pagarían impuestos por la exportación de sus haciendas y quedaban exentos de milicias, contribuciones y requisiciones militares, sería común la navegación del Plata y del Uruguay (que no eran limítrofes) no así la de aguas limítrofes (laguna Mirim y rio Yaguarón) que serían exclusivamente brasileñas, la isla Martin García ‘sería neutralizada’ en caso de quedar uruguaya; por el tratado de *extradición* además de la devolución de criminales se hacía la de esclavos brasileños fúgidos al territorio oriental, entregados a simple requisición y sin trámites engorrosos; los esclavos no perdían su

<sup>61</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro [...]** *Op Cit* pp. 113-114

<sup>62</sup> POMER, Leon. **Os conflitos na Bacia do Prata**. São Paulo: Brasiliense, 1979 pp. 37-38

<sup>63</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay [...]** *Op Cit* pp. 85-86

condición por el hecho de pisar territorio oriental no obstante encontrarse abolida la esclavitud en él, y podrían los estancieros brasileños tener en sus estancias uruguayas los esclavos con el régimen servil que les pluguiese.”<sup>64</sup> Destaque-se que nessa época, como já proposto, a escravidão fora abolida no Uruguai em 1842.

Os *blancos* uruguayos não eram favoráveis a uma ingerência do Império em seu país. Por outro lado, os *colorados* eram mais flexíveis ao Império, já que dependeram dele para retornar ao poder: por isso, os tratados citados foram por eles assinados. Mas no momento, o presidente da República Oriental era Giró. E segundo Bandeira: “O Presidente Juan Francisco Giró, que se elegera, sobretudo, com o apoio dos *blancos*, tentou desvencilhar-se de algumas responsabilidades, contraídos pelos *colorados* durante o cerco a Montevideú, e adquirir certa margem de poder para governar. Com o objetivo a renegociação dos Tratados com o Brasil, especialmente na questão das fronteiras, entendeu que os devia submeter à ratificação pelas Câmaras, propiciando, assim, o debate e o surgimento de objeções. Por outro lado, decidiu que o Estado passaria a administrar as rendas aduaneiras, então sob o controle de uma sociedade mista, integrada pelos credores e representantes do Governo.”<sup>65</sup>

León Pomer escreveu a respeito da reação do presidente Giró sobre os tratados: “O novo governo oriental [Juan Francisco Giró] não estava disposto a aceitar os tratados de 12 de outubro de 1851 com o Brasil. O cerceamento territorial e o livre transporte de gado vacum até o Rio Grande do Sul eram extremamente difíceis de entender. O primeiro recortava o território sob soberania nacional e o segundo não só subtraía rendas indispensáveis ao governo, como também praticamente anulava toda a possibilidade de reconstruir uma indústria de charque no Uruguai.”<sup>66</sup>

### **O intervencionismo imperial e o caminho para a guerra**

Procuramos destacar o constante intervencionismo imperial no Estado oriental. José Maria Rosa ressalta que o Império interveio militarmente no Uruguai com frequência, chegando a chamar a República Oriental de “protetorado” brasileiro, condição esta que se estabeleceu depois dos tratados de 1851, como assinalado. Chega mesmo a compará-lo à antiga Província Cisplatina. No entanto, enfatiza que o domínio agora era apenas virtual, pois o Império tomaria o cuidado de não atrair a antipatia da Inglaterra, que fora favorável à

<sup>64</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay [...]** *Op Cit* pp. 85-86

<sup>65</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro [...]** *Op Cit* p. 114

<sup>66</sup> POMER, Leon. **Os conflitos [...]** *Op Cit* p. 48

independência uruguaia. O governo inglês era contra o fortalecimento de qualquer nação americana que pudesse se antepor aos seus designos. Ainda escreve que era do interesse do Império que o governo *blanco* fosse substituído por um *colorado*.<sup>67</sup>

Depois da queda de Oribe, formou-se novo governo no Estado Oriental, um triunvirato – o Brasil deu seu “beneplácito” à queda de Giró à afirmação do triunvirato. Segundo León Pomer: “Com a queda de Giró – convenientemente preparada pelo gabinete imperial e pelo governo de Buenos Aires – armou-se no Uruguai um governo de três pessoas, uma das quais, o famoso Juan Antonio Lavalleja, faleceu quase em seguida, ficando à testa do país Fructuoso Rivera e Venâncio Flores. A maior autoridade do Império na Banda Oriental era agora o Dr. Amaral, que de imediato se transformou no grande manipulador de títeres do governo uruguaio.”<sup>68</sup> No triunvirato que se formou, um dos três líderes era *blanco*, e dois eram *colorados*.

Rosa ressalta que além da afinidade dos colorados para com os imperialistas, o fato que dois dos membro do triunvirato que assumiu depois da queda de Giró morressem, terminou deixando o governo para Flores. “En 1852 se convenía que los blancos nacionalistas fueron desalojados del gobierno por los colorados brasileñistas. [...] Pero la revolución acabaría por estallar el 18 de julio de 1853, dominando los cuerpos de línea colorada a las milicias populares de preferencias blancas. Pero no pudo mantenerse un gobierno integralmente colorado; se transigió por un triunvirato de Lavalleja, Rivera y el general colorado Venancio Flores. Al año siguiente habían muerto los ancianos Lavalleja y Rivera y Flores quedará como jefe único.”<sup>69</sup>

Em 1860, os problemas voltariam, uma vez que novamente os blancos conseguiriam indicar o presidente da República, Bernardo Berro que, novamente, procurou obter maior autonomia nacional em relação ao Império. “En 1860 asume la presidencia oriental Bernardo Berro. No obstante su militancia blanca, por su gusto quisiera terminar con las luchas que desangran al Plata. [...] Berro intenta, por la habilidad de sus diplomáticos (Juan José de Herrera y Cándido Juanicó) restablecer la perdida soberanía oriental, pero nada puede contra

---

<sup>67</sup> ROSA, José María **La guerra del Paraguay [...]** *Op Cit* p. 86

<sup>68</sup> POMER, Leon. **Os conflitos [...]** *Op Cit* p. 50

<sup>69</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay [...]** *Op Cit* pp. 86-87

Brasil que esgrime los tratados de 1851. Ni siquiera se le permite cambiar el Encargado de Negocios en Rio de Janeiro, donde debe continuar Andrés Lamas, el gestor de los tratados.”<sup>70</sup>

A situação uruguaia seria determinante para o surgimento de divergências entre os países sul-americanos. “O elemento catalisador de todas as divergências foi a situação política no Uruguai, sob a presidência, desde 1860, de Bernardo Berro. O porto de Montevideu apresentava-se como concorrente de seu congênere de Buenos Aires, pois Entre Rios e Corrientes dele se utilizavam como variante comercial para suas exportações. Desse modo, a República uruguaia estabeleceu relações com a resistência federalista contra Mitre.”<sup>71</sup>

Em **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai, ressalta a importância da situação no Estado Oriental para Argentina, o Império e o Paraguai. “O presidente Berro indispos-se [sic] tanto com a Argentina, quanto com o Império, que o fim do seu governo passou a interessar a esses dois países. Se isso ocorresse, permitiria a Mitre consolidar o Estado unitário, após o que poderia enfrentar o Paraguai e os federalistas de Corrientes e Entre Rios, caso se aliassem com Solano López. Já ao Brasil, o término daquele governo significaria atender aos reclamos dos fazendeiros gaúchos [sic], liberando o Império para pressionar, militar e diplomaticamente, o Paraguai para forçá-lo a aceitar o rio Apa como fronteira entre os dois países.”<sup>72</sup> Em nosso entendimento, indispor-se talvez não seja o termo adequado para se referir à relação de Berro com o Império e a Argentina. O que o presidente uruguaio procurou foi enfatizar a independência oriental. Como já mencionado, havia um tratado assinado em 1851 por Andrés Lamas, dando enormes privilégios ao Império onde citamos: possibilidade de intervenção militar, extraterritorialidade, sem contar na alternativa de usar trabalhadores escravizados. Ainda não devemos nos esquecer que havia muitas propriedades de estancieiros rio-grandenses em terras orientais, de onde retiravam o gado sem pagar qualquer tributo. Berro se posicionava contra essa situação e não renovou o tratado.

Em **O Conflito com o Paraguai**, de 1996, Doratioto elenca razões do Império em uma possível colaboração para com os colorados contra o governo Berro. O citado autor enfatiza que pecuaristas rio-grandenses que habitavam em território oriental aproveitavam para contrabandear o gado para o lado brasileiro, onde o transformavam em charque e o vendiam

<sup>70</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay [...]** *Op Cit* p. 88

<sup>71</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 p. 45

<sup>72</sup> Id. *Ibid* p. 46

para alimentar os escravos.<sup>73</sup> “O governo do presidente Berro procurou pôr fim à liberdade de ação desses pecuaristas, que reagiram, reclamando do Império proteção aos brasileiros que estariam sendo vítimas de maus-tratos da parte das autoridades uruguaias e davam publicidade a esses fatos por meio da imprensa e do Parlamento. Foram bem-sucedidos em criar, dessa forma, na opinião pública brasileira uma posição favorável à intervenção do Império no Uruguai.”<sup>74</sup> Em nosso entendimento, o presidente Bernardo Berro procurou pôr fim à liberdade de uma ação que era ilegal. Ou seja, Berro tencionava terminar com a ação da retirada do gado de suas fronteiras para o território oriental sem o pagamento de tributos. Procurou por fim ao contrabando de seu gado.

Doratioto em **A Guerra do Paraguai** enfatiza a relação entre o Império, a Argentina mitrista e o governo de Bernardo Berro. “Em relação ao Brasil, o presidente Berro procurou enfraquecer a hegemonia imperial em seu país. O governo uruguaio recusou-se a renovar o Tratado de Comércio e Navegação, quando esse espirou em 12 de outubro de 1861, eliminando, assim, os privilégios comerciais do Império.”<sup>75</sup> Já ressaltamos oportunamente que os privilégios conseguidos pelo Império dentro do território oriental não eram apenas comerciais.

### **Flores toma o poder**

Dessa forma, se iniciou no Uruguai uma ação armada, com o intuito de colocar fim ao domínio dos blancos, mas que somente seria complementada no mandato do próximo presidente, Aguirre, conforme lemos em **Maldita Guerra**: “Em abril de 1863 o caudilho *colorado* Venâncio Flores, que, no ano anterior, combatera sob as ordens de Mitre na batalha de Pavón, invadiu o Uruguai com tropas recrutadas e organizadas em Buenos Aires e com o beneplácito do governo argentino.”<sup>76</sup>

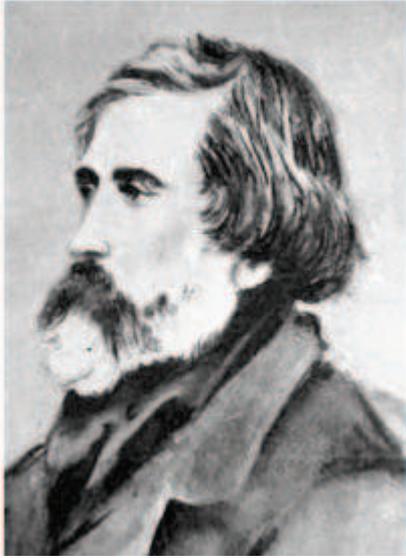
Bandeira ainda ressalta que não só houve um consentimento imperial na intervenção contra o governo *blanco*, como era importante que o governo oriental fosse favorável às políticas brasileiras no Prata. “A sublevação *colorada* empreendida por Flores e incitada desde a Argentina [por Mitre], correspondeu aos interesses econômicos e políticos [das classes dominantes hegemônicas] do Brasil e esta convergência viabilizou o entendimento

<sup>73</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva **O conflito com o Paraguai**. São Paulo: Ática, 1996 p.16

<sup>74</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva **O conflito [...] Op Cit** p. 16

<sup>75</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monte Oliva. **A Guerra do Paraguai**. In **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro, Brasília: UnB, 1998 p. 200

<sup>76</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva **Maldita Guerra [...] Op Cit** p. 46



**Figura 3: Retrato de Venâncio Flores[1808-1868]. Caudilho colorado, foi presidente do Uruguai por duas vezes, entrando na Guerra do Paraguai ao lado do Império por lhe dever a presidência de seu país.**

Fonte: [Http://www.google.com.br](http://www.google.com.br)

com Mitre. Se o eixo Montevidéu-Parana-Assunção não convinha ao governo do Rio de Janeiro, constituía igualmente um perigo para Buenos Aires. Era preciso, portanto, empecê-lo, destruir aqueles que o tentavam compor. [...] De sua parte, o Governo de Buenos Aires necessitava de um aliado em Montevidéu, por modo a conter Urquiza e, debelando as rebeliões *montoneras* por ele açuladas, sopear o Paraguai, que era, em certo sentido, exemplo e estímulo para as tendências federalistas ainda vigorosas. E a articulação entre Paraguai e Uruguai, com a participação de Entre Rios e Corrientes, poderia constituir a base de outra Confederação, adversa à República da Argentina.”<sup>77</sup>

Trabalhamos com a hipótese mais factível apresentada por Rosa, para a intervenção de Flores. O caudilho *colorado*, até o momento de sua invasão do Uruguai oficial dos exércitos argentinos de Mitre, teria agido de acordo com os governos do Império e da Argentina. “El 19 de abril de 1825 Lavalleja y Oribe con los 33 orientales iniciaban desde la Agraciada la liberación de la ocupación brasileña; el 19 de abril de 1863 Venancio Flores, desembarcado cerca de la Agraciada, comenzaba su *Cruzada Libertadora* destinada a afirmar la injerencia brasileña en el Estado Oriental. [...] Flores se ‘adelantó’ o hizo adelantar los planes de su correligionario y amigo con dinero, armas y transportes, facilitados por el trompeterío de la prensa liberal porteña que, después de Pavón, por un de esos misterios en la ‘libertad’ era toda la prensa porteña. Una vez asentado el invasor en su campamento del Paso de la Laguna, se le incorporaron partidas de Corrientes (donde gobernaban los mitristas) y de la provincia brasileña de Rio Grande; muchas armas, municiones e implementos de guerra salieron libremente del puerto de Buenos Aires con destino revolucionario.”<sup>78</sup>

Berro seria sucedido então por Anastasio Aguirre. Segundo Bandeira, isto levou a uma radicalização das relações entre os governos dos países do Prata e do Império. “Ao começo do ano de 1864, a situação interna tanto no Uruguai quanto no Brasil radicalizou-se. O mandato de Berro terminou e Anastásio Aguirre, da facção mais agressiva e extremada [sic] dos

<sup>77</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro [...]** *Op Cit* p. 172

<sup>78</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguai [...]** *Op Cit* p. 101

*blancos*, assumiu provisoriamente a Presidência da República. No Brasil, Zacarias de Goes e Vasconcelos, ex-Presidente da Província do Paraná, quando denunciara a ‘terrível ocorrência’ da erva paraguaia, e líder do Partido Progressista, voltou a organizar novo Gabinete e o Brigadeiro honorário Antônio de Sousa Neto, saladerista e estancieiro no Uruguai, apareceu no Rio de Janeiro, a reclamar a intervenção contra o Governo de Montevideú, por modo a coibir supostos maus tratos e perseguições aos brasileiros residentes naquele país.”<sup>79</sup>

Segundo Doratioto em **Maldita Guerra**, de 2002: “Em abril de 1864, o governo imperial enviou em missão especial ao Uruguai o conselheiro José Antônio Saraiva, deputado liberal de posições moderadas. Suas instruções eram as de exigir do governo uruguaio o respeito aos direitos dos brasileiros residentes no país, a punição dos funcionários uruguaio que teriam abusado da sua autoridade e que se indenizassem por prejuízos causados por eles a propriedades de brasileiros. Na realidade, o Rio de Janeiro tratava de criar condições para justificar a invasão da República vizinha, sendo Saraiva portador de um *ultimatum* para Montevideú.”<sup>80</sup>

O pretexto para a invasão imperial no Uruguai seriam os pretendidos maus tratos sofridos pelos brasileiros lá residentes. A intervenção ia além disso, tinha por trás dessa motivação manter os uruguaio sob dependência do Estado Imperial, fazendo valer os tratados de 1851. Os imperiais ainda vislumbravam o Paraguai, pois com essa atitude, colocavam o país guarani de joelhos, retirando-lhe a saída ao mar. “Pretextando – eterno pretexto – las ‘vejaciones’ sufridas por los propietarios brasileños de estancias uruguayas sin atender a la condición de ‘minoría privilegiada’ que les daban los tratados de 1851 [...], apenas conocida la noticia de Pavón, el ejército imperial se dispone a ocupar la República Oriental. El movimiento de Flores era sólo una operación auxiliar de otra mayor. [...] La invasión era publica en abril de 1863. Todos sabían que ‘día más, día menos’, Flores iría con los hombres y las armas reunidos en Buenos Aires y Brasil, a la vista de todo el mundo, a libertar en beneficio brasileño al Estado Oriental.”<sup>81</sup>

Em **Maldita Guerra**, Doratioto escreve que o Brasil conseguiu a neutralidade de Mitre para depois apresentar um *ultimatum* ao presidente Aguirre para que cumprisse as exigências brasileiras. “Assegurada a benévola neutralidade de Mitre [sic], o governo imperial instituiu Saraiva para apresentar um *ultimatum* ao presidente Aguirre, para que atendesse às

<sup>79</sup> BANDEIRA, Moniz **O expansionismo brasileiro [...]** *Op Cit* pp. 176-177

<sup>80</sup> Id. *Ibid* pp. 52-53

<sup>81</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay [...]** *Op Cit* pp. 92-93

exigências brasileiras. Saraiva mantinha, porém, a postura moderada, quando comparada ao intervencionismo belicoso do governo imperial. Foi, de fato, apresentado o *ultimatum* em 4 de agosto, dando-se prazo de seis dias para o atendimento das exigências, do contrário tropas brasileiras entrariam no Uruguai para garantir os direitos [sic] dos súditos do Império ali residentes. [...] Assim, Montevideu rompeu relações com o Império, e o ministro oriental no Paraguai, Vásquez Sagastume, entregou ao governo guarani cópias da nota de Saraiva com o *ultimatum*.”<sup>82</sup>

A respeito da pretensa neutralidade de Mitre, José Maria Rosa escreve: “Era el 15 de junio. El 22 de la escuadra mitrista, al acecho cerca de Martín García, se apoderó del buque de guerra oriental *General Migas*, que llevaba para reforzar los ejércitos gubernistas del norte, y bloqueó la entrada del Uruguay para cortar las comunicaciones entre Montevideo y los puertos sobre ese río. Bloqueado el Uruguay y ayudado por contingentes y armas salidos de Buenos Aires a la luz del día, el triunfo de los revolucionarios no era dudoso. El caudillo insurgente aprovechó la situación para batir a los gubernistas en *Las Cañas* (25 de julio).”<sup>83</sup> Se contingentes e armas saíram de Buenos Aires para auxiliar Flores – que servira recentemente como oficial nos exércitos de Buenos Aires – no combate a Aguirre, é difícil imaginar que Bartolomé Mitre realmente fosse *neutro* e não tivesse impulsionado o conflito.

Sobre a ajuda recebida pelo caudilho Venâncio Flores por parte do Brasil, Rosa escreve o seguinte: “Flores era ayudado a cara descubierta: en el parlamento brasileño se habrían oído expresiones que no dejaban dudas sobre la posición y papel de imperio. Estaba claro que imperiales y mitristas iban a poner en la República Oriental un gobierno de sus conveniencias, mejor dicho, de las conveniencias brasileñas, pues el mitrismo jugaba el papel de una fuerza de choque.”<sup>84</sup>

É fundamental ressaltar que houve uma admoestação clara e explícita do governo paraguaio ao Império para o caso de uma invasão imperial no Uruguai. Para muitos historiadores, a invasão imperial na República uruguaia o início da Guerra do Paraguai [ver capítulo “O que se escreve sobre a Guerra do Paraguai” sobre o revisionismo]. “No sabía Saraiva el 7 de setiembre que Paraguay había tomado cartas en el juego. El 30 de agosto, por nota del ministro Bergés al representante brasileño Vianna de Lima, hacía saber a Brasil breve

---

<sup>82</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra [...]** *Op Cit* pp. 58-59

<sup>83</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay [...]** *Op Cit* p. 103

<sup>84</sup> Id. *Ibid* pp. 103-104

enérgicamente que en conocimiento del ultimátum a Uruguay del 4, ‘Paraguay juzgará cualquier ocupación de territorio oriental... como atentatorio al equilibrio de los Estados del Plata... descargándose desde luego, de toda responsabilidad de las ulterioridades’. Era, pues, la guerra; la tan temida guerra con Paraguay si seguían las ‘represalias’.”<sup>85</sup>

O governo imperial não teria dado maior importância ao aviso dado por Solano López, e segundo Doratioto, em seu texto **A Guerra do Paraguai**: “A ameaça implícita nessa nota paraguaia não foi levada a sério quer pelo governo Imperial, quer pelo argentino. Em 12 de setembro, em decorrência do *ultimatum*, tropas brasileiras penetraram em território uruguaio, retornando dias depois ao Rio Grande do Sul. Em 20 de outubro, o vice-almirante Tamandaré, que substituíra Saraiva como representante político do Império no Uruguai, assinou o Acordo de Santa Lúcia com Venâncio Flores, pelo qual se estabelecia a cooperação entre aquele caudilho e as forças brasileiras.”<sup>86</sup> É discutível a posição de Doratioto quanto ao fato de o Império não ter dado maior importância a uma declaração de guerra. Se assim tivesse sido, seria imensa a incompetência da arguta diplomacia imperial. Se esta última tivesse compreendido, ao contrário, o sentido pleno daquela clara declaração, a invasão do Uruguai objetivaria também, abrir confronto contra o Paraguai.

Segundo Doratioto, em **Maldita Guerra**, como Aguirre não atendeu ao *ultimatum*, os imperiais invadiram o território uruguaio, sob as ordens de Mena Barreto, entregando a vila de Melo ao general Flores. Depois de tomarem a vila de Salto em ação conjunta com Tamandaré, os uruguaiois cercaram Paissandu, sendo reforçados pelas tropas do general Souza Neto, rumando para Montevidéu em janeiro de 1865.<sup>87</sup>

Rosa descreve a batalha de Paysandu, onde por três dias, viveu-se um intenso bombardeio, fazendo a cidade parecer uma imensa fogueira. Tendo a segunda maior população do Uruguai, perdendo somente para a capital, a esquadra imperial ataca com seus canhões a população civil e Flores manda incendiar as casas. Apesar da resistência, Paysandu acaba deserta.<sup>88</sup>

Segundo Moniz Bandeira, Aguirre não teria aceitado qualquer negociação com o Império confiante na ajuda de Solano López e de Urquiza. “Aguirre, ao confiar ainda na ajuda de López e na sublevação de Entre Rios e Corrientes, continuou a repulsar qualquer acordo. E

<sup>85</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay** [...] *Op Cit* p. 148

<sup>86</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **A guerra do Paraguai**. *Op Cit* pp. 204-205

<sup>87</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Malditoa guerra** [...] *Op Cit* p. 65

<sup>88</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay** [...] *Op Cit* p. 159

se recusou a renunciar, conforme o corpo diplomático lhe sugerira. Mas, ante a ameaça dos canhões de Tamandaré, o Senado reuniu-se e elegeu Tomas Villalba Presidente da República. Foi o golpe de misericórdia. Com a queda de Aguirre, Villalba passou o poder para Flores. Ao término do prazo do *ultimatum*, 15 de fevereiro, o Governo *blanco* não mais existia.”<sup>89</sup>

A República Oriental do Uruguai foi ao longo do século 19 alvo de seguidas investidas do Império e de Buenos Aires. Tanto um como outro tinha interesse no pequeno país. O Império, que perdeu o domínio sobre o Uruguai em 1828, impôs uma série de tratados draconianos em 1851, após intervenção militar no país. Também interferiu na derrubada de Oribe e posteriormente de Aguirre, reconstruindo sua hegemonia naquela nação. Seu objetivo foi sempre a manutenção dos privilégios dos proprietários rio-grandenses; impor a livre navegação do Prata; obter vantagens comerciais no país; ampliar suas fronteiras; enfraquecer a Argentina e impedir a gênese de qualquer nação hegemônica na região. Programa imperialista que acabaria por levar o Paraguai, em defesa de sua autonomia, a tomar partido na disputa, apoiando o Uruguai e a romper relações com o Império e, a seguir, com a Argentina de Mitre.

Assim como o Uruguai, a Argentina também teve um processo de formação conflituoso. Dividida após a queda de Rosas na batalha de Caseros [1852], os argentinos enfrentarão um processo de guerra civil intermitente que se encerrará em 1861 sem compor um Estado unificado. E será dividida que entrará na Guerra do Paraguai ao lado do Império.

---

<sup>89</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro [...]** *Op Cit* pp. 188-189

## ARGENTINA: DA GUERRA CIVIL À GUERRA *DE LA TRIPLE INFAMIA*

### Introdução



**Figura 4: Mapa da Argentina. País sofreu com sucessivos conflitos em seu processo de unificação e entrou na Guerra do Paraguai fortemente dividido.**

Fonte: <http://www.google.com.br>

No presente capítulo, analisaremos de maneira sucinta o conflituoso processo de formação da Argentina. Consolidação que poderia ser centralista, como queriam os Unitários, ou federalista, com maior autonomia e com maior proteção para a economia provincial, como queriam os Federalistas. Sabemos que a Argentina enfrentou grandes dificuldades para se consolidar, conhecendo a invasão estrangeira e guerra civil intermitente. Veremos a importância das ações de suas classes governantes, com destaque para as da província de Buenos Aires, em relação aos vizinhos e as conseqüências que tal ação tiveram no desenrolar dos fatos que levaram à guerra estudada.

Ressaltaremos o processo de formação da Argentina.

Depois da derrota de Juan Manoel Rosas [1793-1877], na batalha de Caseros [1851-1852], esse país passaria por um processo de guerra civil intermitente na qual as classes dominantes hegemônicas da província de Buenos Aires [Unitários] buscavam a unificação centralizada do país, em favor exclusivo de seus interesses, enquanto os segmentos provinciais federalistas mobilizavam-se pela confederação das provincial, em pé de igualdade. Nesse processo, se defrontariam os *federalistas*, chefiados, sobretudo por Justo José Urquiza [1801-1870], contra os *unitários*, que tiveram em Bartolomé Mitre [1821-1906] seu principal dirigente. O confronto teve sua primeira culminância na batalha de Pavón [17 de setembro de 1861], onde Urquiza se retirou do campo de batalha, entregando a vitória a seu tradicional adversário Mitre, que teria consolidado o

domínio unitário e centralizador de Buenos Aires sobre as províncias rebeldes, ao golpear a autonomia uruguaia e paraguaia..<sup>90</sup>

A Argentina apresentaria um conflituoso processo de consolidação como Estado unificado. Primeiramente governada por Juan Manuel Rosas, que tinha como uma de suas finalidades, assim como, em geral, os anteriores e posteriores governantes de Buenos Aires, a recomposição do antigo Vice Reinado do Rio da Prata em uma confederação hispano-americana, dominada pela província de Buenos Aires. Com sua derrota na batalha de Caseros, os argentinos presenciaram mais uma vez uma disputa entre seus expoentes, Mitre, com projeto de monopólio mercantil e portuário e centralização em torno de Buenos Aires e Urquiza, que propunha uma defesa maior da autonomia e da economia das províncias. Disputa essa que teve um primeiro encerramento na batalha de Pavón, com a vitória do liberal-mitrismo, como assinalado.

### **Buenos Aires e sua importância para a Argentina**

A cidade de Buenos Aires não seria apenas a capital da Argentina unificada, sobre sua tação. Fora a antiga capital do Vice-Reinado do Rio da Prata, que mantivera a região sob sua hegemonia comercial, no contexto do domínio espanhol. Lembra o historiador argentino Juan Bautista Alberdi, em **La Republica da Argentina consolidada em 1880 con Buenos Aires por capital**, de 1881. “Su gobierno tenía por jefe a un Virey, armado de poderes ilimitados y absolutos, que le fueron dados por el Rey [de Espanha], en leyes y ordenanzas coloniales, que formaban el Código conocido con el nombre de Leyes de Indias y Ordenanza de Intendentes.”<sup>91</sup> Aquele autor destaca que Buenos Aires era cidade portuária, por onde entravam e saíam necessariamente, devido ao monopólio regional determinado pela metrópole, os produtos e riquezas do Vice-Reinado. “La ciudad ribereña de su residencia, Buenos Aires, fue el indispensable y único puerto de entrada y salida que tuvo el Vice-Reino entero, para el tráfico y cambio de sus productos naturales, con los artefactos que recibía de Europa.”<sup>92</sup>

Alberdi escreve como a situação monopólica da cidade-metrópole depois da queda do regime monárquico, com o advento da independência, a partir de 1810. “Después de caído el régimen realista, el gobernador de la Provincia-Metrópoli de Buenos Aires, conservado en

<sup>90</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay**. *Op Cit* p. 150

<sup>91</sup> ALBERDI, Juan Bautista. **La República Argentina consolidada en 1880 con la ciudad de Buenos Aires por capital**. Buenos Aires: Impreta de Pablo E. Coni, 1881 p. 1

<sup>92</sup> Id. *Ibid* p. 2

plena República escrita, ha dividido los beneficios de la indivisión del poder y del país metropolitano, con otros gobernadores cómplices y partícipes de las rentas que el pueblo producía, pero que no gozaba; y la maquinaria de este nuevo régimen, mera trasmigración del viejo, han sido esas ligas llamadas federales de Gobernadores de Provincias, sin más autonomía que la necesaria para ayudar a mantener la de la Provincia-Metrópolis, usada contra el pueblo de Buenos Aires, desde luego, y en seguida contra los pueblos argentinos interiores.”<sup>93</sup>

Alberdi identifica também um perigo no regime de governo após a queda de Rosas. A divisão do poder, a anarquia ou mesmo a falta de autoridade. Segundo o autor, a existência de dois governos não poderia de modo algum ser benéfico para os argentinos. “Ese peligro se hacía sentir en cada elección de gobierno, porque cada uno de los dos gobiernos en que estaba dividido el poder, lo usarla para renovarse ó perpetuarse en una forma u otra; y cada uno se apoyaría en cada gran sección de las que dividían tradicionalmente al país argentino; es decir, uno en Buenos Aires, otro en las Provincias.”<sup>94</sup>

Segue o autor, referindo-se ao problema da dualidade de poderes e ao perigo da explosão da Argentina em repúblicas independentes: “Baste decir que la Constitución que institua y hacía coexistir a los dos gobiernos nacionales en la Ciudad de Buenos Aires, estaba hecha para producir como su efecto natural y forzoso, desde luego, la anarquía ó falta de gobierno (pues donde hay dos, que se neutralizan, no hay ninguno), y en seguida la desmembración del país argentino en tantas naciones como gobiernos nacionales encierra.”<sup>95</sup>

Portanto, além da anarquia política e da ausência de poder centralizado, Alberdi identifica outro perigo para o caso argentino: o surgimento de nações rivais dentro de um mesmo país. “La coexistencia de dos gobiernos nacionales autónomas ó independientes uno de otro, trae poco a poco, pero inevitablemente, la coexistencia de dos Naciones rivales, dentro del mismo territorio argentino.”<sup>96</sup>

Veremos nos capítulos referentes ao Império e ao que foi escrito sobre a guerra do Paraguai que a estabilização política conseguida pelo Brasil, depois do conturbado período regencial, trouxe-lhes vantagens sobre as nações vizinhas, especialmente a Argentina. O Paraguai também contou com essa vantagem, uma vez que o dr. Francia governou a nação por

<sup>93</sup> ALBERDI, Juan Bautista. **La Republica Argentina [...]** *Op Cit* p. 12

<sup>94</sup> Id. *Ibid* p. 34

<sup>95</sup> Id. *Ibid* p. 36

<sup>96</sup> Id. *Ibid* p. 44

mais de vinte anos afastada dos conflitos políticos que reinavam no Prata. Alberdi registra a importância da unificação argentina e da elevação de Buenos Aires como única capital, em uma nação realmente federalizada, superando a divisão entre a Confederação Argentina, com sede na cidade de Paraná, e a província de Buenos Aires, com sede na cidade homônima. “Para hacer de la República Argentina un poder mas fuerte que el Brasil y Chile aliados, bastaría consolidarla y unirla en un solo Poder; y para darle esa consolidación bastaría darle por Capital a Buenos Aires, pues en Buenos Aires se encuentran unidos todos los elementos y fuerzas naturales del poder argentino. Dar al gobierno nacional por Capital y residencia la ciudad de Buenos Aires, es completar el poder que necesita para dejar de ser un poder de mero nombre, pues la ciudad de Buenos Aires quiere decir el Puerto, el Tráfico Directo, la Aduana, el Mercado, el Crédito, el Tesoro de la Nación toda entera.”<sup>97</sup>

Juan Bautista Alberdi enumera ainda mais razões para a unificação argentina, demonstrando que outras nações contemporâneas conseguiam essa consolidação. “Unitario ó federal, poco importa; son cuestiones de palabras. El sofisma de los nombres ha desfigurado la realidad de los hechos y cosas. La cosa en cuestión, es la formación de un Estado regular, el Estado argentino, más ó menos como el Estado chileno, que es unitario, ó el Estado brasilero, que es medio unitario, es decir, casi federativo. ¿Se dirá impracticable este sistema porque somos muchos los argentinos para formar un solo Estado? Los brasileños son más numerosos, pues son diez millones. ¿Será su forma monárquica la que les dá esa capacidad? La República de los Estados Unidos, es cuatro veces más grande, en población, que el Imperio del Brasil. Nosotros mismos hemos sidp'el doble de lo que somos hoy en población, cuando hace setenta años formábamos un solo cuerpo social hispano-argentino.”<sup>98</sup>

Em uma pergunta que ele mesmo responde, Alberdi resume todo seu entendimento sobre a importância de Buenos Aires para a formação da nação argentina e a forma para chegar a tal. “¿Qué necesita para ponerse à la cabeza de sus vecinos y de todos los Estados de la América del Sud? Que la ciudad de Buenos Aires consienta en ser la Capital de la Nación Argentina, en vez de ser modesta Capital de una Provincia rica, pudiendo serlo de catorce Provincias, capaces de ser opulentas.”<sup>99</sup> Para ele, portanto, o fundamental era a capitalização da grande cidade, com a federalização das rendas portuárias.

---

<sup>97</sup> ALBERDI, Juan Bautista. **La Republica Argentina [...]** *Op Cit* p. 52

<sup>98</sup> Id. *Ibid* p. 61

<sup>99</sup> Id. *Ibid* p. 84

Qual era a principal atividade econômica de Buenos Aires? Segundo Alberdi “¿de qué vive Buenos Aires? ¿qué constituye su riqueza y poder? El producto de su trabajo rural y pastoril, sus ganados, sus pieles, sus lanas, sus carnes, sus granos, sus grasas, sebos, etc., etc. ¿Dónde está situado todo eso? [...] El comercio, que es la grande industria de la ciudad de Buenos Aires, es desempeñado por los extranjeros, en que eclipsan á los nativos, por su inteligencia en esa industria privada, que les es familiar, desde los países extranjeros de su origen, y privativa en el de su establecimiento americano.”<sup>100</sup>

### A Argentina de Rosas



**Figura 5: Retrato de Juan Manuel de Rosas [1793-1877]. Político e militar argentino. Presidiu a Argentina. Seu governo terminou em 1852 depois da Batalha de Caseros, onde foi derrotado por uma aliança entre imperiais e Urquiza.**

Fonte: <http://www.google.com.br>

Em **La Republica da Argentina consolidada em 1880 com Buenos Aires por capital**, de 1881, Juan Bautista Alberdi propõe que Rosas teria feito um governo absoluto e despótico, nos mesmos moldes dos vice-reis. “Colocado Rosas en el asiento de los vireyes absolutos y omnipotentes, mantuvo su poder despótico, por la división y separación en que mantuvo à todos los argentinos bajo la dependencia de su poder absoluto y omnímodo.”<sup>101</sup>

Mas quem foi Juan Manuel Rosas? Moniz Bandeira dá-nos algumas explicações sobre esse caudilho, que se tornou uma figura exponencial na década de 1820. “Esse homem, lembrado pela historiografia oficial apenas como tirano, assumiu o Governo de Buenos Aires em 1829 e logo tratou de unificar e organizar o País segundo os princípios federalistas, firmando com outras províncias o pacto de 4 de janeiro de 1831, que formava a Confederação Argentina e lhe entregava a direção de sua política externa.”<sup>102</sup>

Bandeira ainda relata mais sobre o governo Rosas. “Durante seu domínio, Rosas manteve a ordem pública em toda a província de Buenos Aires, garantiu a segurança dos negócios e o respeito à propriedade e aos direitos de estrangeiros, reconhecidos em tratados,

<sup>100</sup> ALBERDI, Juan Bautista. **La República da Argentina** [...] *Op Cit* pp. 171-172

<sup>101</sup> Id. *Ibid* p. 192

<sup>102</sup> ROSA, José Maria. **La guerra del Paraguay** [...] *Op Cit* p. 84

deslocou as fronteiras ao sul e a oeste, permitindo aos estancieiros saciar a fome de terras, e procurou atender, tanto quanto podia, às reivindicações regionais.”<sup>103</sup>

Segundo Bandeira, Rosas tinha como objetivo restaurar o antigo Vice Reinado do Prata. Pretendia formar uma confederação sul-americana. “O *sistema americano*, a que Rosas aspirava e na qual o Governo do Império pressentia o propósito de reconstruir o Vice-Reino do Prata, espelhava, no fundo, essa necessidade de submeter o Paraguai e o Uruguai a uma estrutura federal que teria Buenos Aires como epicentro.”<sup>104</sup> Temos de tomar cuidado ao afirmarmos que Rosas pretendia refazer o Vice-Reinado do Prata, tendo Buenos Aires à frente como seu programa central, afinal de contas é importante levarmos em consideração as rivalidades econômicas da época. Não nos parece que reconstruir o Vice-Reino do Prata sob a liderança de Buenos Aires fosse a política dominante de Rosas, apesar de ser uma orientação importante. Rosas representava, sobretudo, a oligarquia pastoril e charqueadora de Buenos Aires e, a seguir, o capital comercial portuário. Não queremos dizer com isso, que a oligarquia pastoril e charqueadora fossem contra essa orientação política, mas que suas prioridades diziam respeito primeiramente à representação dessas classes e em um segundo momento, às da classe portuária, onde sim, se teria como finalidade controlar as atividades dos portos, colocando Buenos Aires a frente das demais províncias.

O autor Bandeira escreve que: “Dessa forma, paralelamente às rivalidades econômicas e políticas entre os diversos grupos rurais e mercantis, à competição pelas pastagens e pelos estoques de gado, à disputa das rendas aduaneiras pelas províncias, pode-se dizer, *grosso modo*, que então se produziu um corte profundo em toda a sociedade platense, estruturada sobre a produção pecuária, defrontando-se, de um lado, os grupos ligados à burguesia comercial, importadora, cujos redutos mais fortes se encontravam nos portos de Buenos Aires e de Montevideu, e, do outro, as classes sociais sustentadas pela economia nativa, as massas rurais, *montoneras* ou *farroupilhas*, que os estancieiros saladeristas, como facção dominante, acaudilhavam.”<sup>105</sup> Rosas representava em primeiro plano, a oligarquia pastoril e charqueadora de Buenos Aires e em um segundo plano, o capital comercial portuário. Sendo assim, necessitava manter o monopólio portuário.

Por essas razões, Rosas não reconhecia a independência do Paraguai. Em **Os conflitos na Bacia do Prata**, de 1979, o historiador argentino León Pomer assinala. “Rosas negou-se a

<sup>103</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro [...]** *Op Cit.* pp. 84-85

<sup>104</sup> Id. *Ibid* p. 86

<sup>105</sup> Id. *Ibid* p. 83

reconhecer a independência do Paraguai alegando o seguinte: – porque ameaçava a existência da Confederação Argentina; - porque era necessário formar uma nação de respeitável porte e não pequenos e míseros Estados; - porque o caráter competitivo da produção brasileira com relação à paraguaia acabaria por deslocá-la do mercado platense, salvo se o Paraguai como parte da Confederação desfrutasse dos benefícios aduaneiros inerentes à condição de produtor nacional.”<sup>106</sup>

O mesmo autor escreve que Rosas não só não reconhecia a independência paraguaia, como pretendia ser seguido nessa política por seu aliado uruguaio: “Isso ocorria nos primeiros meses de 1845. Rosas já havia fechado os portos argentinos a todo o comércio com o Paraguai, e logrado que Oribe, seu aliado no Uruguai fizesse o mesmo. A extrema irritação de Rosas se devia não tanto à persistência do governo de Assunção em reclamar o reconhecimento de sua independência, mas sim do fato de esse ter se transformado numa espécie de títere imperial, e por seu atrevimento em fazer alianças com a província argentina de Corrientes, naquela época sublevada contra a autoridade de Rosas.”<sup>107</sup>

Desde os tempos coloniais, Buenos Aires sempre explorara economicamente Assunção com tributos sobre a erva-mate e o tabaco. E é essa tributação sobre os produtos provenientes de Assunção que explicava o isolamento paraguaio, como veremos. Os rios Paraguai e Paraná possibilitavam a comunicação de Assunção com os demais locais do Rio da Prata, especialmente com a capital do Vice-Reinado, Buenos Aires, onde o principal produto paraguaio, a erva-mate, chegava a ser tributado de forma mais pesada de que o ouro, que era quintado.<sup>108</sup>

A situação, no entanto, não ficaria favorável a Juan Manuel Rosas, conforme podemos ler no trecho de Bandeira. “Rosas criara, porém, as condições para sua própria derrota. Como Governador de Buenos Aires, abandonara progressivamente os princípios federalistas que ao começo o norteavam, traduzidos, sobre a Lei das Aduanas, e passara a agir como *unitário* em suas relações com as Províncias do interior e do litoral platense.”<sup>109</sup>

O historiador argentino José Maria Rosa inclui também os interesses imperiais em um possível fim do governo de Juan Manuel Rosas. “La presencia de Rosas en Buenos Aires era

---

<sup>106</sup> POMER, Leon. **Os conflitos [...] Op Cit** pp. 30-31

<sup>107</sup> Id. *Ibid* p. 31

<sup>108</sup> SILVA, Raul de Andrada. **Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai 1814 – 1840**. São Paulo: Coleção Museu Paulista, Série Ensaio, 1978 pp. 27-30

<sup>109</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo [...] Op Cit** p. 107

en 1851 cuestión de vida o muerte [sic] para el imperio. Rosas significaba una voluntad férrea puesta al servicio de un propósito nacional: había logrado la unidad de la porción mayor del virreinato del Plata – disgregado a partir de 1811 por influencia brasileña principalmente – consolidando las catorce provincias enemigas que amenizaban convertir el extremo sur del continente en una Centroamérica de catorce republiquetas independientes; impedido el avance lusitano en las porciones definitivamente segregadas del trono común, como Paraguay y Uruguay; no reconocida la ocupación de las Misiones Orientales ni la ‘libre negociación’ de los ríos interiores argentinos, orientales o paraguayos, sobre todo, su política, hábil y enérgica a la vez, amenazaba unir los países de origen en una fraternidad de común defensa y respeto recíproco.”<sup>110</sup> Destaque-se que, ao contrário do sugerido pelo autor, o próprio Paraguai não se negara, originariamente, a participar de uma confederação do Prata, se lhe fosse garantido a autonomia política e comercial por Buenos Aires. No mesmo sentido, Rosas jamais unificou efetivamente a Argentina, pois jamais lhe deu uma Constituição que resolvesse a questão da capitalização de Buenos Aires e distribuição das rendas portuárias, questões às quais se opunha.<sup>111</sup>

A situação degradou-se em 1851 Rosas tomou a iniciativa de atacar o Império. Moniz Bandeira, no livro citado, lembra: “Em 18 de agosto de 1851, agravada a crise, Rosas tomou a iniciativa da declaração de guerra, que o Império brasileiro evitava, preferindo [este último] golpeá-lo [a Rosas], obliquamente, através do ataque a Oribe, como no bilhar, a fim de não ferir a Convenção Preliminar de 1828 e não dar pretexto à intervenção da Grã-Bretanha. Dois meses depois, no entanto, o sítio de Montevideú, que se arrastara por anos, terminou. Oribe e as tropas da Confederação Argentina, comandadas, renderam-se a Urquiza praticamente sem resistir. Essa atitude não se deveu tanto ao temor da derrota, na iminência de ter que enfrentar, também o exército brasileiro, avançando sobre Cerrito, como alguns supuseram.”<sup>112</sup>

A historiografia tradicional identifica Rosas como um ditador sanguinário que degolava seus opositores. Mas, segundo Bandeira, isso era prática comum na região nesse período. “A situação chegara ao ponto em que Rosas só poderia enfrentar o Império brasileiro, recorrendo cada vez mais ao terror político, à *Mazorca*. Não importa, no caso, se ele mandava ou não degolar seus adversários. *Unitários* ou *federais*, *colorados* ou *blancos*,

<sup>110</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay** [...] *Op Cit* p. 19

<sup>111</sup> Cf. BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança**. 2ª São Paulo: Ensaio; Brasília, DF; Editora da Universidade de Brasília, 1995.

<sup>112</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro** [...] *Op Cit* p. 108

*caramurus* ou *farrapos*, todos degolavam. Na região do Rio da Prata, onde os gaudérios matavam bois ou cortavam as veias do cavalo para beber sangue e aplacar a sede, onde o *cuchilo* era o principal instrumento de trabalho, a violência e a morte constituíam o seu cotidiano.”<sup>113</sup> No entanto, apresentar a violência da época como resultado da forma de produção nos parece uma explicação bastante ingênua. A violência nasceria das relações sociais e não pelo fato de se cortar as veias dos cavalos ou matar bois ou pelos instrumentos de trabalho.

Em **Os conflitos na Bacia do Prata**, de 1979, León Pomer escreve como foi o “golpe de misericórdia” em Oribe e Rosas. “Em 21 de novembro de 1851 foi assinada entre o Império e as províncias de Entre Rios e Corrientes uma convenção, que representou o segundo passo decisivo para a queda de Rosas. Comprometeu-se o Império a auxiliar Urquiza economicamente, e todos juntos, inclusive o Paraguai se resolvesse enviar tropas, decidiram marchar contra o governador de Buenos Aires. [...] Em 3 de fevereiro de 1852 – não sem antes derrotar Oribe no Uruguai – um grande exército enviado por Urquiza e integrado por tropas brasileiras, venceu Rosas na batalha de Caseros, às portas de Buenos Aires. Estava terminando uma época histórica no Rio da Prata.”<sup>114</sup>

Uma nova era se iniciava, com a batalha de Caseros, que marcou o fim do período rosista na Argentina. O historiador José María Rosa, *rosista*, propõe: “Después de Caseros, la Argentina tenderá su constitución ‘escrita’, pero a costa de su grandeza nacional y su política americanista; mientras Brasil mantuvo su monarquía, su esclavitud, su unidad, los limites reclamados, la libre navegación, convirtió al Uruguay en una práctica dependencia suya y dio influencia económica y política al capitalismo brasileño en ambas márgenes del Plata.”<sup>115</sup>

Para o historiador argentino Milcíades Peña, em **La era de Mitre**, de 1968, a derrocada de Rosas deu origem ao que ele chamou de Rosismo sem Rosas. “Em síntesis ‘la revolución del 11 de setiembre de 1852, hecha restauración del *rosismo sin Rosas y sin mazorca*; pero lo fue completamente en el orden económico de cosas, que contiene el verdadero poder despótico’.”<sup>116</sup> Milcíades Peña se refere ao governo de Buenos Aires que manterá sua hegemonia sobre o porto e sobre as rendas portuárias.

<sup>113</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro [...]** *Op Cit* pp. 109-110

<sup>114</sup> POMER, León. **Os conflitos [...]** *Op Cit* pp. 42-43

<sup>115</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay [...]** *Op Cit* p. 21

<sup>116</sup> ALBERDI Apud PEÑA, Milcíades. **La era de Mitre: de Caseros a la Guerra de la Triple Infamia.** 3ª ed. Buenos Aires: Ediciones Fichas, 1968 p. 12

### Confederação Argentina versus Buenos Aires: um novo conflito



Figura 6: Retrato de Justo José de Urquiza [1801-1870]. Caudilho argentino. Presidiu a Confederação Argentina até sua derrota na Batalha de Pavón frente a Mitre. Era o presidente de Entre Rios quando da Guerra do Paraguai. Foi assassinado em 1870.

Fonte: [Http://www.google.com.br](http://www.google.com.br)

anos, gerariam sucessivas guerras intestinas e confrontos internacionais, não menos dramáticas e sangrentas.”<sup>117</sup>

Com a derrota de Rosas que surgem na Argentina literalmente dois Estados distintos: a Confederação Argentina e Buenos Aires, conforme podemos ler no trecho de Doratioto, em seu livro **Maldita Guerra**, de 2002. “Derrubado Rosas, os governadores das províncias argentinas assinaram, em maio de 1852, o Acordo de San Nicolás, que redefiniu o Pacto Federal de 1831, que criara a Confederação. Enquanto treze províncias juraram, no Congresso de Santa Fé, a Constituição de 1852, que sacramentou as alterações descentralizadoras, Buenos Aires, que persistia no projeto de um Estado argentino no qual seria hegemônica, recusou-se e elaborou sua própria Constituição em 1854. Então, duas unidades políticas independentes entre si e em permanente atrito, a Confederação Argentina, com sede em

Com a derrota de Rosas na batalha de Caseros, surgia uma nova situação na América do Sul, com um novo equilíbrio de forças, segundo Bandeira, agora favorável plenamente favorável ao governo do Rio de Janeiro. “A batalha de Caseros, com a derrota de Rosas, rompeu o equilíbrio de poder na Bacia do Prata, mudou a correlação de forças, a favor do Império do Brasil, possibilitando a expansão de sua influência econômica e política, inclusive sobre a Confederação Argentina, e

propiciou a consolidação do novo sistema de alianças, dirigido pela Corte do Rio de Janeiro, mas não superou as contradições que laceravam, interna e externamente, os Estados da região e que, por cerca de vinte

<sup>117</sup> BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro [...]* Op Cit p. 111

Paraná, e o Estado de Buenos Aires. Ambos reconheceram a independência do Paraguai, que teve franqueada a navegação do Prata e do rio Paraná.”<sup>118</sup>

Em seu livro **La era de Mitre**: de Caseros a la Guerra de la Triple Infamia, de 1968, o historiador argentino Miliciades Peña escreve que a divisão da Argentina resultou de orientações diferentes da política, da economia e do Estado: “El liberalismo de la burguesía comercial porteña acaudillado por Mitre quería la conquista de la propia república o la desmembración de su soberanía. Era nacional para gobernar y dirigir la nación en su beneficio, pero aislacionista y secesionista si se traba de obedecer en el otro seno de una nación gobernada por otros intereses.”<sup>119</sup>

León Pomer precisa sobre a divisão. “Derrubado Rosas, começou na Argentina o processo de constituição de um Estado nacional. Mas a primeira consequência foi o aparecimento de dois Estados: Buenos Aires e a Confederação Argentina, rivais entre si numa luta surda e espetacular ao mesmo tempo. Na antiga capital do vice-reino, um grupo de poderosos comerciantes, proprietários de terras, charqueadores e alguns intelectuais acreditou ser necessário estabelecer com a máxima clareza que ou constituíam um Estado Nacional e exerciam a dominação, ou tal Estado nunca existiria, ao menos como unidade das províncias que sob Rosas se haviam denominado Confederação Argentina. Já província de Entre Rios, sob a liderança do general Justo José Urquiza, se havia desenvolvido durante o período rosista, principalmente nos últimos dez anos, um poder apto a disputar com Buenos Aires a direção do processo de constituição da Nação; poder que necessitava, ao mesmo tempo, exportar livremente a produção de seus campos e de carne salgada, sem as interferências por um único porto manejado por mãos alheias.”<sup>120</sup>

Segue o mesmo autor: “Entre 11 de setembro de 1852 (sete meses depois da batalha de Caseros) e 17 de setembro de 1861, ambos os Estados argentinos usaram as mais variadas armas, sem exclusão das militares: a última data corresponde à batalha de Pavón, na qual a Confederação será derrubada e Buenos Aires haverá de assumir decididamente a direção do processo.”<sup>121</sup>

O Império firmaria com os argentinos um tratado de livre comércio e navegação, segundo podemos ler no trecho do historiador Rosa. “[...] el 7 de marzo de 1856 se firmó el

<sup>118</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: [...] *op Cit* p. 29

<sup>119</sup> ALBERDI Apud PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre** [...] *Op Cit* p. 8

<sup>120</sup> POMER, León. **Os conflitos** [...] *Op Cit* p. 55

<sup>121</sup> Id. *Ibid* p. 55

“tratado de amistad y navegación” argentino-brasileño donde se estipulaba la libertad de Brasil para actuar en el Paraguay y República Oriental, y también para navegar los ríos Paraná, Uruguay y Paraguay ‘tanto embarcaciones mercantes como de guerra’ (art. 14), obligándose a ‘emplear los medios a su alcance para que la República del Paraguay adhiriera a las estipulaciones que preceden’ (art.20). Por las dudas de una guerra paraguayo-brasileña, quedaba permitido el tránsito y abastecimiento de la escuadra imperial por el Paraná sin sufrir molestia (art.19).”<sup>122</sup>

Francisco Doratioto, em **Maldita Guerra**, escrito em 2002, destaca que esse documento criaria um compromisso futuro entre ambos os governos: “Ao propor ao governo argentino a aliança contra o Paraguai, Paranhos reivindicava a aplicação do Tratado de 1857, assinado entre a Confederação Argentina e o Império. Por esse documento, os dois países se comprometiam a agir de comum acordo se o governo paraguaio atacasse um deles.”<sup>123</sup> Destacamos nesse acordo que este não era puramente defensivo, uma vez que propunha uma aliança contra o Paraguai. Poderia se falar em uma aliança defensivo-ofensiva.

Em 1859 ocorreu a batalha de Cepeda, onde Mitre e Urquiza atacaram-se nesta intermitente guerra civil. Miliciades Peña escreve que: “En la batalla de Cepeda, el ejército de la oligarquía portuaria comandada por Mitre fue derrotado por el ejército nacional que dirigía Urquiza. Urquiza perdió 24 jefes y 300 hombres. Mitre perdió 2000 soldados, toda la caballería, 20 cañones, varios miles de fusiles, enormidad de municiones, todos los carros, el parque y toda caballada de repuesto.”<sup>124</sup>

Urquiza vence seu rival de modo indubitável, como escrito no trecho de Peña. É mandado então, à Argentina um navio paraguaio com Francisco Solano López com o intuito de intermediar uma solução pacífica para o conflito. Ele parte a bordo do Taquarí, e acaba por impedir que os vencedores ocupem Buenos Aires.<sup>125</sup>

Rosa escreve que Solano López teria ido até a Argentina para negociar uma paz, por uma Argentina unida. “El 27 de setiembre (1859) deja Solano Asunción a bordo del vapor paraguayo de guerra *Tacuari*. El posible que haya influido en su padre para cambiar la promesa de ayuda por esa misión de paz. ¿Por qué no ha querido cooperar al aplastamiento de los liberales, dueños de Buenos Aires, a quienes sabe partidarios del imperio? Tal vez ha

<sup>122</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay** [...] *Op Cit* pp. 33-34

<sup>123</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra** [...] *Op Cit* p. 72

<sup>124</sup> PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre** [...] *Op Cit* p. 16

<sup>125</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay** [...] *Op Cit* p. 60

buscado ganárselos a la causa del Paraguay, tal vez considera que una Confederación Argentina fuerte y unida es la mejor garantía para la república guaraní contra su amenazador vecino lusitano. O lo ha hecho por un fraternal deseo de poner en la familia argentina.”<sup>126</sup>

Solano López teria preferência por uma Argentina forte e unida, pois isso seria uma melhor garantia contra o Império do Brasil. E Doratioto, no livro **Maldita Guerra**, escreve ainda que o governante paraguaio contava com a forte rivalidade entre o governo brasileiro e o de Buenos Aires para poder negociar em uma situação de maior equilíbrio. “Apenas a continuidade da forte rivalidade entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro permitiria a Solano López ocupar uma posição em pé de igualdade com os dois vizinhos. Tal igualdade dar-se-ia basicamente devido ao fato de que, tanto o governo argentino, quanto o brasileiro, na tentativa de isolarem um lado do outro, procurariam estreitar relações com Assunção. Além disso, o Paraguai contaria adicionalmente com a ascendência que possuía sobre os *blancos* uruguaios e federalistas argentinos para se justificar como parte integrante nas questões platinas.”<sup>127</sup>

Contudo, se Solano López se via como um “pacificador”, na Argentina, ele era visto como um intruso, segundo as palavras de Doratioto, no trabalho supracitado. “Instrumentalizando as contradições platinas, Solano López procurou estabelecer a influência de seu país como parte legítima no quadro regional e fator de pacificação e estabilidade na área. Para a Argentina, contudo, o governo paraguaio era tido como um intruso, cuja presença no Prata poderia constituir uma ameaça ao Estado argentino.”<sup>128</sup> Contudo, é importante mais uma vez salientar que o citado autor se refere a Argentina como um todo, enquanto se tratava do governo argentino, representante de uma facção, hegemônica, de seu território, a portenho-unitarista. Os que rejeitavam a intrusão paraguaia eram sobretudo os Unitários de Buenos Aires, salvos pela mediação paraguaia. Os Federalistas das províncias, não apenas apoiavam essa política de Solano López, mas o viam como um aliado, contra o liberal-unitarismo.

Milciades Peña escreve a respeito da superioridade econômica da rica província de Buenos Aires diante da Confederação Argentina: “La oligarquía porteña en Estado Libre de Buenos Aires era consciente de su poderío frente a la debilidad del resto del país agrupado en la Confederación Argentina con capital en Paraná. De los cuatro millones de renta en oro que producía la sola aduana de la Capital, dos por lo menos debían corresponder a las provincias

---

<sup>126</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay** [...] *Op Cit* p. 62

<sup>127</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra** [...] *Op Cit* p. 49

<sup>128</sup> Id. *Ibid* p. 50

que por la separación ya perpetrada de hecho no recubrían un solo peso, aprovechando todo Buenos Aires.”<sup>129</sup>

Peña refiere-se à importância de Urquiza e dos criadores-charqueadores-gaúchos de Entre Rios e Corrientes no enfrentamento entre as classes dominantes de Buenos Aires e o bloco social formado em torno da Confederação Argentina. “Dentro de la Confederación, las provincias interiores eran el irreductible enemigo de la oligarquía porteña, de la cual sólo podían esperar su completa anulación. Pero frente a Buenos Aires estos elementos eran por sí solos incapaces de oponer otra cosa que una resistencia desesperada, heroica y en última instancia condenada al fracaso.”<sup>130</sup>

Para o autor: “El único sector de la Confederación capaz de enfrentar la oligarquía porteña - aunque con las desventajas que hemos visto – eran los ganaderos entrerrianos, acaudillados por Urquiza, el mayor de estos. Pero esta clase tenía intereses – aunque competitivos – similares a los de la oligarquía porteña, y entre la perspectiva de una larga guerra civil que arruinaría sus negocios y un acuerdo que dejara en manos de Buenos Aires la dirección de país, pero otorgase plena independencia y garantías a los ganaderos entrerrianos, se inclinaba fatalmente, por el peso de sus crecientes intereses capitalistas, en sentido de este acuerdo.”<sup>131</sup>

Segundo Milcíades Peña, o pretexto para a guerra usado pela oligarquía de Buenos Aires viria em 1860.: “[...] debilitada la Confederación y colocadas varias cuñas entre sus distintos sectores, la oligarquía porteña montó en 1860 la provocación final, eligiendo diputados para el Congreso Nacional, no de acuerdo al artículo 37 de la Constitución Nacional que Buenos Aires había jurado en 1860 (por el cual cada provincia constituía un solo distrito electoral), sino con arreglo a una ley especial de la Provincia, que la dividía en siete distritos electorales. Por supuesto, el Congreso Nacional rechazó a esos diputados elegidos en violación de la Constitución, y esto dio el pretexto a la oligarquía porteña para romper con la Confederación y exigir la guerra a toda costa. Mitre juega entonces a dos puntas: mientras amenaza con la guerra, le propone a Urquiza un pacto que dejaría a todo el país en manos de

---

<sup>129</sup> PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre** [...] *Op Cit* p. 19

<sup>130</sup> Id. *Ibid* pp. 23

<sup>131</sup> Id. *Ibid* pp. 23-24

la burguesía comercial porteña asociada a los ganaderos entrerrianos en carácter de segundones.”<sup>132</sup>

Com o rompimento de relações entre Buenos Aires e a Confederação Argentina, segundo Peña, a província portenha deixaria de pagar seus subsídios à Confederação para comprar armas da Inglaterra, deixando sua irmã rival completamente empobrecida, desorganizada e desarmada.<sup>133</sup>

### **A batalha de Pavón e a retirada de Urquiza**

Peña escreve sobre as condições de ambos contendores antes de se iniciar a batalha final: “En vísperas de la batalla final, que habría de producirse en Pavón, Buenos Aires era militarmente superior a la Confederación y la ciudad resultaba invulnerable al sitio o la invasión. Todos los factores militares favorecían a Buenos Aires, excepto la desventaja no depreciable de tener al frente de su ejército a Bartolomé Mitre, un general que demostraría en los hechos ser uno de los más ineptos del país y sus alrededores.”<sup>134</sup>

A dualidade de poderes entre a Confederação e Buenos Aires se resolve na batalha de Pavón, em setembro de 1861. O fim da batalha é inesperado, pois um fato acaba por decidi-la. Quando a luta entre os exércitos vergava em favor dos federalistas e Mitre já fugia em direção a Buenos Aires, Urquiza se retira do campo de batalha, "con sus cuatro mil entrerrianos, sin haber participado seriamente en el combate”, entregando a vitória ao seu rival.<sup>135</sup> José Maria Rosa analisa de maneira mais detida essa retirada: “17 de setiembre de 1861. Chocan los ejércitos cerca de la estancias de Palacios junto al arroyo Pavón de Sana Fe. La caballería porteña se debanda; ceden la izquierda y la derecha ante el empuje de las cargas federales. Apenas si el centro mantiene una débil resistencia que no puede prolongarse. Mitre toma del camino de San Nicolás, la rota de los derrotados en la zona. [...] Inexplicablemente Urquiza también se retira del campo. Lentamente, al tranco de sus caballos, los jinetes entrerrianos que van. Es una retirada con *ralentisseur* para demostrar que es voluntaria. [...] Mitre, que anunciaba su victoria por el trompeteo de los periódicos porteños, no puede moverse de la estancia de Palacios pues no tiene caballada; si Urquiza volviese, en una sola carga daría

<sup>132</sup> SALDÍAS, Apud PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre** [...] *Op Cit* p. 25

<sup>133</sup> Id. *Ibid* p. 25-26

<sup>134</sup> Id. *Ibid* pp. 26-27

<sup>135</sup> PELLIZA, Apud PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre** [...] *Op Cit* p. 29

cuenta de los porteños. [...]Finalmente Mitre, que no las tiene todas consigo y está desconcertado por la victoria, empieza a moverse de Pavón a Rosario.”<sup>136</sup>

A pergunta que fica no ar é por que Urquiza desistiu da luta. Qual foi o derradeiro motivo que levou o líder da Confederação a se retirar da batalha abrindo caminho para Bartolomé Mitre vencer e destruir a Confederação Argentina? Haveria algum propósito nessa atitude do governador de Entre Rios? Miliciades Peña escreve que, apesar de rivais, Mitre e Urquiza, ou seja, os interesses hegemônicos de Buenos Aires e de Entre Rios, não eram portadores de ideologias e interesses completamente distintas ou incompatíveis. “En verdad, fue reiteradamente maniobrado y contramaniobrado por Mitre, que parecía a veces jugar con él, pero esto es lo que ocurre siempre cuando un político que representa intereses dispuestos a ir hasta el fin para lograr sus objetivos se enfrenta a otro que, como Urquiza, busca la conciliación y no desea entablar una lucha a muerte.”<sup>137</sup>

Segue o mesmo autor: “En última instancia, Urquiza y los entrerrianos deseaban para el país el mismo destino que sus colegas bonaerenses, aunque les sugería a perder demasiado en una lucha a muerte que, desde su punto de vista, no tenía objeto, ya que el dominio nacional de la oligarquía porteña no podía afectar la buena marcha de sus negocios, ni intentar arruinarlos como hizo Rosas con el monopolio de la navegación de los ríos. [...] Urquiza sabía todo esto, y de ahí su política conciliadora y su claudicación final frente a la oligarquía porteña, que de inmediato lo aceptó como un socio menor en el gobierno sobre el resto del país.”<sup>138</sup>

Miliciades Peña segue enumerando as razões de Justo José Urquiza para “trair” seus ideais ao entregar a batalha de Pavón nos seguintes termos: “Urquiza aceptó mantener con la oligarquía porteña, bajo Mitre, un tipo de relación similar al que tenía con ella bajo Rosas, como estrella de segunda magnitud en la constelación oligárquica que dominaba al país. Urquiza había sido nacionalista en tanto que gran estanciero capitalista competidor de los estancieros y la burguesía comercial porteña, ero era aliado de Buenos Aires y proclive a asociarse con su oligarquía, contra el Interior y el gauchaje, en tanto que gran estanciero a

---

<sup>136</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay** [...] *Op Cit* pp. 67-68-69

<sup>137</sup> PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre** [...] *Op Cit* p. 30

<sup>138</sup> Id. *Ibid* pp. 30-31

secas, ansioso por acumular capital y barrer los obstáculos que se oponían a su acumulación.”<sup>139</sup>

### A Argentina de Mitre



**Figura 7: Retrato de Bartolomé Mitre [1821-1906]. Político argentino. Presidente da Argentina após a vitória na Batalha de Pavón [1861]. Foi o presidente da Argentina durante a Guerra do Paraguai e comandou as tropas da Tríplice Aliança durante parte da mesma.**

Fonte: [Http://www.google.com.br](http://www.google.com.br)

O interior da Argentina é que viria a sofrer as conseqüências da atitude de Urquiza. Mitre declararia guerra às províncias a fim de unificá-las sob o poder da oligarquia bonaerense. Miliciades Peña escreve que: “Liberado a su suerte, el Interior estaba condenado a sufrir la aplanadora porteña, auxiliada por los núcleos oligárquicos locales que se acoplaban al tren victorioso del liberalismo mitrista financiado por el comercio de Buenos Aires y es sintomático que hasta último

momento los montoneros que resistían con el apoyo de las poblaciones locales al ejército de línea porteño, combatían sin ilusiones de obtener por sí la victoria, confinados sólo en que su resistencia permitiría la insurrección de Urquiza. Pero no habría tal insurrección.

Los ganaderos entrerrianos querían hacer sus negocios y nada más, y la oligarquía porteña podía realizar sin

tropiezos por el lado de Entre Ríos la pacificación del país.”<sup>140</sup>

Destaque-se o fato que Miliciades Peña, como veremos oportunamente, não vê possibilidade de vitória nas guerrilhas das províncias. Ele mesmo dirá mais adiante que elas têm apenas uma ilusão de vitória e que seu único caminho será sucumbir lutando, sem oferecer uma alternativa viável ao domínio de Buenos Aires. Entretanto, ao analisar a organização social paraguaia, aponta para esta como uma alternativa desenvolvimentista autônoma, ou seja, uma via nacional possível para o capitalismo, à margem das soluções liberais e exportadoras hegemônicas na Argentina.

Com o intuito de solidificar sua vitória, Mitre contratou militares uruguaios para derrotar as províncias interioranas. O governo de Buenos Aires se impôs não pela aceitação da maioria das populações, mas sim pela força das armas, as baionetas. Para levar essa repressão

<sup>139</sup> PEÑA, Miliciades. *La era de Mitre [...]* *Op Cit* p. 32

<sup>140</sup> Id. *Ibid* p. 33

a cabo, o presidente argentino contratou militares uruguaios, como Venâncio Flores, Paunero, Rivas, Iseas e Arredondo, para que estes não sofressem com “inibições sentimentais”.<sup>141</sup>

Rosa ainda menciona o massacre promovido pelo uruguaio Venâncio Flores. “Venancio Flores, que antes fue presidente de la República Oriental por una revolución de los *colorados*, es jefe de la vanguardia de Mitre. Se adelanta a Cañada de Gomes y sorprende, el 22 de noviembre, al grueso del ejército federal que sigue esperando órdenes de Urquiza. Flores pasa a degüello los más reacios e incorpora los demás.”<sup>142</sup>

Ainda a respeito das divergências entre Buenos Aires e a Confederação, o autor Peña escreve que no campo econômico, elas não eram muito acentuadas, destacando o fato de que Justo José Urquiza era um grande estancieiro e saladeiro: “La Confederación tenía una base más popular que la de la oligarquía porteña, pero en el terreno económico su política conducía a los mismos resultados que los de su grande rival, con la diferencia de que sus beneficios no los concentraba en Buenos Aires sino que los hacía llegar hasta los ganaderos y el comercio del litoral. Si la Confederación hubiera triunfado podría haber destruido el poder militar de la oligarquía platense, pero no su base económica – a menos que Urquiza, celoso guardián de la propiedad estancieril, hubiera expropiado estancias y estatizado el comercio -, lo que es tan inconcebible como un sapo con barba.”<sup>143</sup> Ou seja, Miliciades Peña escreve que não haveria grandes mudanças na política dos federalistas de Urquiza, a menos que ele se colocasse contra os grandes estancieiros e saladeiros e comerciantes. E essa atitude, o *caudilho* não tomaria, pois se o fizesse estaria indo contra os interesses de sua própria classe. O Paraguai é que se apresentava como uma alternativa viável contra a política liberal e importadora de Buenos Aires.

Urquiza se manteria como governador de Entre Rios, e segundo Rosa: “El mismo Urquiza, que tanto había hecho temblar a Buenos Aires, estaba a principios de 1863, tranquilo y contemporizador. Aunque la opinión de su comprovincianos era, lógicamente antimitrista, acabaría de hacer votar por Mitre a los entrerriano en la elección presidencial de 1862. No quería que nada lo turbasse en el disfrute tranquilo de su gobierno y su patrimonio. No obstante era todavía el jefe del federalismo, el gobernador de la provincia más federal de la Argentina.”<sup>144</sup>

---

<sup>141</sup> PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre** [...] *Op Cit* p. 35

<sup>142</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay** [...] *Op Cit* p. 69

<sup>143</sup> PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre** [...] *Op Cit* p. 40

<sup>144</sup> Id. *Ibid* p. 107

Ainda segundo José Maria Rosa, depois da batalha de Pavón, Urquiza ficaria com sua imagem de líder federalista seriamente arranhada. “La verdad es que Urquiza estaba en 1863 muy desprestigiado, salvo ante la masa federal que lo mantenía como un mito. Los dirigentes del interior le inculpaban la retirada de Pavón, su inercia ante las masacres y su alianza, pelo menos aparente, con Mitre; los liberales recordaban su condición de caudillo federal, sus matanzas en el *Potrero de Vences* y el susto de *Cepeda*. Ni dentro ni fuera del país nadie creía una palabra.”<sup>145</sup>

Miliciades Peña escreve que, por outro lado, havia outro inimigo da oligarquia portenha, que por sua vez, tinha melhores condições de mover uma guerra. Quem seria este outro antagonista de Buenos Aires? Segundo escreve o citado autor: “La destrucción de la Confederación Argentina, por deserción de Urquiza y fusilamiento masivo de las montoneras del interior aseguró la soberanía de la oligarquía metropolitana sobre todo el país. Aunque, sólo a medias. Paraná arriba, existía un Estado que reunía contra la oligarquía porteña todos los antagonismos de los productores del Litoral y las provincias interiores, pero sin la debilidad de éstas ni la posibilidad de acuerdos de aquéllos. Era el Paraguay.”<sup>146</sup>

Miliciades Peña escreve que a Guerra do Paraguai teria sido o desfecho de uma antiga rivalidade existente entre a burguesia portenha e os paraguaios. Rivalidade esta que se arrastava desde os tempos coloniais devido aos impostos e aos monopólios comerciais, como assinalado. “La guerra contra el Paraguay fue la continuación lógica y la última etapa de la guerra de la oligarquía mitrista contra el Litoral y las provincias interiores argentinas, en que un doble sentido. Desde luego, porque la potencia económica del Estado paraguayo chocaba desde los más viejos tiempos con el monopolio aduanero y portuario de Buenos Aires, dificultando su dominio indisputado sobre todo o litoral, y constituyendo un foco constante de atracción y reagrupamiento para las derrotadas provincias interiores e incluso para los claudicantes estancieros del Litoral en sus momentos de conflicto con sus colegas de Buenos Aires.”<sup>147</sup>

O Paraguai então se apresentava como a alternativa ao modelo importador de Buenos Aires. A situação a que teria chegado o país guarani fora forjada desde os tempos do dr. Francia, com o isolamento e a auto-suficiência, que são destacados pelo autor Raul de Andrada e Silva, em **Ensaio sobre a ditadura do Paraguai 1814-1840**, de 1978: “Com

---

<sup>145</sup> PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre** [...] *Op Cit* p. 111

<sup>146</sup> Id. *Ibid* p. 47

<sup>147</sup> Id. *Ibid* pp. 47-48

efeito, a Ditadura converteu-se não somente num Estado proprietário, dono de vasto patrimônio, mas em gestor dos empreendimentos estatais, e por outro lado, agiu como órgão da solidariedade moral entre os indivíduos e promotor do bem-estar geral do povo. Aí estão duas coincidências bem claras entre a estatização de Francia e as idéias do Socialismo de Estado. [...] Era ilimitada [sic], portanto, a intervenção do Estado na vida econômica, impondo toda a sorte de restrições à ação individual. Tal intervencionismo resultava da autarquia. Mas, tinha em vista menos o progresso material que a salvaguarda dos direitos políticos e econômicos do Paraguai, em toda a sua plenitude.”<sup>148</sup>

Em alguns autores, o Estado guarani é apontado, em forma certamente abusiva, como um quase socialismo. José Maria Rosa chega a dizer que o Paraguai é um Estado socialista e paternalista.<sup>149</sup>

Manilio Cancogni e Ivan Boris em **Solano López, o Napoleão do Prata**, de 1970, escrevem que Carlos Antonio López, com o capital acumulado nos tempos do dr. Francia, iniciou a modernização do país, importando tecnologia e contratando técnicos estrangeiros. O que é diverso. Destacam-se a fundição de Ibicui, as ferrovias, o telégrafo, o telefone, as manufaturas, a esquadra. “Entre o numeroso pessoal de gabarito que trabalhava por conta do governo havia dois técnicos altamente qualificados. Um dele era o engenheiro-chefe inglês John William Whitehead, homem de grande capacidade, mesmo no setor administrativo, diretor do arsenal de Assunção, e morreu no primeiro ano da guerra. O outro era o coronel George Thompson, especialista em artilharia.”<sup>150</sup>

“E foi com o impulso dado por esses técnicos que o Paraguai, durante os últimos anos da presidência de Carlos Antonio, ultrapassou todos os demais países da América Latina (inclusive a Argentina) no tocante a ferrovias, telégrafos, estaleiros e arsenais. [...] Carlos Antonio conseguira transformar o país graças às imensas riquezas acumuladas por Francia nos cofres públicos durante os vinte e cinco anos de seu mandato. Aquele dinheiro, fruto do confisco dos bens de grandes proprietários e da Igreja, permitiram-lhe adquirir máquinas, patentes e plantas industriais, assim como pagar bons salários ao pessoal contratado.”<sup>151</sup>

---

<sup>148</sup> SILVA, Raul de Andrada. **Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai [...]** *Op Cit* pp. 208-209-210

<sup>149</sup> ROSA, José María. **La Guerral del Paraguay [...]** *Op Cit* p. 16

<sup>150</sup> CANGOGNI, Manlio; BORIS, Ivan. **Solano López, o Napoleão do Prata**. Rio de Janeiro: Civilização, 1970 pp. 39-40

<sup>151</sup> Id. *Ibid* pp. 39-40

E é esse desenvolvimento “endógeno”, não na superação relativa da Argentina e do Brasil, mas na sua realização sem endividamento internacional, sob o controle do Estado, que é colocado, por autores como Peña, como uma alternativa de fato à política de importação da oligarquia liberal de Buenos Aires liderada por Bartolomé Mitre. Política favorável, por um lado, ao livre-cambismo, mas, por outro, defensora do monopólio portuário portenho.

Depois de esmagar as revoltas do interior, bem como mandar assassinar um dos expoentes do descontentamento com a política da oligarquia portenha – *el Chacho* -, Mitre passou a ter como objetivo impor a centralização unitária a toda a Argentina. Mas para isso, ainda teria de derrotar o Paraguai, modelo que poderia servir de alternativa ao desenvolvimento desejado por ele e sua classe social. O país guarani ainda poderia ser um estímulo permanente às revoltas intestinas e à contestação ao modelo mitrista.

Nos primeiros anos da década de 1860, a Argentina de Mitre foi acusada de apoiar a revolta do colorado Venâncio Flores contra o presidente constitucional Anastasio Aguirre. Embora tenha se declarado neutro, é difícil imaginar que essa neutralidade seja verdadeira, levando em consideração que Flores combatera sob suas ordens na batalha de Pavón e principalmente tendo em vista que o caudilho uruguaio partiu com soldados e armas de Buenos Aires.

O governo do Paraguai deixara claro que qualquer intervenção no Uruguai seria equivalente a uma declaração de guerra. Mesmo assim, o Império – com a licença expressa do governo mitrista, que incentivara tal ação – invadiu o território oriental. Como resposta, o Paraguai invadiu o Mato Grosso e pediu autorização a Mitre para cruzar o território argentino com o intuito de chegar ao Uruguai. No entanto, Mitre, após ter autorizado anteriormente que o exército imperial utilizasse seu território para exercícios, nega o passo das tropas paraguaias, precisamente para criar situação de guerra com aquele país. Ante essa reação, Solano López declara guerra à Argentina e invade a província de Entre Rios. Mitre oculta a declaração de guerra, apresentando-a simplesmente como uma agressão paraguaia em tempos de paz, na perspectiva de unificar o país em guerra contra os blancos no Uruguai e o governo paraguaio. Integrava essa estratégia o desejo permanente de incorporar a província rebelde.<sup>152</sup>

<sup>152</sup> Cf. BANDEIRA, Moniz. O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança. 2a São Paulo: Ensaio; Brasília, DF; Editora da Universidade de Brasília, 1995; DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.; PEÑA, Miliciades. La era de Mitre: de Caseros a la Guerra de la Triple Infamia. 3a ed. Buenos Aires: Ediciones Fichas, 1975.; ROSA, José María. La guerra del Paraguay: y las montoneras argentinas. -1a Ed.- Buenos Aires: Punto de Encuentro, 1985.; ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson de la; RODRIGUES, Julio Carlos. La oligarquía oriental

Em maio de 1865 foi firmado o Tratado da Tríplice Aliança, onde o Império, a Argentina liderada por Mitre e o Uruguai de Venâncio Flores entraram em guerra contra o Paraguai. [Ver capítulo “O que se escreve sobre a Guerra do Paraguai] No entanto, devemos lembrar que os dois últimos fortemente divididos. O presidente argentino Bartolomé Mitre agiu de modo a legitimar a aliança com o Império da seguinte maneira. Primeiramente, preparou a intervenção do Império ao Uruguai e impediu o acesso das tropas paraguaias ao front de combate, impondo a invasão de Corrientes. Segundo, apresentou a guerra que movia contra o Paraguai como um confronto da tirania contra a liberdade. Em segundo lugar, ocultou a declaração de guerra por parte de Francisco Solano López, apresentando a invasão paraguaia como um ato de traição, onde os argentinos teriam sido agredidos em tempos de paz, buscando assim apoio para uma ação militar contra o Estado Guarani.<sup>153</sup> [Ver capítulo “O que se escreve sobre a Guerra do Paraguai]

Segundo Rosa, ao invadirem Corrientes, os paraguaios não foram recebidos, ao menos no início, como invasores, pois lá contavam com simpatizantes federalistas. “No hubo lucha. [...] fue presentado estruendosamente como ‘una agresión en plena paz, que obligaba al honor argentino’. Los diarios mitristas batieron el pecho y los mismos antimitristas se les acoplaron por lo que entendieron “un agravio al pabellón nacional”. Hubo manifestaciones patrióticas en Buenos Aires [...]”<sup>154</sup> Por outro lado, nessa região, era muito forte a população de cultura guarani, o que jogava também contra o mitrismo.<sup>155</sup>

Mitre colocara-se objetivamente contra o Paraguai, ao apoiar ativamente a deposição dos *blancos* e a intervenção imperial no Uruguai, como visto no capítulo “Características da formação dos países envolvidos na Guerra do Paraguai – O Uruguai”. Finalmente negara o direito de passagem das tropas paraguaias por seu território, concessão acordada anteriormente ao Império pelo governo argentino. Urquiza proporia a Mitre, ao contrário, que concedesse aquela permissão.

O presidente Bartolomé Mitre teria encontrado na invasão de Corrientes uma forma de conseguir o baixo consenso da população argentina com seu governo e sua política, com destaque para a população provincial. O que para Francisco Solano López teria sido uma ocupação militar, um movimento de guerra, teria sido apresentado por Mitre à sua população

---

en la Cisplatina. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1970.; TORRE, Nelson de la; RODRIGUEZ, Julio C.; TORRES, Sala Lucia de. Después de Artigas (1820-1836). Montevideo: EPU, 1970.

<sup>153</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay** [...] *Op Cit* p. 188

<sup>154</sup> Id. *Ibid* p. 191

<sup>155</sup> CANGOGNI, Manlio; BORIS, Ivan. **Solano López** [...] *Op Cit* p. 70

como uma invasão em período de paz, escondendo a declaração de guerra apresentada pelo presidente paraguaio e a política de favorecimento do confronto, que fora responsável, ao apoiar a invasão de Flores do Uruguai e a guerra civil naquele país . E a Argentina que entrou na Guerra do Paraguai ao lado do Brasil o fez fortemente dividida entre os que apoiavam Mitre e seu apoio ao Império e os que tinham mais simpatia pelo Paraguai e não sabiam o motivo de estarem contra o país guarani.

Ao contrário dos dois primeiros Estados estudados, o Império será uma exceção na América do Sul. Será o único que, além de manter a unidade de suas partes, manterá também a mão-de-obra escravizada como predominante, além de um poderoso tráfico de trabalhadores feitorizados. Sim, pois o Paraguai também tinha escravos, mas não há comparação com seu vizinho de colonização lusitana. Além disso, o Império já possuía instituições políticas e jurídicas bem consolidadas e, a partir do Segundo Reinado, conheceu um período de estabilidade, podendo lançar investidas nos países vizinhos com o intuito de atender seus interesses. Outra característica peculiar importantíssima foi a manutenção do sistema monárquico, fazendo do Império, a única monarquia das Américas.

## IMPÉRIO DO BRASIL: A MONARQUIA ESCRAVISTA

### Introdução



**Figura 8:** Mapa do Brasil. Única Monarquia da América, ainda trazia como característica a mão-de-obra escravizada. Era também o único país com instituições políticas e jurídicas definidas na época.

Fonte: <http://www.google.com.br>

espanhol, manteve a unidade de suas diversas partes após a independência em 1822, com a Monarquia, o latifúndio e a escravidão<sup>156</sup>. Em meados do século 19, era o único país da região que contava com instituições política e jurídicas consolidadas após longo período de instabilidade interna – golpe de dom Pedro em 1823; deposição do imperador, em 1931; revoltas regenciais.<sup>157</sup> Quando da Guerra do Paraguai, o poder central havia derrotado as rebeliões que sacudiram o país e encontrava-se em processo de impulsão devido à cafeicultura

Neste capítulo, estudaremos o país que destoou dos demais na América do Sul em seu processo de independência, o Brasil. Demonstraremos que esta nação teve um processo singular no seu nascimento, que o marcaria profundamente. Características que influenciariam sua política com os vizinhos do Rio da Prata, como o intervencionismo, caracterizando, em alguns casos, um verdadeiro imperialismo.

O Império brasileiro configurava-se como uma exceção na América Latina. Ao contrário do império colonial

<sup>156</sup> Cf. COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989; MAESTRI, Mário. **A servidão negra**. Porto Alegre: Mercado Aberto 1988; CONRAD, Robert, Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

<sup>157</sup> Cf. FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 10ª Ed. São Paulo, Edusp, 1995; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1972-1982. 11 v.

escravista exportadora.<sup>158</sup> Nas décadas de 1850 e 1860, enquanto os demais países da região do Rio da Prata estavam ainda em processo de consolidação, como era o caso do Uruguai e da Argentina, sem atingir completamente seu objetivo, o Império atingia auge relativo, passando a expandir sua influência além de suas fronteiras.<sup>159</sup>

O Império agiu de forma imperialista interferindo no Uruguai, que já pertencera ao território imperial e na Argentina. Sua ação vergara em 1851 o presidente oriental Oribe e em 1852, com Justo José Urquiza, deporia Juan Manoel Rosas na Argentina. E novamente interferiria no Uruguai em 1863, culminando com a deposição de Anastasio Aguirre e a ascensão ao governo de Venâncio Flores, seu preposto. São as características peculiares do Império que iremos analisar neste capítulo, demonstrando como elas possibilitaram a ação imperial fora de suas fronteiras.

### **A Monarquia escravista**

O Império trazia algumas características peculiares nesse processo. O primeiro e mais óbvio, é o fato de ser um Império, a única Monarquia na América. O Brasil havia passado pela Independência sem sofrer fragmentação de seu território, transformando-se em um Estado centralizado. Ao ressaltar as peculiaridades do Império brasileiro em relação aos demais Estados sul-americanos, não podemos esquecer que quem passou a governar o país era um membro da família real da antiga metrópole. Outra característica que diferenciaria o Império era que, mesmo depois do rompimento com a metrópole, a mão-de-obra predominante continuou sendo a escravizada. Com uma estrutura centralizada, hierarquizada e consolidada, o Império passou a praticar uma política realmente imperialista e a interferir nos destinos de seus vizinhos para atender a seus interesses.

O historiador rio-grandense Mário Maestri lembra que o Brasil caracterizou-se pela utilização do trabalhador escravizado desde os primeiros anos de sua colonização. “Desde 1530, com o início da ocupação territorial e da plantagem açucareira nas possessões luso-americanas, o escravismo articulou-se como forma hegemônica de produção. No período

---

<sup>158</sup> Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1972-1982. 11 v.

<sup>159</sup> Cf. SALES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990

colonial, a economia assentou-se na mão-de-obra feitorizada, primeiro nativa e sobretudo africana, a partir do Seiscentos.”<sup>160</sup>

Maestri destaca a principal característica das independências da América espanhola, em relação ao Império: a fragmentação. “A América espanhola pertencera a uma mesma metrópole. Suas elites possuíam uma mesma religião, uma mesma língua e uma mesma cultura. Era também significativo o ideário americanista entre importantes parcelas das elites *criollas* hispano-americanas. Nada disso sobrepuôs-se à força das tendências centrífugas dos diversos blocos geo-econômicos. A América espanhola explodiu em uma constelação de dezesseis Estados republicanos independentes.”<sup>161</sup>

A ex-colônia portuguesa na América não conheceu o federalismo, se caracterizando em um Estado centralizado e autoritário: “As ex-colônias luso-brasileiras emergiram da independência como nação unitária, organizada em torno de Estado centralizado e autoritário. Não conheceram nem mesmo o federalismo que organizou, por longos anos, as ex-colônias britânicas. O Estado-nação brasileiro — monárquico, autocrático e centralizado — resultou da necessidade das elites das diversas províncias de enfrentarem o problema da independência e da gestão constitucional de seus interesses maiores, sem colocarem em perigo a espinha dorsal da economia colonial: a produção escravista.”<sup>162</sup>

Em **O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata**: da colonização à guerra da trílice aliança, de 1995, Moniz Bandeira descreve também a diferença entre o Império e os demais Estados do Prata no que diz respeito ao amadurecimento de suas instituições. Enfatiza, porém, que o Brasil nada mais era que um desdobramento de sua antiga metrópole, o que constitui, certamente, um exagero, visto que o Estado imperial era conformado determinadamente pela escravidão. “Sem dúvida, enquanto a conformação definitiva e centralizada de quase todos os demais países da América do Sul, como a República da Argentina, só ocorreria durante a segunda metade do século XIX, o Império do Brasil, àquela época, já estava amadurecido como Estado, possuindo um aparelho burocrático-militar capaz de defender e mesmo impor, tanto internamente quanto externamente, a vontade social de suas classes dominantes. Esse desenvolvimento político se

---

<sup>160</sup> MAESTRI, Mário. “A escravidão e a gênese do Estado nacional brasileiro”. ANDRADE, Manuel Correia de et al. **Além do apenas moderno**: Brasil séculos XIX e XX. Brasília: CNPq; Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangano, 2001 p. 1

<sup>161</sup> MAESTRI, Mário. “A escravidão e a gênese [...]” *Op Cit* pp. 3-4

<sup>162</sup> Id. *Ibid* p. 5

devia ao fato de que o Império do Brasil não era simples sucessor do Estado português. Na verdade, era o próprio Estado português, que se desdobrara numa outra base geográfica, ajustara-se às condições econômicas e amoldara-se à estrutura social da colônia, com a conseqüente reformulação da aliança de classes, que as contingências históricas impuseram. Mas, na mudança, não sofrera descontinuidade. Conservara sua contextura internacional, assentada no dogma da soberania una e indivisível da Coroa, da hierarquia, as leis civis, os métodos administrativos, o estilo político, o instrumental bélico e diplomático, com experiência internacional, e o vezo de potência. Tanto isto é certo que o Brasil era a única Monarquia no continente.”<sup>163</sup>

É importante ressaltar a dependência comercial brasileira com relação à Inglaterra, principal força comercial do momento, que prosseguiu, como escreve o jornalista brasileiro Jorge Caldeira em **Mauá: empresário do Império**, de 1995. “Os ingleses levaram sua parte: garantiram por quinze anos as vantagens que tinham conseguido no tratado assinado com um dom João VI com a corda no pescoço, como se o novo país fosse o velho Portugal: impostos de 15% na Alfândega, um juizado especial para cuidar de seus cidadãos, liberdade religiosa para seus súditos etc. Portugal também teve suas compensações: o Brasil pagaria um empréstimo de 2 milhões de libras, tomado dos portugueses para combater justamente a independência do Brasil.”<sup>164</sup>

Sobre a relação legal entre o Império e a Inglaterra. “A justiça, pelo menos para os ingleses, não dependia em nada dos brasileiros. O tratado de 1810 garantia que todos os súditos britânicos jamais seriam submetidos à humilhação de receber um tratamento diferente do que estavam acostumados em casa: mesmo no Brasil, eles só podiam ser julgados por um tribunal inglês, e de acordo com suas próprias leis, inclusive nas causas comerciais. O tratado de reconhecimento da Independência, de 1826, renovou esse privilégio.”<sup>165</sup>

Mário Maestri toca em um ponto fundamental das peculiaridades imperiais em relação demais países da América do Sul: a utilização do trabalhador escravizado e como ela interferiu na organização do seu Estado: “Se as províncias brasileiras explodissem em repúblicas, cresceriam as dificuldades para manter a organização escravista nas regiões onde se mostrasse produtiva. Os Estados abolicionistas acoutariam os escravos fujões, como o haviam feito as Guianas e as possessões hispano-americanas, no passado. [...] Velada ou

<sup>163</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro [...]** *Op Cit* p. 133

<sup>164</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário [...]** *Op Cit* pp. 101-102

<sup>165</sup> Id. *Ibid* p. 110

abertamente, a questão servil traspassou as discussões senhoriais sobre como enfrentar a independência. O Estado-nação monárquico, autoritário e centralizado brasileiro foi criatura da escravidão. Nos momentos da definitiva ruptura das províncias luso-brasileiros com a monarquia lusitana, o Brasil independente e unitário surgiu sobretudo como resultado dos interesses negreiros e escravistas.”<sup>166</sup>

Mário Maestri escreve sobre a importância das pessoas ligadas ao comércio de trabalhadores cativos no Império: “A Independência e o unitarismo nacional deram-se sob a batuta cautelosa e conservantista dos grandes plantadores e comerciantes de trabalhadores escravizados. Os comerciantes de cativos da Corte desempenharam importante papel na vitória, em 1822, da solução unitarista e centralista organizada em torno de Pedro I. Eles teriam, igualmente, apoiado o golpe anti-liberal e anti-constitucional do Imperador, em 1823.”<sup>167</sup>

O mesmo historiador destaca outras razões da manutenção do escravismo e do unitarismo. O trono brasileiro foi assumido por um membro da dinastia de Bragança, e o imperador simbolizava que alguns homens eram superiores a outros por questões de nascimento. “A entronização do regente assegurava os interesses do comércio lusitano no Brasil e da dinastia dos Braganças. Ela era também garantia aos senhores ainda adictos do absolutismo. Em um sentido simbólico, a figura do imperador expressava e representava, nos seus direitos de sangue e nascimento sobre os cativos, os direitos dos mesmos senhores sobre os seus negros, africanos de sangue e escravos de nascimento.”<sup>168</sup>

A escravidão, no Império, estava ligada à tradição e sobretudo à economia. Em **Os últimos anos da escravatura no Brasil**, o célebre brasilianista estadunidense Robert Conrad, destaca que os trabalhadores escravizados eram utilizados em praticamente todos os tipos de trabalho, o que ensejava que as atividades laborativas fossem vistas como algo de escravos, que degradavam os homens.<sup>169</sup> Todos que tinham recursos adquiram trabalhadores escravizados, pois eram quem garantiriam o sustento do dono. Não possuir cativos era estar na miséria. O fato de que o trabalhador escravizado fosse a força de trabalho dominante transformava-o também em fonte de status – o poder de um grande proprietário era medido,

---

<sup>166</sup> MAESTRI, Mario. “A escravidão e a gênese [...]” *Op Cit* p. 8

<sup>167</sup> Id. *Ibid* p. 8

<sup>168</sup> Id. *Ibid* p. 8

<sup>169</sup> CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. 2ª Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 p. 6

dentre outros critérios, sobretudo pela quantidade de cativos que possuísse. Não eram apenas as pessoas mais abastadas que possuíam trabalhadores escravizados, mas inclusive os *quase pobres* que tinham neles a sua única fonte de renda.<sup>170</sup>

Segundo Mário Maestri, não podemos nos esquecer das razões externas que fizeram com que o Brasil surgisse como um Estado unitário, uma vez que, para ter sua independência reconhecida, o Império contraiu uma dívida de duas mil libras para pagar uma indenização a Portugal. “Outras razões contribuíram para o unitarismo nacional, entre elas, o interesse da Inglaterra nessa solução, já que o surgimento de nações independentes dificultaria o recebimento da dívida luso-brasileira e a consecução dos interesses ingleses nesse canto do mundo. Porém, não podemos explicar a unidade brasileira como produto dessa interferência.”<sup>171</sup>

A situação econômica do Império nesse período também não era das melhores. Maestri assinala: “O grande problema ‘nacional’ tinha origem econômica. Havia muito que a economia mineradora esgotara-se e não se encontrava novo produto em que empregar as multidões de trabalhadores escravizados semi-ociosos. No contexto dessa difícil situação, a Coroa, o aparato administrativo e as elites hegemônicas do Rio de Janeiro utilizavam o centralismo estatal para acapararem as poucas rendas provinciais. [...] As infelizes negociações concluídas por dom Pedro com a Inglaterra e Portugal, para o reconhecimento do novo Estado, empobreceram fortemente o erário público. O imperador comprometera-se com uma indenização milionária para seu pai e assumira a dívida lusitana feita com os ingleses para combater a independência brasileira! [...] A liberdade de comércio golpeara a frágil produção artesanal brasileira. O país inundara-se de mercadorias inglesas, degradando-se o balanço comercial. Os desmandos econômicos, a dívida internacional, os reflexos da queda dos preços das exportações eram lançados nas costas das classes subalternas. A moeda ‘inflacionada’ aumentava a miséria dos livres pobres.”<sup>172</sup>

Em 1831 o Império entra em uma nova fase com a abdicação de D. Pedro I, o Período Regencial, que dura de 1831 a 1840. “A questão da gestão pelas elites nacionais do Estado brasileiro foi resolvido com o movimento de 7 de abril de 1831, que depôs Pedro I, imperador autocrático, protetor dos interesses lusitanos e comprometido com o fim do tráfico. Com o defenestramento imperial, davam-se as condições para a gestação do Ato Adicional de agosto

<sup>170</sup> CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura** [...] *Op Cit* pp. 12-13-14-15

<sup>171</sup> MAESTRI, Mario. “A escravidão e a gênese [...]” *Op Cit* p. 9

<sup>172</sup> Id. *Ibid* p. 10

de 1834, que criou um sistema de assembléias provinciais fortalecidas, diminuindo em algo o poder discricionário do governo central. As concessões regenciais aproximaram do poder central as forças provinciais conservadoras.”<sup>173</sup>

O Período Regencial é lembrado pela historiografia como o mais agitado da história do Brasil. Os regentes, no poder, procuraram desfazer atos de D. Pedro I que prejudicavam brasileiros, além de procurarem privilegiar alguns nascidos no território nacional. Mas a instabilidade foi mesmo a marca dessa época. Caldeira escreve que: “Os três primeiros regentes indicados – o marquês de Caravelas, o senador Vergueiro e o general Francisco de Lima e Silva – agüentaram apenas dois meses no poder. Deram anistia aos processos políticos, garantiram o poder do parlamento [...]. Essas poucas gotas d’água não contiveram o incêndio que se alastrava. Os papéis do governo, que substituíam os do Banco do Brasil, tinham tão pouco valor como os anteriores. O fim da legalidade do tráfico de escravos provocava a apreensão nos fazendeiros, oposição dos traficantes – e uma grande diminuição das combalidas receitas da Alfândega, já que os escravos, agora contrabandeados, não eram mais taxados. O Exército, inchado desde a guerra contra a Argentina, estava com os soldos atrasados e era um foco permanente de revoltas. Os últimos fiéis vassalos de dom Pedro I, ligados aos comerciantes portugueses, passaram a pregar a volta do imperador e a fazer uma oposição violenta, com manifestações quase diárias na capital e tentativas de armar um golpe de Estado. Até do lado dos que apoiavam o governo havia problemas: os liberais mais exaltados exigiam reforma imediatas, não queriam esperar. Antes de começar a enfrentar tudo isso, os regentes já haviam caído.”<sup>174</sup>

Jorge Caldeira destaca uma organização secreta de importância mundial, que era influente e presente no Brasil, mesmo antes da Independência, e que terá, nas palavras do próprio autor, papel relevante nos conflitos regenciais: a maçonaria. Na verdade, essa sociedade secreta já era relevante mesmo antes do rompimento político entre Brasil e Portugal. Havia duas facções maçônicas: os *vermelhos* e os *azuis*. Os primeiros eram vinculados à maçonaria francesa, sendo inclusive os inspiradores da Inconfidência Mineira, contribuindo até com seus símbolos, como o triângulo vermelho. Eram republicanos. Por outro lado, os azuis eram vinculados à maçonaria inglesa e não tencionavam acabar com a monarquia ou em instalar a república.

---

<sup>173</sup> MAESTRI, Mário. “A escravidão e a gênese [...]” *Op Cit* p. 10

<sup>174</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: empresário [...] *Op Cit* p. 126

Segundo o mesmo autor, no Brasil eram liderados por José Bonifácio. Este político tinha como plano a independência brasileira com o regente dom Pedro como imperador. Para chegar ao seu objetivo iniciou o próprio príncipe na maçonaria, tanto na vermelha como na azul, conseguindo o apoio de ambos. No entanto, logo depois da independência, dom Pedro se livrou dos republicanos e mandou prender os “vermelhos”. Depois, inclusive prendeu os “azuis”, apesar de serem monarquistas constitucionais, exilando José Bonifácio de Andrada e Silva, desorganizando a maçonaria no Império. Essa somente voltaria a se organizar entre os liberais que passariam a se opor ao regente, enquanto o Primeiro Reinado entrava em colapso.<sup>175</sup>

Caldeira escreve que os maçons, liberais, com a vitória de Feijó, estariam mais próximos de alcançar seus objetivos. “A regência de Feijó, que prometia no começo, não demorou a ser demolida – com a ajuda dos próprios liberais. [...] Assim que Feijó tomou posse, os liberais lançaram-se com todo o ímpeto na execução das mudanças que haviam pregado. Mas o novo ainda era raro, e nunca se multiplicava o suficiente para satisfazer os sonhos. Em pouco tempo, muitos achavam o governo lento demais na implantação das reformas. Mais um pouco, e alguns resolveram fazer tudo com as próprias mãos. A maçonaria vermelha, que tinha se mantido prudente até a eleição de Feijó, por temor de uma reviravolta, tornou-se radical de novo. Seus líderes acharam que tinha chegado a hora de concretizar os velhos sonhos republicanos – transformados agora num federalismo radical. Das idéias aos fatos foi um pulo.”<sup>176</sup>

Caldeira propõe, exagerando nos objetivos republicanos dos liberais exaltados. Já que os liberais farroupilhas, originalmente na direção das revoltas provinciais, desejavam sobretudo o direito à eleição dos presidentes das províncias, dentro da ordem monárquica: “Em várias províncias eclodiram revoltas, sempre com o objetivo de criar um governo republicano local. Cada uma ganhava um nome: Cabanagem no Pará; Balaiada, no Maranhão; Sabinada na Bahia; Carneiradas em Pernambuco. A história em todas elas foi semelhante: o grupo de liberais imbuídos de ideais republicanos – composto em geral de artesãos, funcionários públicos e alguns proprietários com vínculos na capital da província – conseguia tomar o poder ou ao menos desencadear uma forte rebelião na capital. Os conservadores

---

<sup>175</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: empresário [...] *Op Cit* pp. 140-141-143

<sup>176</sup> Id. *Ibid* p. 151

reagiam, convocando tropas para retomar a cidade. Por fim, os liberais fugiam para o interior – território dos fazendeiros conservadores – e acabavam invariavelmente esmagados.”<sup>177</sup>

O período em questão seria um dos mais agitados da história do Brasil Império. Segundo León Pomer: “Como unidade política, longe estava o Império de se ter consolidado. Rebeliões no Ceará (1831-32), Pernambuco (1832-35), Pará (1838-37), Bahia (1837-38), Maranhão (1838-41) e sobretudo no Rio Grande do Sul (1835-45) mostravam que as forças centrífugas em ação não eram nada desprezíveis.”<sup>178</sup>

No entanto, todas essas rebeliões acabaram sendo derrotadas. Onde estava seu problema? Qual seria o ponto fraco delas? Segundo Caldeira: “O drama por trás dessa falta de sucesso das idéias federalistas, republicanas e liberais era conhecido há muito tempo. Por melhor que fosse o desempenho militar dos revoltosos, um problema permanecia sempre intocado: o destino a dar aos escravos. [...] O fantasma de uma revolta de escravos como a do Haiti, onde a produção foi inteiramente desorganizada, estava na cabeça de todos os milhares de proprietários brasileiros – e também na dos revoltosos. Nem o mais lúcido revolucionário sabia como conciliar uma república, idealmente formada por cidadãos iguais perante a lei, com a escravidão.”<sup>179</sup> E, sobretudo, os grandes escravistas provinciais sabiam que, com a independência de suas regiões, a Inglaterra certamente imporá o fim do tráfico transatlântico, o que dessanguinaria rapidamente a produção escravista.

Dessas rebeliões, destacamos principalmente a Cabanagem no Pará, por seu caráter popular;; a Sabinada, também na Bahia, por seu caráter separatista; mas principalmente a Revolução Farroupilha, principalmente por sua longa duração – 10 anos – constituindo-se na maior rebelião da história brasileira. A importante Revolta dos Malês na Bahia (1835), por ter sido planejada por negros livres, libertos e alguns trabalhadores escravizados, não faz parte em sentido estrito do ciclo das revoltas liberais, constituindo movimento insurrecional de cunho social.<sup>180</sup>

A exceção a esse drama seria a Guerra Farroupilha, liderada exatamente pela classe dominante da província do Rio Grande do Sul. A respeito desse episódio, Jorge Caldeira escreve, incorrendo em deslize sobre a realidade rio-grandense: “Só um lugar do Brasil

<sup>177</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário** [...] *Op Cit* p. 151

<sup>178</sup> POMER, Leon. **Os conflitos** [...] *Op Cit* pp. 36-37

<sup>179</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário** [...] *Op Cit* pp. 151-152

<sup>180</sup> Cf. REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil** : A história do Levante dos Malês, 1835. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987; FREITAS, Décio. **Insurreições escravas**. Porto Alegre: Movimento, 1976.

escapava do drama que consumia os radicais. Na província do Rio Grande do Sul, a proposta de radicalizar os aspectos federativos do Ato Adicional parecia viável. Ali tudo era diverso do resto do país. Havia poucos escravos no campo [sic] e muitos nas cidades, empregados nas charqueadas. Os maçons vermelhos eram, em sua maioria, fazendeiros – e muitos fazendeiros que não participavam da sociedade pensavam como eles. [...] A Revolução Farroupilha começou em 1835, chefiada por Bento Gonçalves. Ao contrário de todas as outras revoltas liberais da época, os gaúchos [sic] se firmaram no campo e o governo dos farroupilhas prosperou com o apoio dos estancieiros [...]. Enquanto em todo o Brasil os liberais caçados por proprietários rurais sofriam para conseguir montar um governo viável fora das capitais, no Sul era o governo central que sofria para controlar uma revolta difusa e apoiada pelos proprietários.”<sup>181</sup> A Revolta Farroupilha, *movimento dos estancieiros, importantes proprietários de cativos*, somente seria pacificada durante o Segundo Reinado, já em 1845.

O historiador Jorge Caldeira se baseou nos mitos que havia sobre o Rio Grande do Sul: o da produção sem trabalho e o da produção sem escravos.<sup>182</sup> O fato de não haver grande quantidade de cativos trabalhando na atividade pastoril, não autoriza afirmar que não havia trabalhadores escravizados nessa região do país. Sobre a existência de cativos, os números desmistificam a informação que o Rio Grande do Sul praticamente não adotava seu trabalho. Segundo Mário Maestri: "Em 1874, com 21,3% de cativos, o Rio Grande era terceira província do Brasil em números de trabalhadores escravizados, após o Rio de Janeiro (39,7%) e o Espírito Santo (27,6%)." <sup>183</sup> Portanto, podemos observar que longe de possuir poucos trabalhadores escravizados, o Rio Grande era importante região escravista.

O mesmo autor escreve a respeito das atividades onde seriam mais úteis os serviços dos trabalhadores escravizados: “Inicialmente, é importante salientar que a presença do cativo na fazenda não significa necessariamente que trabalhasse sobretudo em funções pastoris, que fosse um cativo campeiro. No Sul, a atividade criatória dominou até fim do século 19. Porém, ao lado das fazendas pastoris, tínhamos propriedades dedicadas à agricultura mercantil, especialmente na periferia das cidades – as chácaras. Nelas, o cativo assumia o papel de

---

<sup>181</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: empresário [...] *Op Ci.*. 152

<sup>182</sup> FREITAS, Décio. **O capitalismo pastoril**. Porto Alegre: EST, 1980.

<sup>183</sup> MAESTRI, Mário. [Org]. O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil. Passo Fundo: UPF Editora. MAESTRI, Mário. **O cativo, o gaúcho e o peão**: considerações sobre a Fazenda Rio-Grandense [1860-1964] p. 3

destaque.”<sup>184</sup> Porém, como lembra o autor, o cativo assumiria papel determinante nas estâncias como cativo campeiro.

Durante o Período Regencial, formaram-se grupos políticos que não podemos chamar de partidos ainda, pois eram agrupamentos de pessoas com afinidades políticas. Após a morte do monarca Dom Pedro I [1798-1834], o grupo dos restauradores [que desejava o retorno do imperador que abdicara em 1831, se junta à parte dos liberais moderados para formarem a ala dos *Regressistas*. Todos eram contrários à participação popular na política [não que os *progressistas* a aprovassem] e tinham um plano político mais centralizado nas províncias e classes proprietárias dominantes, com menor autonomia para as províncias periféricas. Eram favoráveis ao senado vitalício e ao trabalho compulsório. Formariam mais tarde o Partido Conservador.

Os *progressistas* foram o resultado da fusão de parte dos liberais moderados com os liberais exaltados. Não havia grandes diferenças sociais entre esses dois grupos. O jornalista e cientista social Jorge Caldeira exagera nos ideais republicanos destes, sendo que essa não era uma Bandeira de luta dos progressistas como um todo. Também não podemos ainda lhes impingir uma mentalidade anti-escravista, sendo que muitos deles eram grandes fazendeiros e utilizavam o trabalho compulsório. Em verdade, não havia grandes diferenças entre eles, do ponto de vista social, no que se refere à ordem escravista. Mesmo que entre os *progressistas* houvesse facções emancipacionistas. Sobretudo, eles procuravam uma autonomia maior para as províncias, reivindicando a eleição do presidente da província. Eles formarão a seguir o Partido Liberal, fazendo oposição ao senado vitalício. Todavia, também terão seus senadores vitalícios, principalmente durante o Segundo Reinado.<sup>185</sup> A inexistência de uma oposição política de viés democrático durante praticamente todo o Império devia-se essencialmente à ausência de facções substanciais de trabalhadores livres e de classe camponesa com direitos políticos.

Em 1840 chega ao fim do Período Regencial e inicia do Segundo Reinado. Os *regressistas* passaram a usar métodos mais eficazes no combate aos liberais. Com uma folgada maioria no Parlamento, montaram um aparato legal que esmagaria todas as conquistas liberais descentralizadoras. Por outro lado, os *liberais* apostaram suas fichas em uma jogada

<sup>184</sup> MAESTRI, Mário. [Org]. O negro e o gaúcho [...] *Op Cit* p-24

<sup>185</sup> Cf. CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: empresário do império. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 10ª Ed. São Paulo, Edusp, 1995; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1972-1982.

incerta: antecipar a maioridade do herdeiro do trono e subir ao poder nas costas dele. Os *regressistas* acusaram que seria golpe, mas como poderiam se opor ao próprio imperador? Mesmo assim, tentaram negociar um adiamento na maioridade, mas dom Pedro quando questionado a respeito da data para assumir o trono brasileiro disse, como era de se esperar de uma quase criança: – “Quero já”! Assim, com o “Golpe da maioridade”, o filho de dom Pedro I tornava-se o imperador do Brasil com 14 anos de idade.<sup>186</sup>

### O Segundo Reinado e a estabilidade imperial



**Figura 9:** Pintura a óleo de D. Pedro II [1825-1891]. Governou o país por quase 50 anos [1840-1889]. Seu governo foi marcado pela estabilidade, pelo surto industrial e, dentre outras coisas, pela Guerra do Paraguai [1865-1870].

Fonte: [Http://www.google.com.br](http://www.google.com.br)

O ano de 1840 marcaria o início do Segundo Reinado. Praticamente todas as rebeliões do período anterior foram debeladas – com exceção da Guerra dos Farrapos – e, mais tarde, da tardia revolta Praieira, em Pernambuco, em 1848. O Império começava a entrar em uma fase de estabilidade. Jorge Caldeira escreve sobre a formação dos dois partidos rivais do Segundo Reinado – os Conservadores e os Liberais. “[...] os regressistas transformaram-se em partido político. Nascia o Partido Conservador, auto-apelidado de “Saquarema”, em homenagem a seus principais líderes, fazendeiros escravistas da região da cidade fluminense de Saquarema. Os liberais reagiram como puderam, abrigando-se um tanto a contragosto no Partido Liberal. Mas nunca puderam escapar do apelido colocado pelos algozes. Seriam os ‘luzias’, carregando no nome o peso da derrota nas armas em Santa Luzia.”<sup>187</sup> A batalha que lhes renderia esse apelido e que marcou essa divisão entre liberais e conservadores, a de Santa Luzia, ocorreu no rescaldo das revoltas liberais em 1842. Quando da ascensão de D. Pedro II ao trono, os liberais “conseguiram afastar os desafetos e voltar pelas mãos do rei, os conservadores lançaram-se com sede de raiva ao pote: anularam as eleições, usaram as

<sup>186</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá:** empresário [...] *Op Cit* pp. 156-157

<sup>187</sup> Id. *Ibid* p. 170

prerrogativas de interpretação da Constituição que tinham aprovado no governo. Pressionados, os antigos liberais moderados não viram saída senão se tornarem eles mesmos ‘vermelhos’. Organizaram às pressas revoltas em São Paulo e Minas Gerais, contra o arbítrio do governo. Era o que os adversários queriam. Não levaram muito tempo para bater os mineiros em Santa Luzia e os paulistas em Sorocaba. Ali, numa cena melancólica, consolidou-se a definitiva separação de dois grupos que um dia tinham andado juntos.”<sup>188</sup>

A estabilidade, que será uma das marcas do longo governo de D. Pedro II [1840-1889]. Era preciso, porém, encerrar o mais longo conflito interno da história do país, a Revolução Farroupilha. Em 1840 foi mandado para o Rio Grande do Sul Luis Alves de Lima e Silva, o barão de Caxias com a missão de debelar esse conflito. No ano de 1845, os líderes farroupilhas aceitaram a rendição e depuseram as armas. Os comandantes farrapos acabaram sendo incorporados ao Exército Nacional e pela primeira vez, todo o país estava sob controle do governo central.

Mário Maestri ressalta a ascensão de uma nova classe social ao poder, no Segundo Reinado. “O principal eixo do novo bloco social era a classe dos cafeicultores. Foi o desenvolvimento da cafeicultura escravista fluminense, a partir dos anos 1830, que cimentou o matrimônio entre monarquia e escravismo. Em poucas décadas, os ‘barões do café’, principal pilar da Segundo Reinado, transformaram-se na classe nacionalmente hegemônica.” Foram eles, como acabamos de ver, que constituíram a espinha dorsal do Partido Conservador, em forte associação com os grandes comerciantes de cativos, sobretudo da Corte.<sup>189</sup>

Maestri comenta: “A estabilidade do Segundo Reinado foi comumente apresentada como produto da pretensa clarividência política de Pedro II ou do inexistente liberalismo das instituições imperiais. Ela deveu-se à pujança da expansão da cafeicultura e à perfeita interpretação, pela Monarquia, das necessidades do escravismo nacional. O crescimento das rendas auferidas com a exportação do café e com a importação de trabalhadores escravizados permitiu que fosse aliviada a pressão fiscal sobre as províncias periféricas.”<sup>190</sup> Efetivamente, a imposição das importações, com a vigência das Tarifas Alves Branco, ensejaria importantes rendas para o Estado imperial, como veremos.

---

<sup>188</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: empresário [...] *Op Cit* p. 169

<sup>189</sup> MAESTRI, Mário. O cativo, o gaúcho e o peão [...] *Op Cit* p. 12

<sup>190</sup> Id. *Ibid* p. 12

E foi a partir dessa estabilidade e pelo fato de ser um Estado centralizado, autoritário e consolidado, que o Império pôde retomar sua política imperialista já praticada quando do período colonial e do Reino Unido, voltando as atenções para o Rio da Prata, onde almejava, se possível, reduzir o Uruguai a semi-protetorado, manter a Argentina e o Paraguai em posição secundária, dominar a navegação dos rios Uruguai, Paraguai e Paraná. As décadas de 1850 e 1860 assinalariam o auge do Império, bem como de sua economia cafeeira e escravista. Segundo assinala Ricardo Salles, em **Guerra do Paraguai:** , de 1990: “A produção escravista, base da economia, estava em expansão com as plantações de café, principalmente na região do vale do Paraíba. O Brasil gozava de uma situação privilegiada em relação ao mercado internacional, tendo praticamente o monopólio do fornecimento do produto. A produção agrícola nas outras regiões à base do trabalho escravo, se não conhecia expansão semelhante à região cafeeira, conseguia, no mínimo, manter-se estavelmente, em termos de preservação da unidade de produção escravista, devido a características próprias do modo de produção escravista. Em outras regiões, ainda, como no Rio Grande do Sul, conhecia-se mesmo uma expansão da produção, nesse caso do próprio mercado interno da região cafeeira com o charque.”<sup>191</sup> A produção escravista pastoril-charqueadora sulina avançava produzindo e vendendo igualmente couro e mulas, imprescindíveis para a cafeicultura.<sup>192</sup>

As décadas de 1850 e 1860 assinalariam o auge do Império, bem como de sua economia cafeeira e escravista. Segundo podemos ler no trecho de Ricardo Salles. “A produção escravista, base da economia, estava em expansão com as plantações de café, principalmente na região do vale do Paraíba. O Brasil gozava de uma situação privilegiada em relação ao mercado internacional, tendo praticamente o monopólio do fornecimento do produto. A produção agrícola nas outras regiões à base do trabalho escravo, se não conhecia expansão semelhante à região cafeeira, conseguia, no mínimo, manter-se estavelmente, em termos de preservação da unidade de produção escravista, devido a características próprias do modo de produção escravista. Em outras regiões, ainda, como no Rio Grande do Sul, conhecia-se mesmo uma expansão da produção, nesse caso do próprio mercado interno da região cafeeira com o charque.”<sup>193</sup> A produção escravista pastoril-charqueadora sulina

---

<sup>191</sup> SALES, Ricardo. **Guerra do Paraguai:** escravidão [...] *Op Cit* pp. 40-41

<sup>192</sup> Cf., entre outros: TRINDADE, J. B. *Tropeiros*. São Paulo: Editoração e Comunicações/Incepa, 1992. FONSECA, Ari Veríssimo da. **Tropeiros de mula:** a ocupação do espaço; a dilatação das fronteiras. 2 ed. Passo Fundo: Berthier, 2004; **Caminho das tropas**. Importância do tropeirismo na configuração urbano-espacial de Cruz Alta. S.L: IPHAE/SEC, sd.

<sup>193</sup> SALES, Ricardo. **Guerra do Paraguai:** escravidão [...] *Op Cit* pp. 40-41

avançava produzindo e vendendo igualmente couro e mulas, imprescindíveis para a cafeicultura.

Salles ressalta a situação brasileira após a pacificação das revoltas regenciais. “Encontravam-se regradados os conflitos internos à classe dominante, agora expressos no jogo político e parlamentar. A Maioridade, a derrota de todas as revoltas que buscavam a descentralização e a manutenção de uma autonomia local haviam criado as condições para a consolidação do Estado imperial. Nas diversas regiões do Império o Estado centralizado, superando resistências, incorporando e subordinando potentados locais e regionais, impunha seu controle sobre todo o território nacional. Suas instituições, símbolos eram aceitos pela classe dominante e também pelos setores médios da população como expressão particular de uma cultura política brasileira, por sua vez caudatária da cultura europeia ocidental vigente. [...] A figura benevolente do imperador aparecia como síntese e símbolo da solidez das instituições imperiais. No quadro institucional parlamentar, essa síntese e esse símbolo transfiguravam-se em presença política efetiva através do Poder Moderador.”<sup>194</sup>



**Figura 10: Pintura a óleo do Barão de Mauá [1813-1889]. Principal personagem do surto industrial ocorrido no Segundo Reinado, era também um banqueiro influente na Europa e na bacia do Prata.**

Fonte: [Http://www.google.com.br](http://www.google.com.br)

Fator de suma importância no Segundo Reinado foi a Tarifa Alves Branco, de 1844, que levava o nome do ministro liberal que a editou. Com a elevação das taxas de importação, destinada a financiar os gastos governamentais, essa lei permitiu o uma primeira impulsão de estabelecimentos manufatureiros no Império, bem como de uma nova espécie de empreendedor na economia nacional, o industrial e empresário. Realidade, porém, limitada pela dominância da produção escravista e inexistência de mercado livre de trabalho significativo. Segundo o jornalista e cientista social Jorge Caldeira, em **Mauá: empresário do Império**, de 1995: “Pela lei, as tarifas de importação dos produtos ingleses subiam de 15% para 30% a 60%, dependendo da mercadoria. Produtos

<sup>194</sup> SALES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão** [...] *Op Cit* pp. 41-42

importados de outros países pagariam taxas similares.”<sup>195</sup>

Nesse cenário um pouco mais favorável ao desenvolvimento da produção manufatureira interna, surge Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá. “Después de 1852, la preponderancia del barón de Mauá es completa en el continente sudamericano: construye ferrocarriles, líneas de navegación a vapor, crea fundiciones, empresas de iluminación a gas, diques flotantes, compañías mineras, estancias en la República Oriental y en Rio Grande, cables submarinos, inicia el Banco de Brasil. Más tarde, con la ayuda financiera de los Rotschild de Londres, crea el poderoso *Banco Mauá*, con agencias en todo el imperio y filiales en Nueva York, Londres, Manchester, Montevideo, Rosario y Buenos Aires. Estas últimas, formaban la punta de lanza de la penetración anglobrasileña en el sur. [...] Mauá consiguió el monopolio bancario con la facultad para emitir monedas y billetes; sus deudores serían considerados como ‘deudores del Estado’ y sujetos a sus penas criminales y políticas, quedaba liderado de todo impuesto, y sus cajas recibirían toda la recaudación nacional.”<sup>196</sup>

Mauá foi o grande empresário não só no Império, mas construiu seu próprio império, controlando boa parte das ações dentro dos países vizinhos, que ainda se encontravam em processo de formação. Em **Mauá: empresário do Império**, de 1995, Jorge Caldeira escreve: “De seu punho podiam nascer leis no Uruguai, movimentos de tropas na Argentina, um novo ministro no Brasil, uma grande tacada na bolsa de Londres.”<sup>197</sup>

Qual a importância desse industrial, banqueiro, empresário e até fazendeiro? Irineu Evangelista de Sousa tinha uma das maiores fortunas do Império, uma quantidade de dinheiro comparável ao orçamento do governo. “De sua mesa saíam ordens para os diretores de dezessete empresas instaladas em seis países e informações para um complexo grupos de sócios, no qual despontavam milionários ingleses, nobres franceses, especuladores norte-americanos, comerciantes do Pará, fazendeiros do Rio Grande do Sul. Por meio da correspondência com esses países e colaboradores, o barão geria bancos no Brasil, no Uruguai, Argentina, Estados Unidos, Inglaterra e França; estabelecimentos no Brasil e no Uruguai; três estradas de ferro no interior do Brasil; a maior fábrica do país, uma fundição que

---

<sup>195</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário** [...] *Op cit* p. 176

<sup>196</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay** [...] *Op Cit* p. 28-29

<sup>197</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário** [...] *Op cit* p. 16

ocupava setecentos operários; uma grande companhia de navegação; empresas de comércio exterior; mineradoras; usinas de criação de gado; fábricas variadas.”<sup>198</sup>

Mauá era tão ou mais influente nos países vizinhos, no Rio da Prata – Uruguai e Argentina. Seus bancos emprestavam dinheiro aos governos e a presidentes desses países tornando-se credor de alguns dos membros mais importantes das classes dirigentes das nações platinas. Escreve Caldeira: “Ele era o dono do maior banco do Uruguai, credor de todas as dívidas do governo e centro da vida econômica do país. No interior funcionavam as agências de Salto, Colônia e Paissandu, freqüentadas por gaúchos rudes, que desciam de seus cavalos com a arma numa das mãos e o ouro da venda do gado, para depositar, na outra. Enquanto isso, em Montevideú, empresários e governantes passavam pela elegante sede do banco, na esquina das ruas do Cerrito e Trinta e Três, em busca de financiamentos para seus projetos. Se os depósitos no interior crescessem, aumentavam os negócios – e o ritmo desse pulsar básico da economia uruguaia era ditado pelo Banco Mauá.”<sup>199</sup>

Segue Caldeira: “Ele também tinha fazendas, a maior das quais era a Estância Mercedes, com 160 mil hectares e 100 mil cabeças de gado[sic]; um grande dique; um estaleiro no porto; e muitas ações da companhia de iluminação a gás da capital. [...] Os dirigentes daquele país nunca deixavam de levar em conta sua opinião na hora de tomar decisões. Muitas vezes, a chuva ou sol na economia uruguaia dependiam de uma de suas cartas, do apoio ou da censura a qualquer projeto que passasse pela cabeça dos governantes.”<sup>200</sup> Destaque-se a imprecisão dos dados no relativo ao gado da estância Mercedes, com 1,6 animais por hectares, povoamento impossível, sobretudo em propriedade de tal dimensão.

No plano econômico, o Império encontrava sua identidade na tradicional forma de propriedade, de produção e de exploração do trabalho, associada agora a um novo produto: o latifúndio monocultor, a mão-de-obra escrava e a produção para a importação. Segundo Caldeira: “Desde 1830, quando entraram em produção plena, o café estava substituindo o açúcar como principal produto de exportação do país. Nem mesmo a queda nos preços, que vinha desde o final dessa década, assustou os investidores, que disputavam cada palmo de terra no vale do Paraíba. Ali estava a esperança, o futuro. A idéia de juntar gente e gastar um bom dinheiro com esquisitices como uma indústria não era entendida como uma alternativa

---

<sup>198</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: empresário [...] *Op cit* p. 17

<sup>199</sup> Id. *Ibid* p. 25

<sup>200</sup> Id. *Ibid* p. 25

para ganhar dinheiro. O país só conhecia fábricas artesanais, a maior parte das quais perdidas no meio de fazendas. Produziam tecidos grossos para consumo de escravos, um ou outro utensílio agrícola. A única coisa parecida com grande indústria que havia por aqui eram as unidades de processamento de produtos agrícolas, como charqueadas ou engenhos de açúcar, sempre encravados em plantações.”<sup>201</sup>

Politicamente, o imperador usou o poder dito moderador e o parlamento para consolidar sua força. Em lugar de ter seu poder já grande diminuído, aumentou-o fortemente, aproveitando-o para realizar a estabilização política necessária e querida pelos grandes escravistas. Para tal, colocou sob controle as rivalidades entre conservadores e liberais, intervindo em claro favor dos primeiros, em um contexto de perda tendencial de força dos últimos. Escreve Jorge Caldeira: “[...] transformar o Parlamento num ‘poder auxiliar, não num rival da autoridade régia’. Disse e fez: criou a figura do presidente do gabinete de ministros, que arcaria com toda a responsabilidade do governo – e em troca do favor deveria obedecer cegamente ao rei. [...]”<sup>202</sup>

Segue o autor: “Depois da derrota de 1848, até mesmo os liberais mais radicais com cargos vitalícios acabaram chegando à conclusão de que esperar sentado até que o rei mudasse de idéia era melhor que ficar mal aos olhos do soberano – o que certamente significaria o afastamento definitivo dos ministérios.”<sup>203</sup>

Consolidado política e economicamente em seu plano interno, sob a hegemonia dos grandes fazendeiros e comerciantes escravistas, com as massas dos trabalhadores escravizados mantidas fortemente na submissão, o Império passou a agir de modo a atingir seus objetivos na política externa. Nesse sentido, Ricardo Salles aponta esquematicamente pontos que norteariam as relações brasileiras com seus vizinhos platinos. “[...] o Brasil tinha alguns interesses: 1. Impedir a formação de um Estado nacional forte e que unificasse o antigo Vice-Reinado do Rio da Prata; 2. Assegurar a livre navegação pela bacia do Prata; 3. Fazer valer determinadas reivindicações territoriais nas áreas de fronteira; 4. Estar presente de forma marcante na política interna uruguaia; 5. Garantir a não restauração da presença européia na

---

<sup>201</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: empresário [...] *Op cit* p. 181

<sup>202</sup> Id. *Ibid* p. 194

<sup>203</sup> Id. *Ibid* p. 195

região.”<sup>204</sup> A esses pontos, devemos incorporar a vontade de debilitar a ordem republicana e impor a restituição dos trabalhadores escravizados fugidos para os Estados vizinhos.

Jorge Caldeira escreve as razões econômicas que teriam levado o Império a adotar uma política intervencionista no rio da Prata. Seria um modo de permitir seu desenvolvimento. “A idéia de intervir no Prata estava ligada ao desenvolvimento do Brasil. O acesso por terra aos vastos territórios de Mato Grosso era complicado demais – uma viagem de ida ao Rio de Janeiro a Cuiabá levava cinco meses – para permitir qualquer espécie de colonização. A disseminação dos navios a vapor criou uma alternativa do contorno via Buenos Aires e daí o rio Paraná acima, num percurso no qual se gastaria um terço do tempo, se fosse possível fazer as viagens. Para vencer essa barreira, havia alguns obstáculos no caminho. O governo argentino não permitia nem por sonho que navios estrangeiros navegassem por ali. A política de fechar o rio da Prata era uma questão de sobrevivência nacional, mantida a ferro e fogo apesar de todos os desarranjos que causava.”<sup>205</sup> Destaque-se a confusão entre a proposta do desenvolvimento da economia escravista exportadora do Brasil e o desenvolvimento do próprio país, apresentado como unidade sem contradição.

Em **Maldita Guerra**, de 2002, Doratioto propõe que o Império se esforçava para impedir a formação de um Estado forte às suas fronteiras: “Um vizinho republicano no Prata poderoso, que somente poderia ser a Argentina, era visto pela diplomacia imperial como ameaça à independência do Paraguai e à do Uruguai. A existência desses dois Estados era a garantia de que, os rios platinos não seriam nacionalizados pela Argentina, fato que seria uma ameaça à sua livre navegação. Essa liberdade era essencial ao Rio de Janeiro, para ter acesso por via fluvial ao Mato Grosso, única forma de contato regular dessa província com a capital brasileira. [...] O Partido Conservador, que governava o Império no final da década de 1840, implementou a política, para o Prata, de defesa da integralidade territorial do Paraguai e do Uruguai [sic]. Com isso, os conservadores buscavam não só garantir a livre navegação, como também evitar a ampliação da fronteira argentino-brasileira, de modo a reduzir os pontos pelos quais Rosas poderia promover uma eventual agressão ao Brasil.”<sup>206</sup> O interesse pela *independência* sobretudo do Uruguai materializava a vontade do governo imperial em transformar e conservação aquele Estado como espécie de seu protetorado, caso fosse impossível incorporá-lo ao Império, como ocorrera quando da província Cisplatina.

<sup>204</sup> SALES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão** [...] *Op Cit* p. 45

<sup>205</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário** [...] *Op Cit* p. 201

<sup>206</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**[...] *Op Cit* p. 28

Moniz Bandeira lembra que o Império reunia as condições para impor sua política intervencionista na região do rio da Prata. “Com um território de cerca de 8 milhões de km<sup>2</sup>, uma população da ordem de 10 a 11 milhões de habitantes, ou seja, de cinco a mais de dez vezes superior à qualquer outro país da América do Sul, e um aparelho de Estado capaz de empreender, internacionalmente, uma ação autônoma, tanto diplomática quanto militar, o Império do Brasil, assegurada sua tranquilidade interna, pôde então, exprimir-se como grande potência, em face da Bacia do Prata.”<sup>207</sup>

Bandeira ainda aponta os fatores que facilitariam a ação, que caracteriza claramente como colonial e imperialista, do governo imperial na América do Sul. “O Império do Brasil, sendo, na verdade, o *desideratum* de todo o conjunto de medidas que D. João VI adotou desde a transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, contou com a vantagem de possuir um aparelho de Estado, que se ajustara a outras relações sociais e evoluíra, mas, na mudança, não sofrera ruptura nem descontinuidade. E assumiu a posição de grande potência, *vis-a-vis* os países da Bacia do Prata, aos quais impôs sua hegemonia entre 1850 e 1876, empreendendo ações de caráter colonial e imperialista, para realizar objetivos econômicos e políticos, que podiam coincidir ou não com os interesses da Grã-Bretanha.”<sup>208</sup>

Como sugere sensivelmente Bandeira, não devemos confundir ou deduzir a ação política do Império no relativo aos seus vizinhos das políticas e vontades do governo imperial. Não raro, ela opôs-se e contraditou os objetivos do governo britânico na região. Não podemos, entretanto, olvidar que a orientação essencial liberal-mercantilista da economia e da sociedade do Império correspondia e adaptava-se essencialmente às necessidades do capital e da produção fabril-manufatureira inglesa. Contando portanto com seu forte apoio. As contradições entre o governo e o Estado inglês e imperial deram-se sempre no contexto dessa concordância e dependência.

Salles refere-se à política imperialista do Império no Rio da Prata, no que diz respeito à real ameaça que produzia à nação paraguaia “A partir da derrota de Rosas em Caseros em 1852 e ao longo de toda a década de 50 e início dos anos 60, a política externa brasileira vinha progressivamente ganhando forma no sentido de exercer concretamente a possibilidade de domínio que sua situação demográfica e material lhe conferia [sic]. Entre uma situação de desequilíbrio estrutural de forças e uma política externa expansionista concreta, houve toda uma série de mediações conjunturais presentes no jogo entre as nações. A intervenção militar

<sup>207</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro [...]** *Op Cit* p. 157

<sup>208</sup> Id. *Ibid* p. 213

brasileira no Uruguai e o apoio ou, pelo menos, a aquiescência argentina a essa intervenção dava uma forma bastante ameaçadora e concreta, do ponto de vista paraguaio, ao desequilíbrio de forças estrutural da região. Isso parecia tão mais verdadeiro quando consideramos o quadro mais geral de pressões brasileiras ao longo da década de 50 pela abertura do rio Paraguai à livre navegação (obtida em 1858) e a tradicional hostilidade argentina em relação ao Paraguai.”<sup>209</sup> Destaque-se que a superioridade do Império *permitia* não determinava política imperialista. Ou seja, obviamente, por ser superior aos vizinhos, teria vantagem para exercer uma política imperialista, mas essa vantagem não lhe dava o direito de agir dessa forma.

### **Guerra do Paraguai e escravidão**

É importante analisarmos a importância dessa forma de exploração para estudarmos os diversos momentos da história do Império. Afinal essa era uma característica indelével deste singular país, que se manteve diferente do restante da América – a Monarquia escravista. Portanto, uma forma secular de aproveitamento da mão-de-obra que muito mais do que economicamente, era justificada por motivos morais e principalmente para a manutenção do *status*. Qual a sua vinculação com a Guerra do Paraguai?

O historiador argentino Miliciades Peña vê a política imperialista do governo do Brasil sob outro prisma, que contradita em uma importante questão a visão da pujança imperial-escravista nos anos 18760-70. Para ele, na década de 1860, a expansão territorial nascia da necessidade da crescente fome de terra da forma escravista de produção do Brasil, que estaria passando por crise de mão-de-obra, devido a abolição do tráfico internacional de cativos, sendo que o fim do regime de escravidão uma questão de tempo, pois os trabalhadores escravizados eram relativamente ineficiente e cada vez mais caros.<sup>210</sup> Uma visão que faz sentido. Na década de 1860, segundo o historiador estadunidense Robert Conrad, passou a se desenvolver no Brasil movimento emancipacionista e, a seguir, abolicionista. A escravidão era vista internacionalmente como uma instituição desacreditada. A própria Guerra do Paraguai serviria para desarticular o movimento emancipacionista e abolicionista e atrasar e sustar medidas e reformas que exigia.<sup>211</sup>

---

<sup>209</sup> SALES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão** [...] *Op Cit* p. 52

<sup>210</sup> PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre:** [...] *Op Cit* p. 62

<sup>211</sup> CONRAD, Robert. **Os ultimo anos da escravatura** [...] *Op Cit* p. 88

Essa visão de Miliciades Peña faz sentido. Na década de 1860, segundo o historiador norte-americano Robert Conrad, passou a se desenvolver no Brasil um movimento emancipacionista. A escravidão era vista internacionalmente como uma instituição desacreditada e como uma vergonha.<sup>212</sup>

Em seu livro **Os últimos anos da escravatura no Brasil**, de 1978, o historiador norte-americano Robert Conrad escreve a importância do trabalhador escravizado no Império, sendo ressaltado que ele não era utilizado somente em funções produtivas, conforme podemos ler no trecho que segue: “Os escravos não só eram um elemento quase universal na população, mas também eram usados em quase todos os tipos de trabalho.”<sup>213</sup>

Portanto, a propriedade de um trabalhador escravizado não era somente uma necessidade para a produção, uma vez que se constituía em um bem, um indicativo de poder e de riqueza. Possuir cativos era a forma de demonstrar o poder. Conrad escreve nos seguintes termos: “O escravo era a única propriedade do homem livre. Sem sua ajuda, o homem branco podia considerar-se pobre, mesmo com uma abundância de dinheiro. Sem escravos, a mineração e a agricultura deixariam de existir. O escravo produzia o sustento de seu dono, o qual, de outro modo teria de emigrar ou viver na miséria.”<sup>214</sup>

Engana-se quem pensa que eram somente os senhores de engenho ou os plantadores de café que possuíam cativos. Possuir trabalhadores escravizados era o desejo de pessoas inclusive de condição menos abastada, como podemos ler no trecho escrito por Robert Conrad: “A propriedade de escravos, no entanto, não se limitava a uma pequena classe dominante. Apesar dos ricos fazendeiros terem sido sempre os donos da maioria dos escravos brasileiros, particularmente nos últimos anos, havia muitas pessoas pobres que viviam do trabalho de um ou mais cativos. Para muitas pessoas, os escravos eram a única fonte de renda.”<sup>215</sup>

O motivo de o trabalho escravo ser defendido de maneira tão intensa no Império se deve ao fato de esta instituição ser uma herança dos tempos coloniais que marcaram as características da colônia portuguesa. Mais do que isso, deixaram uma marca na

---

<sup>212</sup> CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura** [...] *Op Cit* p. 88

<sup>213</sup> Id. *Ibid* p. 6

<sup>214</sup> Id. *Ibid* p. 12

<sup>215</sup> Id. *Ibid* p. 13

personalidade do brasileiro. Uma imagem negativa do trabalho. A idéia que trabalhar era degradante, coisa de escravo.<sup>216</sup>

Conrad escreve então, que a escravidão perpassava por várias esferas da vida do Brasil, não sendo apenas economicamente importante, mesmo que fosse para a economia a mais importante fonte de lucro e de mão-de-obra. Era fundamental socialmente falando, como podemos aferir no trecho seguinte: “No Brasil, a escravatura era muito mais do que uma instituição econômica, já que a propriedade de escravos não só era lucrativa, como também elevava o *status* do proprietário aos olhos dos outros. Havia uma espécie de satisfação pessoal inerente à propriedade de escravos [...]”<sup>217</sup>

O trabalhador escravizado não foi somente o produtor do café, ou o plantador de cana. Mas deixou sua marca em praticamente todas as esferas da vida econômica e social do Império. Além disso, muitas ocupações surgiram em função do trabalhador escravizado, fosse para anunciar, vender, capturar, castigar, dentre outros. Conrad escreve que: “A escravatura penetrava a vida brasileira, encontrando seu caminho até na imprensa de um modo cotidiano na forma de anúncios classificados para a venda e aluguel de escravos ou para a captura de fugitivos. O escravo era o servidor na casa e na rua, a ama de leite dos filhos legítimos do dono e, em muitos casos, a mãe de seus filhos ilegítimos. O sistema criou profissões: o negociante de escravos, o importador, o avaliador, o capitão-do-mato, o ‘capanga’ local que capturava os fugitivos.”<sup>218</sup>

Conrad ainda escreve que a o principal motivo que levou os senhores de escravos e o governo brasileiros a se apegarem tanto ao trabalho compulsório teria muito a ver com a tradição trazida por Portugal. Uma tradição que perduraria com o prosseguimento da família de Bragança no poder com a declaração de independência, traço que diferenciou o Império das demais nações latino-americanas que não só retiraram as pessoas da antiga metrópole do seu governo, com adotaram regimes republicanos. Assim, Conrad coloca nos seguintes termos a resistência imperial contra o fim do trabalho escravo: “A relutância brasileira para abandonar o sistema de trabalho de escravos não foi apenas uma consequência da grande importância social e econômica da instituição. A conservação da escravatura também estava

---

<sup>216</sup> CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura [...]** *Op Cit* p. 13

<sup>217</sup> Id. *Ibid* p. 15

<sup>218</sup> Id. *Ibid* p. 17

intimamente relacionada com a sobrevivência de atitudes tradicionais que mantinham e protegiam a maioria dos costumes e instituições que o Brasil herdara do passado colonial.”<sup>219</sup>

A questão do tráfico de trabalhadores escravizados foi uma das fontes de divergências entre o Império e a Inglaterra. Sabe-se que os súditos da rainha passaram a pressionar os governos imperiais para abolir o tráfico de cativos. Para muitos, no entanto, não é sabido que por muito tempo, os ingleses é que foram não somente traficantes de trabalhadores escravizados, mas os maiores traficantes do planeta.<sup>220</sup>

Apesar de seu passado como traficante de trabalhadores escravizados, os ingleses, em 1845, editaram uma lei dura para com quem transportava cativos. Conforme escreve Jorge Caldeira: “O Parlamento inglês, pressionado agora também pelos produtores de açúcar do Caribe, aprovou uma lei que levou o nome do novo primeiro-ministro inglês, o conde Aberdeen. Por ela, os navios ingleses ficavam oficialmente autorizados a perseguir, aprisionar e destruir barcos de países estrangeiros em águas internacionais, desde que suspeitassem – bastava a suspeita – de que se dedicavam ao tráfico de escravos. [...] Depois do *Bill*, a Inglaterra passou a massacrar a frota mercante brasileira. Só nos últimos três meses do ano, nada menos que 27 barcos acabaram nas mãos do Royal Navy.”<sup>221</sup>

Como é citado, a Inglaterra passou a pressionar o Brasil para a eliminação do tráfico transatlântico de cativos. O *Bill Aberdeen* inglês, como visto, autorizava a Marinha inglesa a perseguir navios negreiros. Essa oposição ao trabalho escravizado teria diversas motivações, desde humanistas até econômicas. Quais seriam os motivos econômicos que possivelmente levariam os britânicos a abandonarem a prática do escravismo para se colocarem contra o trabalho compulsório? Por que os ingleses passaram a fazer pressão para que o Império deixasse de adotar essa forma de exploração do homem pelo homem?

Interessa-nos neste momento também apresentar a visão de Júlio José Chiavenato, a respeito deste discurso britânico. Ele aponta que a Revolução Industrial criou a necessidade de mercado consumidor dos produtos ingleses. Sendo assim, para a expansão de sua produção, os ingleses precisariam alargar seu mercado consumidor. Encontraria, pois, em países de mão-de-obra escravizada um grave entrave, pois estes trabalhadores não dispunham de condições de comprarem produtos britânicos. Além do mais, os escravizadores poderiam

---

<sup>219</sup> CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura** [...] *Op Cit* p. 25

<sup>220</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário** [...] *Op Cit* p. 72

<sup>221</sup> Id. *Ibid* p. 179

investir na aquisição de artigos manufaturados britânicos o gasto na compra de trabalhadores escravizados. Segundo escreve o autor: “Não há mais a agressividade inglesa impondo seus navios contra os tumbeiros que abasteciam o mercado escravo brasileiro; mas há o próprio processo de desenvolvimento industrial exportador inglês, atingindo sua força máxima, com uma exigência econômica impossível de ser negada, pedindo o trabalhador livre, assalariado, para criar um proletário que possa consumir sua produção.”<sup>222</sup> Ainda é importante salientar que eram apenas os grandes cafeicultores que consumiam estes produtos, uma vez que os homens livres e pobres possuíam um poder aquisitivo muito baixo adquiriam muito pouco desta produção.

O jornalista Jorge Caldeira traz outra razão importante para a oposição dos ingleses ao tráfico transatlântico de trabalhadores escravizados. “Em 1807, com o bloqueio do comércio com o continente europeu decretado por Napoleão, não havia o que fazer com os estoques de açúcar das Antilhas, e o governo britânico resolveu proibir o tráfico de escravos como forma de conter a produção.”<sup>223</sup>

A Revolução Industrial, juntamente com a vitória sobre Napoleão Bonaparte trouxeram benefícios imensos, como a abertura dos mercados mundiais para os produtos ingleses, tanto que a Grã-Bretanha sequer chegou a sentir o golpe do fim do tráfico de cativos. Segundo Jorge Caldeira: “O grande capital aplicado no tráfico, paralisado de um dia para o outro foi rapidamente transferido para investimentos em fábricas. Quando a guerra acabou, ninguém pensava muito no passado – os ingleses já se julgavam pioneiros na moralidade e não queriam nem ouvir falar de bárbaros escravistas. [...] A região de Liverpool e Manchester, em vez de regredir com o fim das oportunidades do tráfico, conheceu uma explosão de progresso. As fábricas de tecidos de algodão, muitas delas financiadas pelos bancos dos comerciantes de produtos tropicais, cresciam na velocidade dos sonhos. A vitória militar abriu mercados no mundo inteiro, e eles pareciam infinitos: o consumo de algodão pelas indústrias inglesas, a maior parte das quais ficava na região de Liverpool, saltou de 5 milhões de libras em 1800, para 220 milhões de libras em 1830.”<sup>224</sup>

Mas, quando escrevemos que os ingleses passaram a se colocar como os paladinos da moralidade, da liberdade de comércio preconizada por Adam Smith, ou ainda das liberdades individuais, é pertinente ressaltarmos que isso se referia ao que eles desejavam para os outros.

---

<sup>222</sup> CHIVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil**[...] *Op Cit* p. 193

<sup>223</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: empresário [...] *Op Cit* p. 159

<sup>224</sup> Id. *Ibid* pp. 159-160

“A Inglaterra, apesar da prática do livre-cambismo, adotava uma postura diversa sobre o assunto para o consumo externo. Aplicava a idéia da liberdade de comércio apenas quando favorecia seus interesses: só permitia competição aberta nos setores em que tivesse muita vantagem de capital ou de custos, e mantinha um alto grau de proteção nos setores em que era mais fraca. A liberdade não era uma questão filosófica, mas antes de tudo, uma alavanca econômica – daí não aplicarem em casa o que pregavam para os outros. Ao mesmo tempo que arrancaram do Brasil um tratado comercial pelo qual seus produtos de exportação pagavam poucos impostos de entrada -, os ingleses continuavam taxando o açúcar e o café brasileiros, de modo a proteger os agricultores da Metrópole, tão conservadores quanto os fazendeiros do Brasil.”<sup>225</sup>

Mas ao destacarmos o papel que a Grã-Bretanha teve nas medidas tomadas contra o trabalho compulsório no Império, devemos destacar que esta persuasão pelo trabalho assalariado já era exercido pelo governo daquela nação desde os tempos do Brasil Colônia, como podemos ler no trecho de **Os últimos anos da escravidão no Brasil**, de Robert Conrad, escrito em 1978: “Em 1810, com o governo português no Rio de Janeiro virtualmente sob a proteção britânica, o Príncipe Regente João concordou, num tratado de aliança, cooperar com o monarca britânico na abolição gradual do comércio de escravos e tornar imediatamente ilegal o tráfico em territórios não portugueses da África. Esse tratado deu ao governo britânico uma débil justificativa para a sua primeira campanha naval contra os navios portugueses, despertando a ira dos importadores e fazendeiros portugueses e brasileiros. Em 1815, de novo sob coerção o governo de João VI concordou com proibir o tráfico ao norte do Equador e, em 1817 o mesmo rei cometeu seu regime a medidas que tinham por objetivo fazer vigorar a proibição parcial do comercio do escravos.”<sup>226</sup>

E quando nos referimos à aversão dos ingleses ao trabalho cativo, não devemos raciocinar de imediato que se tratava de uma questão moral – para alguns até era – pois, os ingleses, não eram necessariamente um paraíso para os trabalhadores livres das indústrias, como escreve Jorge Caldeira. “A Inglaterra do século XIX não era bem um paraíso, apesar de toda sua riqueza. A expectativa média de vida dos trabalhadores pobres de Liverpool, uma das cidades mais ricas do país, era de apenas quinze anos, e a das camadas médias, 35 – mais baixas que no século anterior e próxima à dos escravos brasileiros. O desemprego era elevado

---

<sup>225</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: empresário [...] *Op Cit* p. 162

<sup>226</sup> CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão** [...] *Op Cit* p. 31

e os desempregados, ao contrário dos escravos, não recebiam comida quando faltava trabalho.”<sup>227</sup>

Além dos problemas já citados que o trabalho escravo e o tráfico causavam à Inglaterra, também destacamos que havia a concorrência no comércio do açúcar. Segundo Caldeira em **Mauá: empresário do Império**, de 1995: “O açúcar brasileiro tinha custos próximos à metade das mais eficientes plantações britânicas no Caribe, e cerca de 10% mais baixos que os dos concorrentes cubanos. A facilidade para se obterem terras, o baixo custo dos escravos e a inexistência de taxações altas na exportação eram os maiores responsáveis pelo alto desempenho da produção. Com o café se passava algo semelhante: em nenhum lugar do mundo se conseguiam fazer plantações com a escala e a produtividade das brasileiras. Aí ficavam ainda mais evidentes as vantagens do Brasil: o acesso a escravos a bom preço – afinal, eles eram “produzidos” com produtos e navios brasileiros – e a infinidade de terras férteis e baratas ajudavam a fazer das plantações fluminenses as mais eficientes do planeta.”<sup>228</sup>

Em 1822 o Brasil se separou politicamente de Portugal, mas precisava ser reconhecido como uma nação independente pelas demais. Essa foi uma das formas de a Inglaterra pressionar o imperador D. Pedro I a aceitar o fim do trabalho compulsório dentro de seu país. Conrad escreve que: “Em 1823, sob pressão da Grã Bretanha no sentido de acabar com o comércio de escravos em troca do reconhecimento diplomático, uma minoria liberal entre os membros da Assembléia Constituinte brasileira procurou iniciar um processo que conduzisse ao estabelecimento de um sistema de trabalho livre, com liberais preeminentes continuando sua oposição ao comércio de escravos sempre que tiveram oportunidades para fazê-los nos vinte e cinco anos seguintes.”<sup>229</sup>

A pressão por parte do governo britânico seguiu, como podemos conferir no livro **Os últimos anos da escravatura no Brasil**: “Em 1826, a Grã Bretanha conseguiu obter mais um compromisso do governo do Rio de Janeiro depois de quatro anos de negociações difíceis em Londres e no Rio, após a independência brasileira. Este tratado, praticamente imposto ao novo governo brasileiro, tornou a participação brasileira no comércio internacional de escravos

---

<sup>227</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário** [...] *Op Cit* p. 163

<sup>228</sup> Id. *Ibid* p. 164

<sup>229</sup> Id. *Ibid* p. 28

inteiramente ilegal três anos depois da ratificação do tratado, com tal tráfico em escravos ‘considerado e tratado de Pirataria’.”<sup>230</sup>

No entanto, o Brasil apesar de se comprometer a terminar gradativamente com o trabalho compulsório, na realidade, não se esforçava de fato para cumprir com sua palavra. Conforme escreve o historiador norte-americano Robert Conrad: “Apesar da ameaça de pesados castigos físicos tanto para os importadores quanto para os compradores de escravos contrabandeados, o tráfico continuou. Entre 1831 e 1837 e, de novo, em 1840 e 1848, os governos liberais brasileiros tomaram algumas medidas para fazer vigorar a proibição desse comércio, mas a verdade é que, durante mais de duas décadas, depois de 1831, o tráfico africano prosseguiu com liberdade quase completa e o conhecimento e aprovação da maioria dos regimes brasileiros.”<sup>231</sup>

Segundo a lei de 1831, todos os escravos que desembarcassem no Império depois dessa data seriam considerados livres. No entanto, o governo imperial desdenhou da regra, que acabou sendo a ‘lei para inglês ver’. Alguns tribunais chegaram até a libertar cativos tendo como prova a idade e a data de chegada dos mesmos, no entanto a maioria não chegava a se tornar livre. Muitas vezes não se aplicava a lei alegando-se o desuso, ou ainda porque o tribunal não estava ‘satisfeito’ com as provas de idade e nacionalidade apresentadas.<sup>232</sup>

A inércia do governo brasileiro fez com que os britânicos passassem a tomar medidas drásticas para com os traficantes, conforme podemos analisar no trecho seguinte: “Em 1849 e 1850, contudo, o governo britânico tomou uma atitude drástica contra os traficantes de escravos nas águas territoriais brasileiras com o mais completo desrespeito pela soberania brasileira com a intenção de obter um compromisso do governo brasileiro no sentido de que este promulgasse lei eficaz contra o comércio de escravos e fizesse com que ela fosse cumprida. Completamente humilhado pelas incursões britânicas nos portos do Império e a captura e destruição de navios negreiros brasileiros até mesmo em águas territoriais brasileiras, enfrentando ameaças à navegação legal do Império, com conflitos militares e mesmo com o bloqueio dos portos brasileiros, o governo do Império foi obrigado em julho de 1850, a ceder ante as exigências britânicas em troca da promessa da suspender os ataques navais.”<sup>233</sup>

---

<sup>230</sup> CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura [...]** *Op Cit* p. 32

<sup>231</sup> Id. *Ibid* p. 32

<sup>232</sup> Id. *Ibid* pp. 55-56

<sup>233</sup> Id. *Ibid* pp. 33-34

A necessidade de expandir a produção haveria levado a Inglaterra a se posicionar contra o tráfico de trabalhadores escravizados, forçando o governo imperial a adotar medidas que, em 1850, acabariam com aquele comércio. Primeiramente, a Lei Eusébio de Queirós impediu a chegada de africanos no Brasil. Posteriormente, os navios negreiros seriam tratados como piratas. Por fim, a pressão interna também acabaria levando ao fim definitivo do cativo, em 1888. Em 1871, a assinatura da Lei do Ventre Livre objetivou sobretudo aliviar as pressões abolicionistas, não resultando em libertação significativa dos cativos. A Lei dos Sexagenários de 1885 provocou descontentamento geral ao movimento abolicionista com suas cláusulas extremamente cruéis. Sobre as leis escravistas e suas cláusulas abusivas, faremos uma análise em momento oportuno. E em 1888, no dia 13 de maio veio a Abolição.<sup>234</sup>

Após a assinatura da Lei Eusébio de Queirós em 1850, a escravidão recebeu seu atestado de uma morte iminente. Sem receber trabalhadores da África, os trabalhadores escravizados no Império teriam de se reproduzir naturalmente, pois os que aqui já estavam iriam envelhecer e morrer. Mas como fazer com que o número de nascimentos fosse maior que o de mortes? Até 1850, o crescimento da população cativa era assegurado pelo comércio internacional, mas agora ele deixaria de existir. Sobre o crescimento vegetativo dos trabalhadores escravizados, Robert Conrad em **Os últimos anos da escravatura no Brasil**, de 1978, escreve que: “Uma variedade de condições e políticas contribuíram para um excesso de mortes sobre os nascimentos entre os escravos do Brasil e sua conseqüente incapacidade para manterem seus números através da reprodução natural. Essas condições incluíam uma proporção baixa de mulheres em relação aos homens, escassez de casamento e de vida familiar, a desatenção habitual para com a prole dos escravos, o uso freqüente de severo castigo físico, trabalho esgotante, tanto para mulheres quanto para homens, roupas inadequadas, alimentação e habitação deficientes e pouco higiênicas, juntamente com cuidados médicos pouco eficientes, epidemias e (para africanos importados recentemente) um novo ambiente pouco saudável.”<sup>235</sup>

Não devemos confundir o fim do tráfico, no entanto, com o fim do trabalho compulsório. Jorge Caldeira em seu grandioso trabalho **Mauá: empresário do Império**, de 1995, nos deixa claro como ficaria a situação da escravidão depois da extinção do tráfico transatlântico. “O fim do tráfico não significou o fim da outra instituição fundamental, a

<sup>234</sup> Cf. FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1998; CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

<sup>235</sup> CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura [...] Op Cit** p. 35

escravidão – mas condenou-a à morte. Desde 1851, qualquer membro da elite brasileira tinha certeza de que o tempo dos escravos acabaria, mas também via com meridiana clareza outra realidade tão forte como esta: não havia no horizonte nenhuma alternativa para o problema da mão-de-obra.”<sup>236</sup>

O Império estava vendo seus trabalhadores diminuírem e agora, sem o tráfico esse problema se tornaria crônico. Assim escreve Robert Conrad: “A população de escravos estava diminuindo e os escravos sobreviventes estavam se concentrando em regiões limitadas da nação como areia numa ampulheta. Estes fatos, juntamente com a inaceitabilidade de uma escravatura permanente, reconhecida teoricamente até mesmo no Brasil, fomentou uma lenta rejeição do sistema escravocrata tradicional nos trinta anos que se seguiram a 1850, enquanto muitas instituições complementares herdadas da era do domínio português, instituições essas menos vulneráveis à crítica estrangeira, continuaram sobrevivendo quase completamente sem obstáculos e sem mudanças.”<sup>237</sup>

O citado autor segue escrevendo a respeito da falta de mão-de-obra nas seguintes palavras: “A preocupação constante do governo pelos produtores agrícolas era causada, em parte, pelos graves problemas que a agricultura enfrentava. Um dos mais sérios era a escassez permanente de mão-de-obra. Esta escassez de trabalhadores foi uma característica geral da sociedade brasileira enquanto a escravatura existiu, já que o trabalho escravo repelia o trabalho livre, tanto nacional quanto estrangeiro, criando exigências quase constantes dos fazendeiros de auxílio por parte do governo na aquisição de novos e pouco dispendiosos trabalhadores.”<sup>238</sup>

A alta mortalidade entre os escravos que impedia que a população crescesse naturalmente era causada por vários fatores, dos quais Robert Conrad destaca a falta de cuidado com a saúde principalmente das crianças. Assim, podemos ler no trecho que segue: “[...] não há qualquer prova de que a reprodução de escravos, sistemática e eficiente fosse comum nas províncias exportadoras ou mesmo de que os senhores de escravos dessem, geralmente, cuidados especiais às crianças que lhes eram concedidas pela Providência. O que aconteceu foi o uso espontâneo de escravos disponíveis, incluindo filhos não planejados.”<sup>239</sup>

---

<sup>236</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário** [...] *Op Cit* p. 295

<sup>237</sup> CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura** [...] *Op Cit* pp. 40-41

<sup>238</sup> Id. *Ibid* p. 43

<sup>239</sup> Id. *Ibid* p. 45

Outra questão que o citado autor aborda na questão da reprodução natural dos trabalhadores escravizados é a questão do casamento. Assim, Conrad coloca nos seguintes termos: “Se, por um lado, os brasileiros senhores de escravos só raramente eram reprodutores ‘conscientes’ de escravos, a verdade é que as estatísticas sobre o casamento sugerem que, como uma questão prática, eles antecipavam com frequência as vendas de escravos adiantadamente. Num país em que quase todos os casamentos eram religiosos e que os casamentos entre escravos eram teoricamente tão sagrados quanto os das pessoas livres, os proprietários prevendo vendas futuras, poderão ter desencorajado as uniões permanentes, particularmente depois de 1869, quando a separação de escravos casados, pela venda foi declarada ilegal.”<sup>240</sup>

A atitude do governo brasileiro frente ao problema da escravidão é apontado por Robert Conrad, explicando o motivo de este não aceitar facilmente as restrições à utilização de trabalhadores escravizados. Assim, podemos ler no trecho que segue: “[...] as atitudes dos governos brasileiros para com as pessoas escravizadas e escravizáveis nem sempre foram favoráveis à liberdade durante os primeiros doze a quinze anos depois da supressão do tráfico de escravos africanos. Pertencentes, como geralmente o eram, à classe dos fazendeiros, os políticos e estadistas brasileiros eram pouco motivados para com a reforma ou a aplicação de leis que tinham por objetivo proteger a população escrava ou assegurar a liberdade daqueles que eram escravizados ilegalmente. Alguns homens ocupando cargos eletivos durante esses anos falaram em defesa dos escravos ou chegaram mesmo a advogar a abolição, mas suas propostas foram sempre mal recebidas.”<sup>241</sup>

Mas o governo imperial iria ainda mais longe, recusando-se inclusive a reconhecer a lei de 1831 que declarava libertos os escravos importados depois da referida data. As atitudes governamentais iam cada vez mais contra os interesses de quem desejava o fim do trabalho compulsório, como podemos aferir no trecho a seguir: “Em 1852, o governo opôs-se fortemente à alteração do *status* dos africanos importados depois de 7 de novembro de 1831, embora sua situação de escravos fosse ilegal. No mesmo ano, o Conselho de Estado, o corpo assessor do Imperador, opôs-se à legislação para permitir que um escravo abusado exigisse sua venda a outro dono. [...] Da mesma forma, em 1855, o Conselho de Estado decidiu que um escravo não poderia compelir legalmente seu dono a libertá-lo da escravidão através de uma oferta de seu valor, já que a Constituição Imperial garantia o direito de propriedade e

---

<sup>240</sup> CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura [...]** *Op Cit* p. 45

<sup>241</sup> Id. *Ibid* p. 60

nenhuma exceção fora feita no caso do escravo que oferecera seu valor em troca da liberdade.”<sup>242</sup>

O autor Robert Conrad então nos explica o motivo dessas atitude dos governantes brasileiros no que diz respeito à resistência quanto às idéias antiescravistas. Não podemos imaginar simplesmente que se deve ao fato de serem eles maus ou porque gostavam de explorar pessoas ou ainda porque não gostavam de negros. Afinal, a escravidão se devia menos ao fato da cor da pele, como ao *status* de sua mãe, pois havia cativos que não eram necessariamente negros. Assim, podemos ler que: “O Brasil era um país agrícola governado por uma classe de senhores de escravos cujos interesses não podiam, nesse tempo, ser promovidos por uma mudança da política vigente na questão da escravatura. A abolição do tráfico africano foi seguida, por conseguinte, por mais de uma década de quase silêncio sobre o problema dos escravos. O Brasil aprendeu a viver sem o trafico de escravos da África, mas a escravatura, já há muito extinta na maioria dos países latino-americanos, tendo terminado na Venezuela e na Colômbia, e prestes a causar um desastre sem paralelos nos Estados Unidos, ainda era uma poderosa instituição no Brasil. Poucas foram as pessoas que pensaram seriamente na sua abolição até que tais pensamentos lhes foram impostos por condições diferentes surgidas tanto no Brasil quanto no exterior.”<sup>243</sup>

A solução encontrada para resolver o problema da falta de trabalhadores nas plantações de café foi o tráfico interprovincial, onde as províncias com maior número de trabalhadores escravizados e menos demanda exportavam àquelas com maior necessidade de braços. Com os seguintes termos, Conrado explica como se deu isso: “Agravando ainda mais o problema do trabalho em algumas regiões do Brasil e aliviando-o em outras, havia um fluxo de escravos para os pontos em que o produto do seu trabalho era mais valioso. [...] Os escravos eram obrigados a migrar e, por vezes, seus donos vendiam tudo o que tinham e partiam com seus trabalhadores para regiões mais promissoras. Novas áreas foram abertas e o cultivo de novos e ricos solos expandiram a produção, aumentando o compromisso com a escravatura. [...] A migração forçada dos escravos brasileiros, que se seguiu à supressão do tráfico africano, começou nas plantações, fazendas e cidades das regiões do norte, do oeste e do extremo sul do país e terminou com sua chegada às plantações de café no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.”<sup>244</sup>

---

<sup>242</sup> CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura** [...] *Op Cit* p. 61

<sup>243</sup> Id. *Ibid* p. 62

<sup>244</sup> Id. *Ibid* pp. 63-64

Um dos principais problemas que iriam surgir seria o aumento do preço dos cativos. Seu comércio era regulado pela lei da oferta e da procura, e com o tráfico interno, este problema se agravaria. A respeito do avanço dos valores dos trabalhadores escravizados, Robert Conrad escreve que: “Em maio de 1852, um relatório do Ministério da Justiça usou a palavra ‘fabuloso’ para descrever a alta nos preços dos escravos no Rio. O custo dos escravos dobrara em pouco tempo, de maneira que até mesmo os que tinham ‘vícios’ e ‘defeitos’, antes indesejáveis, encontraram compradores. Não só os preços eram altos, mas o volume de escravos entrando no Rio de Janeiro, vindos das províncias do Norte e do extremo Sul, também aumentava rapidamente.”<sup>245</sup>

Mas esse tráfico interprovincial de escravos trouxe em seu bojo um grave problema, além da alta dos preços, que acabaria por levar ao fim da escravidão em várias províncias do norte e do nordeste, como ressalta o historiador Conrad: “Os brasileiros com um interesse econômico em reduzir rapidamente o tráfico interno de escravos consideraram os efeitos divisórios que o movimento de população teria sobre os compromissos regionais para com a escravatura e advertiam das conseqüências de uma retirada contínua de trabalhadores cativos de regiões menos prósperas. Na década de 1850, os plantadores de café precisavam de escravos, contudo, e os perigos do tráfico interno de escravos eram remotos. Uma vez iniciado, portanto, o tráfico continuou quase sem restrições. Ao longo de um período de trinta anos, combinou-se com os efeitos do envelhecimento e da morte para alterar a quantidade e a ‘qualidade’ dos escravos, com mais destaque nas regiões menos prósperas do país – especialmente nas províncias secas do norte, mas também nas províncias do oeste, Goiás e Mato Grosso, e as antigas regiões mineiras de Minas Gerais, as províncias do sul do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e até mesmo as zonas costeiras menos produtivas do Rio de Janeiro e de São Paulo.”<sup>246</sup>

O problema criado pelo tráfico interprovincial de escravos era grave. Muitas das províncias menos prósperas perderiam sua mão-de-obra para as chamadas províncias do café. Com isso, tenderiam a se ressentir com o sistema, ou ver os trabalhadores escravizados perderem valor em suas propriedades. Desse modo, poderiam com o tempo, deixar de ter um compromisso com a escravidão, e se não entrassem de vez na causa abolicionista, pelo menos não se esforçariam tanto para manter o *status*. E seria exatamente isso o que ocorreria com o

---

<sup>245</sup> CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura [...]** *Op Cit* p. 66

<sup>246</sup> Id. *Ibid* p. 67

Amazonas e com o Ceará, segundo Robert Conrad, em **Os últimos anos da escravatura no Brasil**.<sup>247</sup>

Segundo o historiador norte-americano Robert Conrad, este perigo chegou a ser identificado, porém, os interesses dos plantadores de café prevalecerem, conforme está escrito nas linhas a seguir: “A ameaça ao sistema escravocrata inerente ao tráfico interno de escravos foi reconhecida quase no mesmo momento em que esse comércio começou. Todavia, os interesses imediatos prevaleceram sobre os perigos problemáticos. Os escravos eram necessários à indústria do café e, portanto, as débeis tentativas para deter o tráfico em benefício dos fazendeiros do norte não tiveram grande efeito.”<sup>248</sup>

Conrad destaca o início do movimento abolicionista na década de 1860 com as seguintes palavras: “Durante a década de 1860, desenvolveu-se um movimento emancipacionista significativo no Brasil, culminando em 1871 com a aprovação de legislação que libertava os filhos recém-nascidos de escravas. Esta mudança da política de nada fazer dos anos da década de 1850 foi resultado do reconhecimento por muitos brasileiros, incluindo algumas das mais elevadas autoridades, de que a escravatura era uma instituição desacreditada no mundo ocidental e de que não poderia continuar existindo sem sofrer algumas restrições importantes. A abolição, acreditava-se, era impossível nas circunstâncias brasileiras, mas seria igualmente impossível manter o silêncio sobre uma questão que preocupava grandemente o mundo fora do Império.”<sup>249</sup>

A escravidão encontrava-se desacreditada internacionalmente. O Brasil era o único país independente americano a explorar pessoas. O citado autor escreve que: “Em 1865, apenas a Espanha, com suas colônias de Cuba e Porto Rico, acompanhava o Brasil como uma importante nação escravocrata e o Brasil era o último dos países independentes das Américas a carregar o ‘estigma colonial’ da escravatura. Se quisesse conservar sua reputação, construída durante anos de paz e desenvolvimento sob a liderança de um soberano moderado, o Brasil teria de tomar medidas importantes para sua eliminação.”<sup>250</sup>

Sendo assim, o historiador norte-americano Robert Conrad escreve que o Imperador D. Pedro II estava em um dilema quanto ao trabalho compulsório, conforme podemos aferir

<sup>247</sup> Cf. CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. 2<sup>a</sup> Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

<sup>248</sup> CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura [...]** *Op Cit* p. 83

<sup>249</sup> Id. *Ibid* p. 88

<sup>250</sup> Id. *Ibid* p. 89

no trecho que segue: “O próprio Imperador, talvez depois de prolongada meditação sobre as dificuldades e os riscos envolvidos, tomou a decisão de agir contra a escravatura – e Dom Pedro constituiu de longe a mais importante influência singular na aprovação da lei da reforma da escravatura de 1871. Seu poder para responder à opinião mundial, entretanto, não era ilimitado, pois a classe dos fazendeiros, que eram aqueles que mais se beneficiavam da escravatura, encontrava-se na base do sistema político brasileiro e só com o apoio dessa classe ou com o consentimento passivo de alguns de seus setores é que qualquer reforma poderia ser adotada e realizada.”<sup>251</sup>

O historiador norte-americano Robert Conrad escreve a respeito de uma possível disposição de D. Pedro II em terminar com a exploração dos trabalhadores escravizados no Império. Assim, podemos ler que: “A disposição do imperador refletia-se, contudo, numa série de decisões executivas tendendo para reduzir o sistema da escravatura. Tendo decretado, em 1864, a libertação há muito devida dos emancipados, decidiu também, em junho do ano seguinte, acabar com o uso do chicote nos escravos condenados a trabalhos forçados, como sendo uma violação do Artigo 179 da Constituição, que proibia o chicote e todos os castigos cruéis e, no início de 1866, o governo banuiu o emprego de escravos em obras governamentais.”<sup>252</sup>

Uma das soluções encontradas para a falta de mão-de-obra seria a entrada de imigrantes europeus para substituir os trabalhadores escravizados. No entanto, essa colonização deveria ser feita sob o controle do Estado. Nesse clima, em 1850, foi editada a Lei de Terras, onde o visconde de Itaboraí a defenderia com as seguintes palavras: “[...] 'para fazer com que a produção agrícola do país tivesse co conveniente desenvolvimento era indispensável evitar que as terras devolutas continuassem sendo ocupadas', como estava acontecendo, e que a lei, 'extremando o domínio público sobre o particular' era a melhor saída para uma colonização feita 'à custa do tesouro', a única possível. Para ele, o Brasil só precisaria de colonos se eles viessem para 'atender à sorte dos estabelecimentos agrícolas que já existem', ou seja, as fazendas de escravos, nas quais 'se vierem a faltar braços, grande parte dos capitais ficarão perdidos, e os atuais lavradores arruinados'. [...] 'Se distribuíssemos gratuitamente as terras aos colonos, sucederia que todos os imigrantes, levados ao desejo ardente de se tornarem proprietários, procurariam obter sua porção, negando-se a trabalhar

---

<sup>251</sup> CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura [...]** *Op Cit* p. 90

<sup>252</sup> Id. *Ibid* pp. 94-95

por conta dos proprietários existentes, e esses proprietários ver-se-iam destituídos de meios para manter seus estabelecimentos'.<sup>253</sup>

Os trabalhadores escravizados foram ficando cada vez mais escassos e mais caros. Conrad assinala que as províncias menos desenvolvidas iam gradativamente perdendo seus trabalhadores escravizados, podendo mais facilmente aderir ao abolicionismo, como de fato aconteceu, em forma objetiva, não legal, em algumas do Norte e do Nordeste. A Lei Rio Branco de 1871, votada apenas após o fim da Guerra no Paraguai, assentou um golpe aparente na escravatura. Ela colocou mais freio na reprodução natural de trabalhadores cativos, postergando ainda o fim da instituição por alguns anos. A lei determinava que os que filhos de cativas nascidos a partir daquela data seriam considerados livres, por isso se chamou Lei do Ventre Livre. Porém, facilitava que os proprietários de suas mães pudessem explorá-los, sem pagamento, como cativos de fato, por ainda 21 anos! O fato é que os trabalhadores escravizados iam se tornando menos numerosos, mais caros e mais velhos.<sup>254</sup>

Em suma, assinalamos que a escravidão estava sendo colocada em xeque. A partir de 1850, recebera seu atestado de óbito, quando da assinatura da lei Eusébio de Queirós, pois encerrava a alimentação de trabalhadores escravizados. Tendo em vista que a mortalidade era muito alta, a reprodução da mão-de-obra cativa seria menor que a quantidade de pessoas que morriam. Sendo assim, seria inevitável o envelhecimento dos trabalhadores escravizados existentes dentro da fronteira. E o tráfico interno aumentaria seu preço, além de causar um desequilíbrio na quantidade de cativos existentes no Império, levando algumas províncias a não mais se importarem tanto com o fim desta instituição.

Soma-se a isso a pressão inglesa pelo fim do tráfico internacional de trabalhadores escravizados, que se fazia presente desde a independência do Império e às leis que vinham aprovando com o intuito de coibir essa forma de comércio. A escravidão se tornava uma instituição anacrônica, vergonhosa, desacreditada no mundo e que manchava a reputação do imperial em nível internacional. Seria uma saída desviar a atenção então, desse problema interno para intervenções no rio da Prata, que foram das investidas nos países vizinhos e culminariam na Guerra do Paraguai.

Foi esse Império brasileiro que entrou na Guerra do Paraguai. Já amadurecido como Estado imperial, nas palavras de Mário Maestri, centralizado e autoritário e, conforme lemos

---

<sup>253</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: empresário [...] *Op Cit* p. 309

<sup>254</sup> Cf. CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. 2 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

nos demais autores, com suas características políticas e sociais asseguradas, mesmo que pela força em muitos casos, com instituições e hierarquias definidas. Estado esse que já empreendia uma política fortemente imperialista, interferindo na condução política de seus vizinhos com vistas a atender seus interesses que ingressou no maior confronto da América do Sul. E sairá vitorioso ao final da guerra em 1870, deixando no país guarani um rastro de destruição, aniquilando com um país vizinho, que nunca mais foi o mesmo.

Também atípico foi o Estado guarani. Isolado por questões geográficas e para manter sua independência, o Paraguai não conheceu a anarquia política vivenciada por Argentina e Uruguai, tampouco foi alvo de constantes intervenções externas. Essas características peculiares lhe tornaram um Estado singular na América do Sul. Sendo assim, os paraguaios tiveram uma forma diferente de desenvolvimento, um crescimento endógeno e menos dependente das importações, destoando de seus vizinhos. Foi nesse cenário que se destacam seus primeiros governantes José Gaspar Rodrigues de Francia, Carlos Antonio López e Francisco Solano López, como veremos.



Segundo o historiador Ricardo Salles, em **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do exército, de 1990 apenas “no Paraguai, a unidade nacional e a estabilidade política sob a liderança de Francia e, mais tarde sob o comando de Dom Carlos López, haviam sido atingidas logo após a independência. Entre as lideranças caudilhas do restante das regiões emergiu, a partir do final da década de 20, Juan Manuel Rosas. Tornando-se a figura exponencial das Províncias Unidas do Rio da Prata, basicamente ambicionava a recomposição do antigo Vice-Reinado do Prata sob seu controle. Nesse sentido, interferia constantemente na política uruguaia e não reconhecia a independência paraguaia. Por outro lado, teve que assegurar a soberania das Províncias Unidas contra as intervenções militares inglesas e francesas, que objetivavam a obtenção do maior número possível de vantagens comerciais na região.”<sup>255</sup> Nos parece exagero afirmar que Rosas pretendesse recompor o antigo Vice-Reinado do Prata. Essa não seria sua política dominante, embora fosse uma orientação importante, ditada pela necessidade de impor a exclusividade do porto de Buenos Aires.

### O Paraguai da independência à ditadura do dr. Francia



**Figura 12: Retrato de José Gaspar Rodrigues de Francia [1766-1840]. Ditador paraguaio que ajudou a moldar as características do Paraguai apresentadas antes e durante o conflito.**

Fonte: [Http://www.google.com.br](http://www.google.com.br)

A seguir, analisaremos, sempre em forma sumária, o mais paradoxal dos países envolvidos na Guerra do Paraguai, o país guarani. Enclausurado em uma posição geográfica que lhe permitiu um desenvolvimento peculiar, o país conheceu um caminho diferente de seus vizinhos. Pretendemos ressaltar rapidamente neste trabalho, que o Paraguai e seus governos foram frutos de sua condição geográfica, social e histórica. Destacaremos para a singular personalidade de seu primeiro governante, José Gaspar Rodrigues de Francia, que em grande parte, moldou o país, ao interpretar as forças sociais sobre as quais se sustentou o *francismo*. Em seu livro **Ensaio sobre a ditadura do Paraguai 1814-1840**, de 1978, o historiador Raul de Andrada e Silva faz um paralelo entre a personalidade de Francia e o Estado por ele

fundado.

<sup>255</sup> SALES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: escravidão [...] *Op Cit* p. 45.

Escrevia o autor: “Singular carreira a do Ditador do Paraguai, Dr. José Gaspar Rodrigues de Francia! Lançado entre os próceres de vanguarda pela força das circunstâncias e pelo destaque da sua atuação, alçado aos postos culminantes de chefia em plena crise da Independência nacional, veio a assumir o governo, no mais absoluto dos sistemas de poder pessoal, e dele só pela morte foi separado, ao cabo de um quarto de século. [...] O governo do Dr. Francia perdurou até o dia da morte do Ditador, e ele ficou como o fundador por excelência do Paraguai livre, imprimindo o cunho indelével de sua personalidade nos acontecimentos e no devir do povo paraguaio.”<sup>256</sup>

Em **O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata**: da colonização à guerra da tríplice aliança, de 1995, o historiador brasileiro Moniz Bandeira escreve que: “Dentre os Estados que se desmembraram do Vice-Reino do Rio da Prata, apenas o Paraguai não passara pela experiência da guerra civil e não se imiscuíra nas contendas da região, durante pelos menos, trinta anos da Ditadura de D. José Gaspar Rodriguez de Francia. Localizado na mesopotâmia da Bacia do Prata, à margem das correntes internacionais do comércio, contraía-se, qual molusco dentro da concha, ao deparar-se com óbices que Buenos Aires lhe antepôs às exportações de erva-mate, madeira e tabaco, a partir de 1810. Não lhe restara como alternativa senão enclausurar-se e, na medida do possível, tornar-se auto-suficiente, a fim de manter-se praticamente autônomo. Neste particular, a geografia favoreceu-se, por também dificultar acesso ao seu território. [...] O insulamento do Paraguai, menos desejado do que imposto pelas contingências, condicionou a solidificação de um tipo de economia, em que o Estado representava o principal agente de produção e do comércio, fomentando ou regulamentando, rigorosamente, todas as atividades. Esta economia, que não ultrapassara a fase pré-monetária, modelara-se nas ruínas remanescentes do sistema colonial e da República Guarani.”<sup>257</sup>

Bandeira não explicita o forte confronto de classes, no momento da Independência, que levou o Paraguai a essa situação. Na verdade, existiam na Assunção pré-independência e logo depois dela, grupos distintos. Havia os que eram favoráveis à união com a Espanha, os *espanholistas*; os que eram favoráveis à anexação à Buenos Aires ou à sua hegemonia, os *portenhistas*; e aqueles que eram favoráveis à independência sem concessões. Entre os últimos, destacavam-se os pequenos e médios chacareiros e criadores, dos quais Francia se transformou em intérprete. O insulamento foi na verdade uma maneira de manter a

<sup>256</sup> SILVA, Raul de Andrada. **Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai [...]** *Op Cit* p. 13

<sup>257</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro [...]** *Op Cit* pp. 118-119

autonomia paraguaia diante da oligarquia portenha recolonizadora, bem como isolar-se das lutas que varriam as regiões do rio da Prata.<sup>258</sup>

Raul de Andrada e Silva deduz, em boa parte, em forma algo simplista o insulamento do Paraguai e o futuro regime político da geografia e raça dos nativos da região. “[...] durante o colonialismo, a geografia propicia a insularidade do país; a dura necessidade de combater pela preservação do seu território, em face dos ataques de índios salteadores e do expansionismo luso-brasileiro; as peculiaridades do meio social, de formação étnica predominantemente ameríndia e de estrutura extremamente simples, conformada com uma dinâmica de ritmos acentuadamente morosos; a relativa marginalidade do Paraguai, em relação ao mundo exterior, e a imaturidade política do seu povo [sic], tudo isso resultou num concurso de circunstâncias favoráveis, por um lado, à constituição progressiva de uma consciência nacional e, por outro lado, ao advento da ditadura, após o momento crítico da independência.”<sup>259</sup>

Em seu livro **La era de Mitre: de Caseros a la Guerra de la Triple Infamia**, de 1968 o historiador argentino Miliciades Peña escreve que o isolamento do Paraguai permitiu-lhe um desenvolvimento peculiar e ressalta as diferenças do país guarani, referindo-se já ao período dos López. “Pero este aislamiento político y económico obligó a la clase dominante del Paraguay integrada por medianos propietarios agrarios a levantar una economía defensiva, basado en el monopolio estatal de la propiedad del principal instrumento de producción – la tierra – y de la comercialización de los productos fundamentales de exportación, lo cual le permitió, pese a su pobreza en relación a Buenos Aires y pese los tributos que el puerto único porteño le imponía, capitalizarse aceleradamente. No existía en Paraguay ninguna clase tan rica como los estancieros o la burguesía comercial porteña, pero sí un Estado que por su poderío económico y centralización política podía competir victoriosamente con aquellas clases capitalistas, las más poderosas y prósperas de América del Sur.”<sup>260</sup> Não podemos nos esquecer que a classe dos grandes proprietários crioulos teve sua ação restrita durante o governo do dr. Francia, sofrendo fortemente com a interrupção das trocas comerciais. Esses setores sofreram confiscos importantes, quando envolvidos em conspirações anti-francistas, que aumentaram o patrimônio estatal, como veremos oportunamente. Ao contrário, a

<sup>258</sup> Cf. SILVA, Raul de Andrada. **Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai 1814 – 1840**. São Paulo: Coleção Museu Paulista, Série Ensaio, 1978.

<sup>259</sup> SILVA, Raul de Andrada. **Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai [...] Op Cit** p. 33

<sup>260</sup> PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre [...] Op Cit** p. 50

interrupção das trocas mercantis e a ampliação da nacionalização da terra favoreceram fortemente os pequenos e médios camponeses, base social do francismo.

Em **Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai**, Raul de Andrada e Silva descreve o Paraguai e países vizinhos após a independência. “As condições do momento não propiciavam qualquer atividade administrativa continuada e tranqüila, incluindo as atenções da Junta, especialmente nas questões políticas, de órbita externa e interna, que absorviam quase todas as energias e o tempo consagrado pelos seus membros ao cumprimento dos encargos governativos. [...] Por um lado não havia cessado inteiramente a presença do espanholismo e dos simpatizantes do portenhismo. A Junta não contava só com adeptos e, sob a influência do Dr. Francia, punia sem contemplações os que eram ou se assemelhavam ser seus inimigos, alegando o dever de salvaguardar a autoridade do governo e a Independência do Paraguai.”<sup>261</sup>

Após Francia se retirar da junta governativa no Paraguai, esta não consegue se valorizar nem impor-se. A sua ausência passa a ser cada vez mais sentida e a política Buenos Aires procura impor cada vez mais restrições à autonomia paraguaia. Soma-se a isso o clima de instabilidade sócio-política interna, e temos as condições para um regime de poder pessoal, onde a autoridade é imposta pela força e pela ordem. Andrada e Silva segue mostrando que as características que propunha, somadas à proposta estreiteza intelectual dos paraguaios, visão que retoma os preconceito dos colonizadores e espanholistas, dificultariam um governo liberal justificando, de certo modo, o regime ditatorial, nos fatos, de corte jacobino. Efetivamente, no poder, as classes proprietárias crioulas teriam possivelmente claudicado diante de Buenos Aires, comprometendo a independência.<sup>262</sup>

O autor descreve as características pessoais de Francia que, para ele, moldariam o regime autocrático paraguaio que, lembra, arrancava de razões social e políticas profundas. “Francia tinha estofo [sic] para ditador. Não lhe faltava a tenacidade e a energia, coragem e audácia ponderadas, frieza, às vezes até crueldade na ação política, desde que pesassem as razões de Estado. Tudo isso, sem excluir a impecável honestidade e inflexível retidão de propósitos [...]. Era talhado para a missão que lhe coube, graças às peculiaridade de seu caráter; aos atributos da sua individualidade, que se harmonizavam com as circunstâncias do meio social e com o momento histórico. Mas, a ditadura que ele implantou não proveio da simples ambição ou propensão autoritária. Se, por um lado, o meio comportava tal solução

---

<sup>261</sup> PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre** [...] *Op Cit* p. 130

<sup>262</sup> Id. *Ibid* p. 133

política, por outro lado, os problemas fundamentais, derivados do movimento autonomista e da desagregação do Vice-Reino do Prata – a conquista e a manutenção da independência, a defesa da economia paraguaia, a preservação da ordem interna do país, em face da anarquia que lavrava por fora e rondava as fronteiras – tudo isso reclamava ação orientada, pronta e firme do governo.”<sup>263</sup>

Raul de Andrada e Silva justifica a ordem discricionária concedida ao ditador supremo, através do voto da população como resposta às necessidades que se impunham no momento, entre elas, o assinalado, para ele, caráter atrasado daquela nação: “[...] o mais ilimitado poder pessoal. Isso não aconteceu, quer-nos parece, por simples dissimulação ou posterior infidelidade de Francia às suas idéias, mas porque estas ainda não podiam vingar numa sociedade atrasada e incompatível com a prática das instituições representativas; e também porque a preservação da independência e da ordem social exigiam ação pronta de um governo forte.”<sup>264</sup>

Em seu governo, Francia concentrou todos os poderes. Era o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O supremo ditador paraguaio poderia dizer sem estar mentindo “O Estado sou eu”. Realidade que não deve nos levar à falsa apreciação de governo e Estado nascido e assentado em um só homem, ainda que este homem expressasse plenamente o governo e o Estado. “Somando os poderes que lhe conferiam o exercício do governo, a função de legislar e a administração da Justiça em instância suprema, o Ditador assentava sua absoluta autoridade na força armada, que diretamente comandava e que se lhe tornou inteiramente fiel. Não podia ser mais autocrático o regime, que descambava facilmente para o despotismo, desde que Francia julgasse em perigo alguma das finalidades superiores do Estado ou que, num dos seus acessos de cólera, decidisse punir um desafeto ou um traidor da pátria. Acabou pesando por vezes uma contínua atmosfera de temor que fazia a existência atribulada. Mas, a Ditadura também pôs sua força a serviço da independência nacional e dos interesses gerais do povo. Sendo autocrata, soube ser benfezeja.”<sup>265</sup>

Com relação à Igreja, Andrada e Silva escreve como foi o relacionamento do supremo Ditador com a instituição: “Ao processo de absorção de poderes, que distinguia a Ditadura, não pôde subtrair-se a Igreja. Através dos seus sacerdotes, especialmente os curas da

---

<sup>263</sup> SILVA, Raul de Andrada. **Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai [...]** *Op Cit* p. 143

<sup>264</sup> Id. *Ibid* p. 155

<sup>265</sup> Id. *Ibid* p. 175

campanha, a Igreja exercia sensível influência no ânimo do povo crédulo e temente, e Francia desconfiava desse influxo que, segundo ele admitia, podia degenerar em despreço ao governo, até porque entre os clérigos ainda havia espanhóis[...]. Até a sua adolescência, o Ditador recebera uma formação religiosa, chegando a iniciar-se na carreira eclesiástica que depois abandonou.”<sup>266</sup>

Segue o autor: “Durante algum tempo agiu como crente e praticante, mas desde 1818 deixou de assistir à missa. E como Ditador, cada vez mais lhe parecia possível que o clero pudesse fazer sombra ao poder leigo. [...] Todavia, não esposou uma política anti-religiosa. Tolerante com todas as crenças, condenava apenas o ateísmo [...] reconhecida a liberdade de cultos, embora a Igreja católica continuasse a ser estipendiada pelo Estado. Compreendia que a Igreja era uma das únicas forças morais efetivas, nas primárias e confusas repúblicas daquele tempo. Por isso, não liquidou a Igreja no Paraguai, porém submeteu-a à autoridade do Estado. [...] Confiscado o patrimônio dos Conventos, aproveitaram-se os edifícios mais importantes para os quartéis e outras dependências públicas.”<sup>267</sup>

A tão marcante resistência do soldado guarani na Guerra do Paraguai, enfrentando exércitos maiores e melhor equipados, tem parte de suas origens aclaradas por Andrada e Silva: “O Paraguai colonial não conheceu tropas de linha, dispondo só de milícias, a cujo serviço estavam obrigados todos os habitantes. Mas a coragem e a pugnacidade dos combatentes paraguaios forjaram-se na grande resistência contra os índios infieis e os invasores portugueses, como se viu. Homens aptos para a guerra, havia-os [...]. Restava organizá-los militarmente. E a essa tarefa dedicou-se Francia com o máximo empenho.”<sup>268</sup> Ou seja, em parte podemos dizer que a resistência dos soldados paraguaios se originou da defesa de sua terra e de sua nacionalidade, ainda nos tempos coloniais. Ou seja, em parte podemos dizer que a resistência dos soldados paraguaios se originou de sua nacionalidade e, sobretudo, das terras que detinham, como pequenos proprietários ou arrendatário. Propriedade que teria sido ampliada fortemente durante o regime *francista*.

Andrada e Silva, cita a importância dada por Francia às Forças Armadas: “A distribuição percentual das despesas de imediato revela o predomínio esmagador dos gastos com as forças militares, acima de 90%, compreendendo os soldos à tropa e os fornecimentos à

---

<sup>266</sup> SILVA, Raul de Andrada. **Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai [...]** *Op Cit* p. 179

<sup>267</sup> Id. *Ibid* p. 179

<sup>268</sup> Id. *Ibid* p. 183

mesma, pagamento aos trabalhadores dos quartéis, arsenais e estaleiros, enfermagem e música militar, missas e iluminação em quartéis.”<sup>269</sup>

Todavia, não havia academia militar no Paraguai. Assim, segundo podemos ler no trecho do citado autor: “Era precária a formação dos Oficiais, pois não havia escola militar. Iniciava-se como soldados e iam ascendendo aos postos da hierarquia, cujo maior grau era o de Capitão. Os antigos chefes que haviam feito sua carreira como combatentes, os Cavaña, Yegros, Caballero, Iturbe, estavam retirados e não era fácil improvisar substitutos. O recrutamento selecionava os jovens mais fortes e bem apessoados de cada localidade, excluindo-se os oriundos de famílias distintas, não por privilégio, mas pela precaução de evitar possível ação desagregadora.”<sup>270</sup> Segundo parece, os soldados paraguaios sabiam, em grande maioria, ler.<sup>271</sup> Algo impensável nas forças armadas da Argentina e do Império. A tradição de promoção dos soldados a sub-oficiais e a oficiais, por merecimento, registra igualmente um exército de caráter claramente plebeu. Realidade também radicalmente diversa da conhecida nas forças armadas aristocráticas da Argentina e, sobretudo, do Império.

Essa singular característica tem raízes no período colonial, com os jesuítas, segundo escreve o historiador rio-grandense Mario Maestri: “No fim da Colônia, o país contava com escola primária e secundária na capital, além de estabelecimentos elementares nas ex-missões, financiados pela administração após a expulsão dos jesuítas, em 1767. As ordens religiosas atuantes na província possuíam também colégios. Quando da Independência, a realidade educacional regional era limitada, mesmo em relação a outras províncias do vice-reinado, encontrando-se o mundo rural quase desprovido de escolas. Mundo rural que falava maciçamente o guarani, como o faz até hoje, em boa medida.”<sup>272</sup>

Segue o autor escrevendo sobre a alfabetização dos paraguaios durante o governo de Francia, o que explicaria o fato de os soldados paraguaios saberem ler: “Apesar da escassez de fontes, sabemos que, em 1834, fora as escolas da capital e das ex-missões, existiriam no mínimo 140 escolas primárias rurais, com uns cinco mil alunos, para população de pouco mais de duzentos mil habitantes. As escolas públicas, descentralizadas, enfatizavam o aprendizado da leitura, escritura, religião, despreocupando-se com a aritmética. O

<sup>269</sup> SILVA, Raul de Andrada. **Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai [...]** *Op Cit* p. 228

<sup>270</sup> CHAVES, Apud. SILVA, Raul de Andrada. **Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai [...]** *Op Cit* p. 184

<sup>271</sup> MAESTRI, Mário. “No Paraguai do século 19 todos sabiam ler”. O NACIONAL, Passo Fundo, terça-feira, 13/04/2010. p. 3

<sup>272</sup> MAESTRI, Mário. “No Paraguai todos sabiam ler” [...] *Op Cit* p. 3

financiamento público escolar interpretaria as necessidades do pequeno e médio campesinato, base de sustentação do *francismo*. Em 1831, o salário mensal do professores seria de um peso forte, elevado, em 1834, para seis.”<sup>273</sup>

Raul de Andrada e Silva sintetiza o regime empregado por Francia: “A ditadura acarretou a supressão de qualquer atividade político-partidária e instaurou severa fiscalização dos indivíduos quanto à emissão de opiniões contrárias ao governo, punidas como delitos ordinários. As proscricções incidiam principalmente sobre os mais abastados, entre os quais estavam os maiores adversários de Francia. A prisão sem culpa formada, e o confisco de bens, eram as penas correntes. As punições atingiam inclusive os religiosos, mais raramente os militares, a não ser os que se rebelavam. [...] Ao longo dos dois decênios do regime ditatorial, a maioria pôde viver na segurança da ordem interna, sem riqueza, nem privações, porém sob uma atmosfera de respeito e temor à criatura enigmática, que a dominava e dirigia.”<sup>274</sup>

Quando pensamos na vida do século 19 na América do Sul, logo após as independências, temos de relativizar a informação “sem riqueza”. De um lado, viver sem privações era raro nas ex-colônias vizinhas ao Paraguai da época, como na Argentina ou no Império. Então, podemos dizer que era uma riqueza para a população plebéia não ser privado do essencial. O que poderia se dizer é que não havia classe abastada, como os importadores portenhos, os estancieiros das províncias argentinas ou os escravistas imperiais. Em boa parte, os grandes proprietários crioulos paraguaios fugiram para Buenos Aires, foram presos, confiscados e, em alguns casos, executados, quando de conspirações. Sobretudo, foram golpeados por quase trinta anos de retração das atividades mercantis. Eles levantaram a cabeça e construir uma nova hegemonia a partir de 1840, quando do governo dos dois López.

Em **Conflito com o Paraguai**, de 1996, o historiador Francisco Doratioto ressalta sobre Francia: “Quanto ao Paraguai, desde a década de 1810 e até o ano de 1840, foi governado por José Gaspar Francia, que isolou o país como forma de manter sua independência ante as ambições expansionistas de Buenos Aires. Esta, por sua posição estratégica, controlava a navegação do rio da Prata e podia, portanto, criar obstáculos às passagens que se originassem ou se dirigissem ao Paraguai, dificultando o acesso deste país às rotas do comércio internacional.”<sup>275</sup>

---

<sup>273</sup> MAESTRI, Mario. “No Paraguai todos sabiam ler” [...] *Op Cit* p. 3

<sup>274</sup> SILVA, Raul de Andrada. **Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai** [...] *Op Cit* pp. 187-188

<sup>275</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **O conflito** [...] *Op Cit* p. 12

Bandeira relata aspectos do governo de Gaspar Francia: “Os confiscos de propriedades, mediante os quais Francia quebrou a classe dominante tradicional, sobretudo o segmento espanhol, e atacou a Igreja, robustecendo enormemente, o poder econômico do Estado paraguaio. Seu patrimônio territorial, em 1840, abarcava 100% da região do Chaco, desde o Rio Bermejo até o Jaru, e 98,4% da superfície oriental do país [...]. Estas terras, cobertas de extensos bosques, ervatais e pastagens, o Estado arrendava aos camponeses ou explorava diferentemente, com o emprego de escravos e o trabalho diretamente, com o emprego de escravos e o trabalho forçado de detentos, organizando, assim, mais de 175 *Estâncias de La Patria*, que forneciam carne e couro para o consumo do Exército e da população. A renda fundiária fundia-se com os Impostos, pagos em espécie, uma vez que o Estado era o proprietário do solo e se relacionava diretamente com os agricultores, subordinando todos ao seu mais estrito domínio, sob os aspectos econômicos e político.”<sup>276</sup>

A respeito dos confiscos, Raul de Andrada e Silva, em **Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai 1814-1840**, escreve: “Os confiscos que só podiam recair sobre ‘terratinentes’ e que com mais freqüência atingiram os adversários políticos de Francia, não significavam transferência da propriedade aos camponeses. Ao contrário, destinavam-se à formação e ampliação do patrimônio estatal, antes de mais nada. [...] Em suma, a não ser o aumento das vastas áreas pertencentes ao Estado, terras de cultivo e estâncias ‘La Pátria’, a Ditadura não alterou sensivelmente o quadro da propriedade territorial do Paraguai.”<sup>277</sup>

Aquele autor acrescenta: “Os confiscos de propriedades, que vitimaram principalmente os conspiradores de 1820, os espanhóis e os adversários de Francia, igualmente avolumaram o patrimônio estatal e carregaram apreciáveis somas para o erário. Também as multas vieram crescer os caudais do tesouro público, sendo que a metade das mesmas cabia à autoridade que as aplicasse, mas revertiam totalmente ao Estado, se infligidas pelo Ditador. E o produto da venda, da exportação e da locação dos bens nacionais completava o conjunto das rendas públicas.”<sup>278</sup> Como já proposto, grande parte das terras confiscadas ou incorporada ao patrimônio do Estado eram entregues, sob forma de arrendamento, a baixo custo, para camponeses sem terra, ensejando, como propõe Bandeira, que a renda da terra, ou seja, o custo do arrendo, se transformasse em um imposto, o que beneficiava aos arrendatários, ao Estado e ao país. A luta contra os proprietários espanhóis

<sup>276</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro [...]** *Op Cit* pp. 119-120

<sup>277</sup> SILVA, Raul de Andrada. **Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai [...]** *Op Cit* pp. 199-200

<sup>278</sup> Id. *Ibid* p. 226

espanholizados, argentinizados e a Igreja, pela manutenção da independência paraguaia, resultava portanto em importante democratização do uso da terra, em boa parte, *nacionalizada*. Realidade historicamente em avanço em relação à própria privatização parcelaria da terra. A restrição da exportação de produtos e o afastamento dos proprietários crioulos do poder restringiam fortemente a pressão sobre as terras dos pequenos proprietários e arrendatários e das aldeias de índios.<sup>279</sup>

Em **Maldita Guerra**, de 2002 Doratioto escreve que: “Até o início da década de 1840, inexisteram contatos oficiais do Paraguai com seus vizinhos. Francia isolou seu país como a melhor forma de manter a independência em relação a Buenos Aires e à sua própria ditadura, na qual as instruções ‘públicas’ eram um apêndice de sua vontade e idiosincrasias pessoais. Durante a ditadura francista, o diminuto comércio do Paraguai com o exterior, sob controle estatal com a província argentina de Corrientes, por meio do porto da Villa Del Pillar, e com o Brasil, pela Villa de Itapúa. Francia eliminou qualquer oposição por parte de setores da elite a seu projeto isolacionista. Os espanhóis no Paraguai, os *peninsulares*, e parte da elite local, os *criollos*, ambos simpáticos a Buenos Aires devido a interesses econômicos, foram neutralizados após a descoberta, em 1820, de uma conspiração para assassinar Francia, que aplicou a justiça sumária contra os participantes do movimento. O alto preço pago pelos conspiradores, em termos pessoais e com o confisco de seus bens, desencorajou novas conspirações. [...] O isolamento do Paraguai, afastado das lutas platinas, implicou o estabelecimento de um tipo de economia no qual o Estado se tornou regulador de todas as atividades e detentor do monopólio do comércio da erva-mate, da madeira e do tabaco, os produtos mais significativos da economia nacional. Ao confiscar terras da elite tradicional, o poder econômico do Estado paraguaio fortaleceu-se.”<sup>280</sup> Doratioto ainda destaca que houve a secularização dos bens da Igreja, com seus bens e seus escravos sendo transferidos para o Estado.<sup>281</sup>

Todavia, esse isolamento do Paraguai, durante o governo de Francia, sobretudo em defesa do intervencionismo bonaerense, trouxe o benefício de afastá-lo das lutas platinas e de permitir o surgimento de uma economia tendencialmente auto-suficiente, trouxe um problema, que segundo Bandeira, seria solucionado apenas com a saída do isolamento: as

---

<sup>279</sup> Cf. SILVA, Raul de Andrada. **Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai 1814 – 1840**. São Paulo: Coleção Museu Paulista, Série Ensaio, 1978.

<sup>280</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra [...] Op Cit** p. 25

<sup>281</sup> Id. *Ibid* p. 25

exportações. O excedente acumulado durante o governo do dr. Francia precisava agora de uma saída para o exterior. Dessa forma, os futuros governos paraguaios foram compelidos a conquistar uma saída para o mar, bem como a reconquistar os mercados da erva-mate e do tabaco, primordialmente na bacia do Prata.<sup>282</sup>

Raul de Andrada e Silva refere-se ao ensino sob Francia: “A Ditadura proporcionou ao povo o estudo de primeiras letras, zelando pela continuidade da escola que havia em Assunção. [...] Em 1828, decretava-se a obrigatoriedade da instrução primária oferecida pelo Estado. O que não excluiu a atividade de alguns professores particulares, que ganhavam a vida lecionando. O Ditador estimulou também o estudo da música, sobretudo militar. [...] Já o ensino superior foi relegado ao mais completo olvido [...]. A introdução de livros não foi vedada, mas estava sujeita à censura ditatorial, sendo proibida a entrada de periódicos, salvo os destinados ao Dr. Francia [...]”<sup>283</sup> Destaque-se que a obrigatoriedade do ensino primário, para o estudantado do sexo masculino, fortemente impulsionado durante o governo *francista*, sem que se tenha jamais alcançado a alfabetização plena, como comumente proposto, realizou-se mais tarde, apenas quando do advento de Carlos Antonio López.<sup>284</sup>

Sob Francia, o Estado teve importante papel de produtor e interventor. “Com efeito, a Ditadura converteu-se não somente num Estado proprietário, dono de vasto patrimônio, mas em gestor dos empreendimentos estatais, e por outro lado, agiu como órgão da solidariedade moral entre os indivíduos e promotor do bem-estar geral do povo. Aí estão duas coincidências bem claras entre a estatização de Francia e as idéias do Socialismo de Estado.”<sup>285</sup>

Ainda no campo das finanças, o citado autor coloca que: “A ordem das finanças públicas, cuja estrutura vinha do passado, quase não experimentou mudanças intrínsecas, durante o extenso governo de Francia. Condizia com a economia rudimentar estagnada [sic] que a rigor também não se transformara a ponto de forçar uma sensível alteração dos sistema financeiro. Economia e finanças ditatoriais, entretanto, bastaram para a exequibilidade do sistema econômico que assegurou o abastecimento interno do Paraguai e agiu a favor da

<sup>282</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro [...]** *Op Cit* p. 121

<sup>283</sup> SILVA, Raul de Andrada. **Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai [...]** *Op Cit* pp. 201-202

<sup>284</sup> Cf. MAESTRI, Mário. “No Paraguai do século 19 todos sabiam ler”. O NACIONAL, Passo Fundo, terça-feira, 13/04/2010. p. 4.

<sup>285</sup> Id. *Ibid* pp. 208-209

Independência nacional.”<sup>286</sup> No entanto, essa economia teria de acabar por mudar, caso o governo paraguaio quisesse que o país seguisse seu desenvolvimento.

A respeito dos últimos anos do governo ditatorial de Gaspar Francia, Raul de Andrada e Silva escreve que: “Nos últimos anos da Ditadura, Francia atingira o mais alto poder. Sua vontade era lei soberana em todo o Paraguai, onde o veneravam como um homem sem paralelo, mais temido, talvez que respeitado. Ficou a lembrança de que os camponeses não proferiam o nome do Supremo, sem erguer-se de descobrir-se.”<sup>287</sup>

Em suma foi possível fazer uma caracterização do Paraguai, desde a sua independência até o fim do governo do dr. Francia. Neste tempo, foram forjadas as características que perdurariam pelos próximos dois governos e que explicam parte das características da Guerra do Paraguai. Por exemplo, nos dão a noção do motivo de o Paraguai ter se mantido isolado. Temos de entender que não foi esse um propósito deliberado de seu governante, mas um insulamento imposto pelas sobretudo históricas, ou seja, sobretudo a luta pela Independência, diante do neocolonialismo das classes mercantis de Buenos Aires. O isolamento se fez necessário para a manutenção da independência paraguaia com relação a Buenos Aires, bem como para manter a estabilidade interna em face à anarquia política que rondava o Estado Guarani.

### O Paraguai sob o governo da família López



**Figura 13: Retrato de Carlos Antonio López [1790-1862]. Responsável pela modernização do país.**

Fonte:

[Http://www.google.com.br](http://www.google.com.br)

Andrada e Silva escreve sobre a sucessão do Supremo Ditador: “E a sucessão de Francia, após o breve período do 2º Consulado, recaiu na pessoa de Carlos Antonio López, cujo governo, em termos de poder pessoal, seria um prolongamento do regime antecedente, sob o disfarce de uma Lei constitucional, que mal o encobria.”<sup>288</sup> Em **Maldita Guerra**, de 2002, Francisco Doratioto propõe: “O ano de 1840 assistiu, porém, a mudanças internas tanto no Brasil como no Paraguai, que lhe permitiram voltar a participar das questões platinas. No Paraguai morreu José Gaspar Francia e, no Império do Brasil, a maioria antecipada de Pedro II e o pacto intra-elites de um

<sup>286</sup> SILVA, Raul de Andrada. **Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai [...]** Op Cit p. 232

<sup>287</sup> CARDOSO Apud SILVA, Raul de Andrada. **Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai [...]** Op Cit p. 232

<sup>288</sup> SILVA, Raul de Andrada. **Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai [...]** Op Cit p. 233

Estado monárquico centralizado e escravocrata puseram fim ao conturbado período regencial (1831-40), durante o qual não se pudera criar uma política para o Prata.”<sup>289</sup> A retomada do expansionismo imperial tenha se dado sobretudo após o ano de 1845, quando a Revolução Farroupilha foi debelada e acelerada depois do fim do tráfico transatlântico de trabalhadores escravizados em 1850.

O historiador argentino José Maria Rosa propõe sobre o novo mandatário paraguaio: “[...] abogado y profesor de filosofía en el Seminario, hasta que los acontecimientos lo llevaron al sillón del Supremo. Había sido hombre de paz y sin embargo amaba las cosas de la guerra: los ejércitos, los armamentos, las fortificaciones, los navíos blindados. Formó el mejor ejército de América del Sud con 18.000 hombres sobre las armas y una reserva de 40.000; impulsó la fundición de Ibicuy, dirigida por el inglés Witehead contratado en 1855, que fabricaba cañones y armas largas; la joven oficialidad seguía en Europa cursos de adiestramiento especializados. Había elegido para sus hijos la carrera de las armas: Francisco Solano era brigadier general, Venancio velaba por el orden desde el comando de la Plaza y Angel Benino estudiaba en la Academia Naval de Rio de Janeiro.”<sup>290</sup>

Em **Solano López, o Napoleão do Prata**, de 1970, os escritores italianos Cancogni e Boris escrevem as semelhanças e as diferenças entre os governos de Francia e Carlos Antonio López: “López, como Francia, não acreditava que o poder pudesse ser questionado, pois era inimigo de idéias liberais [...]. Ao contrário do Supremo, escondia sua ambição de poder sob uma aparência de bondade e tolerância e não temia ver-se rodeado de colaboradores, em quem confiava sempre parte das responsabilidades governamentais. Formou um gabinete com ministros investidos de poderes efetivos e não teve receio de recorrer à técnica e à ciência estrangeiras, visando à modernização do país. Engenheiros, médicos, cirurgiões, professores – notadamente ingleses – foram acolhidos em Assunção. Após trinta anos de isolamento e de silêncio, o Paraguai teve também um jornal – se bem que redigido de ponta a ponta pelo próprio López. Chamava-se *El Paraguai Independiente* e informava ao país dos atos realizados pelo governo.”<sup>291</sup>

Propõem os autores que para obter o reconhecimento, o novo governante paraguaio teve de adotar novas atitudes com relação às demais nações: “Em troca do reconhecimento do Paraguai, Carlos Antonio estava disposto a entrar no jogo político das alianças, mas, por outro

<sup>289</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra [...]** *Op Cit* p. 25

<sup>290</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay [...]** *Op Cit* p. 15

<sup>291</sup> CANGOGNI, Manilio; BORIS, Ivan. **Solano López [...]** *Op Cit* p. 30

lado, temia ser derrubado. Em 1845, decidiu fazer frente única com os adversários de Rosas – o Uruguai e as províncias de Corrientes e Entre Rios; mas devido à ineficiência dos aliados, ao cabo de um tempo, voltou atrás na decisão. E foi nessa ocasião que o filho, Francisco Solano, fez sua primeira aparição no cenário político, como colaborador do pai. Aos dezenove anos assumiu, como coronel o comando do exército que fora enviado em auxílio dos aliados de Corrientes e preparava-se com entusiasmo para entrar em combate. [...] Atravessara o rio Paraná na esperança de revolver as glórias de Paraguay e Tacuary mas regressava à pátria promovido a general e sem ter combatido.”<sup>292</sup>

Manilio Cancogni e Ivan Boris seguem escrevendo: “As potências européias e até os Estados Unidos acabaram por reconhecer o Paraguai e enviaram seus representantes a Assunção. Estipularam-se tratados. Os rios da Prata, Paraguai e Paraná foram abertos à navegação internacional. Tudo isso significava progresso, mas perigo também. Os estrangeiros que mantinham relações com o presidente não sabiam até que ponto Carlos Antonio estava convencido de sua própria política. Desconfiavam dele e ele, por sua vez, nunca confiara inteiramente neles.”<sup>293</sup> Os mesmo autores ressaltam que o Paraguai conseguia um satisfatório desenvolvimento interno, preocupando no entanto, a situação de seus vizinhos, que neste período passavam por uma anarquia política. Destacamos agora, a situação argentina – já citada – como a que mais preocupava López. “No interior, o país se desenvolvia satisfatoriamente. Navios eram lançados ao mar, uma ferrovia (a segunda em toda a América do Sul) estava sendo construída em Assunção e Villarica, assim como uma rede telegráfica, um arsenal e uma fundição. Porém, a posição internacional do Paraguai continuava precária e o país corria o risco de ser envolvido na situação de guerra civil que ainda persistia na região do Prata mesmo após a derrota de Rosas.”<sup>294</sup>

Seguem os autores: “Dois novos contendores se encontravam agora frente a frente: o velho general Urquiza, em quem as províncias do interior viam seu chefe, e o general Bartolomeu Mitre, chefe dos portenhos liberais, amigo dos europeus e grande figura da maçonaria sul-americana. Urquiza era sempre o mesmo: por trás da luta entre liberais e conservadores emergia a rivalidade, nunca extinta em Buenos Aires, com seus burgueses evoluídos e ambiciosos, e as províncias do interior, com sua população rural, indolente [sic], conservadora. De acordo com os interesses imediatos de seu país, Carlos Antonio deveria ter

---

<sup>292</sup> CANGOGNI, Manilio; BORIS, Ivan. **Solano López [...]** *Op Cit* p. 31

<sup>293</sup> Id. *Ibid* p. 32

<sup>294</sup> SILVA, Raul de Andrada. **Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai [...]** *Op Cit* p. 35

aceito uma aliança que Urquiza lhe oferecia, preferiu esperar uma definição da luta entre Urquiza e Mitre.”<sup>295</sup> Quanto à referência que Mitre era amigo dos europeus, leia-se dos comércios britânico e francês. E devemos atentar ao fato que ao qualificar a oligarquia de Buenos Aires como evoluída e ambiciosa e a população das províncias do interior como indolente e conservadora, os autores Cancogni e Boris realizam juízo de valor. Não devemos esquecer que em Buenos Aires predominava uma oligarquia liberal importadora, e, portanto, improdutiva, e que nas províncias, a principal classe era a dos estancieiros e criadores de gado, seguida pelos artífices, pequenos comerciantes, gaúchos, etc..

E que, como está ressaltado no capítulo da Argentina, apesar das rivalidades, e de sua aparente base mais popular, não tinha um projeto tão diferenciado da burguesia portenha, tanto esses estancieiros aceitaram ser um “sócio menor” depois da batalha de Pavón.<sup>296</sup>

Em 1861, Mitre venceu Urquiza na batalha de Pavón, marcando o fim da Confederação Argentina e a vitória dos Unitários. No Paraguai esse fato causou receio. “O triunfo de Mitre – um mau presságio para o Paraguai – reavivou nos exilados paraguaios em Buenos Aires a esperança de um retorno à pátria sob um novo regime. Alguns jornais portenhos como *El Órgano*, que era porta-voz dos exilados, não cessava de atacar a ditadura e a família López, pai e filho [...]. Atacavam particularmente os filhos do presidente, cuja vida faustosa descreviam em pormenores, contrastando-a com modéstia, se não a pobreza do resto da população. [...] convidavam os paraguaios a rebelar-se para não cair nas mãos de um novo Francia, dando a entender que até o próprio governo argentino, apesar de ter reconhecido oficialmente a independência do Paraguai, não ficara à margem de certa intervenção na sua política interna.”<sup>297</sup>

Outra característica exaltada por muitos historiadores é o desenvolvimento interno do país guarani às vésperas da guerra iniciado no governo de Carlos Antonio López, que trouxera técnicos estrangeiros para modernizarem seu país. “Entre o numeroso pessoal de gabarito que trabalhava por conta do governo havia dois técnicos altamente qualificados. Um dele era o engenheiro-chefe inglês John William Whitehead, homem de grande capacidade, mesmo no setor administrativo, diretor do arsenal de Assunção, e morreu no primeiro ano da guerra. O outro era o coronel George Thompson, especialista em artilharia. E foi com o impulso dado

<sup>295</sup> SILVA, Raul de Andrada. **Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai [...]** *Op Cit* p. 35

<sup>296</sup> Cf. PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre:** de Caseros a la Guerra de la Triple Infamia. 3ª ed. Buenos Aires: Ediciones Fichas, 1968.

<sup>297</sup> CANCOGNI, Manilio; BORIS, Ivan. **Solano López [...]** *Op Cit* p. 36

por esses técnicos que o Paraguai, durante os últimos anos da presidência de Carlos Antonio, ultrapassou todos os demais países da América Latina (inclusive a Argentina) no tocante a ferrovias, telégrafos, estaleiros e arsenais [sic].”<sup>298</sup> Nos parece um exagero escrever que o Paraguai ultrapassara o Brasil, por exemplo, no que diz respeito às ferrovias, que eram bem mais desenvolvidas. O singular no Paraguai era um desenvolvimento com recursos próprios, endógenos, como já proposto.

Em **Conflito com o Paraguai**, de 1996, Doratioto faz uma rápida análise sobre a atuação de Carlos Antonio López. “Sob Francia, o Paraguai, isolado, desenvolveu a agropecuária, destacando-se o cultivo de tabaco, a criação de gado e a exploração de ervamate. O reconhecimento argentino da independência paraguaia, na década de 1850, pôs fim às dificuldades de navegação para o país guarani e Carlos López pôde, gradualmente, retirá-lo de seu isolamento. Foi então promovida a exportação de produtos primários, para que a economia paraguaia obtivesse recursos monetários para importar manufaturados.”<sup>299</sup>

Os historiadores italianos então descrevem como se encontrava o governo paraguaio sob a batuta de Carlos Antonio López assim: “Carlos Antonio conseguira transformar o país graças às imensas riquezas acumuladas por Francia nos cofres públicos durante os vinte e cinco anos de seu mandato. Aquele dinheiro, fruto do confisco dos bens de grandes proprietários e da Igreja [sic], permitiram-lhe adquirir máquinas, patentes e plantas industriais, assim como pagar bons salários ao pessoal contratado.”<sup>300</sup>

O historiador paraguaio O’Leary, em seu livro **El mariscal López**, de 1921, Carlos Antonio López foi o reconstrutor da pátria, negando a obra anterior de Francia. “Carlos Antonio López había reconstruido el Paraguay, que dejó en ruinas el dictador Francia, improvisando riquezas, fuerza, civilización con su maravilloso genio creador. En diez años, *solo en diez años*, había hecho lo que no hicieron en siglos los españoles, lo que no hizo jamás ningún pastor de pueblos. De la nada, del caos, de la desolación y de la miseria hizo surgir una poderosa nacionalidad que, de un salto, se puso a la cabeza de todos los países vecinos de habla castellana, imponiendo su negada soberanía y levantando bien sus prestigios de la laboriosidad, de cultura y sensatez.”<sup>301</sup>

<sup>298</sup> CANCOGNI, Manilio; BORIS, Ivan. **Solano López [...]** *Op Cit* p. 39

<sup>299</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Conflito [...]** *Op Cit* p. 13

<sup>300</sup> CANCOGNI, Manilio; BORIS, Ivan. **Solano López [...]** *Op Cit* p. 40

<sup>301</sup> O’LEARY, Juan E. **El Mariscal Solano López**. Asunción: Casa America - Moreno HNOS, 1921 pp. 23-24

Foi durante seu governo que seu filho Francisco Solano López fez uma viagem à Europa. Segundo O’Leary: “Y así, después de haber hecho un lúcido papel diplomático; después de haber estudiado detenidamente todo lo que podía interesar a su patria; después de haber hecho magníficas adquisiciones, asegurando el concurso de hombres e instituciones de trascendental importancia, regresó, a bordo del hermoso y veloz vapor *Tacuarí*, adquirido por él en Inglaterra. [...] Venían con él, a más del personal de la Legación, numerosos técnicos contratados en Inglaterra y Francia, entre ellos, los ingenieros Whitehead y Richardson, que tan valiosos servicios habían de prestar al Paraguay.”<sup>302</sup>



**Figura 14: Retrato de Francisco Solano López [1827-1870]. Presidente do Paraguai de 1862 a 1870, sucedendo seu pai. Declarou guerra ao Império e à Argentina, sendo morto no final da Guerra do Paraguai na Batalha de Cerro Corá.**

Fonte: [Http://www.google.com.br](http://www.google.com.br)

Solano López.”<sup>303</sup>

Em **Maldita Guerra**, Francisco Doratioto relata: “Para os Estados Platinos, o ano de 1862 foi um marco, quer para as respectivas políticas internas, quer para as relações entre eles. No Paraguai, Francisco Solano López ascendeu ao poder; na Argentina, houve a reunificação nacional sob a liderança de Buenos Aires e, no Brasil, o Partido Liberal substituiu o Conservador no governo. Nesse ano, também teve fim a moratória para a definição dos limites, estabelecida pelo Paraguai com o

Império e a Confederação Argentina na década anterior. As relações do novo governo paraguaio deterioraram, a partir de 1864 de forma acelerada, tanto com o Império como com a República Argentina, levando o Paraguai à guerra contra esses

Devemos fazer, no entanto, algumas ressalvas. Ao lermos este trecho escrito por Doratioto, temos de ter em mente mais uma vez que não se tratava da República Argentina como um todo, pois o país estava fortemente dividido. Inclusive, Solano López havia recebido de Urquiza a garantia que este exigiria de Mitre uma autorização para que o exército paraguaio pudesse cruzar seu território por terra, se necessário. Como o pronunciamento do

<sup>302</sup> O’LEARY, Juan E. **El Mariscal [...]** *Op Cit* pp. 42-43

<sup>303</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra [...]** *Op Cit* pp 39-40

governador de Entre Rios tardaria demasiadamente, López mandou um comunicado avisando que avançaria por Corrientes. Os paraguaios sequer teriam sido tratados como invasores pelos correntinos, mas Mitre usaria essa *invasão* para justificar uma declaração de guerra contra os paraguaios e a união com o Império, atitude fortemente *impopular*.<sup>304</sup>

Em **O expansionismo brasileiro e a Formação dos estados na Bacia do Prata**: da colonização à guerra da trílice aliança, de 1995, Moniz Bandeira refere-se à ascensão de Solano López ao poder: “Em 16 de outubro de 1862, o General Francisco Solano López ascendeu legalmente à presidência da República e a militarização do país, ‘iniciada com moderação nos tempos de D. Carlos Antonio’, tornou-se, *sub eo*, sua ‘preocupação predileta’.”<sup>305</sup>

Em **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai, de 2002, Francisco Doratioto escreve como teria sido a posse de Francisco Solano López ao cargo máximo: “Solano López assumiu, em caráter provisório, a chefia do Estado paraguaio e, em 16 de outubro, foi instalada a sessão do Congresso paraguaio, que não se reunia desde 1856, para eleger o novo presidente. [...] Na verdade, o Congresso fora convocado para ratificar a permanência de Solano López no poder e não para aprimorar a organização política do país. [...] Os congressistas dissidentes, que ousaram questionar a apresentação da ‘candidatura’ de Solano López, foram presos.”<sup>306</sup>

Em **Solano López o Napoleão do Prata**, de 1970, Manilio Cancogni e Ivan Boris escrevem que na verdade foi apenas um deputado que se opôs à nomeação de Francisco Solano López. Assim, podemos conferir como foi feita essa oposição e qual foi realmente sua consequência: “Apenas um deputado – José Maria Varela – teve a coragem de fazer algumas objeções, citando o artigo número dois da Constituição (‘o governo da república jamais será patrimônio de uma pessoa ou de uma família’) e propondo uma emenda que fixasse os limites do poder executivo. Ninguém o apoiou e ele próprio não parecia muito convicto de suas palavras. López foi investido oficialmente e logo no dia seguinte mandou prender seu tímido opositor, que acabou morrendo no cárcere.”<sup>307</sup>

Em **Maldita Guerra**, Doratioto relata a situação do Paraguai nos seguintes termos: “O Paraguai que Solano López recebeu para chefiar uma nação unificada, sem dívidas e, graças a

<sup>304</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay** [...] *Op Cit* p. 188

<sup>305</sup> BRAY, Apud. BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro** [...] *Op Cit* p. 170

<sup>306</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra** [...] *Op Cit* p. 41

<sup>307</sup> CANCOGNI, Manilio; BORIS, Ivan. **Solano López** [...] *Op Cit* p. 43

presença de técnicos estrangeiros, com avanços tecnológicos em relação a outras nações do continente. Essa modernização, todavia, era de caráter militar ou defensiva, enquanto o camponês paraguaio utilizava ainda técnicas de cultivo de dois séculos de idade. O Estado guarani era dono, em meados do século XIX, de quase 90% do território nacional e praticamente controlava as atividades econômicas, pois cerca de 80% do comércio interno e externo eram propriedade estatal. Para manter o desenvolvimento, a economia paraguaia necessitava ampliar o comércio externo, de modo a conseguir recursos para continuar a importar tecnologia.”<sup>308</sup>

Procurando sair do isolamento e manter a independência do país, Solano López acabaria se chocando com os objetivos hegemônicos do governo imperial no Prata. “A ação no sentido de aumentar sua presença no Prata colocou Assunção em rota de colisão com o Império. Este buscava manter o *status quo* platino, que se caracterizava pelo desequilíbrio favorável ao Brasil, hegemônico na área por ter sido, até então, vitorioso em influir sobre os Estados da região [...]. A falta de definição de limites era um elemento visível de tensão entre o Paraguai e o Império.”<sup>309</sup>

### **O que era o Paraguai pré-1865?**

Sobre as inúmeras caracterizações a respeito do Paraguai, ressaltamos a que fez o jornalista Júlio José Chiavenato: “[...] o único povo livre da América do Sul. O Paraguai era uma república autônoma desde 1811, que não tinha dívida externa, que não tomava empréstimos e não precisava importar nada para o seu consumo. Quebrava assim o modelo de exploração imposto pelo imperialismo inglês. Com uma situação geográfica incômoda, espremido entre o Brasil, a Bolívia e a Argentina – tendo como único aliado em 1864 o Uruguai, um país fraco cujas fronteiras eram freqüentemente invadidas pelas tropas regulares do Rio Grande do Sul, para roubo de gado a pretexto de defender os proprietários brasileiros ali estabelecidos. Vítima da cobiça do Império e da Argentina, ameaçado durante toda a sua história pelos grandes países do continente, pela estruturação da sua economia e recolhimento político, que se aliaram a uma equilibrada divisão entre trabalho e renda – uma solução quase socialista [sic] e perfeita para as condições e a própria época [...]”<sup>310</sup>

---

<sup>308</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra [...]** *Op Cit* p. 44

<sup>309</sup> Id. *Ibid* p. 44

<sup>310</sup> CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil [...]** *Op Cit* p. 195

Em **La guerra del Paraguay:** y las montoneras argentinas, de 1985, José María Rosa assinala: “Paraguay era rico, riquísimo. [sic] Sus inmensos yerbatales abastecían la mayor parte del consumo del sur del continente, y sus maderas valiosas se exportaban a Europa. [...] Era un verdadero estado socialista [sic] la paternalista República del Paraguay [...] La afluencia de dinero ha modificado a Asunción. En 1862 es una ciu[...]. Pero también ha crecido en cultura, a pesar de que nos tiempos misioneros había sido una tierra ‘donde todos saben leer y escribir’ [...]”.<sup>311</sup>

Segundo o autor citado, o Paraguai com sua forma peculiar de desenvolvimento teria atraído a inimizade do país mais poderoso na época: a Inglaterra. “El Paraguay de López era un escándalo en América. Un país bastándose a sí mismo, que nada traía de Inglaterra y se permitía a detener a los hijos de ingleses, como en el caso de Constatt, con el pretexto de infringir las leyes del país, debería necesaria y urgentemente ponerse a la altura de la Argentina de Mitre.”<sup>312</sup> Para Rosa, a guerra teria aniquilado a mais próspera República da América do Sul. “Y pocos años no habría en Paraguay tarifas aduaneras, ni hornos de fundición, ni cañones de Humaitá, ni serenos preguntadores, ni paraguayos pecadores, ni ríos clausurados al libre comercio, ni dictadura. [...] Ni tampoco Paraguay.”<sup>313</sup>

Existem autores que discordam a respeito do suposto desenvolvimento paraguaio, sua auto-suficiência e o isolamento paraguaios. Em **Guerra do Paraguai:** escravidão e cidadania na formação do exército, de 1990, o historiador Ricardo Sales escreve: “Recentemente, diversos autores têm se dedicado a demolir os mitos oficiais da guerra do Paraguai. Não raro, sem prejuízo do enorme mérito do seu trabalho, têm criado outros tantos mitos sobre o conflito: o Paraguai é retratado como uma nação independente do imperialismo, com enorme progresso material e social. [...] O Paraguai sofria influência do imperialismo, ainda que diferentemente de seus vizinhos da região meridional da América do Sul. Devido às peculiaridades de sua formação histórica colonial, baseada nas missões jesuíticas, não se encontrava no centro seja das atenções coloniais, seja, mais tarde, das atenções imperialistas. Daí a caracterizá-lo como uma nação independente do imperialismo, ou até como uma possibilidade de desenvolvimento autônomo da região, vai uma longa distância.”<sup>314</sup>

<sup>311</sup> ROSA, José María. **La Guerra del Paraguay** [...] *Op Cit* p. 16

<sup>312</sup> Id. *Ibid* pp. 142-143

<sup>313</sup> Id. *Ibid* p. 143

<sup>314</sup> SALES, Ricardo. **Guerra do Paraguai:** escravidão [...] *Op Cit* pp 2-3

Segue o mesmo autor: “A República guarani e vista como um Estado nacionalista, antiimperialista, onde a classe dos proprietários de terra, crioulos, havia sido praticamente exterminada e a terra explorada pelas comunidades guaranis. A existência de algumas manufaturas é considerada como sinal de uma política de desenvolvimento econômico nacionalista e contrária aos interesses do capitalismo inglês. O poder quase absoluto exercido sobre o aparelho de Estado e sobre o conjunto da sociedade pelos governantes que se sucedem à independência é encarado como um paternalismo benevolente.”<sup>315</sup>

Nesse capítulo, utilizamos o trabalho de Andrada e Silva para explicar a formação social *sui-generis* paraguaia, fortemente apoiada em sua população camponesa. Dessa forma, procuramos esclarecer mais a respeito dessa república descrita pelos relatos apologéticos como uma formação “quase socialista”, se não “socialista”, e, por outro, como regime ditatorial, autocrático, rústico e atrasado..

O autor Ricardo Salles aponta corretamente a influência do imperialismo inglês, caso a compreenda como a pressão que, exercida *através de Buenos Aires*, obrigava os governantes paraguaios a se manterem isolados para preservarem a independência de fato da república guarani. Mas certamente é inconteste que a organização social paraguaia manteve a produção doméstica artesanal e pequeno-manufatureira, arrasada na Argentina, no Uruguai e no Brasil, pela introdução maciça de manufaturados ingleses. O que explica, igualmente, a capacidade de resistência paraguaia, durante a guerra, sem praticamente qualquer importação. O país manteve, igualmente, sua capacidade de acumulação, através do monopólio do comércio exterior dos principais produtos de exportação, o que constitui, indiscutivelmente, nível objetivo de autonomia diante do capitalismo inglês.

Em **Maldita Guerra**, de 2002, Doratioto também se contrapõe à visão de um Paraguai desenvolvido ou autônomo. “É fantasiosa a imagem construída por certo revisionismo histórico de que o Paraguai pré-1865 promoveu sua industrialização a partir ‘de dentro’, com seus próprios recursos, sem depender dos centros capitalistas, a ponto de supostamente tornar-se uma ameaça aos interesses da Inglaterra no Prata. Os projetos de infra-estrutura guarani foram atendidas por bens de capital ingleses e a maioria dos especialistas estrangeiros que os implementaram era britânica. As manufaturas oriundas da Inglaterra chegaram a cobrir, antes de 1865, 75% das importações paraguaias, quase todas originadas de Buenos Aires, em operações controladas por comerciantes britânicos ali instalados.”<sup>316</sup> Segue Doratioto:

<sup>315</sup> SALES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão** [...] *Op Cit* p. 20

<sup>316</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra** [...] *Op Cit* p. 30

“Também é equivocada a apresentação do Paraguai como um Estado onde haveria igualdade social e educação avançada. A realidade era bem outra e havia uma promíscua relação entre os interesses do Estado e os da família López, a qual soube se tornar a maior proprietária ‘privada’ do país enquanto esteve no poder. Os outros núcleos econômicos dependiam diretamente do aparelho de Estado para se apropriar de parte do excedente pela economia, como era o caso da nascente burguesia rural.”<sup>317</sup>

Em **O expansionismo brasileiro e a Formação dos estados na Bacia do Prata**: da colonização à guerra da tríplice aliança, de 1995, Moniz Bandeira propõe: “Apesar de todo o progresso econômico e militar, o Paraguai conservara, entretanto, uma estrutura política bastante primitiva, que a absorção da tecnologia estrangeira, rebaixada em nível geral de atraso e pobreza de suas relações de produção, fortaleceu. O Estado, a baloiçar-se sobre os *self-sustaining members of community*, resumia-se no poder onímodo e um homem, que, oriundo da rediviva oligarquia de latifundiários, debilitada por Francia, mas não extinta, exercia despoticamente a coerção política, através de uma vasta rede de *pyragüe* – alcagüetes infiltrados em todas as casas e locais de trabalho – e administrava o país como se sua propriedade privada fosse.”<sup>318</sup>

Visão que propõe a necessidade de ultrapassar também nessa questão o nível superficial dos fenômenos analisados.

### **O precipitar-se da crise**

Em **Solano López o Napoleão do Prata**, de 1970, Manilio Cancogni e Ivan Boris referem-se à situação na década de 1860, da região do rio da Prata, na qual o Uruguai se transformaria em uma espécie de “barril de pólvora”, tendo em vista as lutas internas combinadas fomentadas por Mitre e concluídas com o intervencionismo do Império e da Argentina mitrista. Nesse processo, o Paraguai envolver-se-ia na luta, em defesa de saída ao mar, da qual dependia sua autonomia, desencadeando a Guerra do Paraguai. “Na Banda Oriental o poder estava nas mãos dos conservadores (*blancos*), com Bernardo Berro na presidência, enquanto os liberais (*colorados*) formavam a oposição, cujo chefe – o general Venâncio Flores – encontrava-se exilado em Buenos Aires.” Nos fatos, como vimos, Flores encontrava arrolado como oficial nas forças armadas mitristas.

<sup>317</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra [...] Op Cit** p. 30

<sup>318</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro [...] Op Cit** p. 181

“Na Banda Oriental o poder estava nas mãos dos conservadores (*blancos*), com Bernardo Berro na presidência, enquanto os liberais (*colorados*) formavam a oposição, cujo chefe – o general Venâncio Flores – encontrava-se exilado em Buenos Aires. Durante a guerra entre Urquiza e Mitre, Flores ajudara o segundo. A ele se devia em realidade a vitória em Pavón, onde os portenhos derrotaram os confederados. E agora o general Venâncio Flores tinha a proteção de seus aliados. [...] Urquiza apoiava Bernardo Berro. Depois da guerra com Mitre, o velho general tornara-se mais cauteloso, contentando-se em reinar como um soberano na província de Entre Rios, com a tolerância de Buenos Aires. Também Solano solidarizara-se com Berro, pois odiava os liberais e seu apoio assegurava a independência do Paraguai. No caso da Argentina ou o Brasil se apoderaram de Montevideú, o Paraguai estaria irremediavelmente cercado.”<sup>319</sup> Assim, perdia sua saída ao mar, do que dependiam suas exportações.

Sobre o governo ditatorial do Paraguai, o historiador argentino Miliciades Peña no livro **La era de Mitre**, de 1975, procura justificar a postura dos seus governantes da seguinte maneira: “Por cierto que el gobierno paraguayo era despótico y unipersonal, no ‘liberal’ como el de Mitre. Pero entre el despotismo de López respaldado en la confianza de la mayoría de la población, y el liberalismo fullero de Mitre respaldado en las bayonetas del ejército de línea contra la voluntad de la mayoría de las provincias, la causa de progreso nacional estaba defendida por López, no por Mitre.”<sup>320</sup>

Bandeira propõe que, nesse difícil contexto, o Paraguai carecesse de um serviço diplomático eficiente e fosse incapaz de defrontar o Império. “O Paraguai, efetivamente, não possuía o potencial de pressão diplomática que pudesse influir sobre a ação dos demais países da Bacia do Prata e alcançar parte dos resultados de uma guerra vitoriosa, sem necessidade de combater. Não contava, aliás, nem com o potencial de pressão nem com o aparelho diplomático para exprimir e impor uma audiência à voz de López, como ele queria. Apesar de seu relativo progresso econômico e de sua proporcional força militar, o Paraguai não dispunha dos elementos que poderiam certificar-lhe, nos limites do previsível, o triunfo contra o Brasil.”<sup>321</sup>

Em todo caso, o ingresso do Paraguai na guerra deu-se, num sentido conjuntural, devido à verdadeira armadilha urdida entre Mitre, ao autorizar a invasão do Uruguai pelo

<sup>319</sup> CANCOGNI, Manilio; BORIS, Ivan. **Solano López [...]** *Op Cit* p. 45

<sup>320</sup> PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre [...]** *Op Cit* pp. 55-56

<sup>321</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro [...]** *Op Cit* pp. 184-185

Império, ação que todos os Estados do Prata sabiam já ter sido declarado *casus belli* pelo Paraguai. Razão pela qual muitos historiadores consideram a agressão imperial ao Uruguai como verdadeiro começo da Guerra da Tríplice Aliança. Uma guerra, portanto, que o Império, em conluio com a Argentina mitrista, teria procurado e motivado. Francisco Doratioto, que defende a tese da responsabilidade paraguaia na guerra, escreve em **Maldita Guerra**, de 2002, que o governo imperial teria dado pouca importância ao aviso explícito da diplomacia paraguaia. Como veremos oportunamente, a tese de Doratioto é difícil de ser aceita, diante do caráter explícito daquele aviso.

Mais do que a não consideração do aviso da situação de guerra, no caso de que invadisse o Uruguai, o governo imperial parece ter retido a visão de uma rápida e fácil vitória, sobre o pequeno país, consideração expressada igualmente por Mitre, no início do confronto: “Apesar de isolado, sob a permanente vigilância de espiões e contando com base precária de informações, Viana de Lima escreveu para Tamandaré que uma tropa de 10 mil homens seria suficiente para derrotar, ‘sem grande esforço’, o exército de Solano López. Repetia haver carência de chefes militares paraguaios competentes, pois Solano López, para manter seu poder, buscava anular aqueles que demonstrassem algum talento, ‘reduzindo-os à simples condição de seus lacaios’.”<sup>322</sup>

E é esse o Paraguai que inicia a guerra em 1864. Uma nação unificada desde o governo Francia, mas que precisava sair de seu isolamento para prosseguir seu desenvolvimento. Necessitava ampliar suas relações comerciais. E foi exatamente essa necessidade, ao ser impugnada pela invasão imperial do Uruguai, que coloca o país guarani em rota de colisão com o Império.

Dentre as causas para o Império entrar em uma guerra contra o Paraguai, podemos enumerar: a vontade de reduzir ao Uruguai a uma espécie de protetorado, para obter vantagens comerciais, econômicas, fronteiriças, etc.; a questão da fronteira entre os dois países, que os imperiais insistiam em colocar no rio Apa; a questão econômica, sendo que o Paraguai havia perdido mercado no relativo à erva-mate; além do mais, temos a navegação dos rios Paraná e Paraguai. E, como está assinalado no capítulo “O que se escreve sobre a Guerra do Paraguai” e no referente ao Império, havia ainda a questão do expansionismo territorial após a proibição do tráfico transatlântico de trabalhadores escravizados. É

---

<sup>322</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra** [...] *Op Cit* p. 62

ressaltado que a crise da escravidão levará os escravistas imperiais a se voltarem para a expansão sobretudo comercial.<sup>323</sup>

E com relação à Argentina, havia a questão do livre comércio ambicionado pela oligarquia de Buenos Aires, liderada por Mitre. Ou seja, fim do monopólio das exportações pelo Estado paraguaio. Os liberais portenhos consideravam igualmente o Paraguai província rebelde a ser reintegrada à Argentina, em situação de subalternidade. Havia igualmente a rivalidade da oligarquia liberal-portenha com as forças federalistas das províncias do Interior e do Litoral. O Paraguai era, como o Uruguai, um aliado certo da luta das províncias interioranas argentina. Sem um e outro, teriam de aceitar a dominação de Buenos Aires inevitavelmente. A guerra contra o Paraguai seria a coroação da vitória liberal-portenha sobre o interior e o litoral.<sup>324</sup>

Com a vitória de Bartolomé Mitre na Argentina sobre Urquiza e com a deposição dos *blancos* no Uruguai, Solano López estaria inevitavelmente cercado. Com suas ações no Uruguai, o Império e a Argentina de Mitre se cercavam literalmente o governo de Assunção, retirando-lhe qualquer saída para o mar. Punham fim também aos seus aliados federalistas.

E por fim, em 1865, o Uruguai entraria na Guerra do Paraguai por apenas uma razão. O governo *colorado* de Venâncio Flores devia ao Império o fato de estarem no poder. Tornava-se assim o homem do Império no Uruguai e em Montevideú.

O centro desse trabalho são as questões em torno dessa guerra. Sendo assim, cumpre estudar agora, as diferentes teses a respeito da Guerra do Paraguai, segundo as diferentes visões que a estudam: a historiografia nacional-patriótica, o revisionismo e o restauracionismo.

---

<sup>323</sup> Cf. PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre:** de Caseros a la Guerra de la Triple Infamia. 3<sup>a</sup> ed. Buenos Aires: Ediciones Fichas, 1975.

<sup>324</sup> Cf. PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre:** de Caseros a la Guerra de la Triple Infamia. 3<sup>a</sup> ed. Buenos Aires: Ediciones Fichas, 1975

## GUERRA DO PARAGUAI: DEBATES

### Introdução

No presente capítulo, comentaremos algumas diferentes visões a respeito da Guerra do Paraguai, mais especificamente sobre o que se tem escrito no tocante à participação da Tríplice Aliança e ao papel do Paraguai na América Latina no período pré-guerra. Nossa discussão será baseada no que escreveram os autores como Ricardo Salles, Francisco Doratioto, Júlio José Chiavenato, León Pomer, Mário Maestri, Moniz Bandeira José Maria Rosa, Manilio Cancogni e Ivan Boris, Juan E. O’Leary, além do autor Raul de Andrada e Silva.

Pretendemos primeiramente nos distanciar das narrativas passionais que se criaram em torno do tema, demonstrando a inaplicabilidade tanto da narrativa tradicional, como da revisionista, tendo em vista que ambas fogem do real objetivo da história. Sabemos que não podemos ser imparciais e narrar os acontecimentos tais como eles aconteceram, mas devemos buscar comprovar o que escrevemos nos documentos, praticando os questionamentos adequados. Quando nos dirigimos a algum texto, que relata o passado temos de pensar que ele foi escrito por alguém que tinha uma visão de mundo e um objetivo. Precisamos realizar uma crítica tanto do que pode ser entendido na leitura superficial, como sobre o que interpretamos, ou lemos na entrelinhas.

Assim, nossa principal finalidade é enfatizar, que autores como Doratioto destacam o fato que na história não existem “bonzinhos” ou “malfeitores”, mas sim diferentes classes sociais e blocos que, na direção de suas nações, impõem seus interesses singulares comumente apresentados como nacionais. Desse modo, a guerra do Paraguai não será retratada como um ato heróico simplesmente dos membros das Forças Armadas imperiais, como proposto pela historiografia nacional-patriótico ou nacional-restauracionista. Tampouco foram os governos dos países da Tríplice Aliança puros marionetes nas mãos do capital inglês temeroso de uma concorrência paraguaia para suas exportações na América Latina, como apresentado por parte da historiografia revisionista.

Outro aspecto a ser destacado neste capítulo é a situação paraguaia no período pré-guerra. Parte da historiografia revisionista ressalta o fato de que o Paraguai era uma nação que conhecia um grande desenvolvimento, dirigida por um ícone do anti-imperialismo, que contava com um Exército moderno. Ou em sentido contrário, a historiografia nacional-patriótica ou contemporânea propõem que era uma nação imperialista, fortemente armada, com objetivos hegemônicos no Prata.

### Introduzindo ao estudo historiográfico da guerra

Escrever a história, relatar o que se passou. Por muitos anos se acreditou que quem narrasse o que aconteceu deveria ser fiel ao que realmente se passou. Em épocas passadas se acreditou na neutralidade do historiador. No entanto, em nosso entendimento, hoje esse conceito é inaplicável. A história já foi muita vezes utilizada para justificar governos ou para criar uma memória oficial, segundo a vontade de alguém. O historiador Ricardo Salles no livro **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército** escreve que: “A história foi, durante muito tempo, o ofício de eruditos refinados cujo trabalho recuperou – e muitas vezes até criou – uma memória oficial: a memória de fachada, de nossas instituições, tão civilizadas e tão distantes do cotidiano do povo, dos grandes vultos de discursos pomposos, dos grandes feitos. Enfim, uma memória que, aclarando a vida das elites, envergonhadas destas tristes passagens, pouco européias encobria a realidade do povo miserável.”<sup>325</sup>

Nosso trabalho neste capítulo é analisar de forma sucinta algumas visões divergentes a respeito da Guerra do Paraguai. Para introduzir o assunto, vejamos o que o citado historiador escreve no mesmo livro: “A guerra do Paraguai é um dos muitos fatos esquecidos de nossa história: ou é retratada pela historiografia oficial, e, como tal, perde interesse, ou não é tema daqueles que se dedicam à revisão de nossa formação histórica. Paradoxalmente, quando é lembrada, e abordada, causa imediatamente polêmica: o Brasil é apresentado como agente civilizatório na região ou como agente do imperialismo inglês; nossas tropas são as mais bravas ou as mais covardes; o Paraguai era governado por um tirano ou por um estadista esclarecido e antiimperialista; libertamos o Paraguai ou exterminamos sua população.”<sup>326</sup> cremos necessários destacar que, como veremos, houve também no Brasil uma historiografia de cunho revisionista, como a de Moniz Bandeira, que abordou a questão a partir de seu caráter essencial, destacando o sentido imperialista do Brasil, sem fantasias sobre a função inglesa essencial nessa questão, ao igual que outros autores críticos argentinos, como J. B. Alberdi, quando do conflito, ou mais tarde, Milcíades Peña.

Primeiramente faremos uma análise introdutória a respeito de algumas obras que representam a guerra do Paraguai e sobre alguns conjuntos de autores que escrevem sobre este conflito. Para realizar este empreendimento contaremos faremos uso do texto “A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica

<sup>325</sup> SALES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão** [...] *Op Cit* p. 1

<sup>326</sup> Id. *Ibid* p. 2

[1871-2002]”, do Historiador Mário Maestri<sup>327</sup>. Precisamente falando, a guerra do Paraguai foi o confronto armado mais significativo envolvendo países da América do Sul, por isso deu origem a diversas interpretações: “Ao lado da *Descoberta* e da *Independência*, a Guerra do Paraguai foi objeto de representações patrióticas excelentes da pintura brasileira de fins do século 19 e inícios do século 20.”<sup>328</sup>

Sendo assim, os historiadores que se reportam a este conflito armado são divididos em virtude de suas temáticas, da forma como abordam seus personagens, bem como as principais batalhas e fatos que antecederam e que resultaram desta guerra. O primeiro grupo é chamado de memorialista. Essas obras apresentam algumas características elencadas em comum, como: “Tratam-se sobretudo de narrativas sobre o heroísmo e a abnegação das forças armadas nacionais em defesa do Brasil e da ‘civilização’, agredidos por ‘barbárie’ corporificada no *ditador* paraguaio, responsabilizado exclusivamente pelo confronto.”<sup>329</sup>

Mário Maestri tece um estudo a respeito da obra de Taunay *A retirada de Laguna*. Sobre esta obra, o historiador supracitado escreve: “O relato desvela cenários em contradição com a retórica patriótico-militarista habitual nessa literatura: operação arriscada e mal planejada, decidida por oficiais sedentos de consagração; o medo, o suicídio, a indisciplina e a deserção; o abandono de combatentes pelos soldados e pelo comando; o hábito das tropas imperiais do saque, que o próprio Taunay justificou em alguns casos [...].”<sup>330</sup> Não podemos esquecer que as narrativas partem dos fatos: a invasão do Mato Grosso pelo Paraguai, que marcou o início das hostilidades, segundo a visão do governo Imperial. Segundo muitos historiadores, como já vimos, a guerra iniciaria com a invasão-intervenção do Império e da Argentina de Mitre no Uruguai, ação já declarada pelo governo do Paraguai como razão para guerra.

No entanto, as diferenças costumam se organizar em torno dos motivos que levaram os paraguaios a tomarem esta atitude e das conseqüências que dela advieram. segundo Mário Maestri, Taunay enfatiza os “brios feridos”, a honra nacional para justificar a guerra. “A obra registra igualmente a apresentação habitual nessa produção memorialista da tese da defesa

<sup>327</sup> MAESTRI, Mário. *A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]*. *La Guerra del Paraguay: historiografías, representaciones, contextos – Anual del CEL*, Buenos Aires, 3-5 de noviembre de 2008, Museo Histórico Nacional, Defensa 1600 Nuevo Mundo/Mundos Nuevos. <http://nuevomundo.revues.org/55579>. p. 2

<sup>328</sup> Id. *Ibid* p. 2

<sup>329</sup> Id. *Ibid* pp. 2-3

<sup>330</sup> Id. *Ibid* p. 3

intransigente pela oficialidade da *honra* e dos *brios* do país feridos pela ‘agressão’ paraguaia. Mesmo quando o autor critica oficiais da coluna, apresenta-os como abnegados patriotas – uma outra característica dessa primeira literatura sobre o confronto, ausente nas cartas de Benjamin Constant aos seus familiares e amigos, preches de duras críticas, sobretudo a Caxias, não há quase descrições dos soldados, jamais mencionados, a não ser no geral, como combatentes, como doentes, como desertores, etc.”<sup>331</sup>

Os militares passaram a governar o Brasil no período republicano conhecido como “República da Espada”. O Brasil foi encarado como um império da civilização contra a barbárie. Segundo Mário Maestri, essa historiografia buscou fazer uma apologia do Estado, das classes dominantes, das Forças Armadas: “A historiografia republicana consolidou a instauração da narrativa nacional-patriótica construída através da seleção-organização das apologias do Estado e das classes dominantes imperiais sobre o conflito. Essa produção despreocupou-se com as razões e os cenários e nacionais da Guerra, privilegiando a apresentação cronológica do confronto, definido como choque entre a *civilização* e *barbárie*, promovido pela agressão ao Brasil motivada por Solano López [...]”<sup>332</sup>

Maestri ainda destaca qual seria o início do conflito segundo as diferentes visões historiográficas. Para os nacional-patrióticos, seria a prisão do navio Marquez de Olinda e a invasão do Mato Grosso pelas tropas paraguaias. Por outro lado, o que teria principiado as hostilidades entre Brasil e Paraguai teria sido a intervenção brasileira na República Oriental. Conforme nos ensina Mário Maestri: “Para corroborar a visão de embate essencialmente querido pelo *ditador* paraguaio, essa historiografia consolidou comumente como ponto zero do confronto o aprisionamento do vapor mercante brasileiro Marquês de Olinda, em 12 de novembro de 1864, em águas brasileiras, sem *declaração de guerra*, e não a invasão pelo Império um mês antes, do Uruguai, apoiado pela Argentina mitrista, fato anunciado anteriormente pelo governo paraguaio com *casus belli*, pois condicionava a saída ao mar do Paraguai à vontade do Império e da Argentina, nas mãos da oligarquia bonaerense, nações com as quais possuía problemas de fronteiras, de navegação dos grandes rios e de autonomia nacional.”<sup>333</sup>

No Paraguai, o revisionismo histórico procurou recuperar a Guerra do Paraguai trazendo novas interpretações. Como sabemos, o fato pode ser único, todavia, as formas de

<sup>331</sup> MAESTRI, Mario. A Guerra Contra o Paraguai [...] *Op Cit* p. 3

<sup>332</sup> Id. Ibid pp. 4-5

<sup>333</sup> Id. Ibid p. 5

contá-lo são muitas, logicamente se afastando ou se aproximando da essência dos fenômenos relatados. A guerra que antes era vista apenas como desejada por Francisco Solano López, do ponto de vista dos apologistas dos Estados aliancistas, passa a ser vista como querida pelos governos do Brasil e da Argentina, em representação de classes e blocos de classes hegemônicas nessas nações. Mário Maestri escreve: “Em um sentido lato, o revisionismo historiográfico, como interpretação contraditória às explicações justificadoras do Império brasileiro e da Argentina mitrista, foi contemporâneo à própria guerra, expressando-se poderosamente sobretudo através de intelectuais argentinos federalistas, como Juan Bautista Alberdi [1810-1884] e José Hernández [1834-1886], que denunciaram o confronto como uma agressão do Império do Brasil e do Unitarismo liberal portenho contra os direitos provinciais argentinos e contra a autonomia uruguaia e paraguaia.”<sup>334</sup> Parte desta historiografia destaca o indiscutível heroísmo do soldado paraguaio e eleva o próprio Francisco Solano López a herói nacional, o que já é bem mais discutível, sobretudo ao individualizar os sucessos históricos.<sup>335</sup>

Mário Maestri se refere ao momento histórico que impulsionaram as produções revisionistas que mudaram o foco das narrativas a respeito da Guerra do Paraguai: “Desde os anos 1950, no contexto de fenômenos mundiais essenciais como o fortalecimento do movimento de libertação nacional na Ásia e na África; as revoluções argelina, vietnamita e cubana; o fim da hegemonia stalinista nas ciências sociais marxistas; as jornadas mundiais de 1968, etc., novas leituras revisionistas procuraram superar as narrativas patrióticas das classes dominantes nacionais sobre a Grande Guerra Sul-Americana, desvelando suas causas essenciais partir da ótica das classes subalternizadas, na construção de uma história unitária dos povos americanos.”<sup>336</sup>

Boa parte destes autores revisionistas procuram enfatizar o crescimento conhecido pelo Paraguai antes da Guerra [1865-1870], através da ampla difusão da propriedade camponesa e do arrendamento de terras públicas a baixo preço; a nacionalização do comércio exterior; a modernização do país apoiada em recursos próprios, com a construção de fundições, ferrovias e de telégrafos; o relativamente desenvolvido ensino público primário, que permitiu que boa parte da população paraguaia soubesse no mínimo ler. Esta ótica

---

<sup>334</sup> MAESTRI, Mario. A Guerra Contra o Paraguai [...] *Op Cit* p. 7

<sup>335</sup> Id. *Ibid* p. 7

<sup>336</sup> Id. *Ibid* p. 8

apresenta uma visão “simpática aos paraguaios”, à sua nação, e ao seu padrão de desenvolvimento econômico tendencialmente autônomo.<sup>337</sup>

León Pomer escreveria sobre o conflito armado entre o Império, a Argentina de Mitre e o Uruguai de Venâncio Flores, dando mais importância à política, à diplomacia do que às batalhas e aos personagens militares propriamente ditos. O que já era bastante inovador, em relação à historiografia nacional-patriótica: “Em 1968, León Pomer lançara na Argentina *La guerra del Paraguay: gran negocio!*, publicado no Brasil sob o título *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*, apenas em 1979. O livro se despreocupava dos confrontos bélicos, empreendendo ampla análise das razões políticas, diplomáticas e econômicas da Guerra, destacando as contradições entre o caráter autárquico e autônomo do Paraguai e as necessidades de penetração do imperialismo no Prata, através das ações dos governos da Argentina e do Império do Brasil. Para o historiador marxista argentino, a Inglaterra seria a ‘grande beneficiária da guerra’.”<sup>338</sup>

O que não significa que a apresentasse como a causadora da mesma, como foi comumente proposto, e avançado por outros historiadores. Destaque-se que, já nos anos 1950, a historiografia revisionista argentina, ao abordar a Guerra do Paraguai, opusera-se terminantemente à tese da Argentina mitrista e do Brasil imperial como simples marionetes da Inglaterra, como já proposto. Nesse sentido, propõe o historiador marxista Milcíades Peña, **La era de Mitre: de Caseros a la Guerra de la Triple Infamia**: “La guerra contra el Paraguay fue la continuación lógica y la última etapa de la guerra de la oligarquía mitrista contra el Litoral y las provincias interiores argentina [...]” Em forma mais explícita ainda, lembrava: “La monarquía brasileña no actuaba por cuenta de Inglaterra contra el Paraguay; actuaba por cuenta propia, impulsada por causas internas del Brasil, no por presiones externas.”<sup>339</sup>

Referindo-se ao Brasil, Mário Maestri destaca que as visões críticas e revisionistas argentinas e paraguaias foram praticamente ignoradas, sob a hegemonia aplastante das leituras nacionais-patrióticas: “Em março de 1979, com *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*, o jornalista Júlio José Chiavenato, retomando algumas das teses revisionistas, superava as apresentações factuais nacional-patrióticas dos combates com ampla discussão das razões do

---

<sup>337</sup> MAESTRI, Mario. *A Guerra Contra o Paraguai [...] Op Cit* p. 10

<sup>338</sup> Id. *Ibid* p. 10

<sup>339</sup> PEÑA, Milcíades. **La era de Mitre [...] Op Cit** pp. 47 e 61

confronto, apresentado como agressão do governo brasileiro e argentino contra a nação e o povo paraguaio, em vez de produto da vontade de líder desvairado.”<sup>340</sup>

Maestri destaca que a obra de Chiavenato sofreria duras críticas. Essas se apoiariam nas indiscutíveis insuficiências do texto e no resgate da tese do Brasil e Argentina praticamente como marionetes inglesas.<sup>341</sup> Ainda sobre aquele livro, Mário Maestri escreve: “**Genocídio americano** foi o primeiro trabalho historiográfico brasileiro a realizar crítica geral desde a ótica das populações envolvidas no confronto, desorganizando as representações hegemônicas. Por além dos lapsos e insuficiências assinalados e não assinalados [no artigo em questão], conformou o imaginário histórico brasileiro porque galvanizou a difusa memória popular do rosário de horrores que fora aquela guerra, semi-soterrada pelo discurso nacional-patriótico.”<sup>342</sup>

No seu artigo, Mário Maestri refere-se a todo um grupo de autores que escreve sobre a Guerra do Paraguai, em reação à ruptura da hegemonia das interpretações patrióticas sobre o conflito, realizada por Chiavenato, que define como restauracionistas, com destaque para a obra de Francisco Doratioto, **Maldita Guerra**: “Quanto à guerra contra o Paraguai, movimento historiográfico *restauracionista* apoiado pelas forças sociais triunfantes e impulsionado pela grande mídia, desqualificou igualmente [em bloco] o revisionismo anterior como um mero produto de ideologia ‘autoritária’, ‘populista’, ‘socialista’, etc. [...].Definimos esse processo de restauracionista pois, mesmo quando apoiado em recursos metodológicos refinados e ampla informação factual, limitou-se essencialmente à modernização, atualização e refinamento das narrativas inspiradas nas visões de mundo das classes dominantes das épocas dos sucessos, ancestrais sociológicas dos segmentos hoje dominantes, devido à dependência ideológica e epistemológica a esses últimos.”<sup>343</sup>

Ricardo Salles é um dos autores citados nessa corrente historiográfica. Mário Maestri nos ensina que: “Salles impugna a definição do Paraguai como ‘nação independente do imperialismo’ e igualitária, ressaltando apenas sua diversidade em relação aos ‘vizinhos, em especial do Brasil escravista’. Assinala a incapacidade da elite crioula paraguaia de se impor quando da Independência e o dinamismo da ‘comunidade guarani’, que propõe em dissolução tendencial durante os governos dos presidentes perpétuos. No geral, apenas aponta – no

<sup>340</sup> MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai [...] *Op Cit* p. 11

<sup>341</sup> Id. *Ibid* p. 12

<sup>342</sup> Id. *Ibid* p. 13

<sup>343</sup> Id. *Ibid* pp. 13-14

mesmo momento que elide – o necessário estudo da sociedade paraguaia para a compreensão dos sucessos em discussão.”<sup>344</sup>

Ricardo Salles contribuiria para com a historiografia da Guerra do Paraguai ao enfatizar a ordem escravista dominante no Brasil como um diferenciador em relação aos demais países nela envolvidos. Ressalta em seu trabalho a fragilidade estrutural do Império, especialmente de suas Forças Armadas. Segundo Maestri, Salles retomaria porém algumas visões da historiografia nacional-patriótica, defendendo que um “exército profissional” deveria surgir a partir do recrutamento da Guarda Nacional, dos corpos de polícia provinciais, além da convocação dos Voluntários da Pátria, levando o governo imperial a empreender um esforço de recrutamento nacional. Salles se opõe também à idéia de recrutamento maciço de trabalhadores escravizados, apoiado em razão lógica, pois segundo ele, isto abalaria a “essência do poder escravista”.<sup>345</sup>

Também faremos mais adiante uma abordagem mais aprofundada sobre o livro de Ricardo Salles **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**. Mário Maestri ainda escreve a respeito do autor Francisco Doratioto, de cujo autor analisa as obras suas três obras sobre a guerra contra o Paraguai, apontando a evolução interpretativa nas mesmas. Segundo Maestri: “Na ‘Introdução’ de **A guerra do Paraguai: 2ª Visão**, Doratioto prometeu superar as limitações da ‘historiografia tradicional’ – que ‘personalizara’ a história, ao ‘apontar as ambições do ditador Solano López como causadoras da guerra’ – e da ‘teoria imperialista’, então ‘dominante’, que responsabilizara a Inglaterra pelo confronto. Para o autor, o conflito seria essencialmente produto da ‘formação e definição do caráter dos Estados nacionais, em que setores da classe dominante seriam hegemônicos na organização estatal e, portanto, mais beneficiados por ela, na região do Rio da Prata’.”<sup>346</sup> Mário Maestri desta que, neste trabalho, de 1991, Doratioto trabalhava com o conceito de governos hegemônicos por classes dominantes, responsáveis por políticas nacionais, que abandonaria na sua *opera magna*.

Mário Maestri escreve que Doratioto, neste trabalho, realmente conseguiu superar o maniqueísmo das representações nacional-patrióticas, uma vez que em **Guerra do Paraguai: 2ª Visão** não são encontradas as tradicionais “demonizações” de Francisco Solano López. Entretanto, retoma a crítica às teses do imperialismo britânico, defendida por Chiavenato, e

<sup>344</sup> MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai [...] *Op Cit* p. 14

<sup>345</sup> Id. *Ibid* pp. 14-15

<sup>346</sup> Id. *Ibid* p. 17

renegada por historiadores revisionistas, como determinante para o confronto. Citando Doratioto, Maestri escreve, junto com outros historiadores revisionistas, que ao enfatizarmos a influencia inglesa na Guerra do Paraguai, estamos retirando a capacidade dos povos periféricos de determinarem sua história.<sup>347</sup>

Em seu livro **O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil** – que será estudado mais adiante, Doratioto analisa de modo mais aprofundado o conflito propriamente dito. Segundo Mário Maestri, o citado historiador, no “segundo capítulo, empreende apresentação das disputas do Prata anteriores ao confronto, sem destacar o amplo papel desempenhado pela oligarquia portenha no conflito do primeiro ensaio, no contexto de uma já permanente absolvição-relativização das responsabilidades do Estado imperial, em geral através da ignorância de questões fundamentais, como a disposição do Brasil em entrar em guerra com o Paraguai, muito anterior ao conflito, e a garantia da independência uruguaia por aquele país, como condição para sua autonomia nacional.”<sup>348</sup> Maestri ressalta que Doratioto recua das posições desenvolvidas no primeiro ensaio e não enfatiza, nesse segundo, a descomunal diferença entre as Forças Armadas imperiais e as do país guarani.

O livro **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai** é analisado por Mário Maestri como o ponto mais alto da historiografia nacional-restauracionista: “**Maldita guerra: Nova história da Guerra do Paraguai**, de Francisco Doratioto, na sua parcialidade, constitui sobretudo uma narrativa dos sucessos no Prata de 1864-1870 desde os pontos de vista do Estado nacional brasileiro, ou seja, dos interesses gerais de suas classes dominantes, com um respeito apenas diplomático para o antagonista do Império. Todos os atos e as razões do Império são justificados ou apresentados sob a melhor luz, usando-se para tal fortemente os recursos da narrativa.”<sup>349</sup> Destaque-se, como apenas proposto, que, no seu primeiro ensaio sobre a guerra do Paraguai, Doratioto trabalhara com o conceito do Estado expressando os interesses das classes hegemônicas nacionais.

Uma interpretação que muito próxima à de Gilberto Luiz Alves e Carla Villamina Centeno, em “A produção de manuais didáticos de história do Brasil: remontando ao século XIX e início do século XX”, em artigo de publicação posterior ao de Mário Maestri. Aqueles autores destacam as duas tendências da historiografia sobre a guerra do Paraguai – a “primeira, hegemônica pela interpretação dos historiadores militares”, dominante até a

<sup>347</sup> MAESTRI, Mario. A Guerra Contra o Paraguai [...] *Op Cit* pp. 19-20

<sup>348</sup> Id. *Ibid* p. 20

<sup>349</sup> Id. *Ibid* p. 31

década de 1960, e a “segunda”, “envolvendo estudiosos argentinos, uruguaios e brasileiros”, que teve a “virtude de mostrar o lado universal de um conflito até então visto como de âmbito local, ao destacar as determinações econômicas gerais atadas à dinâmica da sociedade capitalista no século XIX e à mediação política exercida pela Inglaterra [...]”. Não crêem porém ter havido, até agora, uma “terceira”.

Não apenas mas sobretudo sobre a obra de Doratioto, **Maldita Guerra**, de 2002, aqueles dois autores escrevem. “Alguns [autores] consideram ter sido inaugurada uma terceira tendência, configurada em estudos nascentes na passagem da década de 1980 para a de 1990, que pretendem construir uma ‘nova história da guerra’; dentre eles ganhou realce o de Francisco Doratioto (2002).” Porém, assinalam: “A pretexto de corrigir os desacertos explicativos da tendência anterior [revisionismo], decorrente do nacionalismo e da teoria da dependência, o que é certo, parece que essa tendência, justificando-se na necessidade de renovar estudos historiográficos, acabou por recolocar em primeiro plano as velhas querelas locais para explicar o conflito, circunscrevendo suas análises sobretudo à instância política. Nesse aspecto, aproxima-se da versão produzida pela história militar, a despeito de seu discurso mais acadêmico.”<sup>350</sup> Portanto, destaque-se a profunda concorrência entre essa interpretação sintética e a apresentada, anteriormente, por Mário Maestri, em forma mais desenvolvida, sobre uma historiografia que este último autor denominada de “restauracionista”, em relação sempre às leituras “produzidas pela história militar”. Registre-se que os autores deste ensaio não citam o trabalho de Mário Maestri.

Como veremos no decorrer do texto, Francisco Doratioto ressalta o fato de não haver “mocinhos” e “bandidos” na história. Maestri impugna essa visão, que identificaria a ação de todos os governos nacionais, representantes de classes hegemônicas, no geral, e a ação do Império de dom Pedro e da Argentina de Mitre na Guerra do Paraguai, nesse caso particular. “No tribunal da história, onde se julga a partir dos direitos dos povos, há, sim, o certo e o errado, o justo e o injusto. Nos anos 1860, o Paraguai tinha todo o direito de ter garantido o livre acesso ao mar, de ter resolvidas as questões de fronteira por arbitragem e de ter respeitado o seu governo, enquanto o Uruguai possuía, igualmente, o direito de ter sua autonomia nacional intocada pelos poderosos vizinhos e que os criadores rio-grandense respeitassem as leis do país. Ao desobedecerem esses direitos nacionais, o Estado imperial e

---

<sup>350</sup> ALVES, Gilberto Luiz & CENTENO, Carla Villamina. “A produção de manuais didáticos de história do Brasil: remontando ao século XIX e início do século XX”. Revista Brasileira de Educação. V. 14, n.42, sext./dez. 2009.

argentino se comportaram, naquela ocasião, como Estados *bandidos*, segundo a categoria usada [por Doratioto].”<sup>351</sup>

Mário Maestri também estuda o livro **Ensaio sobre a ditadura do Paraguai**, de Raúl de Andrada e Silva, que será melhor estudado neste texto adiante. “Já em 1979, no citado *Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai*, Raul de Andrada e Silva dissertava longamente sobre a singularidade do exército paraguaio, ‘um dos setores públicos que mereceu preferencialmente os cuidados do governo’ do Paraguai independente, com os ‘soldos’ ‘superiores aos de qualquer categoria burocrática’. Tropas formadas através do ‘recrutamento’ seletivo dos ‘jovens mais fortes e bem apessoados de cada localidade’, através de um país essencialmente camponês. Jovens que, ingressando nas tropas como soldados, podiam ascender aos ‘postos da hierarquia, cujo maior grau era o de Capitão’.”<sup>352</sup>

#### **A historiografia restauracionista: a revisão da revisão**

Como nosso objetivo neste trecho é contrapor as divergências historiográficas, nos utilizaremos também dos autores Francisco Doratioto e Ricardo Salles que tecem comentários a respeito das produções sobre a Guerra do Paraguai. Em **Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai**, de 2002, Francisco Doratioto propõe-se definir duas formas de narrar a história, se diferenciando de ambas: a tradicional e a revisionista, tese impugnada, como vimos, por Mário Maestri, em forma ampla, e Gilberto Alves e Carla Centeno, em forma sintética, que propõem que retoma as grandes visões da historiografia “nacional patriótica” ou da “história militar”, “a despeito de seu discurso mais acadêmico”. Precisamente devido ao caráter sintético da avaliação desses dois últimos autores, não nos referiremos mais aos autores desse trabalho, compreendendo-o porém como parte dessa vertente analítica.

Francisco Doratioto em seu livro **Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai**, de 2002 procura definir duas formas de narrar a história, se diferenciando de ambas: a tradicional e a revisionista, como podemos ler no trecho que segue: “Ficou claro que, desde o final da guerra, em 1870, a historiografia tradicional brasileira reduziu a importância do aliado argentino para a vitória sobre Solano López e minimizou, quando não esqueceu, importantes críticas à atuação de chefes militares brasileiros no conflito. Em compensação, ficou evidente que Francisco Solano López era um ditador quase caricato de um país agrícola atrasado, autor de erros militares que custaram a vida de milhares de seus valentes soldados,

<sup>351</sup> MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai [...] *Op Cit* pp. 32-33

<sup>352</sup> Id. *Ibid* p. 22

mas que foram motivo de suspeito silêncio de seus admiradores futuros, os revisionistas históricos. Nas últimas décadas do século XX, a história da guerra foi ‘retrabalhada’ pelo revisionismo populista, ao se criticar o mito de Solano López grande chefe militar e, absurdamente, líder antiimperialista. Ao mesmo tempo, desqualificava-se a atuação dos Exércitos aliados, a resistência e o sacrifício demonstrados por seus homens, lutando durante anos longe de seus países. Na verdade, atos de desprendimento pessoal, de bravura, de covardia ou de crueldade ocorrem em ambos os lados da guerra.”<sup>353</sup>

Não podemos nos esquecer, depois de ler este trecho, que: 1) as *insuficiências* da historiografia dita “tradicional” foram muito mais amplas do que as assinaladas. Como vimos, ela não abordou as razões profundas do conflito; não analisou as nações em luta; *diabolizou* os chefes e combatentes paraguaios e *santificou* os *aliancistas*; restringiu-se a descrição hagiográfica dos combates militares, etc.; 2) se Solano López era caricato, dom Pedro II também era retratado desta maneira pelos republicanos e pelos abolicionistas e foi apresentado, não sem razão, como o responsável pela continuação da guerra até a exaustão do Paraguai, da qual resultou dezenas de milhares de mortes de brasileiros; 3) Como também visto, em *sentido amplo*, a historiografia revisionista (em relação à *Aliancista*) é contemporânea ao conflito (Juan Bautista Alberdi [1810-1884], José Hernández [1834-1886], etc.) e, em sentido estrito, nasce em inícios e não em fins do século 20 [Paraguai: Cecílio Baez (1862-1941); Manuel Domínguez (1868-1935); Blas Garay (1873-1899); Juan E. O’Leary (1879-1969)].<sup>354</sup> 4) Além disso, até mesmo historiadores revisionistas paraguaios destacaram os limitados dotes militares de Lopez e generais brasileiros foram responsáveis por erros que retardaram prolongando a guerra e causando a morte de milhares de pessoas de ambos os lados. Não cremos que a história deva ser construída a partir desses qualificativos subjetivos pessoais.

Em **Maldita Guerra**, Doratioto tece duras críticas tanto aos historiadores tradicionais como revisionistas nos seguintes termos: “Na verdade, tanto a historiografia conservadora como o revisionismo simplificaram as causas e o desenrolar da Guerra do Paraguai, ao ignorar documentos e anestesiar o senso crítico. Ambos substituíram a metodologia do trabalho histórico pelo emocionalismo fácil e pela denúncia indignada. [...] o revisionismo, em sua

<sup>353</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**[...] p. 18

<sup>354</sup> Cf. MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]. La Guerra del Paraguay: historiografías, representaciones, contextos – Anual del CEL, Buenos Aires, 3-5 de noviembre de 2008, Museo Histórico Nacional, Defensa 1600 Nuevo Mundo/Mundos Nuevos. <http://nuevomundo.revues.Org/55579>.

vertente antiimperialista, que tem a explicá-lo o momento histórico em que foi gerado e se desenvolveu, nas décadas de 1960 a 1980, quando as sociedades desta parte da América do Sul viviam sob ditaduras militares, que, apesar de castradoras das liberdades civis, reivindicavam para si a defesa do pensamento liberal. Uma das formas de combater essas ditaduras era desmoralizar seus referenciais históricos, seus ídolos – na Argentina, Mitre; no Brasil, o duque de Caxias -, e seus alicerces ideológicos. Daí o espírito acrítico com que o mundo acadêmico aceitou e reproduziu, naquele momento, publicações ‘revisionistas’ sobre a Guerra do Paraguai, mistificadoras de Solano López, e que responsabilizavam o imperialismo britânico pelo conflito. Contudo, continuar a defender, hoje, essa interpretação pode ser resultado da ignorância histórica ou, então, da natural dificuldade de se reconhecer errado.”<sup>355</sup>

Como apenas assinalado, é erro datar a gênese da historiografia revisionista sobre a guerra do Paraguai nos anos 1960 e 1980, cronologia apenas pertinente para o Brasil. Como também apenas proposto, essa revisão inicia-se no Paraguai em fins do século 19 e sobretudo começos do século 20. Na Argentina, ela é, como também proposto, contemporânea à guerra e tem importante salto de qualidade na década de 1950 – José Maria Rosa, Milcíades Peña, etc. – momento anterior às ditaduras militares. É igualmente impertinente, como também já assinalado, identificar as interpretações revisionistas com a tese de guerra britânica, esposada por alguns historiadores daquela vertente.

No livro **Conflito com o Paraguai**, de 1996, Doratioto não só faz essas críticas como também dá a entender que seu trabalho é superior tanto à historiografia tradicional como ao revisionismo. “A historiografia tradicional privilegia, como explicação para a abordagem da guerra do Paraguai, a ambição desmedida do chefe de Estado paraguaio, Francisco Solano López, em uma personalização do processo histórico. [...] Pela análise revisionista, a guerra foi causada pelo imperialismo britânico, interessado em destruir a suposta tentativa de desenvolvimento autônomo paraguaio. Por esta perspectiva, o Império brasileiro e a Argentina foram instrumentos dessa ação imperialista, e Solano López é apresentado como uma espécie de paladino antiimperialista, vítima de uma conspiração internacional. Este livro discorda dessas interpretações e localiza as origens da guerra do Paraguai no processo histórico da formação dos Estados nacionais da região [...]”<sup>356</sup>

Ricardo Salles, em **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**, faz a seguinte crítica aos historiadores tradicionais e apologéticos que trabalham a

<sup>355</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra [...] Op. Cit** p. 20

<sup>356</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Conflito [...] Op. Cit** p. 10

Guerra do Paraguai: “A versão tradicional enfatiza o ataque paraguaio ao Brasil e dá pouca importância ou cobertura à intervenção militar brasileira no Uruguai. Quando não apresentada como uma questão independente, esta é mostrada como um último recurso do governo imperial ao não ter atendidos seus pedidos de reparação às agressões sofridas por brasileiros no Uruguai.”<sup>357</sup> E segundo nosso entendimento, como já estava avisado que se atacasse o Uruguai, sofreria represálias de Solano López, pensamos que a intervenção ao Estado Oriental não pode ser apresentada como uma ação independente. Também entendemos que essa não se deu somente em virtude das ofensas sofridas pelos súditos do Império em território oriental, mas também para manter a relação de dependência desse país para com o Império, bem como os privilégios dos grandes criadores rio-grandenses que lá habitavam, como veremos oportunamente.<sup>358</sup>

Segundo Francisco Doratioto, depois da Guerra do Paraguai, o país guarani estava fortemente destruído tanto em termos materiais como humanos, mas também quanto ao aspecto moral. Em **Maldita Guerra**, propõe: “Após a morte de Solano López, na batalha de Cerro Corá, em março de 1870, e até fins do século XIX, não se questionava o ter sido ele um ditador que, lançou seu país em guerra imprudente contra vizinhos mais poderosos.”<sup>359</sup> Doratioto absolutiza indevidamente esse estado de espírito e não assinala que logo depois da guerra, ainda sob ocupação brasileira, um novo governo colaboracionista assumiria o controle do Paraguai [*Legionários*], impondo literalmente aquela versão. Versão que jamais se constituiu como única e exclusiva, pois questionada, mesmo não explicitamente, por soldados e oficiais veteranos, segmentos populares prejudicados pela nova ordem, etc. Segmentos nos quais se apoiaria, a seguir, o revisionismo paraguaio, em todas as suas vertentes.

Na obra citada, lemos: “Em primeiro, de agosto de 1869, do governo provisório paraguaio [sic], declarou Francisco Solano López traidor da pátria e fora-da-lei, de 19 de março de 1870, embargou seus bens e os de seus familiares, inclusive da ‘concubina’ Elisa Lynch, por serem de origem ‘bastarda e ilegítima’, resultantes do enriquecimento à custa de propriedades públicas. Um terceiro decreto, de maio de 1870, transferiu os bens de Solano López para o Estado e aqueles que constavam como sendo de Elisa Lynch, anteriores a ‘doações’ ou ‘compras’ no período final da guerra, foram embargados e ela devia ser

<sup>357</sup> SALES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão** [...] *Op Cit* p. 17

<sup>358</sup> Essa relação existente entre os criadores rio-grandenses e os uruguaios podem ser bem analisadas em obras como: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; ROSA, José María. **La guerra del Paraguay: y las montoneras argentinas**. -1ª Ed.- Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2008.

<sup>359</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra** [...] *Op. Cit* p. 79

submetida a julgamento para esclarecer seu enriquecimento. [...] Bloquearam-se dessa maneira, estratégias jurídicas que seus herdeiros pudessem utilizar para reclamar essas propriedades.”<sup>360</sup>

Não podemos nos esquecer, no entanto, que nessa época, o Paraguai estava, como mencionado, sob ocupação brasileira. Sob esse aspecto, o historiador argentino José María Rosa em seu livro **La guerra del Paraguay: y las montoneras argentinas** escreve que: “Bajo la vigilancia brasileña, se establece formalmente en Asunción un gobierno democrático de tres paraguayos libres: Cirilo Rivarola, Carlos Lóizaga y José Días de Bedoya, inmediatamente reconocidos como *gobierno legal* por los vencedores. [...] El mariscal quedaba fuera de la ley. Por lo tanto, se autorizaba a brasileños a cazarlo a través de las cordilleras y las selvas. Caxias no quiso, o no pudo cumplir la sentencia; lo reemplazará el yerno del imperador, Gastón María de Orleans, conde d’Eu.”<sup>361</sup> Os “paraguaios livres” eram os que haviam colaborado com as tropas aliancistas, muitos deles na Legião Paraguaia.

As condições para o surgimento de uma nova corrente historiográfica passam a ser identificadas na situação em que se encontrava o país após o conflito: economicamente arruinado, destruído e com o moral baixíssimo. Segundo as palavras do historiador Francisco Doratioto em seu livro **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**, a situação no país guarani era a seguinte: “No final do século XIX, o Paraguai era um país paupérrimo do ponto de vista econômico, praticamente sem auto-estima do passado e carente de heróis paradigmáticos. O Paraguai era apresentado como país de déspotas e derrotado em uma guerra da qual fora o agressor. Ao mesmo tempo, despontava uma geração de estudantes universitários e secundaristas – poucos e concentrados em Assunção -, desejosos de construir uma sociedade melhor, mas sem encontrar um pensamento que, recuperasse a auto-estima nacional que rompesse o sentimento de inferioridade em relação às outras nações, e apontasse para a superação da realidade miserável. Esses jovens necessitavam de heróis que encarnassem os valores, supostos ou verdadeiros, da nacionalidade paraguaia. A educação liberal oferecia-lhes quase unicamente a denúncia do passado e dos ‘anti-heróis’, os três ditadores que governaram o país até 1870.”<sup>362</sup> A uma descrição que seria importante agregar que a miséria enorme devia-se a destruição e saque posterior do Paraguai sobretudo pelo

---

<sup>360</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra [...] Op. Cit** p. 83

<sup>361</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay [...] Op Cit** pp. 268-269

<sup>362</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra [...] Op Cit** p.80

Império e Argentina. Destaque-se a proposta simplista do autor de uma *necessidade* de “heróis” pátrios.

Doratioto, na obra citada, segue destacando que: “Essas circunstâncias viabilizaram o nascimento, no Paraguai, do revisionismo histórico da figura de Solano López, também conhecido como *lopizmo*. Esse movimento buscou transformar a imagem de Solano López de ditador, responsável pelo desencadear de uma guerra desastrosa para seu país, em herói, vítima da agressão da Tríplice Aliança e sinônimo de coragem e patriotismo. O intelectual responsável pelo nascimento do revisionismo foi Juan Emiliano O’Leary que, por ‘recuperar’ a memória do falecido ditador, passou a ser conhecido por *El Reivindicador*.”<sup>363</sup>

As pessoas responsáveis pelo fortalecimento do mito em torno de Francisco Solano López no Paraguai teriam sido as seguintes, segundo Doratioto: “O revisionismo lopizta adquiriu força nas décadas seguintes. Em 1936, o coronel Rafael Franco, que ascendeu ao poder derrubando o presidente eleito Eusebio Ayala, editou decreto que tornava Solano López herói nacional. Sob as três décadas da ditadura de Alfredo Stroessner (1954-89), o *lopizmo* tornou-se onipresente, apoiado pelo Estado, e intelectuais que ousaram questionar a glorificação de Solano López foram perseguidos e, mesmo, exilados. Afinal, Stroessner apresentava-se como continuador da obra do general Bernardino Caballero, fundador do Partido *Colorado* em 1887 e, nos anos da guerra, expoente do Exército paraguaio e homem de confiança de Solano López. O revisionismo paraguaio construiu, de Caballero, uma imagem militarista e de protegido e herdeiro político de Solano López.”<sup>364</sup>

Os historiadores italianos Manilio Cancogni e Ivan Boris em seu livro **Solano López o Napoleão do Prata**, de 1970, escreve a respeito do resgate feito em torno do personagem Francisco Solano López da seguinte maneira: “Em toda a América do Sul, *El Mariscal* vem ganhando nova fama. Se o *Lopizmo* não ainda uma doutrina, começa a ser moda, particularmente entre a burguesia intelectual, que no século passado emitiu os mais duros juízos sobre o tirano de Assunção. [...] hoje, além da tenacidade e da força de vontade (virtudes que sempre lhe foram reconhecidas até pelos seus adversários), se lhe atribuem capacidade de organização, fantasia política [sic] e patriotismo. Os conservadores e certos grupos que se ocultam sob a vaga roupagem de *Izquierda Nacional* o consideram um

---

<sup>363</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra [...] Op Cit** p. 80

<sup>364</sup> Id. Ibid p. 86

precursor. Omitem-se as suas atrocidades, os erros fatais, a megalomania; recorda-se apenas o lutador pela independência nacional.”<sup>365</sup>

O historiador paraguaio Juan E. O’Leary escreve em seu livro **El mariscal López**, de 1921 as definições dadas a esse estadista: “Hoy padre de la patria; mañana puesto fuera de la ley; hoy Leopoldo americano, salvador de los argentinos; mañana tirano monstruoso; hoy ejemplo de cordura y patriotismo para los hombres de América; mañana afrenta de la civilización del Nuevo Mundo; para éste, superior a Bolívar y San Martín; para aquél, autócrata sin entrañas de un pueblo embrutecido; para unos, héroe de la patria y mártir de la República; para otros, tirano abominable; para unos, genio de la guerra; para otros, mediocridad infatuada; para éste, ‘acero y oro’; para aquél, miseria humana; émulo de Leónidas y monstruo de San Fernando; grande y pequeño, honrado y ambicioso, cruel y magnánimo, víctima y victimario...”<sup>366</sup>

Ainda em **Maldita Guerra**, Doratioto escreve que na América do Sul, teria havido condições que possibilitariam o surgimento de um sentimento em prol de Solano López, como podemos ler no trecho que segue: “Os pressupostos e conclusões desse revisionismo sofreram forte influência do contexto histórico em que foram escritos. As décadas de 1960 e 1970 caracterizaram-se, na América do Sul, por governos militares. Uma forma de se lutar contra o autoritarismo era minando suas bases ideológicas. Daí, em grande parte, a acolhida acrítica e o sucesso em meios intelectuais do revisionismo sobre a Guerra do Paraguai: por atacar o pensamento liberal, por denunciar a ação imperialista, e por criticar o desempenho dos chefes militares aliados, quando um deles, Bartolomé Mitre, foi expoente do liberalismo argentino, e, no Brasil, Caxias e Tamandaré tornaram-se, respectivamente, patronos do Exército e da Marinha. Nota-se, ainda, nas entrelinhas de trabalhos revisionistas, a construção de certo paralelismo entre a Cuba socialista, isolada no continente americano e hostilizada pelos Estados Unidos, e a apresentação de um Paraguai de ditaduras ‘progressistas’ e vítima da então potência mais poderosa do planeta, a Grã Bretanha.”<sup>367</sup>

Destaque-se na interpretação de Doratioto o já assinalado erro de cronologia. As interpretações revisionistas da historiografia nacional-patriótica do Brasil e da Argentina [implantadas também no Paraguai após a ocupação do país] não se organizam nas décadas de 1960. Em sentido lato, são contemporâneas à guerra e, em sentido estrito, sobretudo de inícios

<sup>365</sup> CANCOGNI, Manilio; BORIS, Ivan. **Solano López [...]** *Op Cit* p. 1

<sup>366</sup> O’LEARY, Juan E. **El Mariscal [...]** *Op Cit* pp. 9-10

<sup>367</sup> CANCOGNI, Manlio; BORIS, Ivan. **Solano López [...]** *Op Cit* p. 87

do século 20, no Paraguai. Na própria Argentina, após a crítica sobretudo de J. B. Alberdi, a historiografia revisionista desenvolveu-se fortemente na década de 1950, antes do ciclo militar dos anos 1960 e 1970. Doratioto estende a todo o movimento revisionista fenômenos próprios ao brasileiro, surgido em forma muito tardia, a partir de meados dos anos 1970, com as traduções da obra de Manilio Cancogni e Ivan Boris, **Solano López: o Napoleão do Prata; de Veias abertas da América Latina**; de Leon Pomer e, sobretudo, com a edição a célebre reportagem jornalística de Júlio José Chiavenato, *Genocídio Americano: a guerra do Paraguai*, de 1979.

Como também assinalado, aquele movimento não se reduz ao *lopizmo* de J. E. O’Leary, nem este último deveu-se essencialmente ao seu aproveitamento pelo Partido Colorado, inicialmente, e pela ditadura paraguaia de mesma cor, a seguir. Aproveitamento certamente indiscutível. O revisionismo paraguaio e as orientações que tomou constituem movimento de raízes mais complexas, que exige explicações menos simplistas e redutoras. O revisionismo paraguaio articulou-se substancialmente a partir da necessidade objetiva e subjetiva, consciente, semi-consciente e inconsciente, de reinterpretar a enorme agressão nacional sofrida pelo país, durante e talvez sobretudo após a guerra, no contexto da impressionante e inesperada resistência nacional e popular em defesa do país e, certamente, da situação que a população conhecia nele. Fenômenos que ensejou explicações que apontavam para um herói prometeico, para a raça paraguaia, etc., ao sabor das influências das forças sociais capazes de determinar o movimento de construções das representações do passado. Destaque-se que nessa discussão jamais surgiu interpretação assentando a resistência paraguaia essencialmente na decisão e interesses de sua população.

Destaque-se que, segundo Mário Maestri, em toda sua *obra magna*, **Maldita Guerra**, de 2002, Doratioto não aponta para a necessária e imprescindível crítica da diabolização ou santificação dos personagens históricos. Na qual cairia, no relativo a López, diabolizado, e dos patronos militares brasileiros, santificados! “Como na literatura nacional-patriótica, Francisco Solano López é apostrofado [por Doratioto] como ‘ditador quase caricato’, ‘ambicioso’, ‘tirânico’, ‘quase desequilibrado’. Desqualificação pessoal extensiva igualmente a Elisa Lynch, descrita e tratada como ‘cortesã de luxo’, ao igual do praticado pelos ideólogos do Império e da Argentina liberal mitrista. E, nesse estrada, o autor, sem peias, identifica Francisco Solano López, em singular modernização, a Hitler, ingênua personificação moderna da violência da sociedade de classes na história.”

### **O que foi a Guerra do Paraguai?**

Conforme já pudemos analisar, se a Guerra do Paraguai foi desencadeada por interesses, tentaremos analisar agora que interesses poderiam ser esses e quem eram os interessados. Então, levantaremos algumas polêmicas como: qual foi o real início do confronto? Quem queria essa guerra? Quais os resultados dela para os envolvidos? Essas perguntas nós pretendemos responder, nem que seja de maneira sucinta.

Antes de iniciarmos nossos estudos, é interessante ressaltar que a rivalidade entre governos português e espanhol (representantes das classes dominantes desses países), existia desde os períodos coloniais, causando inúmeras disputas no que tange às fronteiras. Essa questão teria sido uma das causas que teria levado o Império a declarar guerra ao Paraguai, sendo que a fronteira entre esses dois países, além da navegação deram origem a disputas entre os dois governos. Segundo Jorge Caldeira, no livro **Mauá: empresário do Império**, de 1995: “Como os dois povos não conseguiam ocupar o mesmo lugar no espaço, as diferenças se resolviam a bala. A divisa ficava no lugar determinado pelo último combate, até que uma nova investida ou um novo tratado de paz negociado na Europa modificasse a situação. Nos 150 anos anteriores à guerra de 1801, os limites do Sul do Brasil se moveram como um fole. Em várias ocasiões, os portugueses tiveram, entre 1680 e 1777, um enclave fincado no limite que queriam: a Colônia do Sacramento, instalada à margem do Prata bem em frente a Buenos Aires. Empurrando-os para longe, os espanhóis chegaram a tomar a ilha de Santa Catarina, em 1777, ficando bem perto de realizar seu intento. Mas nenhum dos dois lados conseguia consolidar as vitórias, e a fronteira alterava-se após cada investida bem-sucedida do adversário, até ser de novo empurrada para mais adiante.”<sup>368</sup>

Basicamente podemos dizer que a Guerra do Paraguai foi um confronto envolvendo exércitos do Brasil, da Argentina, do Uruguai e o do Paraguai e, de certo modo, foi, ao mesmo tempo, parte da guerra civil uruguaia e argentina. Entretanto, devemos ter em mente que não foram as nações que se enfrentaram, mas sim exércitos nacionais em obediência aos governos que não eram porta-vozes diretos de suas populações e, em alguns casos, sequer da totalidade de suas classes dominantes. No Brasil tínhamos um Império onde uma enorme parte da população sobretudo trabalhadora vivia escravizada e o voto era censitário – no Uruguai e na Argentina, havia uma forte divisão social no quanto ao apoio dos imperiais e ao Paraguai. Também podemos concluir que foi o maior confronto envolvendo os países latino-americanos

---

<sup>368</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário** [...] *Op Cit* p. 37

apenas pelo tempo de duração [1865-1870]. É claro que com esses marcos temporais, estamos partindo do princípio que a Guerra do Paraguai principiou com a assinatura do Tratado da Tríplice Aliança.

Seguindo o raciocínio de Francisco Doratioto, foi paradoxal para o Império, pois marcou seu apogeu e ao mesmo tempo, foi um dos fatores que teria precipitado sua queda. “Esse conflito marcou o apogeu e, paradoxalmente, está entre os fatores que levaram ao fim do Estado monárquico brasileiro. Com ele o Império demonstrou sua capacidade de travar uma guerra com características inéditas que o obrigaram a mobilizar recursos humanos e materiais em larga escala.”<sup>369</sup> Porém, trata-se de proposta discutível. Temos um quarto de século entre o começa da guerra e o fim da monarquia e esta última parece dever-se sobretudo ao fim da escravidão, não havendo liame clara entre os dois eventos. O enorme período e gastos para se sobrepor a uma pequena nação tornam igualmente discutível a proposta de que o Império “demonstrou capacidade” de gerenciamento de uma guerra em larga escala.

Em seu livro **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai, Doratioto define a Guerra do Paraguai nos seguintes termos: “Foi o conflito externo de maior repercussão para os países envolvidos, quer quanto à mobilização e perda de homens, quer quanto aos aspectos políticos e financeiros. [...] A Guerra do Paraguai repercutiu na consolidação dos Estados nacionais argentino e uruguaio; foi o momento de apogeu da força militar e da capacidade diplomática do Império, mas, de forma paradoxal, contribuiu para o acirramento de contradições do Estado monárquico, enfraquecendo-o. O Paraguai, por sua vez, tornou-se a periferia da periferia, na medida em que sua economia se tornou satélite da economia da Argentina após o término do conflito.”<sup>370</sup>

O jornalista Júlio José Chiavenato em seu livro **O negro no Brasil. Da senzala à Guerra do Paraguai**, escrito em 1980, define a Guerra do Paraguai nos seguintes termos: “A Guerra do Paraguai foi uma guerra de extermínio contra o único povo livre da América do Sul. O Paraguai era uma republica autônoma desde 1811, que não tinha dívida externa, que não tomava empréstimos e não precisava importar nada para o seu consumo. Quebrava assim o modelo de exploração imposto pelo imperialismo inglês. Com uma situação geográfica incomoda, espremido entre o Brasil, a Bolívia e a Argentina – tendo como único aliado em 1864 o Uruguai, um país fraco cujas fronteiras eram freqüentemente invadidas pelas tropas regulares do Rio Grande do Sul, para roubo de gado a pretexto de defender os proprietários

<sup>369</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: empresário [...] *Op Cit* p. 7

<sup>370</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra** [...] *Op Cit* pp. 17-18

brasileiros ali estabelecidos. Vítima da cobiça do Império e da Argentina, ameaçado durante toda a sua história pelos grandes países do continente, pela estruturação da sua economia e recolhimento político, que se aliaram a uma equilibrada divisão entre trabalho e renda – uma solução quase socialista [sic] e perfeita para as condições e a própria época -, mas despreparado diplomaticamente para enfrentar os representantes do imperialismo inglês, o Paraguai teria que sofrer na agudização do processo espoliativo contra a América do Sul a violência das submetrópoles britânicas.”<sup>371</sup>

Não devemos julgar o que os diferentes autores escreveram como totalmente correto ou errado. É fato que o confronto envolveu nações em processo de formação, com disputas entre facções rivais em seu plano interno e ainda buscando uma hegemonia no plano platino. Não podemos dizer no entanto que não havia o menor interesse dos ingleses na guerra, já que sempre se mobilizou contra o Paraguai, como estudaremos oportunamente. Ainda que indiscutivelmente as razões do conflito foram essencialmente regionais, determinadas pelos projetos de hegemonia do Império e da Argentina. Já nos referimos igualmente à caracterização da ordem nacional paraguaia como “socialista” ou “quase socialista”.

### **Quando iniciou a Guerra do Paraguai?**

O segundo ponto que analisaremos é qual o início da Guerra do Paraguai propriamente dito. Há divergências quanto ao fato que deu início ao conflito. Também quanto à declaração de guerra. Foi o Império juntamente com a Argentina e o Uruguai que declararam guerra ao Paraguai com a formação da Tríplice Aliança ou o Paraguai que o fez após a invasão brasileira ao território oriental?

Em trecho já citado do livro **Conflito com o Paraguai**, Doratioto considera que a Guerra do Paraguai se deu entre 1865 e 1870. Sendo assim, o historiador considera como a historiografia nacional-patriótica que este conflito ocorreu a partir da assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, ocorrido em primeiro de maio de 1865. Entretanto, o aprisionamento do navio *Marquez de Olinda* e a invasão ao Mato Grosso se deram em 1864 e, sobretudo, a intervenção imperial no Uruguai, em coordenação com a invasão de Venâncio Flores, igualmente apoiada pela Argentina mitrista, iniciou-se em 1863.

Para José Maria Rosa, entretanto, a Guerra do Paraguai foi o desfecho de uma ação que vinha se processando na região, avançada pela Argentina de Mitre e do Império de dom Pedro, iniciada com a queda de Oribe e Rosas. Em seu livro **La guerra del Paraguay: y las**

---

<sup>371</sup> CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil**. [...] *Op Cit* p. 195

montoneras argentinas, escrito em 1985, o historiador argentino define os marcos que para ele constituem a Guerra do Paraguai: “La guerra del Paraguay fue un epílogo. El final de un drama cuyo primer acto está en Caseros el año de 1852, el segundo en Cepeda el 59 con sus ribetes de comedia el pacto de San José de Flores el 11 de noviembre de ese año, el tercero en Pavón, en 1861 y las ‘expediciones punitivas’, al interior, el cuarto en la invasión brasileña y mitrista al Estado Oriental con la epopeya de la heroica Paysandú y el quinto y desenlace en larga agonía de Paraguay entre 1865 y 1870 y la guerra de montoneras en la Argentina de 1866 al 68.”<sup>372</sup>

Então nos perguntamos: o que levou o governante do Paraguai Francisco Solano López a atacar o território brasileiro? Quais as implicações por trás dessa atitude? Como sabemos, para Júlio José Chiavenato, a Guerra do Paraguai fora planejada pela Inglaterra, tese largamente impugnada. O jornalista brasileiro na obra já citada escreve que: “A guerra foi planejada pelos ingleses, que elaboraram o Tratado da Trílice Aliança, que aliás é uma farsa. Este tratado, formalmente assinado em 1º de maio de 1865, já estava pronto há mais de um ano, esperando a ocasião em que os ingleses decidissem usá-lo para fazer a guerra ao Paraguai.”<sup>373</sup>

O historiador argentino José María Rosa escreve que o Império e a Argentina buscavam entendimento com um tratado de comércio e sua obediência pelo Paraguai. Em seu bojo o tratado trazia *facilidades* para o Brasil, no caso de uma guerra contra o Uruguai e o Paraguai. Registro de uma intervenção-guerra planejada com anterioridade: “[...] el 7 de marzo de 1856 se firmó el ‘tratado de amistad y navegación’ argentino-brasileño donde se estipulaba la libertad de Brasil para actuar en el Paraguay y República Oriental, y también para navegar los ríos Paraná, Uruguay y Paraguay ‘tanto embarcaciones mercantes como de guerra’ (art. 14), obligándose a ‘emplear los medios a su alcance para que la República del Paraguay adhiriera a las estipulaciones que preceden’ (art.20). Por las dudas de una guerra paraguayo-brasileña, quedaba permitido el tránsito y abastecimiento de la escuadra imperial por el Paraná sin sufrir molestia (art.19). Además, la Confederación neutralizaba Martín García para mejor seguridad de la navegación brasileña (art. 18).”<sup>374</sup>

Francisco Doratioto, em seu livro **Maldita Guerra**, a respeito deste Tratado escreve que: “Ao propor ao governo argentino a aliança contra o Paraguai, Paranhos reivindicava a

<sup>372</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay** [...] *Op Cit* p. 11

<sup>373</sup> CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil**. [...] *Op Cit* p. 195

<sup>374</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay** [...] *Op Cit* pp. 33-34

aplicação do Tratado de 1857, assinado entre a Confederação Argentina e o Império. Por esse documento, os dois países se comprometiam a agir de comum acordo se o governo paraguaio atacasse um deles.”<sup>375</sup> Em verdade, tratava-se de tratado defensivo-ofensivo, firmado após a expedição naval imperial do Império contra o Paraguai.

O historiador brasileiro Moniz Bandeira, em seu livro **O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata**: da colonização à guerra da tríplice aliança, de 1995 ressalta oportunamente que ainda havia questões econômicas entre o Império e o Paraguai. Assim: “A erva-mate produzida no Brasil, principalmente, ocupara todos os mercados que o Paraguai perdera durante o longo período em que Buenos Aires, para anexá-lo, e Francia, com o intuito de manter sua autonomia, conservaram-no enclausurado. Suas exportações para Buenos Aires e Montevideú era volumosas. [...] Sob certo aspecto, a situação configurou-se ainda mais grave para o Paraguai, por constituir a erva-mate o item fundamental, quase absoluto, de sua pauta de exportações, do qual a acumulação de capital e a correlata militarização do país, em larga medida, dependiam. [...] Era inevitável, por conseguinte, que as tensões entre o Paraguai e o Império se reacendessem, tanto mais quanto outros acontecimentos sobrevieram, concorrendo para exacerbar, interna e externamente, as posições em todos os países da Bacia do Prata.”<sup>376</sup>

Era preciso romper o isolamento que caracterizou o país guarani na primeira metade do século 19. Francisco Doratioto em **Maldita Guerra** coloca nos seguintes termos a situação do Paraguai à época de Carlos Antonio López: “A ação no sentido de aumentar sua presença no Prata colocou Assunção em rota de colisão com o Império. Este buscava manter o *status quo* platino, que se caracterizava pelo desequilíbrio favorável ao Brasil, hegemônico na área por ter sido, até então, vitorioso em influir sobre os Estados da região, por meio de um sistema de alianças. A falta de definição de limites era um elemento visível de tensão entre o Paraguai e o Império.”<sup>377</sup> Destaque-se, como visto, que a hegemonia do Império no Prata fora construída sobretudo através de concorrência de ações militares e tratados diplomáticos, impostos sobretudo à Argentina e ao Uruguai. Apenas o Paraguai escapava política expansionista imperial.

Segundo Doratioto, na obra citada, a situação no Uruguai seria a responsável pela eclosão do maior conflito militar da América do Sul. Ele escreve nos seguintes termos: “O

<sup>375</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra** [...] *Op Cit* p. 72

<sup>376</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro** [...] *Op Cit* pp. 169-170

<sup>377</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra** [...] *Op Cit* p. 44

elemento catalisador de todas as divergências foi a situação política no Uruguai, sob a presidência, desde 1860, de Bernardo Berro. O porto de Montevideú apresentava-se como concorrente de seu congênere de Buenos Aires, pois Entre Rios e Corrientes dele se utilizavam como variante comercial para suas exportações. Desse modo, a República uruguaia estabeleceu relações com a resistência federalista contra Mitre.”<sup>378</sup> Destaque-se mais uma vez a necessidade de precisar esse processo: a eclosão não se deveu à “situação política” do Uruguai, como proposto por Doratioto, mas às políticas de hegemonia das classes dominantes bonaerenses, de um lado, e do Império, do outro, que promoveram em forma articulada a queda do governo constitucional uruguaio, através de intervenção militar. Ação orientada igualmente contra o Paraguai, como também visto.

José Maria Rosa ressalta o aviso explícito da diplomacia paraguaia para o caso de uma invasão imperial ao território do Uruguai. Ele deixava claro que uma intervenção armada ao Estado Oriental seria encarado como uma declaração de guerra. O que, se correto, não deixaria dúvidas a que o Império – em aliança com a Argentina mitrista – criaram as condições para que o Paraguai fosse obrigado a declarar guerra ao Império e, ao atravessar o território argentino, para apoiar o governo uruguaio, à Argentina.<sup>379</sup> Todavia, Doratioto, em **A Guerra do Paraguai**, assim como em seus outros trabalhos, relata que a ameaça não teria sido levada a sério. Assim, os imperiais levaram a cabo sua política para o Uruguai e as esquadras comandadas por Tamandaré adentraram no território uruguaio *não levando a sério* o aviso paraguaio.<sup>380</sup>

Corroborando a idéia de que o Império se preparava conscientemente para uma guerra contra o Paraguai, o historiador paraguaio Juan Emiliano O’Leary, em seu livro **El Mariscal López**, de 1921 que: “Ya hemos dicho que la guerra al Paraguay – para que le se preparaba desde 1858, según el barón de Río Branco – fue considerada necesaria en el año de 1862.”<sup>381</sup>

Portanto, ficava claro que a intervenção imperial contra o governo constitucional uruguaio equivalia entrar em guerra com o Paraguai. Não é aceitável que com todos os avisos, com toda a movimentação, com toda a diplomacia imperial, com o aviso explícito da diplomacia paraguaia, o governo imperial não levasse a *sério* as conseqüências da intervenção militar no Uruguai. Com os dados à mão, fica meridianamente claro que o Império teria

<sup>378</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra** [...] *Op Cit* p. 45

<sup>379</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay** [...] *Op Cit* p. 92

<sup>380</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **A Guerra do Paraguai**. [...] *Op Cit* pp. 204-205

<sup>381</sup> O’LEARY, Juan E. **El Mariscal** [...] *Op Cit* p. 130

procurado conscientemente a guerra com o Paraguai, ao intervir no Uruguai, ou considerado que aquele governo não respeitaria a aliança acordada com o governo blanco, o que é pouco provável.

Portanto, fica a pergunta: como o governo imperial teria dado pouca importância à oposição peremptória paraguaia à invasão do Uruguai? Resposta que Doratioto tenta dar em **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai, apoiando-se em questão marginal, ao propor que a ameaça que o Paraguai de Francisco Solano López representava teria sido minimizada principalmente pela carência de bons chefes militares guaranis. Nesse caso, o Império não teria dado pouca importância ao aviso paraguaio das conseqüências da invasão do Uruguai. Teria, isso sim, se despreocupado com o resultado da guerra certa causada por aquela intervenção, ao considerar que a venceria facilmente, sobretudo em aliança com a Argentina.<sup>382</sup>

O historiador argentino José Maria Rosa concorda com a tese de que a intervenção imperial no Uruguai seria o primeiro passo para a destruição do Paraguai. Ou seja, encara esse ato como o início da Guerra do Paraguai. Assim como a invasão pela Alemanha nazista da Polônia é vista como o início da II Guerra Mundial. “Empezaba una guerra civil. Pero esta vez sería algo más que una contienda entre colorados y blancos para disputarse la preeminencia política de sus fracciones a cargas de lanza. Ese 19 de abril se prendería la chispa de un incendio donde vendrían a quemarse Brasil y la Argentina en apoyo de Flores, y Paraguay en socorro del gobierno legal. Los cuatro hombres llegados de Buenos Aires al Rincón de la Gallinas en las Brumas de un amanecer iniciarían una masacre que costaría cientos de miles de vida y el aniquilamiento de las más próspera república sudamericana.”<sup>383</sup>

Sobre o início da Guerra do Paraguai, o historiador Robert Conrad, em **Os últimos anos da escravidão no Brasil**, de 1978, escreve que: “Em outubro de 1864, o exército brasileiro interveio numa disputa interna no Uruguai, fazendo com que o Presidente do Paraguai, Francisco Solano López atacasse o Brasil, levando o Império a um conflito que viria a durar até a morte de López em 1870.”<sup>384</sup>

O historiador argentino Miliciades Peña, em seu livro **La era de Mitre**: de Caseros a la Triple Infamia, de 1968, se junta aos que escrevem que o ataque imperial ao território

---

<sup>382</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra** [...] *Op Cit* p. 62

<sup>383</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay** [...] *Op Cit* p. 94

<sup>384</sup> CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil** [...] *op Cit* 1978 p. 93

uruguaio marcou as primeiras hostilidades da Guerra do Paraguai, sendo este o marco inicial da guerra. Assim, podemos ler no trecho que se segue: “El ataque contra el Paraguay comenzó en realidad por el ataque contra el último aliado que le quedaba en el Plata después de la derrota del Interior argentino y la neutralización del Litoral por el acuerdo de Urquiza con Mitre. Se trataba del gobierno uruguayo, por aquel entonces en manos del partido blanco, versión oriental del federalismo argentino. El Imperio brasileño y la oligarquía porteña coincidieron en aplastar a este gobierno como primer paso de la destrucción del Paraguay, y procedieron con métodos diversos, pero coincidentes: Brasil invadiendo el país por mar y tierra, Mitre armando una revolución encabezada por Venancio Flores, uno de los uruguayos que habían secundado a Mitre en su campaña de exterminio contra las masas del Interior argentino.”<sup>385</sup>

Como visto, o pretexto para a invasão imperial ao Estado Oriental teria sido os *maus tratos* sofridos pelos brasileiros residentes no norte do Uruguai, onde possuíam enormes propriedades de terras e se comportavam como se vivessem no Império. Miliciades Peña escreve: “[...] las fuerzas armadas brasileñas invadiesen un país para ‘proteger’ a ciudadanos brasileños que se habían radicado en este país pero se negaban a aceptar sus leyes y, más aún, pretendían que el gobierno uruguayo devolviera a los explotadores brasileños los esclavos que fugaban y se refugiaban en el Uruguay.”<sup>386</sup>

E o citado autor afirma peremptoriamente que a invasão uruguaia teria sido o início da Guerra do Paraguai nos seguintes termos: “El golpe brasileño contra Uruguay era, a la vez que la primera fase de la acción contra el Paraguay, una directa provocación contra el gobierno guaraní. Paraguay decidió defender al gobierno del Uruguay y pegar primero, declarando la guerra al imperio donde nunca terminaba el carnaval. Era lo que procuraban los propietarios de esclavos del Brasil.”<sup>387</sup>

Em **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata**: da colonização à guerra da Tríplice Aliança, de 1995, Moniz Bandeira escreve que a situação da economia uruguaia era extremamente frágil em 1851, e o país encontrava-se na condição de quase um protetorado do Império, graças aos tratados draconianos assinados por Andrés Lamas em 1851, após a intervenção militar imperial na região.<sup>388</sup> “Além dos atos de

<sup>385</sup> PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre** [...] *Op Cit* pp. 63-64

<sup>386</sup> Id. *Ibid* p. 69

<sup>387</sup> Id. *Ibid* p. 70

<sup>388</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro** [...] *Op Cit* p. 113

pilhagem, as *califórnicas*, os brasileiros retiravam, sistematicamente, o gado do Uruguai, sem pagar qualquer imposto aduaneiro, para abastecer as charqueadas do Rio Grande do Sul [...] Eles ocupavam uma faixa extensa e fértil do Uruguai, ao longo da fronteira com o Brasil, onde mantinham campos de criação e engorda de gado. [...] Cerca de 428 estâncias, pertencentes a brasileiros, abrangiam a superfície de 1.782 léguas quadradas, o equivalente a 30% do território do Uruguai.”<sup>389</sup>

Segundo Bandeira, a invasão do território oriental, em 1864, pelo governo imperial, atendia a interesses econômicos e estratégicos dos grandes proprietários escravistas. Os colorados eram mais *flexíveis* aos interesses imperiais, permitindo restaurar a antiga situação de semi-protetorado. Além do mais, não convinha aliança entre Montevideú, Paraná e Assunção. A Mitre, também interessava um aliado-subordinado em Montevideú, de modo a garantir a hegemonia portuária de Buenos Aires, conter a Urquiza e as montoneras do interior. Assim, derrotar o Paraguai, seria acabar com um estímulo para as tendência federalistas ainda vigorosas.<sup>390</sup> Por outro lado, os liberais e bonaerenses esperavam com a guerra reduzir o Paraguai à antiga situação de província, projeto perseguido desde 1811.

Em 1864, o governo imperial, como se sabe, enviou um *ultimátum* ao governo uruguaio de Aguirre tendo como pretexto os maus tratos sofridos pelos cidadãos brasileiros residentes no Uruguai. Já sabemos que na verdade eles retiravam o gado do Estado Oriental sem pagar tributos e não obedeciam as leis locais e podiam até mesmo utilizar o trabalho escravizado em um país onde essa forma de exploração já não mais existia, devido à extinção da escravatura em 1842! Contudo, Bandeira ressalta qual a verdadeira intenção do governo imperial ao enviar o citado *ultimátum*. “O objetivo da missão era evidentemente, criar condições políticas e justificar a invasão do Uruguai [...].”<sup>391</sup> Não se queria discutir, contornar uma situação, criava-se apenas as razões para a intervenção.

Vimos no capítulo que versa sobre a situação do Uruguai nas vésperas da Guerra do Paraguai, que o Império havia mandado, por intermédio de Saraiva, ultimato exigido a reparação de supostos maus tratos sofridos por cidadãos brasileiros residentes no Estado Oriental, uma clara desculpa para criar condições para intervenção imperial na República Uruguaia. López se via obrigado a tomar alguma iniciativa, conforme escrevem Cancogni e

---

<sup>389</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro [...]** *Op Cit* pp. 113-114

<sup>390</sup> Id. *Ibid* p. 172

<sup>391</sup> Id. *Ibid* p. 178

Boris: “A notícia do ultimato brasileiro chegou ao conhecimento de López no dia 24 de agosto, confirmando sua convicção de que portanto, era chegada a hora de intervir. Enquanto se aceleravam os preparativos militares, encarregou Berges de mandar uma nota ao ministro brasileiro em Assunção – César Sauvan Vianna de Lima – para comunicar-lhe que o Paraguai jamais permitiria a ocupação mesmo temporária, da Banda Oriental. No fim da nota, o Paraguai eximia-se de toda a responsabilidade pelas conseqüências de qualquer ato de força praticado pelo Brasil visando à alteração do equilíbrio na região do Prata. Vianna de Lima respondeu que o Brasil agia em defesa de seus sagrados direitos. Berges replicou advertindo o ministro brasileiro de que se o Brasil levasse adiante seus ataques, o Paraguai levaria seus protestos a termos concretos.”<sup>392</sup> Ou seja, dificilmente o Império não *levou a sério* essas afirmações positivas.

O que teria levado o governo paraguaio a interferir na questão entre o Império e o Uruguai, sendo que aparentemente nada tinha a ver com ela? Em **El Mariscal López**, o historiador paraguaio O’Leary cita a J.B. Alberdi: “Montevideo es al Paraguay, por su posición geográfica, lo que es al interior del Brasil: la llave de su comunicación con el mundo exterior. Tan sujetos están los destinos del Paraguay a los de la Banda Oriental, que el día que el Brasil llegue a hacerse dueño de este país, el Paraguay podría considerarse como colonia brasileña, aun conservando su independencia nominal. Esta identidad de causa entre el Paraguay y el Uruguay resulta probada por el manifestó en que el Brasil acaba de anunciar a los países amigos su determinación de hacer la guerra al Paraguay.”<sup>393</sup>

Segundo o principal intelectual e analista federalista da época, Paranhos reconheceria na nota “que la *cuestión de límites*” era “*la causa principal de la contienda*”. “Esa cuestión, que ya dos veces en los últimos años puso las armas en las manos del Brasil y que no está resuelta todavía es la que quiere resolver de hecho, tomándole o Paraguay a la ventaja que él le lleva de estar más debajo de Mato Grosso, con la ocupación de la Banda Oriental que es la llave de la navegación exterior del Paraguay. He aquí por qué el Paraguay ha visto en peligro inminente su libertad de navegación desde que ha visto al Brasil en camino de apoderarse del Uruguay, como ya hizo en 1820. La complicidad de Buenos Aires con el Brasil en la ocupación de la Banda Oriental no hace sino más amenazante para el Paraguay la actitud del Imperio.”<sup>394</sup>

<sup>392</sup> CANCOGNI, Manilio; BORIS, Ivan. **Solano López [...]** *Op Cit* p. 47

<sup>393</sup> O’LEARY, Juan E. **El Mariscal [...]** *Op Cit* p. 20

<sup>394</sup> CANCOGNI, Manlio; BORIS, Ivan. **Solano López [...]** *Op Cit* pp. 142-143

Dessa forma, a questão em torno da invasão imperial à Cisplatina interessava diretamente a Solano López, interessado em manter a independência paraguaia, bem como suas relações com o resto do mundo. Segundo O’Leary: “Fue en tales circunstancias cuando Solano López dirigió al ministro brasileño en Asunción la célebre protesta del 30 de agosto de 1864. En ella invitaba al Brasil a no hacer efectivas las amenazas contenidas en el *ultimátum* de Saraiva, declarando que su Gobierno no podría consentir en la ocupación militar del Uruguay, porque este hecho seria atentatorio al *equilibrio del Rio de la Plata, que interesaba al Paraguay como garantía de su seguridad*, protestando, desde ya, contra tal acto, y desagravándose de la responsabilidad de las ulterioridades de aquella declaración.”<sup>395</sup>

Como Bandeira, Milcíades Peña e José Maria Rosa, Jorge Caldeira concorda com a visão de que Mitre estaria interessado em criar as condições para o Império intervir no Uruguai e no Paraguai, para alcançar seus propósitos. “Os alvos foram logo definidos: o Uruguai, sempre o Uruguai, com seu porto concorrente e ameaça permanente para o monopólio da capital sobre as províncias do interior, e também o Paraguai, uma espécie de fortaleza permanente da política federalista, nação obrigada a se fechar contra o exterior como forma de sobreviver à ameaça eterna do barramento de sua única via de comunicação com o mundo, o rio que passava por Buenos Aires. Para cada um desses adversários Mitre preparou uma política bem a seu estilo: efetiva, maquiavélica ao extremo, com mensuras na superfície e golpes por baixo da mesa.”<sup>396</sup>

Segundo Caldeira, longe de manter sua neutralidade, Mitre teria manipulado a ação no Uruguai, através de Venâncio Flores, possibilitando a queda de Oribe. “As ações contra o Uruguai, apesar da permanente proclamação de ‘neutralidade’ em relação aos seus adversários do governo uruguaio viviam em Buenos Aires, e Mitre empregava alguns em seus próprios exércitos. Deixando-os soltos para conjurar – embora sempre afirmando ao governo uruguaio seu mais total apoio à legalidade – o presidente argentino começou a alimentar um clima de tensão entre os dois países. Um desses emigrados lhe interessava especialmente: Venâncio Flores, ex-presidente da República, e homem estreitamente ligado aos fazendeiros do interior – mas também aos gaúchos [sic] [fazendeiros] do Rio Grande do Sul, pois estivera ao lado deles nos tempos da Revolução Farroupilha. Alimentando seus projetos, Mitre estimulou-os a buscar apoio no interior, fornecendo uma base de apoio discreta e cuidando com carinho de todos os pedidos. E quando sentiu alguma chance, apesar de todas as suas

<sup>395</sup> O’LEARY, Juan E. **El Mariscal** [...] *Op Cit* p. pp. 144-145

<sup>396</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: empresário [...] *Op Cit* p. 403

proclamações de neutralidade, armou, equipou e fez desembarcar o exército guerrilheiro de Flores no território uruguaio, em abril de 1863.”<sup>397</sup> A referência do autor a Bartolomé Mitre circunscreve não apenas a figura do presidente da Argentina, mas principalmente à classe econômica que ele representava, os comerciantes da oligarquia importadora de Buenos Aires e, secundariamente, os grandes criadores e charqueadores bonaerenses.

Caldeira escreve que o presidente argentino teria manipulado o governo imperial, levando-o a atacar os uruguaios, alegando que a honra do país havia sido ferida. Além disso, teria explorado uma rivalidade latente existente entre Mauá, que defendia o progresso pela industrialização com o Imperador, que acreditava em uma política mais conservadora, ligada à agricultura monocultora e escravista de exportação, e o banqueiro, que queria a paz e o reerguimento da economia uruguaia, onde tinha enormes interesses. “[...] em janeiro, mandou um emissário especial, o embaixador Marmól, ao Rio de Janeiro. Sua missão: dizer ao imperador que, embora neutra, a Argentina veria com muito bons olhos uma intervenção brasileira no Uruguai que salvasse a honra ferida do imperador e os ‘direitos ofendidos’ dos brasileiros. E para oferecer argumentos adicionais contra o maior inimigo brasileiro do projeto, tratou de intrigá-lo: mandou publicar algumas cartas secretas de Mauá a Flores e ao governo argentino, escritas na época em que tentava o acordo de paz. O conteúdo dessas cartas era pouco claro, mas isto vinha a propósito para sustentar a interpretação de que o banqueiro metia o nariz onde não deveria [...]. Enquanto colhia resultados no Brasil, Mitre reforçou a política de provocações e pequenos incidentes diplomáticos no Uruguai para ter mais munição nas manobras de acoessar o governo vizinho e vender ao governo brasileiro a versão de que eles, e não os argentinos eram os agressores na região. Quando vinham reclamações uruguaias, manifestava sempre sua ‘mais completa neutralidade’ nas questões internas do país – e mandava cópias delas para Mármol usar no Brasil.”<sup>398</sup> Destaque-se que, como vimos, o governo imperial tinha enormes interesses na intervenção no Uruguai e na submissão do governo paraguaio.

O Brasil estaria em uma crise econômica após a política de Itaboraí de restringir a circulação de moedas, contrariando a idéia de Mauá. A política econômica do gabinete conservador liderado por Itaboraí se revelou completamente equivocada. A restrição à circulação de moedas demonstraram que o Império marchara em direção à crise que estourou na metade da década de 1860 com a falência da casa bancária de Antônio José Alves Souto.

---

<sup>397</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: empresário [...] *Op Cit* pp. 403-404

<sup>398</sup> Id. *Ibid* p. 410

Junto com a casa Souto muitas outras empresas seguiram o caminho da falência e até Mauá acabou sendo chamuscado pelo incêndio. O governo teve de esquecer a política conservadora de contenção elaborada por Itaboraí e emitir dinheiro. Mas do Prata vieram notícias que mudaram as atenções do país. Uma delas foi a vitória de Flores em 20 de fevereiro de 1865. Mas uma notícia ainda iria ser, para muitos, a sua salvação. A apreensão do navio Marquês de Olinda em 12 de novembro de 1864 por ordens do presidente paraguaio Solano López. Notícia também, que muito convinha ao presidente argentino Mitre.<sup>399</sup>

Seguindo o ponto de vista de Caldeira, a invasão do Mato Grosso por López não teria sido uma agressão pura, mas sim um ato de defesa depois da queda de Oribe. “O presidente do Paraguai, Francisco Solano López, era a grande vítima da invasão. Sem o Uruguai, temia cair de vez em mãos argentinas; com o rio aberto, temia o progresso do Mato Grosso, concorrente em tudo o que produzia. Para se livrar dos perigos, ousou: invadiu o Mato Grosso e a Argentina. Não eram grandes invasões, mas mais escaramuças de fronteira, que em outras circunstâncias se resolveriam facilmente depois de umas tantas conversas diplomáticas. Mas naquele momento, transformaram-se na grande oportunidade para desviar a atenção da crise, calar as discussões que começavam, suspender a corrente mudancista, revigorar a força dos amigos do governo. A política de agir para fora para livrar-se das discussões internas se justificavam mais do que nunca. O próprio imperador, depois de duas décadas e meia de um governo entremeado por conferências e deleites intelectuais, sentiu que tinha de agir pessoalmente para fazer o desvio [...]. Não que ele gostasse muito da idéia, mas sabia que não poderia ser diferente. Era melhor jogar o futuro de seu reinado nesta aventura que enfrentar a borrasca em casa.”<sup>400</sup>

Segundo Caldeira, para o Imperador convinha manter as atenções contra um inimigo externo, pois assim, os erros da política interna ficariam camuflados. Se bem que as necessidades políticas conjunturais do Império contribuíram certamente para a guerra, não foram certamente as determinantes, em um processo que, como vimos, expressava políticas e necessidades gerais e antigas do grande Estado escravista.

Também para Bandeira as reivindicações do Paraguai sobre o Mato Grosso não eram despidas de razão, pois haviam sido terras claramente pertencentes aquele país, no período colonial, ocupadas pela expansão da fronteira luso-brasileira. Dando lastro a essa assertiva, em seu livro **El Mariscal López**, o historiador paraguaio Juan Emiliano O’Leary escreve que

<sup>399</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: empresário [...] *Op Cit* pp. 420-422

<sup>400</sup> Id. *Ibid* pp. 422-423

quando da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso [1777] entre Portugal e Espanha, os territórios ocupados pelos portugueses foram devolvidos ao Paraguai. Seus domínios avançariam a sul dos limites do Mato Grosso. A partir daquele momento, os paraguaios seriam donos daquela região territorial de fato e de direito. No entanto, sucessivamente, o Estado português, luso-brasileiro, e brasileiro sempre quiseram estender seus domínios até o rio Apa.<sup>401</sup>

### **O encontro em Puntas Del Rosario**

Em 1864, há encontro em Puntas Del Rosario entre o argentino Rufino Elizade, o brasileiro Saraiva e o uruguaio Venâncio Flores, que teria sido o momento em que o Argentina, Uruguai e Império decidem atacar o Paraguai. Alguns autores avançam que os termos do pacto da Tríplice Aliança teriam sido discutidos ali, antes do início da guerra, tornando-a uma clara agressão de conquista! O historiador argentino José Maria Rosa realmente põe nesses termos o pacto que definiu a Tríplice Aliança: “En 1894, Saraiva dirá [...] que la Tríplice Alianza ‘no surgió después’ de la ‘agresión’ paraguaya a la Argentina en abril del 65, sino en las Puntas del Rosario en junio del 64.”<sup>402</sup> E ainda prossegue: “[...] la alianza con la Argentina concertada en el campamento de Flores, en las Puntas del Rosario el 18 de junio de 1864, fue el hecho que movió a Brasil a invadir la República Oriental y acarreó la reacción de Paraguay.”<sup>403</sup>

Devemos prestar atenção no momento em que ocorreu este encontro em Puntas del Rosario. Nunca é demais recordar que o Uruguai se encontrava em guerra civil. O caudilho Venâncio Flores estava em luta contra o presidente constitucional Anastasio Aguirre (ver capítulo sobre o Uruguai). E o Império estava apoiando fortemente as tropas lideradas pelo caudilho colorado contra a autoridade legal, juntamente com Mitre, mesmo este se declarando neutro no conflito. “El 6 de mayo de 1864 llegó a Montevideo don José Antonio Saraiva, presentando, como ministro plenipotenciario del Brasil, una enérgica reclamación por los daños y prejuicios que, según el habían sufrido los súbditos de su Soberano desde diez años atrás. [...] En este estado las cosas, llegó a Montevideo una famosa *comisión pacificadora*, de la que formaban parte Rufino Elizade y su suegro, el ministro inglés Eduardo Thorton. [...]La

---

<sup>401</sup> O’LEARY, Juan E. **El Mariscal** [...] *Op Cit* p. 22

<sup>402</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay** [...] *Op Cit* p. 135

<sup>403</sup> Id. *Ibid* p. 141

verdad era otra. Lo único cierto era la guerra; pero la guerra en más vastas proporciones, la guerra a muerte a todos los que se opusieron a los designios de un feroz imperialismo.”<sup>404</sup>

Olhando por este prisma, a possibilidade de um acordo firmado em Puntas del Rosario pode não parecer absurda. Devemos, como já escrevemos, observar a questão como um todo, e principalmente quais os interesses das classes envolvidas, tanto no Império, como na Argentina dividida e buscando a unificação e no Uruguai em plena guerra civil. Além disso, analisando a relação do Estado Guarani com as principais potências estrangeiras da época – destacando os Estados Unidos, como potência do continente americano e a Grã Bretanha, como a grande potência mundial.

Para a historiografia patriótica e ingênua, o grande motivo e início da guerra seria o aprisionamento do pequeno navio imperial *Marquês de Olinda*, em águas paraguaias, em 11 de novembro de 1864. Doratioto escreve que: “Na madrugada de 11 de novembro, chegou a Assunção o navio brasileiro *Marquês de Olinda*, pequeno vapor de duzentas toneladas, com dois mastros à vela e uma chaminé, movido a rodas, pertencente à Companhia de Navegação por Vapor do Alto Paraguai. [...] A embarcação levava o novo presidente de Mato Grosso, coronel Carneiro de Campos, acompanhado de alguns oficiais, e, horas após partir de Assunção, o *Marquês de Olinda* foi alcançado pela canhoneira paraguaia *Taquari* e obrigado a retornar ao porto da capital.”<sup>405</sup>

O historiador argentino José Maria Rosa descreve da seguinte maneira a apreensão do navio *Marquez de Olinda*: “cruza frente a Assunción el vapor brasileño *Marquez de Olinda* de la línea de Rio de Janeiro a Corumbá: lleva a su bordo al nuevo presidente del Mato Grosso, Carneiro de Campos, con hombres y material de guerra a fin de reforzar las defensas del alto Paraguay. El 12, López, desde su campamento de Cerro León, ordena al *Tacuarí* su apresamiento, que el buque de guerra cumple al día siguiente cincuenta leguas al norte de Asunción. El vapor brasileño es incautado, así como el material de guerra; los tripulantes – Carneiro Campos inclusive – son retenidos como ‘prisioneros de guerra’. El ministro en Asunción, Vianna de Lima protesta por el ‘insólito hecho’, y Bergés responde con ironía que Paraguay obraba con mismo derecho del ejercido del Brasil al ocupar territorio oriental.”<sup>406</sup> Assim, fica claro que os paraguaios vincularam a ação contra o Império à invasão ao Uruguai.

---

<sup>404</sup> O’LEARY, Juan E. **El Mariscal** [...] *Op Cit*. p. 139

<sup>405</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra** [...] *Op Cit* p. 66

<sup>406</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay** [...] *Op Cit* p. 155

No entanto, Francisco Doratioto em seu livro **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai, escreve que: “O Império não declarara guerra ao Paraguai, mas Solano López interpretava ou fingia crer que sim. [...] O governo imperial e a opinião pública brasileira [sic] consideraram a captura um ato traiçoeiro de pirataria. [...] A Legação brasileira em Assunção protestou, em 13 de novembro, junto à Chancelaria Paraguaia contra o aprisionamento do *Marquês de Olinda*, pedindo explicações para o fato. Em resposta, o governo paraguaio entregou nota, datada do dia anterior, na qual rompia relações com o Império.”<sup>407</sup>

Inicialmente, devemos ressaltar que, naquela época, temos que nos referir com muito cuidado à “opinião pública”. Principalmente pelo fato que a participação política nos tempos imperiais era resumida essencialmente às classes dirigentes do país. Parte significativa da população – escravos, libertos, livres-pobres, etc. – viviam total ou parcialmente à margem da vida civil. Em segundo lugar, cabe novamente a pergunta. O governo imperial não teria dado atenção ao aviso diplomático paraguaio da intervenção do Uruguai como *casus belli*? Com a invasão daquele país o Paraguai não ficava sem saída ao mar, com Montevideú sob controle do Brasil e Buenos Aires sob as mãos de Mitre?

Doratioto apresenta versão substancialmente diversa dos fatos, da qual a guerra surge, no mínimo, de erro de avaliação de Solano López: “Ao considerar provável uma guerra com o Brasil, Francisco Solano López interpretou a intervenção brasileira no Uruguai como prenúncio de um ataque ao Paraguai, após anexar parte do território uruguaio. [...] Eram equivocadas as interpretações do governo paraguaio, quer quanto à ameaça à independência uruguaia, quer quanto a ser o Paraguai alvo de ataque do Império, após a intervenção militar brasileira no Uruguai. [...]”<sup>408</sup> É porém consenso historiográfico que, com Montevideú nas mãos do Império, a saída ao mar se cerrava para o Paraguai. O que, por si só, constituía já um ataque mortal àquele país. E com Venâncio Flores, o Império estabeleceu novamente sua semi-suzerania sobre o país.

Para Doratioto, o *erro* paraguaio teria sido devido também à sua falta de diplomacia: “Contudo, o Paraguai carecia de um serviço diplomático [sic], requisito essencial para diminuir as margens de erro a montar uma estratégia de ação no Prata. Nessa região, centro nevrálgico de seus interesses, o Paraguai não tinha representantes diplomáticos, possuindo apenas um cônsul na cidade de Paraná e agentes comerciais em Buenos Aires e Montevideú.

<sup>407</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra** [...] *Op Cit* p. 67

<sup>408</sup> Id. *Ibid* p. 70

[...] Enquanto isso, o Império do Brasil possuía experientes diplomatas nos principais países europeus e americanos, que, durante a guerra, cumpriram importante papel de reforço político à ação militar.”<sup>409</sup>

Segundo aquele autor, o *erro paraguaio* nasceria também de seu regime político: “Também contribuiu para aqueles equívocos o fato de inexistir no Paraguai, em decorrência de seu sistema político totalitário, um processo de decisão em que várias instâncias avaliassem os diferentes aspectos do contexto platino. Isso impediu uma análise mais realista da qual seria a possibilidade de vitória militar paraguaia sobre o Brasil e a relação custo/benefício desse conflito. Essa avaliação foi feita basicamente por um homem, Francisco Solano López, o que aumentava de forma dramática a possibilidade de erro, ainda mais ao ser feita por uma personalidade acostumada a alcançar seus objetivos em uma realidade simples, a sociedade paraguaia, na qual não havia jornais (exceto um pequeno tablóide oficial); inexistia um intercâmbio de idéias com o exterior e se desconhecia, partidos políticos. O autoritarismo não só anestesiou a população paraguaia, alijada de uma participação ativa nos destinos do país, como também cegou o próprio Solano López: sua excessiva auto-confiança levou-o ao voluntarismo, a superestimar o poder nacional paraguaio e a fazer uma análise equivocada da correlação de forças militares e políticas no Prata.”<sup>410</sup>

Francisco Doratioto ainda ressalta que o Paraguai poderia ter entrado no conflito com um armamento muito superior, enfatizando a incompetência militar de Solano López nos seguintes termos: “Contudo, o Exército paraguaio poderia, sim, ter-se armado bem, se Solano López não se tivesse precipitado em invadir o Mato Grosso. O Paraguai comprara armamentos na Europa e que estava prestes a ser entregue. Em novembro de 1864, antes de a Marinha brasileira bloquear o Prata para navios que fossem a Assunção, o governo paraguaio recebeu, da Inglaterra, 106 canhões com rifles e munições, além de recursos humanos representados por três médicos e quatro técnicos contratados, todos ingleses. [...] Nessas circunstâncias, é ostensivo quão absurdo foi o momento que Solano López escolheu para atacar o Brasil. Se não o tivesse feito, em poucos meses o Paraguai teria armamento moderno que lhe permitiria alterar o equilíbrio militar regional, ao garantir a navegação para seus barcos e tropas do rio Paraná até, pelo menos, próximo de Buenos Aires. Contudo, com uma força militar obsoleta e com um Estado cuja organização podia satisfazer às demandas internas, mas era insuficiente para uma ação externa de envergadura. Solano López lança-se

<sup>409</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra [...] Op Cit** p. 70

<sup>410</sup> Id. Ibid pp. 70-71

numa aventura. Apesar da esmagadora inferioridade geográfica, demográfica e econômica, o governante paraguaio pretendeu enfrentar o Império, o mais povoado e rico dos Estados sul-americanos, aliado à Argentina e ao Uruguai.”<sup>411</sup> Em primeiro lugar, devemos destacar que se a ação militar do Paraguai ocorresse antes, poderia encontrar os blancos no governo urguai. Na Argentina Mitre ainda não teria esmagado a oposição federalista, de forma que López conseguiria mais apoio.

O historiador paraguaio O’Leary ainda escreve em forma grandiloqüente sobre as armas encomendadas por Solano López: “Antes de seguir adelante, hemos de dejar constancia de que, la conflagración nos sorprendió sin material bélico moderno, fue porque los acontecimientos se habían precipitado en forma inesperada. [...] El mariscal López, al ver venir la tormenta, había tratado de dotar a su país de los más poderosos elementos de defensa, mandando construir buque acorazados y ordenando a nuestra Legación en Europa la adquisición de cañones, fusiles y proyectiles en abundancia. Desgraciadamente, el Imperio, que no ignoraba esto, y menos que con tales elementos seríamos invencibles, obró de manera que no pudieran llegarnos a tiempo tan formidables armamentos, adelantándose a provocar la guerra, en la forma que hemos visto.”<sup>412</sup>

### **O Paraguai ataca...**

Outro ponto que gostaríamos de destacar é o ataque do Paraguai à Argentina. Teria sido após essa agressão que os argentinos teriam declarado guerra ao Paraguai. Já citamos que tanto Júlio José Chiavenato como José Maria Rosa não concordam com essa versão, afirmando ambos que o Tratado da Tríplice Aliança já estava pronto desde 1864, como já expomos oportunamente. No entanto, segundo o historiador argentino citado, foram vários os passos que levaram à invasão paraguaia ao território argentino. “Puede conocerse el plan sometido por Urquiza a López valiéndose de Caminos por la carta de López a Urquiza del 26 de febrero de 1865. 1º) el jefe del partido Federal haría una expresión pública de solidaridad con los paraguayos y orientales, y exigiría a Mitre el libre tránsito por territorio argentino del ejército de López; 2º) rechazada, como era de descontarse, esta exigencia por Mitre, Urquiza se ‘pronunciaría’ y con el Partido Federal ‘se pondría de parte del Paraguay combatiendo la

---

<sup>411</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra [...] Op Cit** p. 93

<sup>412</sup> O’ LEARY, Juan E. **El Mariscal [...] Op Cit** p. 174

política de Mitre’.”<sup>413</sup> Não se tratava, portanto, de uma invasão, mas da articulação de uma aliança entre as forças paraguaias e das províncias de Entre Rios e Corrientes, sobretudo.

Entretanto, o esperado pronunciamento de Urquiza não sai. Sendo assim: “En 14 de enero, como el silencio de Urquiza sigue, Solano López se decide a solicitar oficialmente al gobierno el paso por el territorio argentino, pues aún se cree a tiempo de salvar Montevideo. Sabe perfectamente que la llegada de los contingentes paraguayos a Entre Ríos arrastrarían a todo el pueblo a los defensores de los orientales, y Urquiza ‘no podría resistir a ese clamor’. Además, Mitre no puede negar ese tránsito sin revelar su parcialidad: la escuadra brasileña está en aguas argentinas, y desde ella ha bombardeado a Paysandú con metralla entregada por el gobierno.”<sup>414</sup>

José María Rosa segue descrevendo as ações de Solano López nos seguinte termos: “Pasa el tiempo, y Urquiza no se pronuncia a pesar de su promesa. Entonces Solano López solicita oficialmente el tránsito por territorio argentino, que produciría la esperada repulsa del gobierno de Mitre, y por lo tanto, obligaría al ‘pronunciamiento’ de Urquiza. Por nota del 14 de enero solicita el pase de sus ejércitos para combatir a los brasileños que ocupan la República Oriental.”<sup>415</sup>

Ainda segundo Rosa, López ainda tentaria persuadir Urquiza a apoiá-lo para que pudesse atravessar o território argentino para combater os imperiais no Uruguai: “Solano López mandó a Urquiza una copia de s nota de 14 de enero solicitando el tránsito el terrestre, que fue contestada como hemos visto otorgándole el tránsito fluvial. De acuerdo a lo ofrecido por el mismo Urquiza, era la ocasión de éste para ‘pronunciarse’ contra el régimen mitrista. Pero Urquiza acababa de embolsar los 390 mil patacones brasileños y entregado a Osorio sus 30 mil caballos: estaba por lo tanto de a pie y no podía hacer la guerra. Por lo tanto, se zafó de su promesa [...]”<sup>416</sup>

Os historiadores Manilio Cancogni e Ivan Boris em **Solano López o Napoleão do Prata**, de 1970, escrevem qual seria, segundo eles, a atitude que o presidente paraguaio esperava por parte de Justo José Urquiza nas seguintes palavras: “López dirigió-se ao general Urquiza, propondo-lhe que separasse da Argentina as províncias de Corrientes e Entre Rios e se unisse a ele para marcharem juntos contra o Brasil. Urquiza elogiou o plano e lhe

<sup>413</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay [...]** *Op Cit* p. 154

<sup>414</sup> Id. *Ibid* p. 169

<sup>415</sup> Id. *Ibid* p. 171

<sup>416</sup> Id. *Ibid* p. 174

assegurou seu apoio moral, mas não deu um passo. Em vista disso, López resolveu intervir, mesmo sozinho. Estava convencido de que seu exército saberia enfrentar os brasileiros, bem mais numerosos, os *colorados* de Flores e, se necessário, os argentinos, todos juntos.”<sup>417</sup>

Após infrutíferas tentativas de persuadir Urquiza a tomar posição pública, a paciência do governante paraguaio chega ao seu limite, devido à urgência do apoio a ser dado ao Uruguai. Segundo Rosa: “Sometido el informe al Congreso, éste – al día siguiente, 18 de marzo – lo aprobó, y autorizó por ley al presidente de la república a declarar la guerra al actual gobierno de la República Argentina. Al día siguiente, López promulgó la declaración que fue publicada en *El Semanario* el 23.”<sup>418</sup> Destaque-se a necessidade de López de conseguir a licença do Parlamento para tal medida, como presidente, em contradição com visão de uma *ditadura* absoluta sobre o país.

No entanto, Moniz Bandeira nos traz uma visão diferente a respeito do momento em que Solano López declarou guerra à Argentina de Mitre em seu livro **O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata**: da colonização à guerra da tríplice aliança, de 1995: “Quando a Argentina não autorizou o trânsito de suas tropas, pelo território de Misiones na direção do Rio Grande do Sul, da mesma forma que negara ao Império do Brasil, ele não hesitou. Como não lhe bastava enfrentar apenas o Brasil e o Uruguai, convocou o congresso, que não se reunia havia mais de três anos, e, com sua licença, o título de Marechal, um soldo de 60.000 duros mensais (o pai nunca recebera mais de 4.000) e uma espada com empunhadura incrustada de brilhantes, declarou guerra à Argentina, mandando-lhe uma comunicação em 29 de março de 1865. Era o que Mitre esperava.”<sup>419</sup>

Quando lemos que a Argentina não autorizou o exército paraguaio o trânsito por suas terras, Mitre estava sendo incoerente, segundo uma política de neutralidade, mas coerente com os seus objetivos já descritos. O historiador paraguaio O’Leary escreveu que: “En 1855 el Gobierno argentino había permitido el paso de una escuadra y de un ejército brasileños contra el Paraguay, consintiendo que los expedicionarios acamparan en sus costas, para hacer ejercicios militares, y se proveyeran en sus puertos de todo lo necesario. [...] Más todavía: en 1858 consiguió el Imperio que la República Argentina se comprometiese a dar paso a sus ejércitos contra el Paraguay. Es Mitre el que nos ha hecho esta revelación.”<sup>420</sup> Assim, em

<sup>417</sup> CANCOGNI, Manlio; BORIS, Ivan. **Solano López [...]** *Op Cit* p. 50

<sup>418</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay [...]** *Op Cit* p. 188

<sup>419</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro [...]** *Op Cit* p. 193

<sup>420</sup> O’LEARY, Juan E. **El Mariscal [...]** *Op Cit.* p. 156

nosso entendimento é possível fazer a seguinte questão: por que motivo a Argentina daria autorização para o Império transitar por seu território e não ao Paraguai, sendo que nesse período não havia guerra entre ambos? Se Mitre se declarava neutro? Pelo nosso ponto de vista, ele agiu utilizando pesos e medidas diferentes.

Francisco Doratioto, em seu texto **A Guerra do Paraguai**, de 1998 escreve que na verdade, Mitre armou uma cilada para Solano López, para poder viabilizar uma aliança com o Império, como podemos ler no trecho que segue: “Ao atacar o território argentino, Solano López fez o jogo de Mitre, que buscava, desde o ano anterior, uma aliança com o Império. Essa aliança proporcionaria a paz regional necessária para o governo argentino reforçar seus laços comerciais com a Europa – em 1865, a Argentina já era a maior exportadora mundial de lã – e, ainda, consolidou seu poder sobre o interior do país.”<sup>421</sup>

O historiador argentino José Maria Rosa, em seu célebre estudo **La Guerra del Paraguay: y las montoneras argentinas**, de 1985 escreve que “La inmensa mayoría de los argentinos era partidaria de Paraguay en una guerra contra Brasil en defensa de la libre determinación de los Estados del Plata. Solamente una minoría (los liberales *mitristas* de Buenos Aires) querían enredar la república en la alianza con el imperio. Para amostrar a los argentinos a luchar contra Paraguay, había que adobar las cosas. A eso consagró la diplomacia mitrista entre marzo y abril de 1865. Era necesario: 1º) Presentar la guerra como una lucha de la ‘libertad contra la tiranía’, palabras que siempre rindieron buenos frutos. 2º) Ocultar la declaración de guerra paraguaya, y cuando llegasen las noticias de las primeras operaciones bélicas, presentadas como *una inicua agresión del Atila de América, que ambicionaba conquistar a la Argentina y había ofendido en plena paz su pabellón.*”<sup>422</sup>

O presidente da Argentina Bartolomé Mitre, vendo que não teria apoio da população em uma guerra contra o Paraguai, teria mentido para a mesma. Apresentando a ação de Solano López como um ato traiçoeiro e como uma invasão em tempo de paz, uma aliança com o Império para derrotar o Estado guarani não sofreria impopularidade tão marcante, e permitiria militarizar o país, destruindo finalmente em forma definitiva as forças federalistas das províncias do Interior e do Litoral e submetendo ao Uruguai, como realmente aconteceu. Em 1870, finalmente, Urquiza, o ex-caudilho federalista era assassinado.

<sup>421</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **A Guerra do Paraguai [...] Op Cit** p. 206

<sup>422</sup> ROSA, José Maria. **La guerra del Paraguay [...] Op Cit** p. 188

Nesse sentido, o historiador também argentino Miliciades Peña, em seu livro **La era de Mitre**: de Caseros a la Guerra de la Triple Infamia, de 1968 reforça a idéia que Mitre enganou o povo argentino nos seguintes termos: “Mitre engañó la nación desde el principio hasta el fin de la guerra del Paraguay, y el engaño comenzó desde la hora cero de la guerra, que Mitre logró presentar como un traicionero ataque paraguayo lanzado antes de la declaración de guerra. [...] Entre tantas otras mentiras, los textos siguen repitiendo que el Paraguay atacó la Argentina sin previa declaración de guerra pero el hecho es que el ataque se produjo 26 días después de declarada la guerra.”<sup>423</sup>

No entanto, os historiadores Manilio Cancogni e Ivan Boris levantam uma hipótese diferente. Para eles, pode ser que eventualmente o presidente argentino Bartolomé Mitre desconhecesse a declaração de guerra feita por Solano López, conforme podemos ler no seguinte trecho: “[...] a Argentina declarava que o Paraguai, por sua vez atacara sem prévia declaração de guerra; o Paraguai, por sua vez, afirmava que a declaração oficial remontava o dia 29 de março, enquanto as primeiras ações militares em território argentino não foram iniciadas antes do dia 13 de abril. É possível que ambas as partes falassem a verdade. Berges, ministro do Exterior paraguaio, tinha enviado a seu colega argentino Elizade a declaração de guerra por intermédio de um oficial – o tenente Valentino Ayalas; mas este fora detido pela polícia argentina antes de chegar a Buenos Aires e encarcerado sem ter cumprido a sua missão. Assim se explicaria o mal-entendido, embora seja difícil acreditar que o prisioneiro omitisse o fato de ser portador de uma carta de tal importância. A menos que ignorasse seu conteúdo ou que, devido aos maus tratos sofridos, não tivesse condições de falar. No arquivo brasileiro existe um documento, com data de 29 de março, mas poderia se tratar de uma falsificação; outro documento dá a notícia da detenção de Ayalas.”<sup>424</sup>

No entanto, não devemos ignorar o fato que para Mitre e a oligarquia importadora bonaerense, uma guerra contra o Paraguai era interessante na época. Temos que levar em conta que a Argentina se encontrava fortemente dividida, e que até 1861 estaria envolvida em uma guerra civil. O confronto armado contra o Paraguai seria uma tentativa de debelar qualquer modelo alternativo à centralização imposta pelo presidente Mitre, bem como por sua classe econômica. Segundo o historiador paraguaio O’Leary em **El Mariscal López**, de 1921: “Desde 1860 repite, con una insistencia que trasunta su arraigada convicción, que la guerra al Paraguay es así como una necesidad impuesta por la anarquía argentina como una ‘panacea’

<sup>423</sup> PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre** [...] *Op Cit* p. 75

<sup>424</sup> CANCOGNI, Manilio; BORIS, Ivan. **Solano López** [...] *Op Cit* p. 70

imprescindible para el mal de sus luchas intestinas, ya que sólo una guerra exterior podría operar el milagro de unirlos alrededor de una sola bandera.”<sup>425</sup>

### A Tríplice Aliança

Em **Maldita guerra**, Doratioto conclui sobre a Tríplice Aliança: “O Tratado da Tríplice Aliança contra o Paraguai, assinado em Buenos Aires em 1º de maio de 1865 entre Argentina, Brasil e Uruguai, somente se viabilizou com o erro político-militar de Solano López de ordenar a invasão de Corrientes. [...] Solano López desencadeou a guerra contra o Brasil e, em seguida, contra a Argentina, devido a uma percepção errônea do poderio nacional paraguaio. Erro esse compreensível em uma cultura política como a paraguaia, ditatorial e isolacionista.”<sup>426</sup> Já abordamos os limites de interpretação do conflito a partir da ação-decisão de um só homem e com o lovido da inevitabilidade da travessia do território argentino para ir em ajuda ao Uruguai, a grande questão do conflito, nesse momento. Também comentamos as raízes das proposta sobre o isolacionismo e ditadura pessoal paraguaia.

Em seu livro **O conflito com o Paraguai**, de 1996, Doratioto escreve como Solano López pretendia equilibrar as forças em jogo com as seguintes palavras: “Solano López esperava obter apoio para uma ação militar dos *blancos* uruguaios e da oposição federalista da argentina. Esta, sublevando-se, imobilizaria Buenos Aires, deixando o Império do Brasil isolado para enfrentar o Paraguai. Nessa hipótese, seria difícil uma vitória militar brasileira, pois a situação geográfica do país guarani, no interior do continente, tornava-o acessível por via fluvial, cujos portos estariam bloqueados pelos federalistas argentinos.”<sup>427</sup> O governo paraguaio contava igualmente para vergar o Império com o eventual apoio de trabalhadores escravizados. Portanto, havia estratégia minimamente coerente do Paraguai que não se realizou devido aos percalços históricos que terminaram, eventualmente, materializando as eventuais tendências dominantes do processo.

Na mesma linha de raciocínio, o historiador argentino José Maria Rosa, em seu livro **La Guerra del Paraguay: y las montoneras argentinas**, de 1985 escreve nos seguintes termos: “El mariscal López inició la ofensiva porque tenía su ejército preparado, mientras sus enemigos empezaban penosamente la conjunción de los suyos. Era un golpe arriesgadísimo; pero solamente con riesgo y suerte podía logarse el triunfo. Si Robles completaba la

---

<sup>425</sup> O’LEARY, Juan E. **El Mariscal [...]** *Op Cit*. p. 123

<sup>426</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra [...]** *Op Cit* pp. 207-208

<sup>427</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Conflicto [...]** *Op Cit* p. 21

ocupación de la Mesopotamia, era posible que Urquiza abandonase su brasileñismo de conveniencia y volviese a su primitivo plan de ponerse a la cabeza del partido federal argentino y derrocar a Mitre. Si Estigarribia llegaba a la República Oriental y la liberaba de brasileños, los blancos retornarían al gobierno de Montevideo. La guerra se convertiría entonces en una Tríplice Alianza contra Brasil, que éste no podría resistir en frente demasiado turbulento de Río Grande.”<sup>428</sup> Uma visão certamente incorreta no relativo ao Rio Grande do Sul, onde as classes pastoris encontravam-se unidas ao Império na intervenção no Uruguai.

A manobra pretendida pelo presidente paraguaio é descrita em forma fortemente impressionista pelos historiadores italianos Manilio Cancogni e Ivan Boris: “López imaginava uma manobra grandiosa. Sem levar em conta distâncias, clima, dificuldades de abastecimento, nem sequer os perigos de um solo inóspito e pantanoso e sem considerar a vantagem do inimigo, que combatia em sua própria casa, próximo às bases, lançava para o sul seus exércitos – como as hastes de uma tenaz – com o objetivo de dominar as duas margens do Prata.”<sup>429</sup>

No entanto, Francisco Doratioto escreve no livro **Conflicto com o Paraguai** os motivos que levaram ao fracasso essa tentativa de Solano López da seguinte maneira: “Contudo, foi o Paraguai que acabou isolado. Os *blancos* não tiveram condições de apoiar a ação paraguaia porque, pressionados pela Argentina e pelo Império brasileiro, assinaram, em fevereiro de 1865, o Protocolo de Vila União, passando o poder ao *colorado* Venâncio Flores. Já os federalistas argentinos não se sublevaram, pois tinham mais a ganhar ficando do lado de Buenos Aires e do Brasil. De fato, o inevitável bloqueio que a Marinha imperial imporia no Prata impediria o comércio dos federalistas com o exterior, causando-lhes prejuízos.”<sup>430</sup> Doratioto reduz incorretamente os “federalistas argentinos” aos criadores e charqueadores das províncias do Litoral. No próprio Litoral, a enorme cavalaria de Urquiza sublevou-se, desertando maciçamente, duas vezes, para não combater o Paraguai. Nas províncias do Interior, houve extensas sublevações que obrigaram literalmente os exércitos argentinos a abandonarem o frente de batalha paraguaio.

Assim, Doratioto, na obra citada, escreve como teria surgido o pacto da Tríplice Aliança nas seguintes palavras: “Em 1º de maio de 1865, em Buenos Aires, a Argentina, o Brasil e o Uruguai assinaram o Tratado da Tríplice Aliança para enfrentar o Paraguai. Nele

<sup>428</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay** [...] *Op Cit* pp. 202-203

<sup>429</sup> CANCOGNI, Manlio; BORIS, Ivan. **Solano López** [...] *Op Cit* p. 75

<sup>430</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Conflicto** [...] *Op Cit* p. 21

estabelecia-se que, enquanto Solano López não fosse retirado do poder, os aliados não negociariam a paz. [...] O documento de 1º de maio de 1865 definia, ainda, as fronteiras do Paraguai com o Brasil e a Argentina no pós-guerra. Era determinado, também, que por ser o agressor o país guarani, teria de indenizar as nações aliadas por todos os gastos e prejuízos resultantes da guerra.”<sup>431</sup> Ou seja, previa o literal submetimento do país à Argentina e ao Brasil.

O historiador argentino José Maria Rosa, em sua obra **La Guerra del Paraguay: y las montoneras argentinas**, de 1985 tece nos seguintes termos alguns comentários a respeito do documento em que se definiu a Tríplice Aliança: “Los aliados se obligaban ‘a respetar la independencia, soberanía e integridad del Paraguay’, dice el art. 8º. Diríase un párrafo de Mitre, si no tuviera la certeza de haber sido Octaviano su redactor. Pues continuación se establecen como objetivos de guerra: [...] Quitarle a Paraguay la soberanía de sus ríos (art. 11). [...] Cargar a lo que quedase de Paraguay con toda la deuda de la guerra (art. 14). [...] Repartirse entre Brasil y Argentina – para ‘evitar las discusiones que traen consigo quistiones de límites’ – una inmensa cantidad de territorio en litigio, o exclusivamente paraguayo (art. 16). [...] “para evitar discusiones futuras” los despojos del vencido, Brasil se regalaba sus exorbitantes pretensiones fronterizas (hasta el río Apa por el lado del río Paraguay, y el Iguerey por el Paraná) mientras Mitre se comía todo el Chaco paraguayo hasta la Bahía Negra, (que no disputaba la Argentina sino Bolivia).”<sup>432</sup> Tratava-se, portanto, de uma guerra indiscutivelmente imperialista, que nada tinha a ver com a honra imperial e nacional ofendida.

Não podemos negar que, em primeiro de maio de 1865, o Império, o Uruguai e a Argentina assinaram um acordo em que se estabelecia uma Tríplice Aliança para combater o Paraguai de Solano López. Documento em que se estabelecia além da cooperação militar, o literal saque e submissão do país, após a derrota. Por seu conteúdo, o tratado deveria ter permanecido secreto.

Sinteticamente, Francisco Doratioto escreve, em seu texto **A Guerra do Paraguai**, de 1998, os resultados do confronto para os envolvidos nos seguintes termos: “O Estado nacional paraguaio, nos moldes que conhecemos, foi destruído; o país perdeu recursos econômicos, territórios e população, embora as perdas humanas da guerra estejam longe de terem alcançada a dimensão de genocídio, como apontaram o sensacionalismo de alguns revisionistas. A Argentina, por sua vez, saiu do conflito com ganhos territoriais; fortalecida

<sup>431</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Conflicto [...] Op Cit** p. 22

<sup>432</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay [...] Op Cit** p. 193

politicamente, pois foram eliminados os aliados da oposição federalista a Buenos Aires; e fortalecidas economicamente, ao se beneficiar sua economia dos gastos brasileiros na compra de suprimentos destinados às forças imperiais (alimentos; animais de tração; carvão para os navios de guerra e bens de consumo geral). Para o Império do Brasil, essa guerra marcou seu apogeu, ao demonstrá-lo capaz de travar e vencer um conflito com características inéditas no Prata, e, dialeticamente, o início de sua decadência. Para vencer Solano López, os governantes do Império tiveram que desviar sua atenção e recursos financeiros dos problemas internos, que erodiram, finalmente, o Estado Monárquico. O Brasil gastou na guerra a enorme quantia de 614 mil contos de réis – onze vezes o orçamento governamental para o ano de 1864 – criando um déficit público e uma dívida externa que persistiram até a Proclamação da República brasileira em 1889.”<sup>433</sup> Doratioto nega as avaliações sobre a mortandade “de alguns revisionistas”, mas na apresenta, igualmente, estimativas mais precisas, apoiadas em levantamentos científicos. Não registra igualmente os enormes ganhos territoriais do Império; as pesadas indenizações pagas pelo Paraguai ao Brasil, até a II Guerra Mundial; a situação de literal protetorado relativo que o país caiu em relação sobretudo do Brasil, da qual surgiria, de certo modo, quase um século mais tarde, o próprio acordo da repressa de Itaipú.

### **A Inglaterra e a Guerra do Paraguai**

Agora faremos uma discussão a respeito de uma polêmica que alcançou importância que cremos indevida: o interesse ou não da grande potência imperialista da época, a Inglaterra. Seria ela a “mão oculta” por trás dos países envolvidos na Guerra do Paraguai? Não pretendemos colocar um ponto final na discussão, apenas mostrar rapidamente algumas opiniões de diferentes autores a respeito do tema. Além disso, quais eram as motivações da Argentina, do Uruguai e do Império do Brasil em declarar guerra ao Paraguai?

Em seu livro **O negro no Brasil. Da senzala à Guerra do Paraguai**, de 1980, Chiavenato escreve com as seguintes palavras a respeito da Guerra do Paraguai: “A Inglaterra ‘bancou’ a guerra. Uma das mais graves conseqüências da Guerra do Paraguai para o Brasil é que, depois dela, nunca mais o país pôde escapar dos juros e empréstimos ingleses, tornando-se presa eterna do imperialismo financeiro mundial, renegociando dívidas e financiamentos – jamais chegando a saldar seus compromissos.”<sup>434</sup> Em **La Guerra do Paraguay: y las montoneras argentinas**, de 1985, o historiador José Maria Rosa, escreve que os ingleses tinham motivos para reprovar o modo de desenvolvimento paraguaio. “El Paraguay de López

<sup>433</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **A Guerra do Paraguai [...] Op Cit** pp. 214-215

<sup>434</sup> CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil [...] Op Cit** p. 196

era un escándalo en América. Un país bastándose a sí mismo, que nada traía de Inglaterra y se permitía a detener a los hijos de ingleses, como en el caso de Constatt, con el pretexto de infringir las leyes del país, debería necesaria y urgentemente ponerse a la altura de la Argentina de Mitre. Como la *Home Fleet* se veía trabada por los cañones de Humaitá para dar a los paraguayos la consabida lección de urbanidad, quedaba la tarea a cargo de los vecinos.”<sup>435</sup>

Além de escrever que o Paraguai constituía um mau exemplo para os demais países latino-americanos, cita o ministro Edward Thorton, como sendo a “mão oculta” por trás dos países que teriam supostamente assinado o Tratado da Tríplice Aliança no encontro em Puntas del Rosario, no acampamento de Flores. Sobre Thorton, Rosa, na obra citada, escreve que: “Hay un documento elocuente de Thorton dirigido al *Foreign Office* desde Asunción el 6 de setiembre de 1864. Describe con sombríos colores la tiranía paraguaya cuyos serenos asunceños si permitían detenerlo por la noche para exigirle papeles de identidad y formularle preguntas irritantes. [...] Antes de dos meses Paraguay estará en guerra con Brasil, antes de seis con la Argentina. La semilla sembrada por Thorton en Montevideo y Buenos Aires daba sus frutos promisorios. Y pocos años no habría en Paraguay tarifas aduaneras, ni hornos de fundición, ni cañones de Humaitá, ni serenos preguntadores, ni paraguayos pecadores, ni ríos clausurados al libre comercio, ni dictadura. [...] Ni tampoco Paraguay.”<sup>436</sup>

Na verdade, o Paraguai e a Grã-Bretanha estiveram envolvidos em questões diplomáticas que podem sim ter interferido nas futuras relações entre os dois países. Questões essas que poderiam muito bem ter deixados os ingleses descontentes com o Estado Guarani. O primeiro envolveu o ataque de dois navios de guerra à embarcação em que viajava o presidente paraguaio Solano López após a mediação de paz durante a guerra civil na Argentina. Esse ataque é narrado pelo historiador paraguaio Juan E. O’Leary no livro **El Mariscal López**, de 1921. “Pero he aquí, que, dentro todavía de la rada de Buenos Aires, el *Tacuarí* fue víctima de un inaudito atropello de dos poderosos buques de guerra de Inglaterra.”<sup>437</sup>

Inclusive, teria o presidente paraguaio sido avisado do perigo, mas nos conta o citado autor que ele sequer se preocupou com a hipótese de ser atacado, uma vez que não estavam

---

<sup>435</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay** [...] *Op Cit* pp. 142-143

<sup>436</sup> Id. *Ibid* p. 143

<sup>437</sup> O’LEARY, Juan E. **El Mariscal** [...] *Op Cit* p. 96

em guerra com os britânicos. Nunca imaginaria uma ação dessas vindo de uma nação civilizada.<sup>438</sup>

Segue o autor descrevendo o presente episódio: “López denunció lo sucedido al Gobierno de Buenos Aires, formulando su protesta en notas llenas de elocuencia y de indignación, dirigiéndose después por tierra hasta Paraná, donde tomó el *Jejuí*, buque de la Armada nacional, prosiguiendo sin molestias su viaje hasta Asunción.”<sup>439</sup>

Ainda destacamos mais um episódio envolvendo o embaixador britânico na América do Sul, William Douglas Christie (o mesmo da Questão Christie no Império). No Paraguai ele também manifestou sua “habilidade” política, especialmente no trato com povos latino-americanos. Como afirma o citado autor, Christie costumava ser descomedido em suas exigências, além de sempre demonstrar um enorme desprezo para com os povos deste continente. Nesse caso não foi diferente.<sup>440</sup>

Segundo o historiador O’Leary: “Pero en el Paraguay se estrelló contra la altivez irreductible de nuestros gobernantes, retirando-se disgustado de Asunción por no haber podido finiquitar un Tratado en veinte días y no haber conseguido entenderse directamente con el Presidente de la República, pasando por encima del ministro de Relaciones Exteriores.”<sup>441</sup>

William Christie não conseguiu impor um tratado ao governo paraguaio, sequer conseguiu tratar diretamente com o presidente, mas com ministros apenas. Isso fez com que se retirasse do país Guaraní extremamente desgostoso. No entanto, Christie teria passado a guardar um profundo ódio aos paraguaios e buscaria um motivo para se vingar. Ocasão que viria em 1859, quando de um atentado contra a vida do presidente paraguaio Carlos Antonio López. Estava envolvido um senhor chamado Santiago Constatt, que chegara ao Paraguai em 1852, se declarando uruguaio. Teria ele pedido garantias ao governo inglês, representado pelo ministro Henderson, que pediu sua liberdade e uma reparação. Todavia, o governo paraguaio não aceitou as exigências do ministro inglês, querendo tratar diretamente com o governo da Grã-Bretanha. Em primeiro de agosto, o Cônsul inglês exigiu novamente a soltura de Constatt, além de satisfações a Sua Majestade pela falta de respeito para com ele. No julgamento, Constatt, junto com outros quatro conspiradores foram condenados à morte. O

<sup>438</sup> O’LEARY, Juan E. *El Mariscal [...]* *Op Cit* p. 96

<sup>439</sup> Id. *Ibid* p. 97

<sup>440</sup> Id. *Ibid* p. 98

<sup>441</sup> Id. *Ibid* p. 98

presidente López, todavia, lhes deu um indulto, inclusive ao suposto súdito inglês. Porém, essa medida, não pôs fim ao conflito com a Inglaterra.<sup>442</sup>

Não podemos deixar de levar em consideração outros países que também tinham divergências com o Paraguai. Destacamos aqui os Estados Unidos, que esteve envolvido também em duas questões. Segundo O’Leary, questões menores, mas que acabaram com grandes proporções: o caso Eduardo Hopkins e o *Water Wittch*.<sup>443</sup> Segundo Juan E. O’Leary: “Un sujeto llamado Eduardo Augusto Hopkins, cónsul norteamericano, había fundado en 1853, en Asunción, la *Compañía de Navegación de Estados Unidos en el Paraguay*, obteniendo de nuestro Gobierno un préstamo de diez mil pesos oro, sin ninguna garantía, aparte de otros servicios y privilegios.”<sup>444</sup>

Segue o autor: “Más o menos en la misma época ocurría la enojosa cuestión del *Water Wittch*. [...] Un buque americano de este nombre había solicitado permiso para explorar, con fines específicos, el Alto Paraguay. Y después de subir hasta Bahía Negra, regresó a nuestra capital, donde su capitán correspondió a las deferencias de nuestro Gobierno abrazando públicamente la causa de Hopkins y manifestándose en forma agresiva contra nuestras autoridades, sin ser molestado por nadie. [...] Y no contento con esto, ya de regreso, violando expresas prohibiciones, intentó navegar por un brazo del Paraná, exclusivamente nuestro, que, por razones estratégicas, estaba cerrado a las banderas extranjeras. La fortaleza de Itapirú le ordenó que se detuviera, y como siguiese avanzando, le hizo fuego, causándole algunas averías y obligándole a retroceder malparado.”<sup>445</sup> Por essas razões, os paraguaios não mantinham boas relações nem com a Inglaterra nem com os Estados Unidos. Não podemos ignorar questões como essas ao analisar a política externa, principalmente no período em questão (o século 19).

Os historiadores italianos Manilio Cancogni e Ivan Boris no livro **Solano López o Napoleão do Prata**, datado de 1970 escrevem a respeito da atitude dos países europeus com relação à Guerra do Paraguai nos seguintes termos: “As potências, especialmente a Inglaterra, tinham grandes interesses no Prata. Os governos, à exceção do Frances, eram favoráveis à Aliança; e se é verdade que ofereciam os seus serviços para conseguir uma paz de

---

<sup>442</sup> O’LEARY, Juan E. **El Mariscal** [...] *Op Cit* pp. 98-100

<sup>443</sup> Id. *Ibid* p. 47

<sup>444</sup> Id. *Ibid* p. 47

<sup>445</sup> Id. *Ibid* p. 48

compromisso, sempre o fizeram com escasso empenho. Queriam o Paraguai derrotado, López fora de cena.”<sup>446</sup>

Ao que nos parece, não seria sem fundamento, então escrever que haveria um conjunto de interesses em torno de uma guerra contra o Paraguai. Como escreve Juan O’Leary: “Parece que contando con las cuestiones que el Paraguay sostenía con los Estados Unidos e Inglaterra – decía el doctor Lorenzo Torres, en carta de 5 de noviembre de 1860 – también la Confederación Argentina había resuelto traerle la guerra al Paraguay, y, al efecto, disponía reservadamente, los medios a que debía echar mano. En las altas regiones argentinas se cree que una guerra extranjera distraerá y amortiguará los odios que ha dejado la antigua división de partidos y no se ha encontrado un remedio más eficaz para cicatrizar las heridas dejadas por las luchas intestinas que trae la guerra al pueblo generoso que con tanto empeño ha contribuido a la unión de la nación argentina.”<sup>447</sup>

Segundo Francisco Doratioto, em **A Guerra do Paraguai**, de 1998: “As relações do Paraguai com a Grã-Bretanha não se tinham caracterizado, como se viu pela cordialidade. O mesmo, porém, pode ser dito em relação ao Brasil que, inclusive, rompeu relações diplomáticas com Londres em 1862, restabelecendo-as três anos depois, quando já estava em curso a guerra com o Paraguai.”<sup>448</sup>

Doratioto na citação se refere à Questão Christie [1862-1865], envolvendo Brasil e Inglaterra em meados da década de 1860. Sobre essa questão, temos o livro de Rosa que coloca a crise nos seguintes termos: “Las cosas se complicaron con el naufragio de una barcaza mercante inglesa en las costas del Albardón. Christie acusó a los habitantes del litoral de apoderarse de los restos del naufragio exigiendo al gobierno brasileño el reemplazo de 6.525 libras esterlinas en que tasaba la carga. Abrantés demostró que la carga había desaparecido con el naufragio y no existía apoderamiento alguno por los habitantes de la costa. [...] No habían dado en Rio de Janeiro importancia a los reclamos exagerados de Christie, cuando se presentó en la bahía de Guanabara una escuadra inglesa al mando del almirante Richard Warren y empezó a apoderarse, ‘en represalias’, de navíos brasileños. [...] Ahora, en 1862, los atropellos de la escuadra de Warren en la bahía de Rio de Janeiro volvieron a conmover a los brasileños; hubo manifestaciones callejas, se apedreó a la legación inglesa y los súbditos británicos fueron invitados a permanecer en sus domicilios como

<sup>446</sup> CANCOGNI, Manlio; BORIS, Ivan. **Solano López [...]** *Op Cit* pp. 1-2

<sup>447</sup> O’LEARY, Juan E. **El Mariscal [...]** *Op Cit* p. 123

<sup>448</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **A Guerra do Paraguai [...]** *Op Cit* p. 209

medida de seguridad. [...] Las relaciones diplomáticas con Inglaterra quedaron interrumpidas a la espera del fallo del rey de Bélgica. En 18 de junio de 1863, el rey Leopoldo, hizo conocer su fallo: no había tales “agravios” de Brasil a Inglaterra y tacaba a esta reanudar relaciones diplomáticas.”<sup>449</sup>

No entanto, em nosso entendimento, devemos analisar com muito cuidado a Questão Christie, que nos parece ter sido um problema originado pela falta de habilidade política do embaixador inglês no Império. Afirma o jornalista brasileiro Jorge Caldeira em **Mauá**: empresário do Império: “O embaixador, desde 1859, era William Douglas Christie [...]. Logo que desembarcou, apresentou suas primeiras reivindicações: queria a abertura da navegação de cabotagem para embarcações estrangeiras (o transporte interno era um monopólio nacional), a abertura do Amazonas para a navegação internacional, uma definição do governo sobre o estatuto jurídico dos escravos desembarcados no país depois de 1831 – e o domínio do mercado naval para os estaleiros ingleses.”<sup>450</sup>

Segundo Caldeira, a falta de destreza política de Christie fica explicitada nos dois casos envolvendo o Império e a Inglaterra. Segundo Caldeira: “À medida que ia percebendo que lidava com um governo inerte e perdido, o embaixador inglês foi ficando cada vez mais parecido com seus precursores. Tornou-se insolente nas exigências, ácido nas críticas e cultor de um enorme desprezo pelos brasileiros em geral. Começou a aproveitar qualquer evento marginal para espicaçar o ministro do Exterior [...] e fazer reivindicações descabidas e ameaças de uso da força. No fim, abandonou o principal para se divertir com um evento secundário. No final de 1861 naufragou o navio *Prince of Wales*, numa região deserta da costa do Rio Grande do Sul. Depois de alguns meses, chegaram ao Rio de Janeiro notícias que sugeriam que alguém poderia ter pego parte da carga, espalhada pela costa. Christie resolveu transformar o fato numa questão diplomática, e exigiu do governo brasileiro compensações para o proprietário do navio, para os parentes dos marinheiros mortos, punição para os funcionários brasileiros que registraram o caso – tudo isso baseado em suspeitas vagas.”<sup>451</sup>

Segue o autor: “No dia 2 de julho de 1862, a polícia prendeu três bêbados que importunavam mulheres e chutavam escravos numa rua da Tijuca. Os três eram marinheiros do navio inglês *Forte*, que estava atracado no porto. O embaixador interpretou o grotesco episódio como ‘um caso sério’ e ‘um ultraje’ à Inglaterra. Para reparar a ofensa, exigiu do

<sup>449</sup> ROSA, José María. **La guerra del Paraguay** [...] *Op Cit* pp. 52-53-54

<sup>450</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: empresário [...] *Op Cit* p. 392

<sup>451</sup> Id. *Ibid* p. 396

governo brasileiro a demissão do oficial que ordenara a prisão, desculpas públicas e uma censura escrita ao chefe da polícia da Corte. Como o governo brasileiro se recusou a atender às exigências britânicas tanto num caso como no outro, no dia 31 de dezembro de 1862, Christie simplesmente mandou o comandante da esquadra britânica no Rio de Janeiro bloquear o porto da cidade e prender todos os navios brasileiros que chegassem.”<sup>452</sup>

O que põe em dúvida a posição oficial dos ingleses na Questão Christie, foi a recepção que o embaixador teve quando retornou à sua terra natal. “Christie voltou para a Inglaterra debaixo de críticas dos comerciantes ingleses, que consideravam seu modo de agir exagerado e imprudente. Recebeu uma fria defesa oficial, que significava praticamente o fim de sua carreira.”<sup>453</sup> Nunca é demais lembrarmos que foi o governo imperial que rompeu as relações com a Inglaterra depois das atitudes tomadas pelo embaixador Christie.

Moniz Bandeira em seu livro **O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata**: da colonização à guerra da tríplice aliança, de 1995 escreve, concordando com Chiavenato, que “os banqueiros britânicos se encarregaram de financiar a campanha contra o Paraguai.”<sup>454</sup> No entanto, o mesmo Bandeira na obra citada enfatiza que: “Porém, não se pode, absolutamente, creditar a supostos interesses da Grã-Bretanha por trás do Império do Brasil a responsabilidade pela erupção da guerra com o Paraguai, a fim de incorporá-lo ao mercado mundial, destruir um possível modelo de desenvolvimento econômico alternativo para o capitalismo e/ou buscar terras para o cultivo de algodão. Este é um teorema que nem a lógica nem os fatos comprovaram. A guerra, evidentemente, acelerou a integração do Paraguai, como, aliás, dos outros países da Bacia do Prata, na economia capitalista, à medida que o processo de acumulação de capital, cujo centro mais importante se localizava, àquela época, na Grã-Bretanha, impunha a dissolução progressiva e contínua das formações pré-capitalistas. A integração do Paraguai, iniciada nos tempos de Carlos Antonio López, completar-se-ia, no entanto, mais cedo ou mais tarde, em função das próprias exigências internas de acumulação de capital, sem a necessidade de uma guerra, que destruiria, como destruiu, as potencialidades de mercado e de suas forças produtivas.”<sup>455</sup>

A respeito dos bancos ingleses, o jornalista brasileiro Jorge Caldeira escreve que: “Dois grandes bancos se destacaram no negócio, atuando como agentes capazes de reunir

---

<sup>452</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: empresário [...] *Op Cit* p. 396

<sup>453</sup> Id. *Ibid* p. 397

<sup>454</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro** [...] *Op Cit* p. 196

<sup>455</sup> Id. *Ibid* p. 197

capitais para montar os empreendimentos, depois como banqueiros deles, e por fim, como investidores na fiscalização de sua gestão. Formavam o topo da pirâmide na época, e atuavam basicamente em três áreas: ferrovias, grandes empreitadas (obras como o canal de Suez, por exemplo) e governos [...] financiavam guerras, levantavam capital para empréstimos, bancavam a compra de grandes territórios – e para realizar os negócios colocavam e tiravam governantes do poder, faziam espionagem, substituíam diplomatas em acordos secretos, subornavam políticos. O primeiro desses bancos era o Baring Brothers, que tinha em seu portfólio a compra da Louisiana pelos Estados Unidos, o financiamento da França depois de Waterloo – e outras contas dos governos dos Estados Unidos, Rússia, Canadá, Austrália, Argentina, Chile e Noruega.”<sup>456</sup>

Segue o autor: “Além do Baring, um outro conjunto de bancos dominava a cena. Eram os Rotschild, uma família de banqueiros com empresas espalhadas pela Inglaterra, França e Áustria. No portfólio dos Rotschild londrinos estavam o financiamento da campanha de Wellington, o da Guerra da Criméia, a tomada de controle do Canal de Suez pela Inglaterra, as construções de ferrovias na França e na Áustria, a conta de governos como o da Inglaterra, Nápoles e Duas Sicília e do Brasil. Enquanto isso seus primos cuidavam dos destinos da economia de todo o Império austro-húngaro, de parte da Alemanha, além de influir bastante no destino dos negócios franceses.”<sup>457</sup>

Caldeira lembra que o governo imperial era nada mais que um dos clientes do banco de Lionel Rotschild. “Os Baring e os Rotschild costumavam tratar os governos que se serviam deles como aos clientes normais, ou seja, como alguém que deve seguir obedientemente seus conselhos. Assim funcionavam ora como agentes do Tesouro, ora como bancos centrais ou ministérios da Defesa de muitos países – e este era seu grande negócio. [...] Nesse mundo difícil, o caso do cliente do Brasil, era uma conta obtida ainda nos tempos de dom Pedro I, eram um dos mais simples. O governo brasileiro nunca discordava de seu banqueiro [Rotschild] [...]”<sup>458</sup>

Bandeira, na obra apenas citada, conclui seu pensamento, ainda ressaltando o fato de que o Império e a Inglaterra haviam rompido relações diplomáticas nas seguintes palavras: “A Grã-Bretanha não possuía, entretanto, nenhum interesse específico tão grande, nem mesmo a procura de terras para o cultivo do algodão, que justificasse a preparação da guerra contra o

---

<sup>456</sup> CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: empresário [...] *Op Cit* p. 359

<sup>457</sup> Id. *Ibid* p. 359

<sup>458</sup> Id. *Ibid* p. 360

Paraguai, mormente usando um país, como o Brasil, com o qual suas relações diplomáticas estavam rompidas desde 1863. Quando o conflito na Bacia do Prata irrompeu, em início de 1864, a Guerra de Secessão nos Estados Unidos terminava e já se previa o colapso no mercado do algodão, cujo preço cairia de 27 *pence* a libra para 15,2 e, finalmente para 6 *pence*.<sup>459</sup>

Francisco Doratioto, em seu texto **A Guerra do Paraguai**, de 1996, vai mais longe ao afirmar que a Inglaterra não só não teria motivos para lançar uma guerra na América do Sul, como se manteve neutra durante o conflito. “Grã-Bretanha e França, as duas maiores potências européias, mantiveram a neutralidade na guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. É fato que os banqueiros britânicos concederam empréstimos ao governo brasileiro durante o conflito. Tais empréstimos, no entanto, constituíam iniciativa privada e seguiam a lógica empresarial de buscar a melhor remuneração ao capital com menor risco, pois, afinal de contas, a correlação de forças era favorável ao Brasil e seus aliados e não ao Paraguai.”<sup>460</sup>

A respeito dos empréstimos feitos pelos ingleses aos aliados, Doratioto, em **Maldita Guerra**, escreve que: “Durante a guerra, os aliados obtiveram empréstimos de banqueiros ingleses. O capital não tem ideologia. É remuneração associada ao menor risco. Fazer empréstimos ao governo de Solano López seria, pela lógica empresarial, uma atitude arriscada, pois, desde o segundo semestre de 1865, era evidente a impossibilidade de o Paraguai vencer a guerra.”<sup>461</sup> Nos parece pertinente ressaltar que a Grã-Bretanha não construiu a Guerra do Paraguai, mas que não lhe desgostava a idéia de um conflito contra esse país. Assim, eles financiaram e apoiaram diplomaticamente os aliados e não se opuseram à guerra.

Ricardo Salles, em seu livro **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**, de 1990, também enfatiza os empréstimos feitos pelos ingleses aos aliados, sob a seguinte óptica: “Há ainda a questão dos empréstimos ingleses ao governo imperial e conseqüente dependência deste em relação à Inglaterra como argumento demonstrativo ‘do dedo oculto’ de Londres por trás das ações brasileiras. Com efeito, o conflito do Paraguai acarretou a necessidade de enormes gastos por parte do governo imperial para cobrir as necessidades de material bélico e organização de um exército nacional. Nesse sentido, a guerra aprofundou essa dependência que já havia se estabelecido a partir de 1822 e

<sup>459</sup> BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro [...]** *Op Cit* p. 200

<sup>460</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **A Guerra do Paraguai [...]** *Op Cit* p. 210

<sup>461</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra [...]** *Op Cit* p. 91

continuará depois da guerra. A vinculação da guerra a interesses ingleses no sentido da efetivação dos empréstimos, no entanto, não tem maiores evidências e é desprovida de sentido. Os empréstimos são decorrentes da guerra e não o contrário. Imputar a interesses ingleses a deflagração do conflito apoiando-se no fato de que o esforço de guerra baseou-se em empréstimos junto a bancos ingleses (de resto, já uma tradição do governo imperial) é uma conclusão que inverte os nexos de causalidade entre os dois fatos.”<sup>462</sup>

Todavia, Salles, na obra citada, reconhece que os ingleses poderiam sim ter uma política para a América do Sul, com podemos observar no trecho que segue: “É possível que o objetivo inglês com essa participação fosse o de contribuir com uma política (que de qualquer forma já vinha sendo levada a cabo pelo Império) no sentido de garantir em Montevideu um governo *colorado*, mais afinado aos interesses comerciais britânicos e, juntamente com seus vizinhos Argentina e Brasil, favorável à livre navegação. Um governo que comporia um quadro de paz [sic] necessário ao bom desenvolvimento do comércio na região platina. [...] Nunca é demais afirmar que a política britânica na região tinha como linha condutora impedir a formação de uma potência regional hegemônica, fosse esta o Brasil ou a Argentina.”<sup>463</sup>

Como já explicitamente destacado, em meados dos anos 1950, ao abordar as razões da Guerra do Paraguai e o papel da Inglaterra, o argentino Milcíades Peña impugnara terminantemente a tese do Brasil de dom Pedro e da Argentina de Mitre como meros *marionetes* ingleses. Em **La era de Mitre: de Caseros a la Guerra de la Triple Infamia** o historiador marxista lembrava: “La guerra contra el Paraguay fue la continuación lógica y la última etapa de la guerra de la oligarquía mitrista contra el Litoral y las provincias interiores argentina [...]” Propunha, em forma ainda mais direta: “La monarquía brasileña no actuaba por cuenta de Inglaterra contra el Paragay; actuaba por cuenta propia, impulsada por causas internas del Brasil, no por presiones externas.”<sup>464</sup> Em nossa opinião, não procederia a visão de guerra organizada pela Inglaterra ou da neutralidade da Inglaterra no conflito.

### **Quais os interesses em jogo na Guerra do Paraguai?**

Quais pretensões motivaram a Argentina a entrar nesse conflito? Antes de qualquer análise, temos de ter em mente que não foram os argentinos que desejaram o confronto contra o Paraguai, mas sim a oligarquia portenha, sob a liderança do presidente Bartolomé Mitre. Assim, o historiador argentino Milcíades Peña escreve quais foram os fatores que pesaram

<sup>462</sup> SALES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão** [...] *Op Cit* pp. 34-35

<sup>463</sup> Id. *Ibid* pp. 35-36

<sup>464</sup> PEÑA, Milcíades. **La era de Mitre** [...] *Op Cit* pp. 47 e 61

para essa guerra, depois de se consolidar com a vitória na batalha de Pavón nos seguintes termos: “Las provincias interiores no tenían ninguna salida independiente que ofrecer a la sumisión a Buenos Aires, excepto sucumbir peleando. No podían aportar ninguna organización del país superior a la oligarquía porteña. El Litoral argentino, por su parte, ofrecía una organización que era en esencia similar a la que promovía Buenos Aires, con la diferencia de que su eje no hubiera sido la oligarquía porteña sino los estancieros del Litoral. Paraguay, en cambio, ofrecía una alternativa distinta a la de la oligarquía porteña y superior a ella, como que se basaba en el desarrollo autónomo de la economía nacional, en base a todas las conquistas de la civilización europea, industrial y capitalista. Por eso la Guerra de la Triple Infamia es tan siniestramente reaccionaria.”<sup>465</sup>

Peña segue escrevendo a respeito dos objetivos da oligarquia de Buenos Aires quanto á Guerra do Paraguai, conforme podemos ler no trecho que segue: “El objetivo fundamental de la guerra mitrista contra el Paraguay era liquidar aquel foco que en cualquier momento podía aglutinar a las derrotadas provincias del Interior y a los estancieros del Litoral no del todo decididos todavía a perder la supremacía lograda bajo la Confederación presidida por Urquiza.”<sup>466</sup> Ainda a respeito da Argentina de Mitre, devemos nos lembrar que o confronto foi mascarado como luta da liberdade contra a tirania, da civilização contra a barbárie. Mas, na verdade, os interesses dos unitaristas eram no mercado e nos territórios paraguaios, por um lado, e com a destruição do federalismo, por outro.

Miliciades Peña escreve, nesse sentido: “La guerra *civilizadora* era la forma de hincar el diente en el mercado paraguayo. En ese objetivo la burguesía porteña contaba con el apoyo de los lamentables retoños de la burguesía comercial paraguaya, clase parásita que no tenía lugar, o lo tenía de sirvienta en la economía paraguaya, orientada por el Estado hacia la producción estimulada por las ganancias del comercio exterior, que el Estado monopolizaba y distribuía entre toda la economía.”<sup>467</sup> Além do que o Paraguai poderia, sendo um país que conseguira um desenvolvimento autônomo, ser uma alternativa viável ao desenvolvimento liberal baseado em importações da oligarquia de Buenos Aires, além de um estímulo para as províncias derrotadas se revoltarem contra o domínio portenho, como assinalado.<sup>468</sup>

---

<sup>465</sup> PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre** [...] *Op Cit* p. 57

<sup>466</sup> Id. *Ibid* p. 58

<sup>467</sup> Id. *Ibid* p. 59

<sup>468</sup> Id. *Ibid* pp. 47-48

Quanto às razões do Império do Brasil, Miliciades Peña vai contra a tese de que a Grã-Bretanha é quem teria real interesse no conflito, financiando os aliados. Ressalta os interesses imperiais na região, e que o Império teria agido por conta própria, sem ser “fantoche” dos interesses imperialistas estrangeiros, conforme podemos ler no trecho que segue: “La guerra del Paraguay se produce precisamente en una época en que las relaciones entre la monarquía brasileña e a Inglaterra no eran cordiales, porque a Inglaterra protegía la producción azucarera de sus colonias en detrimento de la producción brasileña y bloqueaba los puertos del Brasil para impedir la introducción de esclavos clandestinos a la oligarquía de plantadores brasileños – lo cual hundía a éstos y favorecía a los plantadores británicos con propiedades en las Antillas. [...] Y la diplomacia británica actuó más bien en el sentido de frenar la ofensiva brasileña contra el Paraguay que de impulsarla, porque el dominio brasileño sobre Paraguay a debilitar la influencia directa de Inglaterra en el Río de la Plata puesto que una vez implantada su soberanía completa sobre el Paraná y el Uruguay la monarquía brasileña hubiera sido mucho más esquiva a las imposiciones británicas. La monarquía brasileña no actuaba por cuenta de Inglaterra contra el Paraguay; actuaba por cuenta propia, impulsada por causas internas del Brasil, no por presiones externas.”<sup>469</sup>

Peña aponta uma razão totalmente diferente para a declaração de guerra por parte do Império. Até então analisamos a questão da navegação dos rios Paraná e Paraguai, a questão relativa às fronteiras e ainda a influência externa – leia-se, britânica. No entanto, o historiador argentino demonstra que havia a questão da escravidão a ser defendida e compara o Império à Rússia Czarista, que criava inimigos externos para expandir seus territórios e aliviar as pressões internas na defesa de sistemas produtivos anacrônicos. Como já assinalado, a guerra contra o Paraguai permitiu ao governo imperial e a dom Pedro desarmar o forte movimento emancipacionista e abolicionista que se estabelecera a partir dos anos 1860. Uma razão que se agregaria aos motivos estruturais e profundos do Estado imperial escravista, em relação ao Prata.

Registra o autor argentino: “La economía brasileña, sustentada en la producción de café y azúcar en base al trabajo esclavo, padecía la crisis de este sistema de producción, cada vez más costoso e ineficiente. La crisis era crónica hacia 1865, y como la única solución – que era liquidar la esclavitud – chocaba con los intereses de los plantadores, se buscaba una solución alternativa en la expansión territorial a expensas de los vecinos, con tendencia a dominar toda la zona del Plata. En esto como en muchas otras cosas la monarquía aldeana de

---

<sup>469</sup> PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre** [...] *Op Cit* p. 61

Brasil se parecía con la autocracia zarista y justificaba el calificativo de Rusia de América. Al igual que el zarismo trataba de remediar con la expansión territorial la insoluble crisis de un sistema de producción anacrónico que las clases privilegiadas se negaban a abandonar.”<sup>470</sup> A respeito da relação escravidão e Guerra do Paraguai, analisamos melhor a questão no capítulo “Império do Brasil: a monarquia escravista”.

Para Miliciades Peña, houve uma convergência de interesses. Primeiramente, a necessidade da oligarquia portenha em impedir a existência de um possível foco de resistência contra seu liberalismo e, se possível, recolonizar econômica ou territorialmente a província perdida. Em segundo lugar, a necessidade de expansão territorial e comercial do Império escravista do Brasil, com destaque para a questão a livre navegação do rio Paraguai. Tudo isso com a ajuda dos empréstimos feitos pelos banqueiros ingleses. Esses três fatores confluíram para aniquilarem a independência, a terra e a população do Paraguai.<sup>471</sup>

A questão da navegação dos rios Paraná e Paraguai é muito mais importante do que muitas vezes se crê. Na verdade, já era motivo de discordâncias e acirramento dos ânimos entre as duas nações desde o reconhecimento da independência paraguaia depois da queda de Rosas. José Honório Rodrigues e Ricardo Seitenfus em **Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945**, de 1995, escreve que: “Depois dos acontecimentos de 1851 e 1852 a independência do Paraguai reconhecida pela Confederação Argentina (17 de julho de 1852), Reino Unido e várias nações européias não haviam aderido ao pedido de reconhecimento. As manifestações de consideração partidas do Brasil, que fora o primeiro a reconhecer-lhe a Independência, faziam supor que se poderia chegar a um acordo sobre as várias questões pendentes e conseqüentes aos Tratado de 25 de dezembro de 1850, especialmente quanto à navegação dos rios, do comércio e limites. Mandou o governo Felipe José Pereira Leal com instruções (29 de maio de 1852) para resolver os casos importantes e esse encontrou os maiores embaraços. [...] Nosso representante ouviu as mais graves acusações e a 12 de agosto de 1853 o governo paraguaio mandava-lhe entregar os passaportes.”<sup>472</sup>

Joaquim Nabuco, em **Um estadista no Império**, de 1899, em um relato mais próximo do ocorrido, escreve nos seguintes termos o ocorrido: “Em agosto de 1853, Lopez I tinha mandado os passaportes ao ministro brasileiro, Leal, acusando-o em nota de ‘dedicar-se à

---

<sup>470</sup> PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre** [...] *Op Cit* p. 62

<sup>471</sup> Id. *Ibid* p. 63

<sup>472</sup> RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo. **Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995 pp. 187-188

intriga e à impostura em ódio ao Supremo Governo do Estado' e de levantar atrozes calúnias contra ele. [...] Para exigir uma satisfação do presidente do Paraguay pela ofensa feita ao nosso ministro o governo mandou a Assumpção uma esquadra sob o comando do chefe Pedro Ferreira, que ia como plenipotenciário. A esquadra parou, por intimação, na embocadura do Paraguay, seguindo o chefe em um só vapor, o Amazonas, o qual encalhou antes de Assumpção. [...] Negada a satisfação ou recusando o livre transito aos nossos navios para o Matogrosso, o almirante tinha não só autorização, mas até ordem para forçar a passagem [...]. A missão de Pedro Ferreira foi, em todo o caso, um desastre diplomático. Esse desastre o ministério reconheceu, recusando a ratificar as convenções que ele celebrou, alegando terem sido feitas sem haver ele, primeiro, obtido o livre transito do Paraguay, garantido ao Brasil no tratado de 25 de Dezembro de 1830.”<sup>473</sup>

Suspensas as relações comerciais, o Império tentaria novas negociações para uma abertura da navegação dos rios Paraná e Paraguai junto ao governo paraguaio, como nos relatam José Honório Rodrigues e Ricardo Seitenfus: “As relações estavam suspensas. Paulino, com sua previsão de sempre, já dizia nesse ano que só a guerra poderia não só desatar, mas cortar essas dificuldades. Além disso, o governo encarregou de uma missão especial o chefe da esquadra Pedro Ferreira de Oliveira (10 de dezembro de 1854). O motivo da missão era especificamente solicitar o efetivo cumprimento do art. 3 da Convenção de 25 de dezembro de 1850 que assegurava a livre navegação do rio Paraná até o rio da Prata. A navegação do Paraná estava aberta a todas as nações pelos dois governos de Buenos Aires e a Confederação Argentina, mas os barcos brasileiros não podiam chegar à província de Mato Grosso, porque o Paraguai lhe proibia o tráfego pelos seus rios.”<sup>474</sup>

Mas o que levava o governo paraguaio a agir dessa maneira? Seria uma forma de defesa. Segundo os autores citados: “Julgava López que se o tratado de comércio e navegação fosse ratificado logo e posto em execução, não conseguiria a República ajustar e conduzir o de limites numa base razoável e justa, pois teria aberto mão de sua posição de segurança e defesa.”<sup>475</sup>

As negociações em torno da questão da navegação dos rios Paraná e Paraguai continuaram, vinculadas com os desentendimentos a respeito dos limites entre ambos Estados,

<sup>473</sup> NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**: Nabuco de Araujo: sua vida, suas opiniões, sua época / por seu filho Joaquim Nabuco. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899-1900 pp. 218-219-220

<sup>474</sup> RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo. **Uma história [...]** *Op Cit* p. 188

<sup>475</sup> Id. *Ibid* p. 189

como citam José Honório Rodrigues e Ricardo Seitenfus, que chegam a mencionar a palavra “chantagem” ao que o governo paraguaio impunha para negociar ambos: “Na resposta e na sua proposta de uma nova negociação já se viam os sinistros desígnios que alimentava o governo paraguaio de ganhar tempo e não nos conceder o que havia a várias nações, desenvolvendo um tremendo complexo de inferioridade diante do Império. López, novamente para ganhar tempo, destacou então, em missão especial ao Rio de Janeiro José Borges, que foi apresentado a S. M a 5 de março de 1856 e a 9 iniciava a negociação, terminada a 6 de abril. Nesta data assinou-se um tratado desenvolvendo os mesmos princípios do de 25 de dezembro de 1850, franqueando-se a navegação do Paraguai. Paranhos fora nosso negociador. Sempre se teimava em não aceitar a fronteira sobre o Apa mas sobre o rio Blanco. [...] A 'chantagem' estava evidente; só se concederia o livre trânsito se os limites fossem os que eles queriam impor.”<sup>476</sup>

O ano de 1862 assinala no Paraguai a mudança de governo, com a morte de Carlos Antonio López e a ascensão de seu filho Francisco Solano López a cargo máximo do país guarani. Nesse ano também venceu o prazo do tratado de seis anos negociado entre o Império e o Paraguai em 1856 que tratava da navegação e da questão de limites. Os imperiais reclamavam o *uti-possidetis* para se estabelecer até o rio Apa, enquanto que os paraguaios se apoiavam em tratados ainda da época colonial para exigir as fronteiras do rio *Blanco* como limite entre os dois Estados.<sup>477</sup>

A crise se agravaria novamente em 1864, tendo como catalisador a situação do país oriental. Escrevem José Honório Rodrigues e Ricardo Seitenfus: “A questão se abria de novo quando da crise brasileiro-uruguaia de 1864, pois imediatamente se dirigia o governo paraguaio oferecendo sua mediação. Saraiva não acolheu a oferta e pouco depois do ultimato deste a 30 de agosto de 1865 protestou contra a política brasileira, declarando não consentir na ocupação do território oriental. A 12 de setembro de 1864 considerava o governo paraguaio rotas as relações diplomáticas entre os dois países e impedia a navegação das águas do Paraguai para as bandeiras de guerra e mercante do Brasil. Os atos de guerra se iniciavam logo em seguida com a detenção do vapor brasileiro 'Marquês de Olinda' (o protesto brasileiro é de 14 de novembro), a entrega do passaporte ao nosso diplomata sem a permissão de saída, e a invasão do Mato Grosso, iniciada a 15 de dezembro com o ataque ao forte Coimbra a 27

---

<sup>476</sup> RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo. **Uma história [...]** *Op Cit* pp. 189-190-191

<sup>477</sup> Id. *Ibid* p. 193

de dezembro.”<sup>478</sup> Podemos perceber então, que as questões de limites e de navegação, interligadas estão na gênese das disputas e desentendimentos entre o Império e o Paraguai, e acabariam por levar a este sangrento conflito que é objeto de estudo de nosso trabalho.

Mas e o Uruguai? Quais seriam as motivações para mover essa guerra? Na obra **La era de Mitre**: de Caseros a la Guerra de la Triple Infamia, de 1968, podemos ler que: “Impuesto en el gobierno del Uruguay por los cañones brasileños de Tamandare, Venancio Flores se comprometió a apoyar al Brasil en la guerra contra el Paraguay, que Paraguay había declarado al imperio esclavista en defensa del gobierno legítimo del Uruguay.”<sup>479</sup>

Em suma, o Uruguai de Venâncio Flores entraria na Guerra do Paraguai não por motivações próprias, mas sobretudo por causa de um compromisso com o Império. O presidente colorado declararia guerra ao Paraguai por dever aos imperiais sua ascensão ao poder no Estado Oriental.

---

<sup>478</sup> RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo. **Uma história [...]** *Op Cit* p. 194

<sup>479</sup> PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre [...]** *Op Cit* p. 66

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final do trabalho e nosso objetivo, que era sobretudo, fazer uma análise a respeito das diferentes visões historiográficas a respeito da Guerra do Paraguai foi alcançado, segundo nosso entendimento. É claro que não procuramos esgotar o assunto, pois sabemos que isso é impossível, mas procuramos trazer algumas visões diferentes a respeito do tema estudado, bem como deixar a oportunidade para fazermos uma continuação desse estudo em oportunidades posteriores, onde poderemos fazer um estudo mais acurado sobre mais correntes historiográficas e inclusive ampliar o período estudado.

Nesse trabalho de Dissertação de Mestrado, procuramos enfatizar os processos de construção dos Estados Nacionais da bacia do rio da Prata, mais o Império brasileiro, pois em nosso entendimento, essas condições nos dão base para entender as contradições, rivalidades e disputas que levaram à deflagração da Guerra do Paraguai. Rivalidades e contradições, que como explicitamos no decorrer do trabalho, não devem ser vistas somente de países uns contra os outros, inclusive pelo motivo de nem eles mesmos estarem totalmente consolidados. Essas rivalidades eram muitas vezes endógenas, entre facções ou partidos políticos dentro de um mesmo país que o levavam a adotar uma postura ou outra com relação aos seus vizinhos.

Além disso, pensamos ser importante não vincularmos as ações de grupos sociais ou mesmo de governantes com os dos países. Na época estudada, os governos não eram necessariamente a representação da vontade nacional, mas sim, das classes dominantes. Assim, também é pertinente não pensarmos nas ações como sendo de homens iluminados, ou de grande personalidade que resolveram mudar os destinos de suas nações. Devemos ver os personagens como pertencentes ou representantes de uma classe social, e que na verdade, seus objetivos são mais especificamente de consolidar a posição dessa classe frente às demais e mesmo dos demais países. Assim, podemos compreender o porquê que quando um determinado partido domina um país, por exemplo, ele terá uma atitude em sua política externa, que poderá mudar radicalmente quando esse grupo deixa o poder.

Mas antes de tudo, nosso trabalho pretendia trazer a baila as diferenças nas interpretações da história da Guerra do Paraguai. Como dito oportunamente, esse é basicamente uma análise historiográfica, onde pretendíamos expor as diferentes formas como esse conflito, bem como suas causas são elucidadas pelas diferentes correntes da historiografia de diferentes países.

Não pretendemos trazer aqui uma análise única ou dizer que uma ou outra corrente historiográfica está correta ou errada. Queremos sim, demonstrar que existem visões

diferentes, historiografias diferentes a respeito dos temas que compõem o estudo da Guerra do Paraguai. A partir dessa análise, o leitor poderá tirar suas próprias conclusões, mas não iremos apontar uma especificamente para apontar como a “a verdade”.

É claro que e em determinados momentos, nossa opinião apareceu, mas ainda assim, procuramos deixar explícito no decorrer do texto que não pretendemos fazer acusações contra nenhuma corrente historiográfica em especial. Penso, no entanto, como já citado, que nosso trabalho atingiu as expectativas a que se propôs, que foi analisar algumas das diferentes formas de explicar a Guerra do Paraguai, conflito único. Conflito que marcou todos os envolvidos, não só o Paraguai, pela destruição, mas onde inclusive os vencedores perderam. Onde os vencedores enfrentaram problemas e inclusive passaram por assassinatos de presidentes e mudanças de regime político. Uma guerra que ainda é polêmica, e que ainda gera debates apaixonados nas diferentes historiografias, nas diferentes discussões a respeito desse tema.

Pensamos ser pertinente destacarmos a obra de Francisco Doratioto, uma vez que tivemos a oportunidade de estudar diferentes textos do mesmo autor. Assim, nos foi possível analisar sua evolução historiográfica.

Em nosso entendimento, na seqüência de seus trabalhos **O Conflito com o Paraguai** [1996]; **A Guerra do Paraguai** [1998]; **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai** [2002], podemos notar que ele fez uma análise mais profunda. No entanto, ressaltamos que não mudou necessariamente de foco. Doratioto escreve que pretende superar as visões tradicional [nacional-patriótica] e a revisionista, reescrevendo a Guerra do Paraguai sob uma nova perspectiva. Não tem por finalidade demonizar o presidente Solano López, tampouco agigantar os interesses e a participação da Grã-Bretanha no conflito. Defende que não há “bandidos” e “mocinhos” na história.

No entanto, nas três obras analisadas, Doratioto nos parece muito próximo das narrativas nacional-patrióticas. Se ele realmente não acredita em maniqueísmos, quem lê seus livros não verá Solano López de outra forma, pois escreve que foi o soberano paraguaio quem lançou seu país em uma guerra contra adversários mais poderosos em uma manobra mal calculada e precipitada. Além do mais, nos parece que Doratioto não dá a devida importância à invasão imperial ao território oriental para a eclosão do conflito. O próprio Ricardo Salles, em **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**, de 1990, ressalta que a historiografia tradicional quando apresenta essa ação no Uruguai a demonstra como independente da Guerra do Paraguai. As advertências feitas por Solano López também não

merecem o devido destaque nas obras de Doratioto, que nas três defende a idéia em que o governo imperial teria dado pouca importância à ameaça que o Paraguai representaria, o que nos parece fantasioso, levando em consideração os tratados ofensivo-defensivos assinados com a Argentina na década de 1850.

Mas as obras de Francisco Doratioto são de fundamental importância, tendo em vista a riqueza de detalhes a respeito da revisão historiográfica feita pelo citado autor. Além disso, não podemos deixar de ressaltar que Doratioto faz um resgate precioso não só dos antecedentes da Guerra do Paraguai, como das batalhas e dos resultados da mesma.

Procuramos no capítulo sobre o Uruguai, trazer mesmo que de relance algumas características de formação dos países envolvidos na Guerra do Paraguai, pois em nosso entendimento elas é que foram determinantes para a eclosão do conflito.

Descrevemos rapidamente a divisão no Uruguai entre blancos e colorados, uma vez que esse confronto envolveu os demais países platinos, e terminaria por lançar o Paraguai a uma investida contra o Império. Enfim, nossa finalidade nesse estudo era demonstrar como as contradições internas, as divisões entre facções rivais dentro dos Estados da região do rio da Prata, as questões de navegação dos rios interiores, de fronteira e de comércio pesaram para iniciara o maior confronto armado da América do Sul.

É ponto comum entre os historiadores que a situação do Uruguai era crítica e é ela que nos ajuda a entender o início deste conflito. Como para muitos, foi a invasão brasileira ao Estado Oriental o início da Guerra do Paraguai, procuramos neste capítulo, apresentar as circunstâncias em que se processou esta invasão, bem como suas conseqüências para o futuro não só do Uruguai, como da Argentina, do Império e do Paraguai. Procuramos demonstrar também como era a situação uruguaia na guerra, pois temos de destacar que não foi o país que declarou guerra ao país guarani, mas sim a classe dirigente, uma vez que o governo *colorado* estava no poder graças à intervenção imperial. Sendo assim, essa aliança fora feita com Flores e seus correligionários, sem a aprovação dos *blancos*.

No capítulo sobre a Argentina, procuramos aprofundar as questões relativas ao processo de consolidação do Estado Argentino e suas implicações nas relações com os vizinhos, e como essas relações acabariam por desembocar na Guerra do Paraguai.

No âmago da questão, colocamos a contradição existente entre as províncias interioranas e a oligarquia de Buenos Aires. Levando em consideração que nas primeiras, as classes econômicas predominantes eram os estancieiros, que desejavam maior autonomia

provincial, ao passo que a oligarquia importadora portenha desejava uma unificação centralizadora. No entanto, destacamos que apesar de rivais, não tinham objetivos econômicos tão distintos, tanto que na batalha de Pavón, Urquiza, que representava as províncias e a Confederação entregou a vitória a Mitre, representante da oligarquia liberal de Buenos Aires.

Um ponto que chamou nossa atenção foi o fato que Miliciades Peña apontou que não havia saída para as províncias se não sucumbir diante de Buenos Aires. No entanto, ele mesmo ressalta que o Paraguai poderia sim ser uma alternativa viável ao liberalismo proposto pelos portenhos. E ainda poderia estimular e apoiar revoltas das províncias litorâneas contra Buenos Aires, sendo essa uma das razões que levou Mitre a se aliar ao Império contra o Paraguai.

Um Estado argentino unificado após a batalha de Pavón, que não chegara a um consenso a respeito do apoio na Guerra do Paraguai, estando fortemente dividido. Tão dividido que o próprio presidente teria de se retirar da guerra, entregando o comando aliado aos imperiais. Um país que entrou na guerra com o seu governo apoiando um lado e a maior parte de seu povo o outro. Que via no Império o inimigo, e não no Paraguai de Solano López, a que Mitre chamava de bárbaro.

No capítulo sobre o Império do Brasil, trabalhamos então, com o país que diferenciou dos demais na América do Sul. Primeiramente pelo fato de ter conseguido o que nenhum outro conseguiu: manter a unidade de suas partes. Os demais acabaram por se separar em pequenas repúblicas. Esse foi o segundo ponto de diferenciação do Brasil. O fato de ter mantido um membro da antiga metrópole, no caso da Casa de Bragança, no comando do país e um sistema monárquico. O Brasil era a única monarquia da América.

Ainda temos mais um ponto em destaque: a questão da escravidão. O Império manteve as tradições do tempo de colônia. A escravidão era justificada pela superioridade de nascimento, e se manteve arraigada no seio da sociedade brasileira até meados do século 19. Muito mais do que uma instituição produtiva, mas principalmente como meio de dar status aos donos de escravos, ela só passou a ser questionada a partir de 1860.

Nesse ponto, destacamos a obra de Ricardo Salles, **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do exército. Nesse livro, o citado autor escreve como era feito o recrutamento para a guerra, sem contar que a condição de escravizados implicava na forma de tratamento dos soldados, inclusive no que diz respeito à promoção. Assim, é fundamental

lermos esse livro para compreendermos como se deu a formação dos contingentes militares no período escravocrata.

Assim, destacamos que o Império, após um período de turbulências, conseguiu uma estabilidade econômica e social não atingida por nenhum de seus vizinhos. Enquanto Uruguai e Paraguai procuravam se consolidar e a Argentina se debatia em uma guerra civil entre a Confederação e Buenos Aires, o Império se encontrava com suas instituições econômicas e sociais definidas. Isso lhe permitiu se voltar para uma política externa agressiva, interferindo nos países vizinhos, em uma política claramente imperialista. E é essa política imperialista que acabaria sendo uma das principais causas do início da Guerra do Paraguai.

Então no capítulo em que escrevemos sobre o Paraguai, nos perguntamos: que país é esse? Uma *ditadura* de poder unipessoal, governado por *déspotas* eleitos pelo voto quase universal, que não permitiam que circulassem livros e que a população soubesse o que acontecia além das suas fronteiras? Mas um país onde muitos sabiam ler e escrever, diferentemente de seus vizinhos, principalmente no Império. Sobretudo, um país onde subsistia uma enorme população livre, proprietária ou arrendatário, enquanto que na Argentina e no Uruguai as populações livres eram reprimidas e batidas, através da implantação crescente do *peonasgo*, enquanto no Brasil reinava ainda em forma hegemônica a produção escravista.

Foi este peculiar país que chamou nossa atenção neste capítulo. Onde as condições favoreceram o aparecimento de um despotismo liderado pelo dr. Francia, que exerceu seu poder de forma ilimitada. No entanto, apesar de ter mantido seu país isolado dos demais, garantiu a independência, e os confiscos feitos aos seus adversários políticos criaram uma enorme base camponesa de apoio para o regime, possibilitando a acumulação endógena de capitais e a posterior importação de tecnologias feita pelos López anos mais tarde.

E assim, temos na obra de Raúl de Andrada e Silva **Ensaio sobre a ditadura no Paraguai**, o resgate das raízes do desenvolvimento paraguaio no período de José Gaspar Rodrigues de Francia. Nessa obra, podemos analisar como se deu o isolamento paraguaio, a resistência do soldado guarani, bem como as razões de esta nação ter se tornado uma ditadura unipessoal.

Então no capítulo em que escrevemos sobre o Paraguai, nos perguntamos: que país é esse? Uma *ditadura* de poder unipessoal, governado por *déspotas* eleitos pelo voto quase universal, que não permitiam que circulassem livros e que a população soubesse o que

acontecia além das suas fronteiras? Mas um país onde muitos sabiam ler e escrever, diferentemente de seus vizinhos, principalmente no Império. Sobretudo, um país onde subsistia uma enorme população livre, proprietária ou arrendatária, enquanto que na Argentina e no Uruguai as populações livres eram reprimidas e batidas, através da implantação crescente do *peonasgo*, enquanto no Brasil reinava ainda em forma hegemônica a produção escravista.

Foi este peculiar país que chamou nossa atenção neste capítulo. Onde as condições favoreceram o aparecimento de um despotismo liderado pelo dr. Francia, que exerceu seu poder de forma ilimitada. No entanto, apesar de ter mantido seu país isolado dos demais, garantiu a independência, e os confiscos feitos aos seus adversários políticos criaram uma enorme base camponesa de apoio para o regime, possibilitando a acumulação endógena de capitais e a posterior importação de tecnologias feita pelos López anos mais tarde.

As obras de Manilio Cancogni e Ivan Bóris **Solano López: o Napoleão do Prata**; e de Juan Emiliano O'Leary **El Mariscal López** nos auxiliam a compreender melhor essa singular personalidade. É importante analisarmos esses livros, sem deixar de levar em consideração suas visões de mundo. Mas é com eles que podemos ter uma visão, mesmo que extremada do desenvolvimento paraguaio antes da Guerra do Paraguai. Também podemos encontrar as contradições da nação guarani com seus vizinhos, bem como com as nações européias.

Nosso objetivo capítulo com a discussão historiográfica, era fazer uma discussão historiográfica com autores diferentes que têm visões opostas a respeito da Guerra do Paraguai que, como Ricardo Salles escreve em trecho citado, é um fato esquecido, mas que quando abordado causa polêmica.

Assim, procuramos trazer o entendimento de correntes historiográficas diversas em seu modo de pensar o conflito, sem dizer que uma ou outra está correta. Os fatos concretos são que: foi o maior conflito armado envolvendo os países da América do Sul. Para alguns, teria se iniciado em 1864, para outros, em 1865. Como vimos, para alguns o Tratado da Tríplice Aliança foi redigido após a agressão ordenada por Solano López à Argentina; para outros, no acampamento de Flores no encontro de Puntas del Rosario. Para uns a Inglaterra tinha maior interesse em abrir os mercados da América do Sul, inclusive o do Paraguai que estava fechado, bem como evitar o mau exemplo do país guarani. Para outros, o mercado consumidor paraguaio era diminuto e não justificaria uma guerra, e apesar de o liberalismo ter triunfado com a vitória militar dos aliados, o Paraguai teria de se abrir ao mercado mais cedo ou mais tarde para continuar seu desenvolvimento. Para alguns, os empréstimos feitos pelos

ingleses são a prova de seu comprometimento na guerra. Para outros, são de origem privada e não têm a ver com a política do governo inglês, e se foram feitos aos aliados, seria pelo fato de que era mais seguro emprestar dinheiro para o lado que desde a batalha do Riachuelo, em 1865 estava com a vitória garantida, afinal se tornara impossível uma virada no conflito em favor do país guarani.

Gostaríamos de destacar algumas semelhanças e diferenças entre as interpretações dos autores destacados acima. Primeiramente, é ponto comum que o Império e o Paraguai tinham divergências tanto quanto à navegação dos rios Paraná e Paraguai, além das fronteiras. É ponto comum que a Argentina de Mitre também tinha rivalidades com os paraguaios desde os tempos coloniais, no que diz respeito aos tributos cobrados por Buenos Aires. Mitre era favorável à adoção de uma política de livre comércio no rio da Prata. Não se discute também que a situação do Uruguai era um elemento catalisador de divergências entre o Império, a Argentina – dividida – e o Paraguai de López, sendo que este pequeno país acabaria por precipitar o conflito.

Os autores argentinos José Maria Rosa e Miliciades Peña destacam que a invasão do Uruguai pelas Forças Armadas imperiais foi o início da Guerra do Paraguai, levando em consideração que havia uma ameaça clara e explícita de Solano López ao Império caso tomassem essa atitude. Robert Conrad também partilha dessa opinião. Francisco Doratioto reconhece a importância da ação no Uruguai, juntamente com Ricardo Salles, no entanto, ambos demarcam o início da Guerra do Paraguai na invasão do Mato Grosso em fins de 1864, com o que ele denominou de “Guerra Relâmpago”. Uma alusão à famosa Blitzkrieg nazista que seria usada muitos anos depois?

Para nós, a importância de Moniz Bandeira em sua obra **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata**: da colonização à guerra da Tríplice Aliança se deve ao fato de este autor colocar a devida importância das classes sociais. Retira-se a Guerra do Paraguai apenas do âmbito das consciências e das personalidades para o dos estratos sociais, com seus interesses. E são essas classes que exigem determinadas atitudes dos governantes, como seus representantes.

Dessa forma, pensamos ter alcançado nosso objetivo que era, a discussão historiográfica entre as diversas visões a respeito da Guerra do Paraguai, depois de ter analisado as diferentes concepções sobre a formação dos países da bacia do Prata e como essas formações acabaram por se refletir não só nas suas relações com os vizinhos, como explicam seus papéis na Guerra do Paraguai.

## REFERÊNCIAS

ALBERDI, Juan Bautista. *La República Argentina consolidada en 1880 con la ciudad de Buenos Aires por capital*. Imprenta de Pablo E. Coni: Buenos Aires, 1881.

ALVES, Gilberto Luiz & CENTENO, Carla Villamina. “A produção de manuais didáticos de história do Brasil: remontando ao século XIX e início do século XX”. *Revista Brasileira de Educação*. V. 14, n.42, sext./dez. 2009.

BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança**. 2ª São Paulo: Ensaio; Brasília, DF; Editora da Universidade de Brasília, 1995

CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário do império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CANGOGNI, Manilio; BORIS, Ivan. **Solano López, o Napoleão do Prata**. Rio de Janeiro: Civilização, 1970.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil. Da senzala à Guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1980

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**. 2ª Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **A Guerra do Paraguai. In História do Cone Sul**. Rio de Janeiro, Brasília: UnB, 1998.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **O conflito com o Paraguai**. São Paulo: Ática, 1996.

ELOY, Rosa Alonso; TOURON, Lucia Sala de; TORRE, Nelson de la; RODRIGUES, Julio Carlos. **La oligarquía oriental en la Cisplatina**. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1970.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 10ª Ed. São Paulo, Edusp, 1995.

FONSECA, Ari Veríssimo da. **Tropeiros de mula: a ocupação do espaço; a dilatação das fronteiras**. 2 ed. Passo Fundo: Berthier, 2004.

FREITAS, Décio. **O capitalismo pastoril**. Porto Alegre: EST, 1980.

FREITAS, Décio. **Insurreições escravas**. Porto Alegre: Movimento, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1972-1982. 11 v.

MAESTRI, Mário. [Org]. **O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil**. Passo Fundo: UPF Editora. MAESTRI, Mário. **O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a Fazenda Rio-Grandense [1860-1964]**.

MAESTRI, Mário. “No Paraguai do século 19 todos sabiam ler”. O NACIONAL, Passo Fundo, terça-feira, 13/04/2010.

MAESTRI, Mário. **A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]**.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Imperio: Nabuco de Araujo: sua vida, suas opiniões, sua época / por seu filho Joaquim Nabuco**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899-1900.

NAHUM, B. **Manual de História del Uruguay – 1830-1903**. 2ª ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1994.

O’LEARY, Juan E. **El Mariscal Solano López**. Asunción: Casa America - Moreno HNOS, 1921.

PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre: de Caseros a la Guerra de la Triple Infamia**. 3ª ed. Buenos Aires: Ediciones Fichas, 1968.

POMER, Leon. **Os conflitos na Bacia do Prata**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil : A história do Levante dos Malês, 1835**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo. **Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

ROSA, José María. **La guerra del Paraguay: y las montoneras argentinas**. -1ª Ed.- Buenos Aires: Punto de Encuentro, 1985.

SALES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SILVA, Raul de Andrada. **Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai 1814 – 1840**. São Paulo: Coleção Museu Paulista, Série Ensaio, 1978.

TORRE, Nelson de la; RODRIGUEZ, Julio C.; TORRES, Sala Lucia de. **Después de Artigas (1820-1836)**. Montevideo: EPU, 1970.

TRINDADE, J. B. *Tropeiros*. São Paulo: Editoração e Comunicações/Incepa, 1992.

<http://www.google.com.br>